

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Elias Coimbra da Silva

ZÉ NINGUÉM: TRAJETÓRIA DE UM COMUNISTA  
NO INTERIOR DE SÃO PAULO (1915/1985).

UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS  
Setembro de 2015



Elias Coimbra da Silva

ZÉ NINGUÉM : TRAJETÓRIA DE UM COMUNISTA  
NO INTERIOR DE SÃO PAULO (1915/1985).

Tese apresentada ao Instituto de História da  
Universidade Federal de Uberlândia, como  
parte das exigências para a obtenção do título  
de Doutor em História Social.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos  
Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Bosi

UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS  
Setembro de 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S586z Silva, Elias Coimbra da,  
2015 Zé Ninguém : trajetória de um comunista no interior de São Paulo  
(1915/1985) / Elias Coimbra da Silva. - 2015.  
237 f. : il.

Orientador: Antônio de Pádua Bosi.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Trabalhadores -  
Aspectos políticos - Teses. 4. Comunismo - Brasil - História - Teses. I.  
Bosi, Antônio de Pádua. II. Universidade Federal de Uberlândia.  
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

---

Elias Coimbra da Silva

ZÉ NINGUÉM : TRAJETÓRIA DE UM COMUNISTA  
NO INTERIOR DE SÃO PAULO (1915/1985).

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Antonio de Pádua Bosi – Orientador  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior  
Universidade Federal da Bahia

---

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Vagner José Moreira  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Tese apresentada ao Instituto de História da  
Universidade Federal de Uberlândia, como  
parte das exigências para a obtenção do título  
de Doutor em História Social.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos  
Sociais

## **AGRADECIMENTOS (ACKNOWLEDGEMENTS)**

Sou devedor de um sem-número de apoios, gentilezas e todo tipo de prestação de auxílios, raramente recíprocos, quer durante a pesquisa que se encerra – na publicação desta Tese – quer ao longo desses meus trinta e sete anos de vida. Enfim, puxando agora pelo nome, sou grato ao Professor Antonio P. Bosi, ao Professor Sérgio P. Moraes, ao Professor Paulo Almeida, ao Professor Carlos Zacarias de Sena Júnior, à Professora Dilma Andrade de Paula, ao Professor Vagner José Moreira, ao professor e amigo Tulio Barbosa, à amiga Angélica, ao amigo Tadeu, à amiga Cíntia, à amiga Valéria, ao amigo Auricharme, ao amigo Maicon, ao amigo Washington, ao senhor Benônio Pita, aos meus parentes todos – cujos depoimentos constituem a essência deste meu texto – e, o que é mais importante, aos meus pais: Zelinda e Sebastião.

## **ZÉ NINGUÉM: TRAJETÓRIA DE UM COMUNISTA NO INTERIOR DE SÃO PAULO (1915/1985).**

**RESUMO** – Esta tese, resultado da pesquisa que conduzimos nos últimos quatro anos, busca compreender o significado de ser um comunista, num espaço periférico de um país terceiro-mundista, a partir daquilo que um sujeito específico viveu e pensou. Trata-se do artista plástico José Coimbra Sobrinho, nascido na zona rural, migrante por imposição e militante comunista por devoção. Homem pobre que, pelas circunstâncias, tornou-se servente numa escola pública e, assim, dedicou-se a fazer política, pintar telas com tinta óleo e a pensar o mundo, mundo o qual experimentou não sem algum desencanto. Nesse sentido, Experiência, Resistência, Economia Moral são alguns conceitos basilares que, junto da Microanálise, sustentarão nossa linha de raciocínio. Portanto, queremos propor que a utilização do Comunismo por esse protagonista e as peculiaridades que dela resultam, nos oferecerem uma releitura da própria teoria comunista, junto da possibilidade de encontrarmos modos de ação heterodoxos, tais quais a arte e até mesmo a vida em si, dos militantes.

**PALAVRAS-CHAVE** – Resistência; Comunismo Fantástico; Família; Trabalhador; Primitivismo.

## **JOHN DOE<sup>1</sup>: TRAJECTORIES OF A COMMUNIST IN SÃO PAULO' S HINTERLAND (1915/1985).**

**ABSTRACT** – This thesis which is the result of research conducted over the past four years seeks to understand the meaning of being a communist in a peripheral space of a Third World country, from what a particular agent lived and thought. We refer to the artist José Coimbra Sobrinho who born in rural zone, was migrant by imposition and communist militant for devotion. Poor man, which due circumstances became servitor in a public school and thus devoted himself to politics, painting canvases by oil paint and thinking the world, the world which he experienced not without some disenchantment. Thus, Experience, Resistance, Moral Economy are some basic concepts which together to the Microanalysis sustain our line of reasoning. Therefore, we intend to propose that the use of Communism by this protagonist and the peculiarities that result from it, offers us a reinterpretation of the same communist theory with the possibility of finding unorthodox modes of agency such as the art and even the very life of the militants.

**KEYWORDS** – Resistance; Magical Communism; Family; Laborer; Primitivism.

---

<sup>1</sup> Optei por levar a expressão “Zé Ninguém” para o inglês, posto que, mantê-la no original, indicaria que se trata de um nome próprio. Apesar dessa conotação (pretendida por Zé Coimbra), nós buscamos sempre apresentar essa expressão no seu sentido corrente, segundo o qual um Zé Ninguém é uma pessoa qualquer, sem nenhuma distinção que mereça nota.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA - 01 – Frase recorrente: “Um dia fui Zé Bia” etc . . . . .	11
FIGURA - 02 - Serra do Chapadão . . . . .	27
FIGURA - 03 - Morro da Mesa . . . . .	32
FIGURA - 04 - Localização de “Varões” e do Rio Santana . . . . .	38
FIGURA - 05 - Tela: “Escravo morrendo de exaustão” . . . . .	57
FIGURA - 06 - Tela: “Retrato do pai” . . . . .	77
FIGURA - 07 - Mapa: Percurso de Zé Coimbra (1936-1985). . . . .	80
FIGURA - 08 - Santos em 1934 . . . . .	87
FIGURA - 09 - Telas: “Retirantes” e “Migrantes” . . . . .	94
FIGURA - 10 - Tela: “Última ceia” . . . . .	103
FIGURA - 11 - Mapa dos conflitos ocorridos no estado de São Paulo (1900-1945) . . . . .	105
FIGURA - 12 - Divisão analítica da tela: “Retorno do pai” . . . . .	109
FIGURA - 13 - Tela: “Fim de tarde” . . . . .	122
FIGURA - 14 - Modelo da Gamela . . . . .	127
FIGURA - 15 - Um dos registros da Gamela . . . . .	131
FIGURA - 16 - Tela: “Casa velha” . . . . .	144
FIGURA - 17 - Registros de óbito na Gamela . . . . .	154
FIGURA - 18 - Símbolo do C.E.C.P. . . . .	157
FIGURA - 19 - Tela sem título, encontrada no C.E.C.P. . . . .	161
FIGURA - 20 - Alguns registros iconográficos da Gamela. Com destaque para a Cruz de Santa Brígida . . . . .	161
FIGURA - 21 - Leopoldo Lima, num esboço feito por José Coimbra . . . . .	179
FIGURA - 22 - Reprodução do doc. priv. “Deixo hoje” . . . . .	187
FIGURA - 23 - Tela: “Revolução” . . . . .	188
FIGURA - 24 - Avó Rita, num esboço feito por José Coimbra . . . . .	196
FIGURA - 25 - Fragmentos demonstrando as deformações nos membros . . . . .	204
FIGURA - 26 - Fotografia: Zé Coimbra em 1983 . . . . .	211

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1. TERRA DE VARÕES .....	22
1.1. O lugar onde Zé Bia nasceu .....	24
1.2. A família de Alcebíades .....	32
1.3. O tempo histórico de Paraíso .....	43
1.4. Fatos de fronteira e sujeitos de fronteira .....	53
2. TRAVESSIAS .....	71
2.1. Alguns itinerários da experiência .....	75
2.2. Liberdade de quem não tem nada .....	85
2.3. Respirando ares revolucionários .....	97
2.4. Dificuldades enfrentadas .....	115
3. O ARQUIVO DE MADEIRA .....	125
3.1. Hoje: 20-08-71 .....	130
3.2. Janeiro de 1970: morre meu pai .....	142
3.3. O C.E.C.P. ....	153
3.4. 11º (filho) André .....	166
3.5. Cazamento .....	174
4. A VITÓRIA E OS VENCIDOS .....	184
4.1. O membro amputado .....	185
4.2. O artista que cutucava estrelas .....	197
4.3. Usos do futuro .....	205
5. CONCLUSÃO .....	213
FONTES .....	220
BIBLIOGRAFIA .....	227

## INTRODUÇÃO

hum dia fui Ze Bia.  
 Ze do grupo tambem.  
~~hoje envelhecido~~  
 tanto zes que ja fui!  
 hoje Ze' um presen  
 16-12-81

**FIGURA – 01<sup>2</sup>**

O texto que iniciamos aqui busca apresentar a trajetória de vida específica de José Coimbra Sobrinho (\*1915/†1985), começando pela infância, na propriedade rural de sua família em Minas Gerais, até o falecimento, em Ribeirão Preto, na qual ressaltaremos os conflitos, as vitórias, os sonhos etc, na sua lida diária de trabalhador. Ele era, sobretudo, um migrante, mas, foi “vários sujeitos”: um artista plástico, por exemplo e – o que nos trouxe ao projeto e dele à pesquisa – foi também um comunista.

Assim, nossa intenção é que este estudo contribua para outros debates sobre o Comunismo, debates esses que se fundamentem, sobretudo, nas apropriações que homens e mulheres fizeram dessa idéia, quando se fizeram,

<sup>2</sup> Ao longo desta tese utilizaremos as denominações Zé Bia, Zé do Grupo e Zé Coimbra, respectivamente nos referindo ora ao sujeito em sua relação com a família paterna, ora ao sujeito enquanto trabalhador (no Grupo Escolar), ora ao sujeito enquanto comunista (e artista). Tais denominações, que são uma estratégia metodológica, devem-se a essa frase (FIGURA-1) recorrente, que ele mesmo gostava de utilizar (eventualmente, ela foi gravada no verso de uma ou outra tela).

de si mesmos, comunistas. Mas, da mesma forma, esperamos contribuir para ampliar o conhecimento sobre os modos de vida, as idéias e os sentimentos dos trabalhadores, num período de profundas transformações sociais e espaciais decorrentes das rápidas mudanças econômicas então realizadas no Brasil.

Trata-se de um texto de história e que, portanto, narra, descreve e interpreta – mas não nessa ordem de importância. É um texto de história, mas, não é um texto escrito por um historiador de formação elementar. Sou um geógrafo, bacharel e licenciado, e minhas leituras, eventualmente desordenadas, começam com a Literatura (desde a infância), passam pela Geografia Humana, pela Antropologia Explicativa, pela Economia Política e pela controvertida filosofia deleuzeana – filosofia que permeia, por exemplo e do começo ao fim, minha dissertação de mestrado –, até desembocarem (minhas leituras) neste doutorado em História Social. Porque estou dizendo isso? Bem. Essa trajetória “teórica”, num certo sentido, faz de mim um *naïf* ou, como preferiria Vovelle (1997): um *inspirés*, tanto quanto ao sujeito dessa vida, sobre a qual nos debruçamos para confeccionar esta tese. Recentemente, não sem surpresa, me dei conta dessa circunstância: sou em grande parte um autodidata<sup>3</sup> (como ele).

Notem que a relevância desse meu *curriculum*, para o texto que se segue a esta “Introdução”, não está na circunstância óbvia de que existe um “lugar de onde eu falo” – naquela inter-relação tríplice entre o poder, a ciência e o povo – e que tal lugar está imbuído nessas picuinhas. A questão é mais incomum; e talvez mais interessante. Outrossim, ainda no que diz respeito ao meu lugar e ciente de que deverei explicitar minhas escolhas, creio que é justo reconhecer a significância de ser esse *naïf*: nossa relação com o conhecimento – aqui me coloco também naquela “confraria” – é, em grande medida mais desinteressada do que o normal.

---

<sup>3</sup> Evidentemente, concluo aqui uma pós-graduação e, ao menos *de agora em diante*, não posso me considerar tão autodidata quanto fui noutro momento.

Foi deste modo (desinteressado) que vim até a História; embora a ideia inicial não fosse lidar com o José Coimbra Sobrinho. Como eu já disse, minha formação é (originalmente) na Geografia e, nessa área, propor uma pesquisa sobre uma pessoa de nossa família seria motivo de gozação – ele é também meu avô e, sua filha mais nova, Eleonora (1962/1978), minha mãe. A bem da verdade, não é possível sequer estudar uma “biografia”, naquela minha área; e mesmo quando eu propus este projeto (aqui) no programa do Instituto de História, causei alguma surpresa em grande parte dos colegas – ainda que haja, na Historiografia, vários estudos de “feição biográfica”. Enfim, com relação ao projeto, é útil reconhecer que meu contato inicial com professores da linha (Trabalho e Movimentos Sociais) e as aulas que assisti antes de escrever esse projeto, aulas nas quais descobri a importância – e a conveniência<sup>4</sup> – da Evidência Oral, me conduziram a reconhecer a validade desse aporte: a trajetória de vida.

Bem. Curiosamente José Coimbra é meu avô e eu não sabia que, como eu, o destino também lhe tinha roubado sua mãe: ela faleceu quando o mesmo contava com dezenove anos de idade. Outra semelhança reside na nossa necessidade de expressão através da arte – no meu caso a literatura e no caso dele, a pintura –, ainda que a qualidade dessa expressão possa ser discutível; sobretudo no meu caso. Necessidade essa, que Ginzburg (2006) deixa patente na sua interpretação da trajetória de vida do moleiro Scandella: “[...] a impossibilidade de se expressar como no passado lhe pesava” (p. 157) – embora Menocchio não se considerasse artista, mas filósofo e astrólogo.

Porém, é na diferença entre esse avô e eu, Elias, que – creio – reside o interesse historiográfico<sup>5</sup>. É desnecessário dizer que, mesmo que em

---

<sup>4</sup> Não é motivo de constrangimento para mim reconhecer que as fontes, para o projeto em questão, eram muito mais acessíveis (sobretudo as fontes orais) do que seriam caso meu desejo fosse pesquisar “O Comunismo” *tout court*, ou melhor o comunismo para além desse ou daquele fato, desse ou daquele sujeito. Segundo J. Revel, a própria Micro-história surge como “uma resposta possível a uma situação concreta” (2000, p. 16); situação essa ligada tanto a questões de Sociologia do Conhecimento (a maneira como o trabalho era feito nas universidades italianas) quanto ao estado das fontes.

<sup>5</sup> Não sei se é preciso ressaltar que um dos objetivos primordiais do trabalho do historiador é produzir essa diferença significativa: “Não apenas porque cada verdadeiro historiador permanece um poeta do detalhe e brinca sem cessar, como o esteta, com as mil harmonias

condições semelhantes, indivíduos pensam, sentem e agem de formas diferentes. Pois é assim que a maneira de José Coimbra enfrentar as vicissitudes difere muito da minha (por exemplo). De modo que o filtro da minha leitura de vida permeará a trajetória de vida de José Coimbra, descrita, interpretada e narrada aqui. Cabendo a mim explicitar esse “ato de leitura”, quando necessário, para que meu pessimismo inveterado não venha a borrar os pequenos atos de heroísmo e a euforia desse artista plástico e comunista. Além – claro – da imposição de julgar distanciadamente os relatos (entre outras fontes) de seus e meus parentes, em consequência da cientificidade almejada aqui, no presente texto.

A diferença ou peculiaridade é, deste modo, nossa questão e, porque não dizer: nosso problema<sup>6</sup>. Claro que as analogias, quando existirem, estarão sempre em segundo plano.

Como eu já disse, nossa pesquisa incide sobre os fatos da vida de uma pessoa, ou melhor, sobre sua trajetória de vida: onde nasceu, por onde andou, em que trabalhou, quais coisas pensou etc. Deste modo, buscamos compreender as peculiaridades da vida desse Zé Ninguém, esse sujeito que não é qualquer um porque viveu situações específicas e, sobretudo, porque sentiu, porque pensou e porque agiu de uma maneira que mais (nenhum outro) ninguém poderia ter agido se estivesse em seu lugar. É disso que se trata a tese principal.

Vivemos apenas uma vida e a vida dele, só a ele pertence. Aliás, metodologicamente falando, a vida dele pertence a ele e aos que fizeram parte,

---

que uma peça rara desperta numa rede de conhecimentos, mas sobretudo porque os formalismos dão, hoje, uma pertinência nova ao *detalhe excepcional*. Dito de outra maneira, este retomo aos fatos não pode ser arrolado numa campanha contra o monstro do ‘estruturalismo’, nem pode ser posto a serviço de uma regressão às ideologias ou às práticas anteriores. Pelo contrário, ele se inscreve na linha de análise estrutural, mas como um desenvolvimento. Pois, o fato de que se trata, de agora em diante, não é aquele que oferece ao saber observador, a emergência de uma *realidade*. Combinado com um modelo construído ele tem a forma de uma *diferença*. [...] Se, durante algum tempo ele esperou uma ‘totalização’, e acreditou poder reconciliar diversos sistemas de interpretação, de modo a cobrir toda a sua informação, agora ele se interessa prioritariamente pelas manifestações complexas destas diferenças.” (DE CERTEAU, 1982, p. 88)

<sup>6</sup> No mesmo sentido em que Febvre teria dito (em resposta aos positivistas) que sem problema não há história (BURKE, 1991).

com ele, de certas relações sociais – esperamos, portanto, da evidência oral, entender esses “pertencimentos”. Por outro lado, nada impede que consideremos algumas generalizações no curso dessa pesquisa.

[...] Todas as afirmações coletivas necessariamente simplificam bastante a rica diversidade da vida social e costumam desprezar as variações singulares. Porém, a menos que os historiadores reduzissem todos os relatos sobre o passado a uma coleção de biografias, tarefa literalmente impossível, seria preciso que juntassem em grupos diversas similaridades substanciais e traços familiares comuns, ainda que de maneira prudente. (GAY, p. 27)

O essencial, nesse ponto, é o modo como tais generalizações tangem a trajetória de vida do sujeito. Ora. O projeto que deu origem à nossa pesquisa teve início com uma das mais conhecidas generalizações da história contemporânea: o *comunista*. Zé Ninguém foi um comunista, mas não foi um comunista qualquer e, principalmente, não foi apenas isso. O mesmo pode ser dito de qualquer outro comunista ou mesmo de um fascista. Quem não acreditaria serem consideráveis as diferenças entre Luís Carlos Prestes e Jorge Amado? Ou mesmo na Esquerda Militar, não seriam razoáveis as diferenças entre Prestes e João Cândido?

Porém, todas essas peculiaridades não extinguem o conceito. Ele continua ali, se insinuando; ele permanece presente como o cenário avermelhado do filme “Gritos e Sussurros” (gravado em 1972) de Ingmar Bergman. Nossa preocupação, aqui, não é negar a existência do conceito demonstrando a multiplicidade da experiência. Nada disso! Nosso objetivo é, antes, compreender de que maneira o sujeito interpretava essa teoria (a comunista) e como esse seu “jeito de ser” – digamos: “pensativo” – reverberou na sua existência cotidiana. Afinal de contas, ele era pobre já há várias gerações – pobre e iletrado – e, portanto, seu futuro já era previsível:

És pobre porque descendes de pobres. Não há dúvida que o nascimento decide da sorte dos indivíduos. Mas os teus avós, porque eles foram pobres? Esses velhos deixaram-se embair pela religião. Esta impôs-lhes o padre e o rei. Teus avós ficaram sendo ovelhas e súditos. Aos verdugos da coroa ajuntou-se o patrão, guarda-costas

da igreja e do trono, e acrescentou aos braços de teus velhos mais o título de assalariados, depois que eles passaram pela escravidão e pela servidão. Padre, rei e patrão, abolido o chicote, conseguiram, pelo terror do inferno e da cadeia, que teus avós trabalhassem toda a vida para o céu. Em conseqüência eles legaram-te a ignorância e a miséria. Está explicada a tua história. (CARONE, 1979, p. 211)

Ocorre que o sujeito não cumpriu seu papel (de pobre e de inculto). Em parte porque aquela teoria (comunista) descortinou-lhe outros caminhos, mas, sobretudo, porque antes mesmo de conhecer a “filosofia” e de vivenciar o sofrimento da “miséria”, havia nele algo imponderável, algo que coseria teoria e sofrimento e que, noutra circunstância, seríamos tentados a chamar de *personalidade*. Não propomos definir aqui o que quer que seja, esse “algo” ou se cabe à psicologia ou à filosofia tal papel; mas, não estamos impedidos de falar sobre ele.

Outra coisa. José Coimbra Sobrinho, denominado na infância de Zé Bia e na maturidade de Zé do Grupo, além desse “comunista diferente” que foi, era artista plástico. Ele poderia ser definido, em termos didáticos, como primitivista: a categoria criada, academicamente, com o objetivo de relativizar a qualidade desses pintores espontâneos (que não possuíam uma educação pictórica). Mas, essa definição recai no mesmo equívoco da anterior: o pobre e inculto; de modo que, à revelia do “provável”, o artista e comunista acaba escapando como areia entre os dedos da definição.

Bem. De qualquer forma, ele era um pintor com alguma relevância – realizou 66 exposições, vendeu dezenas de telas no Brasil e exterior etc. – e foi esse o nosso ponto de partida. A princípio, enquanto nossa pesquisa tinha início, as fontes informavam sobre o “pintor primitivo” e, ainda que entre as frestas das pinturas fosse possível enxergar o pai, o irmão e o funcionário público que ele foi, quase nada existia sobre suas inclinações políticas. Era uma situação complicada, tendo em conta a nossa linha de pesquisa ou os meus próprios anseios<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Eu não tinha tido até aqui a oportunidade de trabalhar com o Comunismo, na geografia, por diversas razões e as quais não cabe aqui debater.



Entre as fontes então, contavam-se, precisamente, quarenta e seis documentos privados e/ou pessoais, oito documentos públicos, uma fotografia e dois desenhos – sem contar as dezenas de telas onde ele assinava “J. Coimbra”. Entretanto, apenas quatorze desses documentos não tinham a pintura como tema; e tratavam-se de documentos ordinários, como RG e CIC, por exemplo. Não havia quase nada que nos informasse sobre o militante comunista entre as fontes escritas; a não ser o testemunho de uma ou outra pessoa em algum artigo de jornal, escrito em razão de alguma das exposições de telas do J. Coimbra. Nesse momento, vieram as entrevistas.

A linhagem familiar de Zé Ninguém contava, originalmente, com pai, mãe e sete filhos. Quando, em 2012, a idéia de fazer algumas entrevistas surgiu, apenas duas dessas nove pessoas estavam vivas – agora, fevereiro de 2014, enquanto escrevo esta frase, apenas o filho mais novo daquela família: João, está vivo. Parte importante em que baseamos a narrativa acerca do nosso protagonista e de seu nascimento até o matrimônio, baseia-se nas entrevistas – ainda que bem sóbrias – desse mesmo João. O mosaico se completa com fragmentos de lembranças da esposa e dos filhos de Zé Ninguém: coisas que ele teria dito; e – claro – coisas que oscilam um pouco, entre um e outro depoimento.

É também notável a oscilação dos sentimentos dessas pessoas – um benefício da evidência oral. Do desprezo absoluto da esposa de Zé Ninguém, pelo comunismo e pela pintura, até a convicção de alguns dos filhos, quanto ao papel relevante dele (pai) nas artes plásticas brasileiras, os juízos de valor são bem discrepantes.

Mas, enfim, não há nenhum indício do comunismo nessa etapa (inicial) da vida de Zé Ninguém. Diferentemente da pintura, essa faceta política surge depois. Nesse sentido, nas entrevistas com a esposa dele e com seus filhos – e alguns amigos – conseguimos encontrar o comunista que buscávamos. Por outro lado, ainda que implícito, esse comunista já se fazia falar naquelas pinturas. Ele não era, afinal, o grevista barbudo com o “Manifesto do Partido

Comunista” (memorizado) dentro da cabeça<sup>8</sup>, mas apenas um lavrador que pintava telas e que tornou-se servente em uma escola pública; e que, inclusive esteve filiado ao “Circulo Esotérico”. Era uma pessoa inteira e não, simplesmente, um recorte metodológico.

Foi assim que naquelas obras de arte Zé Ninguém montava alguns cenários aparentemente esquizofrênicos, onde, por exemplo, na “Última Ceia”, L. C. Prestes emerge como Jesus Cristo e o ex-governador Adhemar de Barros desponta como Judas Iscariotes. As referências, eventualmente díspares, figuram juntas, ou melhor, em função das grandes diferenças entre elas, eu diria mesmo que elas figuram “mestiçadas”. Tal é a complexidade do desafio ao qual nos lançamos e que, portanto, justifica prontamente nossa perspectiva micro-analítica.

Menos complexa, porém igualmente fragmentária se nos mostrou a abordagem da família nuclear do protagonista. Aliás, também aí encontramos outro desafio metodológico com uma fonte pouco convencional: uma gamela (espécie de bacia) feita de madeira. O fato é que essa instituição, ou seja, a família dispõe de uma quantidade maior de páginas em nosso texto (o presente), por conta do seu papel na vida de Zé Ninguém. Mas, em qual vida essa mesma instituição não predomina?

Poderia ser simples assim, mas não é. Todos conhecemos as reservas do marxismo contra essa instituição. Além do mais, quando analisamos o exemplo específico da família de Alcebíades (o pai do nosso protagonista), começando pela preponderância do elemento masculino – afinal, eu não disse: “a família de Dona Rita” – em razão do contexto, notamos que os motivos da veneração de Zé Ninguém por essa instituição, poderiam não se justificar. Nesse caso, o sentido dessa veneração, bem como outras nuances, me impeliram a buscar uma interpretação alternativa dos fatos – o resultado dessa busca foi a Micro-História. Ao longo deste texto, sobretudo no “Terceiro Capítulo”, essa perspectiva ficará mais explícita.

---

<sup>8</sup> O que não significa que ele desconheça o marxismo. De fato, nos parece claro que Zé Ninguém conhecia seu viés sociológico, ou seja, a “Luta de Classes”, mas, o outro viés típico, aquele econômico (“Valor Trabalho”), era desconhecido por esse sujeito.

São, deste modo, duas temáticas igualmente importantes: comunismo e família; e da segunda resulta – ou talvez o termo correto seria “co-responde” – a questão do Espaço Rural. *Pari passu*, segue também a arte, senão permeando esses três elementos, ao menos expressando alguma coisa que é também deles: como um sintoma. Por exemplo, a tela “Revolução” (O.S.T. 1984), onde se vê uma miríade de camponeses com armas, bandeiras e sorrisos, buscando afirmar que a destruição de toda a miséria capitalista virá do campo e pelas mesmas mãos que elaboram o alimento.

Enfim, no que tange ao plano de redação da tese, nós propomos uma divisão em quatro capítulos – incluídas as suas respectivas subdivisões. Esses quatro capítulos serão, evidentemente, antecedidos de uma introdução e sucedidos de uma conclusão.

No *Primeiro Capítulo*, buscando discutir a identidade de Zé Ninguém, realizou-se uma contextualização que se inicia, espacialmente, na região sul de Minas Gerais, passa pelo município de São Sebastião do Paraíso e pela propriedade rural denominada: “Varões”; onde o sujeito nasceu. Enquanto que, do ponto de vista cronológico, a contextualização vai do início do século XX, considerando o marco de 1915: data do nascimento do protagonista, atravessando recuos pontuais ao fim do século XIX, e terminando em 1943 – que é o momento no qual Zé Coimbra sai da propriedade do pai, em Minas Gerais, mudando-se definitivamente para o estado de São Paulo.

Ao longo dessa contextualização, abordamos alguns dos temas convencionais, tais como o Coronelismo, a Imigração Estrangeira e a marcha incessante da modernização na cidade e no campo. Assim como realizamos também uma descrição minuciosa da propriedade denominada Varões, das rotinas de trabalho e das relações entre as pessoas que compunham aquela família. Ressaltando, sempre que possível, durante a descrição, as exemplaridades representadas por aquele recorte; como, por exemplo, a estrutura pré-Transição daquela família ou o sistema de Auto-exploração camponesa, empreendida por Alcebíades (pai de Zé Bia) para alcançar um relativo progresso econômico.

Já no *Segundo Capítulo*, acompanhamos o sujeito em sua saída de Varões e rumo a Santos: cidade onde ele foi conhecer o Comunismo. Paralelamente, neste ponto, acentuamos os conflitos entre Zé Coimbra e seu pai, assim como seu desconforto em relação a várias questões que as circunstâncias lhe impunham.

Seguimos, depois, com Zé Ninguém, pelas cidades paulistas nas quais viveu: Fernandópolis, São José do Rio Preto, Ribeirão Pires, Mococa e Ribeirão Preto, enfatizando sempre o “clima de guerra” experimentado nesses lugares, além das circunstâncias de âmbito nacional e a leitura dessas mesmas circunstâncias, realizada pelo Partido Comunista. Eram greves, levantes, protestos etc. fatos os mais significativos, para aquele estrato social no qual o sujeito se inseria: o proletariado. Assim, intentamos demonstrar como o vivido se reflete no pensamento de Zé Ninguém, pautando-nos neste momento (principalmente) pelas fontes iconográficas, mas, não somente no pensamento, buscamos também compreender os reflexos dessas conturbadas vivências nas práticas do sujeito.

Acabamos por terminar esse percurso que se iniciou com a saída do migrante (Zé Ninguém) de Minas Gerais, num outro marco temporal: 1971. Foi quando, na cidade de Mococa, Zé Ninguém produziu um fato (e uma fonte) de muita relevância: um certo conjunto de registros pirográficos numa gamela de madeira – conjunto esse que é o objeto do *Terceiro Capítulo*.

É assim que, nesse Terceiro Capítulo, mergulhamos na memória do sujeito em busca do citado “jeito pensativo de ser”. Almejamos aí desvelar as sociabilidades do sujeito e atingir o cerne da convivência intra-familiar, a qual transformou as expectativas de Zé Coimbra em relação às perdas iniciais (em sua saída de casa). Buscaremos, por exemplo, demonstrar as tensões “internas” causadas pelas suas idéias e ações, sobretudo na conflituosa relação entre ele e sua esposa – de personalidade com características diametralmente opostas às de Zé Coimbra. Nesse ponto, é importante também analisarmos as atividades políticas dele, paralelamente à uma “militância através da arte” e a existência de alguns recuos e contradições.

Esses registros pirográficos da gamela, ordenados cronologicamente como estão, impõem-nos, primeiramente, a existência duma dimensão autobiográfica daquela fonte. É, então, necessário compreendermos as razões tanto do conteúdo quanto da ordem dos registros; além dum curioso silêncio acerca das atividades artísticas do sujeito.

Enfim, no *Quarto Capítulo*, pensamos em retomar alguns dos questionamentos mantidos em suspenso, ao longo dos outros capítulos: qual é a ligação de Zé Ninguém com a terra da infância, da qual saiu “concretamente” sem ter, em memória, jamais se desligado? Em que sentido o comunismo criou novas expectativas ou, meramente, respondeu a questões já existentes no pensamento de Zé Ninguém? Qual a função da arte como mediação entre os sentimentos e as idéias desse sujeito? O que perdeu e o que ganhou tendo sido comunista? O que ele tinha para dizer ao irmão (e companheiro inseparável, mas separado) Miguel? O que ele disse aos filhos, no leito de morte? Qual o sentido do encontro com Luis Carlos Prestes para o comunismo de Zé Coimbra?

Nesse sentido, tendo em conta os últimos anos de vida do sujeito: final da década de 1970 até 1985, buscaremos responder a tais questionamentos. Paralelamente, nos reputando ao problema inicial – da irreduzível peculiaridade de Zé Coimbra –, retomaremos a análise do significado daquele ser comunista do sujeito. Da mesma forma, ofereceremos uma interpretação, nesse capítulo final, que nos permita desvelar o modo como aquele sujeito compreendia o processo histórico. Assim, eventualmente, essa leitura da história, inscrita como estava no contexto – para além das circunstâncias pessoais que a animava – resultaria numa chave analítica, auxiliando portanto, ulteriores pesquisas. A propósito, evitamos, nesse ponto, dizer “temporalidade”, posto que a amplitude da referida leitura da história pode apenas ser aventada; no momento.

Começemos então, do começo: a terra com as pessoas descalças.

## 1. TERRA DE VARÕES

Detrás de la idea común – que dice que el hombre es prisionero del niño, y producto de la educación recibida durante los tiernos años – se perfila en el discurso de Maury la noción más compleja de un vínculo carnal con el pan que ha construido el cuerpo; y más allá de ese pan, con la tierra nutricia que ha producido los cereales, de la que fue hecho el hombre y a la que éste volverá un día: *el alma del hombre es de pan*, dice un materialista campesino del alto Ariège, cuyas palabras heréticas atraerán un día la atención de Jacques Fournier [**futuro Papa Bento XII <acrécimo nosso>**] (LE ROY LADURIE, 1981, p. 187).

Iniciamos, este primeiro capítulo, abordando a trajetória de José Coimbra Sobrinho. O objetivo aqui é identificar e explorar os anos iniciais dessa trajetória, em Varões (pequena propriedade rural em São Sebastião do Paraíso/MG). O que veremos<sup>9</sup> é o homem simples, da zona rural mineira, ainda camponês e sem qualquer tipo de pretensões políticas.

Os primeiros e talvez mais fortes valores que lhe estruturaram o caráter vieram da terra, do trabalho realizado em família, e de complexas relações de dominação que o incomodaram em sentidos diversos. Mais importante, julgo, é mostrar este camponês referenciado em seu modo de vida, pressionado pelas condições de sua época e lugar, romper com o ciclo da continuidade<sup>10</sup> (do trabalho, dos valores etc). Distintamente, portanto, do retrato e pressuposto

<sup>9</sup> “Veremos”, é preciso dizer, além da metonímia, aproxima-se muito da imprecisão, na medida em que a exiguidade das fontes nos permite, no máximo, olhar de soslaio. Devido à importância da terra e da família, na vida de nosso protagonista, não poderíamos nos furtar à exposição daquele “cenário” inicial: 1915 a 1945 (aproximadamente). A estratégia, nesse sentido, baseou-se no preenchimento das lacunas do contexto com fontes indiretas, além – é claro – da escolha pela estrutura em detrimento das ações do sujeito; estratégia essa, substituída no segundo capítulo.

<sup>10</sup> Assim como De Certeau (1982, p. 91) explicava: “Atualmente o conhecimento histórico é julgado mais por sua capacidade de medir exatamente os desvios – não apenas quantitativos (curvas de população, de salários ou de publicações), mas qualitativos (diferenças estruturais) – com relação às construções formais presentes. [...] Da mesma forma por hipótese, o ‘sentido’ é eliminado dos campos científicos ao mesmo tempo em que estes são constituídos. O conhecimento histórico fez surgir, não um sentido, mas as exceções que a aplicação de modelos econômicos, demográficos ou sociológicos faz aparecer em diversas regiões da documentação. O trabalho consiste em *produzir algo de negativo*, e que seja ao mesmo tempo, *significativo*”.

imaginados pelo PCB na literatura do período – literatura que, ironicamente, alimentaria o ideário do próprio José Coimbra, em anos posteriores.

Em diversas (e autorizadas) leituras do PCB pode-se ver um camponês inerme, cercado por cinturões de favores e dívidas feudais (ou semi-feudais) que o deixaram entregue às classes dominantes<sup>11</sup>. Esta tradição política e intelectual do PCB, que deitou raízes profundas na História do Brasil e que exerceu forte influência em nosso protagonista, não é um roteiro interessante para mergulharmos em Varões, na busca de José Coimbra. Mesmo que mostre segurança na leitura de períodos em que não houve insurreições ou acenos rebeldes, o camponês desenhado pelo PCB existiu mais em teoria que em realidade. Astrojildo Pereira (1979) admite mesmo – e no tocante a esse distanciamento quanto à realidade camponesa – que quando da publicação da “Lei Celerada” (1927), que jogou o PCB na ilegalidade, e tendo o “Bloco Operário” sido ampliado para B. O. C., o “Camponês” acrescentado na sigla, era apenas retórico.

Nesse sentido, entendemos que o ponto de vista do PCB não oferece a elasticidade necessária de que precisamos para a tarefa de perceber e entender camponeses que não foram submissos – o que não significa que tais camponeses se dispuseram a derrubar os dominantes. O mesmo ponto de vista também não contribui para lidar com camponeses que pensavam, representavam e interpretavam sua própria condição e seu mundo com alguma autonomia, mesmo que pressionados e limitados por relações de força manejadas em favor dos coronéis e seus prepostos. Zé Coimbra, cuja trajetória descreveremos mais adiante, inclui-se entre esses mesmos camponeses que viveram suas vidas de olhos bem abertos, sem moldarem-se à força das circunstâncias e, entretanto – repetimos – o ideário pecebista deitou profundas raízes em seu pensamento.

Todavia, sem desprezar os esforços do PCB de compreensão do camponês e do devir político naquele momento histórico, o investimento que

---

<sup>11</sup> Otávio Brandão (2006) fala de uma servidão medieval que obstrui a consciência de classe dos trabalhadores rurais. Embora, nesse mesmo livro e timidamente, ele demonstre existir uma função para o camponês no processo revolucionário.

aqui (neste capítulo) se faz sobre o percurso de um comunista, quando este ainda não o era, é certamente uma abordagem alternativa e um método idôneo para discutir duas dimensões inseparáveis. Por um lado, ele foi um camponês, sem que, talvez, o teria assim percebido a literatura especializada; ao mesmo tempo, ele foi também (mais tarde) comunista, por caminhos que o PCB dificilmente descreveria. Isso exigiu grandes esforços de pesquisa, de minha parte, e espero ter conseguido estruturar este quadro de análise apesar da exiguidade das fontes – no que tange a esse momento inicial da trajetória de vida do sujeito.

Por tais razões, iniciei meu caminho onde foi possível enxergar Zé Ninguém em seu mais distante passado, na casa de sua infância, em meio àquela sua família (de modelo) pré-Transição Demográfica e vivendo da agricultura de subsistência apoiada no regime de Auto-exploração camponesa. Paralelamente, tentei rastrear seus passos para compreendê-lo em meio à História, a partir de sua trajetória; marcada por expectativas e tão cheia de desilusões que fariam muitos desistirem. Uma trajetória que se direciona à saída de São Sebastião do Paraíso, onde nasceu (em 1915) e onde seria enterrado (em 1985), rumo a tantas cidades – em busca de uma vida melhor, de uma resposta à questão da injustiça e de sentimentos feridos pela dureza da vida –, encarnando sete décadas de História, ou melhor, praticamente todo o “curto século XX”: no dizer de Hobsbawm.

### 1.1. O LUGAR ONDE ZÉ BIA NASCEU

Quando, no início do séc. XIX, Ayres de Cazal escreveu, sobre São Carlos de Jacuhy: “[...] Fica perto da raia da provincia de S. Paulo: gado he a riqueza de seus habitantes” (CAZAL, 1817, p. 381), os primeiros (futuros) paraisenses, oriundos da atual cidade de Jacuí (a mesma São Carlos de Jacuhy), que se encontra a 35 km de São Sebastião, naquele momento já



mineiros – mas não brasileiros –, ainda não haviam constituído, em 25 de outubro de 1821, na “Fazenda da Serra”, o marco “oficial” e primevo, daquilo que hoje – passados quase 200 anos – se chama São Sebastião do Paraíso.

Paraíso porque, também “oficialmente”, diz-se que dois grandes proprietários de terra<sup>12</sup>: Antonio Soares Coelho e Antonio Antunes (Maciel) conversavam naquela “campina verdejante, ornada com alguns ipês e uma fonte de água cristalina”, ao cair da tarde de 21 de outubro de 1821, quando “raios solares eram filtrados por coloridas nuvens que restaram da chuva que caíra horas antes” (FERREIRA, 1973, p. 14). Nessa conversa inacreditável, Antonio Soares teria dito para o proprietário da “Fazenda da Serra”, onde conversavam: “Compadre Antonio Antunes, isto aqui é um paraíso, aqui deverá ser construída a capela” [de São Sebastião] (*Ibidem*). Foram doados 50 alqueires cujo preço era de cem mil reis (*Idem*, p. 15): aproximadamente, R\$ 13.320,00, hoje<sup>13</sup>. Fato que demonstra ser, a especulação imobiliária, uma prática nem um pouco nova no Brasil, posto que as áreas contíguas – presumivelmente do mesmo proprietário – se sobrevalorizariam em consequência da mudança da natureza daquelas terras.

Depois, sucessivamente, a Capela de São Sebastião recebe a “cura” do bispo de São Paulo, emancipando o povoado (da tutela religiosa), de Jacuí e de Minas. “Já em 1855, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Presidente da Província de Minas Gerais, elevava [...] São Sebastião do Paraíso à categoria de Freguesia” (FERREIRA, 1973, p. 17). O título de “cidade”, só viria em 1873 (*Idem*, p. 21).

É, também, forçoso ressaltar, tratando-se aqui (o texto) de um produto historiográfico, essa circunstância geográfica, qual seja, que o outrora Sertão de Jacuhy, como recorte espacial – sob o ponto de vista metodológico – consiste num objeto em si; com sua autonomia em relação às províncias de

---

<sup>12</sup> O tio de Antonio Antunes, João Antunes Maciel, obteve a “Primeira Sesmaria”, das 48 cartas, de Minas Gerais (FERREIRA, 1973, p. 10). O que demonstra a influencia dessa família.

<sup>13</sup> Com base na “Lei nº 59, de 08/10/1883”, que estabeleceu a equivalência de Rs 2\$500 = 1/8 de ouro, considerando a cotação atual do ouro: 1g = R\$ 93,00, e considerando também que uma Oitava de ouro são 3,585 gramas, ou seja, 333 reais, chega-se então ao valor de pouco mais de 13 mil reais (não daria para comprar um único escravo).

Minas e São Paulo. De forma que falar em mineiros e paulistas – assumindo implicitamente uma cisão identitária no bojo de um grupo de comunidades que foram se enraizando naquele sertão, é certamente equivocado. Infelizmente a utilização dos gentílicos – mesmo que, e apenas, com fins didáticos – é inevitável.

Desnecessário é argumentar que as fronteiras político-administrativas, do modo como são construídas em alguns Estados Nacionais – o Brasil, por exemplo – são mormente arbitrárias. Elas não respeitam descontinuidades étnicas (para evitar dizer também “raciais”), históricas ou, eventualmente, ecológicas. E elas (fronteiras) quando estão presentes em zonas desérticas (inclusive nos desertos florestais) onde não existem marcos, ou mesmo quando são “caprichosamente” traçadas no interior de fenômenos contínuos, num gesto autocrático de uns líderes (sempre efêmeros); impõem ao pesquisador posicionar-se criticamente – essa é uma preocupação que também se nos fala.

É assim que encontramos, ao longo do séc. XIX, essa protorregião que recebera dinamicamente o patrônimo de mineira ou paulista, conforme a hegemonia das duas províncias se fazia, mais ou menos, presente. Esse sertão, de Jacuhy, na fronteira entre as pessoas jurídicas: São Paulo e Minas como um “pomo da discórdia”, não possuía nenhum critério mais “objetivo”, para ocupar o norte e o sul de uma fronteira, que não a mera cobrança de tributos<sup>14</sup>. Aliás, essa mesma região está, por sua vez, inserida numa unidade regional mais abrangente – a lhe servir de gênero – e unidade essa bem mais objetiva. Trata-se de uma unidade econômica<sup>15</sup>, na qual a cafeicultura viria a

---

<sup>14</sup> “[...] após a Guerra dos Emboabas de 1710, o governo português separou as capitanias de São Paulo e Minas Gerais. Grandes discussões foram abertas para delimitar a divisão dos bispados mineiro e paulista que, mais que uma rivalidade pelos rebanhos de fiéis, refletia a disputa ferrenha entre os atuais estados de São Paulo e Minas Gerais pelas terras e ouro do sul mineiro. Assim, em 1755, a região do Sul de Minas era paulista; em 1764, pertencia à Capitania das Minas; e, em 1775, retornava ao Bispado de São Paulo. Isto criava uma situação muito peculiar para nossa região que era governada, no civil, por Minas Gerais e, no eclesiástico, pela diocese de São Paulo. Em 1778, ainda prosseguia a discussão sobre os limites. Um mapa da época mostra que o Bispado de São Paulo estava governando uma parte de Minas Gerais à margem esquerda do Rio Sapucaí. No lado esquerdo do mapa [*na ilustração*], podemos observar uma igreja e a inscrição *Jacuhy* – que era a região conhecida como Sertões do Jacuí, nossa primeira denominação.” (HISTÓRIA, 2000, p. 19)

<sup>15</sup> Me refiro à região na qual São Sebastião do Paraíso estava incluída – embora no limite. Região que não existe administrativa ou cartograficamente, mas que – quase posso afirmar –

ser o carro-chefe do “projeto oficial”, determinante e determinado das elites, ou seja, um projeto imposto, implantado de cima para baixo. Mas, trata-se também duma unidade social onde valores, tradições, práticas etc, estavam se cristalizando, num processo de “gestação cultural”. Por falta de um nome, que ela (a unidade) seja então descrita, primeiramente em sua fisionomia.

Ambas as serras: Mantiqueira e Do Mar, pertencem à unidade Geomorfológica mais abrangente, conhecida como Serras Atlânticas. Do ponto de vista morfoestrutural, trata-se de dobramentos orogênicos. O geógrafo Aziz Ab’Saber costumava denominar o Domínio Morfoclimático resultante desses dobramentos, de “Mares de Morros” (1966). As características principais que definem tal domínio é seu relevo com aspecto de “meia-laranja”, ou “mamelonares” (FIGURA – 2). Junte-se a isso a monotonia de sua presença ao longo da faixa litorânea, desde o Nordeste até o Sul do País (perfazendo cerca de 1.000.000 km<sup>2</sup>) e compreende-se a razão da metáfora que lhe deu nome.

---

**FIGURA – 02 – Serra do Chapadão<sup>16</sup> (aproximadamente 10 km, a leste, do perímetro urbano de São Sebastião do Paraíso).**




---

existia geoeconomicamente. Como o objetivo do meu trabalho não é delimitá-la, quero ao menos supor sua presença, em razão de um “determinante econômico”; qual seja: o “Capital Cafeeiro”. No final deste “primeiro capítulo”, o mal-estar que o termo “determinante econômico” pode gerar, a princípio, será desfeito; quando explicitarmos a fragilidade dessa determinação.

<sup>16</sup> “Serra do Chapadão”, fotografia de Mailson Andrade, São Sebastião do Paraíso, MG. Panoramio, 2011. Web. 20 mai. 2012.

Por tratarem-se de gigantescas rochas plutônicas, portanto, muito antigas, dobradas e falhadas, expostas a intenso intemperismo químico, físico e biológico (uma vez que o clima regional é o Tropical Úmido), os Mares de Morros são caracterizados por densas redes de drenagem e pela floresta latifoliada tropical. Floresta que, na encosta da Serra do Mar, é conhecida como Mata Atlântica. Aliás, a existência dessa vegetação, mesmo no começo do séc. XX e numa região afastada como São Sebastião, já não se fazia presente; o que não se poderia dizer dos cursos de água. Quando Luiz Ferreira (1973, p. 101-102) escreveu seu trabalho de literatura memorialista, os córregos “Fundo” e “Do Atalho”; os ribeirões “Do Sapé” e “Das Palmeiras”; além do “Rio Santana”, não haviam sido assoreados. Sobre esse último:

[...] de profundidade variável de 0,30 a 1,00 metro [...] nasce em Monte Santo de Minas. Passa por “Frazão”, “Lageado”, “Freitas”, “Barra do Lontra” e “**Varões**”, [...] o rio dá trairas, piabas, capineiros, mandis, peixes-cigarras, curimbatá, piaparas etc. [...] Extensão: 30 quilômetros. (Ibidem, grifo nosso)

Esse mesmo Rio Santana (FIGURA–4), sobre o qual falarei mais detidamente adiante, permanece presente, atravessando aquela mesma região, não obstante as agressões sofridas; agressões essas, fruto duma Sociedade e uma Economia atuais que alteraram-se, talvez mais rapidamente, do que o próprio rio assoreado. Alterou-se enfim, aquela “Varões”: a propriedade rural de cerca de 20 alqueires (mineiros), a qual constitui-se no objeto deste sub-capítulo. Mas, também, propriedade na qual inicio esse percurso do sujeito (ainda o Zé Bia) e o percurso metodológico que deve resultar – no fim deste capítulo – na descrição/contextualização desse árduo Lugar: essa “Terra de Varões”.

A altitude de grande parte da região – onde insere-se “Varões” – resulta num clima mais ameno – uma lei empírica estabelece que a cada 1000 metros a temperatura decresce 7° C. Nesse caso, o sítio urbano de São Sebastião do Paraíso, a 940 metros de altitude, apresenta temperaturas de pelo menos 6° C inferior àquela que apresentaria se estivesse no nível do mar. Mas isso não é

tão significativo quanto a presença das “chuvas orográficas”<sup>17</sup>. Deste modo, as Serras Atlânticas – sobretudo a barlavento – são uma região muito úmida. Ora, a pedogênese (“nascimento dos solos”) é mais ou menos acelerada conforme a presença de umidade (principalmente, mas não exclusivamente); umidade essa que resulta em intemperismo químico e proliferação de organismos vivos, os quais vão realizar o (intemperismo) biológico. Fosse essa região mais plana, os solos resultantes seriam exclusivamente latossolos<sup>18</sup> (“solos profundos”). Mas as variáveis são múltiplas. Por exemplo, na região do Sertão de Jacuí, nas proximidades de “Varões”, a presença do Latossolo Distrófico (ácido) combina-se com Argissolos (ambos, na classificação SiBICS); solos esses (os últimos) condicionados, via de regra, pela presença de um substrato granítico. O granito está entre as rochas que compõem os dobramentos locais.

Mas, São Sebastião do Paraíso está no limite sul desses dobramentos, pois encontra-se, especificamente, numa faixa de rochas sedimentares anteriores ao Derrame Basáltico que formou a P.M.P. (Província Magmática do Paraná) e/ou metamorfozadas, com intrusões de rochas básicas<sup>19</sup> em diques e *sills* (MACHADO ET AL., 2007). Por outro lado, a paisagem que resulta desses Mares de Morros apresentava-se aos habitantes de “Varões” como experiência imediata; da mesma forma que a chuva – muito freqüente ali, entre os meses de outubro a abril (FERREIRA, 1973, p. 98) – e, com a chuva, aquele céu emoldurado pelas montanhas; recorrente (na memória do sujeito e) nas fontes iconográficas.

---

<sup>17</sup> São três as formas de se originarem as chuvas, quais sejam, **1)** orograficamente: com a presença de montanhas, **2)** convectivamente: nas zonas de calmaria equatoriais e **3)** ciclonicamente: pela convergência em uma depressão. (AYOADE, 1996, p. 161)

<sup>18</sup> Adoto aqui algum rigor na utilização de conceitos (aparentemente extravagantes na Historiografia) referentes aos solos, rochas etc, para evitar uma descrição como essa: “As terras de Santena não eram das melhores. Embora em planície, na avaliação preparatória do cadastro de 1701, elas foram consideradas, em grande parte, terras aráveis de quarta categoria” (LEVI, 2000, p. 94). Descrição (desse autor admirável, mas) na qual fica difícil entender alguma coisa e que poderia ser substituída por uma informação, mesmo atual, acerca da natureza do solo – posto que a perda de solo, no clima piemontês e considerando os prováveis usos daquele solo, é insignificante em 300 anos. Enfim, pelo fato de que eu tenha algum contato com a Pedologia, preferi lançar mão de uma descrição mais precisa; pecando antes por excesso do que por negligência.

<sup>19</sup> A importância dessa informação relaciona-se ao solo (e conseqüentemente à agricultura): rochas básicas tendem a gerar ótimos solos que, no caso desta região, são quase sempre absorvidos pela cafeicultura; enquanto que rochas sedimentares geram solos menos férteis.

Voltando então à terra. Na impossibilidade da coleta de um perfil *in loco*, que num trabalho de Pedologia se tornaria essencial, tive que presumir, pela simples visualização do Mapa de Solos do Estado de Minas Gerais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA et al., 2010), que “Varões” dispunha de Argissolo Vermelho Eutrófico<sup>20</sup>, o qual é ideal para o plantio de cereais; sem calagem e adubação (leia-se: sem custos de implementação). Informação que combina-se com aquela recebida em depoimento: “a terra era muito fértil”<sup>21</sup>. A qual, entretanto é preciso somar-se outra, para (inclusive) a veracidade do mesmo depoimento: “e plantávamos arroz na várzea” – fato que demonstra a existência de faixas de Gleissolo<sup>22</sup>.

Terra fértil parece ser a regra nesse município. Segundo Ferreira (1973, p. 118), – que, aliás, fora prefeito de São Sebastião do Paraíso (entre 1971 e 1973) e se chamava L. Ferreira “Calafiori”, tendo omitido seu patrônimo na ficha catalográfica – haviam então, no município (ele deve se referir à década de 1970), município esse de 815 quilômetros quadrados, 1.618 propriedades rurais, sendo que 12.331 (21,5 %) hectares de terra eram consideradas “fracas”, enquanto o restante (78,5%) se dizia “boa” ou “regular”. Presumo que, aquilo que o autor denomina “boa”, deva ser o Nitossolo – cuja existência, condicionada pelas rochas básicas dos *sills*, é atestada por Vieira *et al.* (2010), –, solo esse outrora chamado de “Terra Roxa”; enquanto que o “regular”, talvez se refira ao Argissolo (eutrófico?); e, certamente, o Latossolo era a terra dita “fraca”. Esse mesmo autor (*Idem, ibidem*) fornece ainda uma informação que, banal, é a chave interpretativa para este “Primeiro Capítulo” (do presente texto):

---

<sup>20</sup> A definição de Argissolo é: “Solo bem evoluído, argiloso, apresentando mobilização de argila da parte mais superficial” (TOLEDO; OLIVEIRA; MELFI, 2000, p. 161). Por outro lado, solos eutróficos são aqueles cujo percentual de saturação por bases é superior a 50%, o que equivale dizer que não são ácidos e, portanto, permitem que a raiz das plantas absorva os eventuais nutrientes e se desenvolva bem.

<sup>21</sup> (SOUZA NETO, 2012). Essa entrevista deu-se no momento em que eu buscava formar, inicialmente, uma ideia geral sobre esse avô que eu mal conhecia. Me informei acerca do endereço desse irmão de José Coimbra, o João; e pude conversar alguns minutos com ele, que se mostrou muito simpático, porém lacônico. Durante a partilha dos bens do falecido Alcebiades (o pai de José e João), ele, o João, teria se indisposto com José; teria até mesmo mudado a cerca de lugar (a cerca que dividia a terra herdada por um e por outro).

<sup>22</sup> “Solo hidromórfico (saturado em água), rico em matéria orgânica, apresentando intensa redução dos compostos de ferro”. (TOLEDO; OLIVEIRA; MELFI, 2000, p. 161)

onde a fertilidade da terra é “boa”, planta-se o café; onde é regular, planta-se arroz e milho; onde é “fraca”, o pasto da pecuária. Mais do que isso: 165.000 sacas de café, contra 80.000 de milho e 70.000 de arroz (*Idem*, p. 119), ou seja, mais café do que arroz e milho somados. Café e Milho: Valor de Troca e Valor de Uso: Cidade e Campo.

Numa interpretação hoje superada, alguns teóricos diriam que a localização geológica condenou Minas Gerais a viver da sua terra. Mais precisamente, foi (o Estado) condenado a viver das rochas, [...] “Noventa por cento de ferro nas calçadas. Oitenta por cento de ferro nas almas”<sup>23</sup>. Assim como, seus habitantes, os quais progrediram duma “idade do ouro” (sec. XVIII e XIX) a uma “idade do ferro” (sec. XX) – na atividade mineradora. Já noutra interpretação, no tempo mais longo (ou lento), tempo que engloba essas duas “idades”, estão fixos alguns Morros Testemunhos (FIGURA–3) que, estruturas reminiscentes (ou poderia ser dito, que “ofereceram resistência”) do antigo “nível do chão”<sup>24</sup>, vão compor o horizonte, lado a lado com as serras, na paisagem experimentada por nosso sujeito:

O que há por trás dos montes de Zé Coimbra? Esta é a primeira pergunta que me vem ao contemplar seus quadros. Por trás dos montes está seu coração. É também onde esconde o sol; e os carreiros, tangendo bois, não ousaram chegar. [...] Percorrendo a região de São Sebastião do Paraíso vi esses montes, de cume chapado como uma mesa, chamados na região de baús. (CARDOZO, s/d, p. 05)

Morros (montes) que não estão no Quaternário, ou no Holoceno (o presente “geológico”), mas, sobretudo, no imaginário de Zé Bia e testemunhados, sistematicamente, por suas telas mais do que pela litologia resistente (o Diabásio). Morros vivos porque, mais do que a própria morada do pintor, em “Varões”, quando ele ainda não sabia pintar, um significado como

---

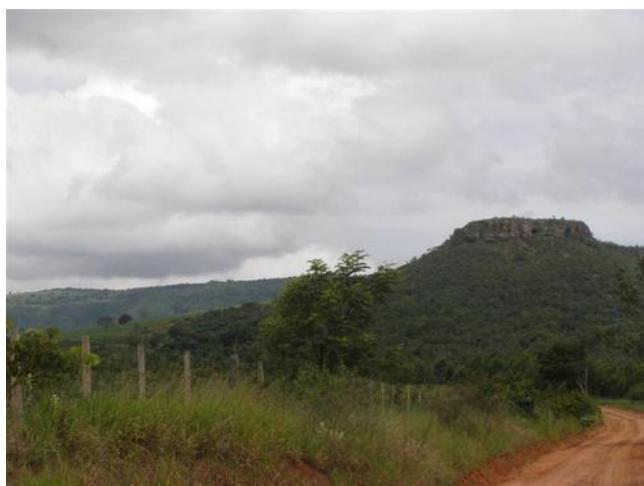
<sup>23</sup> Carlos Drummond de Andrade. Confidência de Itabirano. In: *Sentimento do Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1940. P. 09.

<sup>24</sup> No caso do Morro da Mesa (FIGURA – 3) a intercalação de Arenitos e Diques de Diabásio (MINAS GERAIS, 2003), causou a menor friabilidade do “corpo” que “sobreviveu” no relevo, depois do seu entorno ter sido erodido.

esse é um enclave, um resquício social. Quase se poderia dizer, pensando acerca do imóvel tempo geológico, que aqueles morros estavam lá desde sempre; assim como o mundo que, no imaginário dos camponeses medievais (do texto de Le Roy Ladurie, 1981) “no tiene comienzo ni fin” (RANCIÈRE, 1993, 90).

---

**FIGURA – 03 – Morro da Mesa<sup>25</sup> (aproximadamente 17 km, a oeste, do perímetro urbano de São Sebastião). Exemplo de relevo tabuliforme.**



---

Mas, deixemos essa discussão para outro momento e continuemos nossa descrição daquela “Terra de Varões”. Uma terra de homens duros e de mulheres duras. Uns e outras, depois, paradoxalmente, personagens da expressão delicada de Zé Coimbra.

## 1.2. A FAMÍLIA DE ALCEBÍADES

A família de Zé Bia era exemplar. O que não significa que “era feliz, mas que era igual a qualquer outra”<sup>26</sup>. Tanto sua família nuclear quanto sua família

---

<sup>25</sup> “Morro da Mesa”, fotografia de Aline Patrícia, São Sebastião do Paraíso, MG. Panoramio, 2012. Web. 20 mai. 2012.



linear,<sup>27</sup> enquadravam-se na média; a média das famílias pré-Transição Demográfica, brasileiras. Sejam quais forem as causas – a discussão sobre isso é muito controvertida –, a questão é que no Brasil, a “família média estatística”, se transformou bastante na segunda metade do século XX. Ora, numa comparação entre a informação contida em Ferreira (1973, p. 21) – citação onde encontramos um crescimento vegetativo de 3,3% (para o ano de 1875) – e os dados do Censo “2010” (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), fica patente o encolhimento das famílias brasileiras (e paraisenses):

Ano de referência	Domicílios (São Sebastião)	População total	Pessoas por domicílio
1875	410	5.621	13
2010	20.736	64.980	3,2

Outrora, aquilo que se convencionou chamar de “modelo vitoriano”, “família vitoriana” etc, ainda não existia; não aqui. De qualquer modo, o fato se tornou ideologia (GAY, 2002) e o processo da Transição Demográfica, como padrão de civilidade, chegou ao Brasil (tardamente, aliás). Se “[...] muitos bebês morriam e uma quantidade assustadora de crianças que tinham a sorte de sobreviver ao primeiro ano de vida era ceifada por enfermidades da infância para as quais não havia cura na época [...]” (GAY, 2002, p. 62), sem falar das mães que sucumbiam de “febre do parto”, após as revoluções na saúde, que correram *pari passu* às Revoluções Urbana e Industrial, já se falava em planejamento familiar e com vistas ao excedente de “bocas para alimentar”. Pois, num primeiro momento, reduziram-se drasticamente as mortalidades sem que se reduzissem, como compensação, os nascimentos.

<sup>26</sup> Estou fazendo uma menção à frase inicial do romance “Ana Karénina”. Tolstói havia escrito: “Todas as famílias felizes são iguais. As infelizes o são, cada uma à sua maneira.” Naturalmente devemos presumir que Tolstói está afirmando que a felicidade é um dos aspectos do tédio; felicidade essa devendo ser entendida na “acepção materialista”, ou seja, aquela segundo a qual o objetivo da Economia era a felicidade pública.

<sup>27</sup> “Linear” é utilizado aqui, numa referência à “Linhagem”, ou seja, a descendência na acepção ocidental do termo (BATALHA, 1995, p. 752); onde, no exemplo de Zé Bia, devem ser considerados os irmãos e os pais.

Assim como na “família mediana”, também o Lugar em que, na média, os Ciclos de Vida<sup>28</sup> se desenrolavam sofreu mudanças – ainda mais radicais, inclusive. Se, em 1950, a população brasileira era principalmente rural – 33.161.506 hab., correspondendo a 63,84% da população total (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007) – meio século depois esse percentual caiu abaixo dos 20%. Assim, o Lugar onde as pessoas nascem e constituem-se enquanto tais é, no Brasil de pelo menos cinquenta anos atrás e até hoje, “medianamente” urbano. Essa é a regra, mas não era o fato. Onde, a família vasta, de Zé Bia, floresceu, nas primeiras décadas do séc. XX, o Lugar era – idilicamente – descrito desta forma:

A Vila está situada na extremidade do campo, ao poente, em lugar elevado, e por isso, isenta de geada. Os campos são excelentes para criar e estão rodeados de cultura. Produz bastante café, cana, milho, fumo, algodão, mandioca, feijão etc. Em seus campos existem perobas, aroeira, bálsamo, ipê, sobragil, amoreira, cangerana, massaranduba, angico, guarita, pereira e cedro.” (FERREIRA, 1973, p. 20)

O que, para além da problemática cisão operada pelo autor dessa descrição, uma cisão entre um “panorama estético” e um “panorama prático” – que, em última instância é um epifenômeno da separação entre produção e consumo (WILLIAMS, 2001, p. 164) –, implica uma realidade social completamente oposta àquela onde, por exemplo, o próprio memorialista, Luiz Ferreira, trabalhou em seu inspirado texto.

Tratava-se (aquele Lugar) do “rural” propriamente dito. Rural onde, em 1973 – quando Luiz Ferreira escreveu seu texto – e, *a fortiori*, hoje, encontraríamos um “urbano”. Um “rural” – repito – cindido entre um Território de produção e exploração, de um lado; e uma Paisagem de contemplação e deleite, de outro; mas ainda assim uma configuração absolutamente distinta

---

<sup>28</sup> “O conceito de Ciclo de Vida tem sido tradicionalmente utilizado nos estudos sobre movimentos migratórios e se refere à passagem, do indivíduo, pelas diversas fases de sua vida, desde o nascimento à morte” (PEIXOTO, 1998, p. 19). Estejamos, contudo, cientes dos problemas que esse conceito impõe: “Contudo, esse conceito possui uma denotação rígida, segundo a qual as pessoas nascem, crescem, casam-se, têm filhos etc, o que excluiria de seu escopo, os celibatários, as famílias monoparentais etc.” (*Idem, ibidem*)

daquela que encontraríamos hoje, numa São Sebastião com suas “máquinas de morar”<sup>29</sup>, tardiamente implantadas. Uma São Sebastião (hoje) com suas avenidas de C.B.U.Q. (concreto asfáltico) e a “Lagoinha” – no meio da malha urbana como num arremedo das famosas “*Garden Cities*”. Aliás, a preocupação com a geada contida na citação – até mesmo a existência da geada – é uma questão que não mais está presente no nosso imaginário, vivendo como vivemos hoje em cidades; e vivendo como vivemos sem saber (mais) do temor de perder as plantações quando da ocorrência desse fenômeno climático (a geada).

Ali, na casa de seis cômodos, em “Varões”, moravam o pai, Alcebíades de Souza Coimbra e a mãe, Rita Pereira de Souza; juntos com os sete filhos: Miguel, José, Conceição, Joaquim, Manoela, João e Maria. Zé Bia foi o terceiro a nascer, posto que sua primeira irmã Maria morrera de tétano. Ironicamente, Dona Rita deu à luz duas Marias: a primeira lhe morreu ainda no colo (era apenas um bebê quando morreu) e a segunda sobreviveu à sua própria morte (D. Rita faleceu durante esse parto). Importante é destacar que essa residência, da qual passo a falar, é posterior à constituição da família que é aqui descrita. A verdade é que havia outra casa, bem menor e de taipa, onde Alcebíades e Rita moravam, mas sobre a qual as entrevistas não informam, ou melhor, João de Souza Neto, cuja memória se me mostrou menos promissora do que era esperado, não informa<sup>30</sup>. Com o nascimento de Maria Rita e a consequente morte de Dona Rita, não tardou para que Alcebíades mudasse para a “casa de seis cômodos” apontada aqui. Nessa residência ele teria, junto com a nova esposa, Dona Laura, mais dois filhos: Maria José e Osório.

Foi então, nesse local, que Zé Bia voltaria para riscar com carvão, na parede, um desenho muito simples, mas inaugural. Sobre o mesmo desenho

---

<sup>29</sup> Me refiro ao edifícios da chamada “Arquitetura Moderna”, que a mim se parecem com caixas de sapato postas de pé. Segundo Le Corbusier, eles deveriam ser encarados como verdadeiras *máquinas de morar*.

<sup>30</sup> Existe, porém, esta referência sem fonte: “José Coimbra ou Zé Biá, como gostava de ser chamado na sua infância, nasceu a 19 de janeiro de 1916 na cidade de São Sebastião do Paraíso (MG) num sítio de propriedade seu avô [...]” (COIMBRA, 1981, p. 03). Assim, aparentemente, tendo sido o local de nascimento do nosso protagonista, aquela casa de taipa em “Varões”, Alcebíades teria herdado aquelas terras.

um tio teria dito, na ocasião, que ele era um artista. Zé Bia – esse (quase) patrônimo, que indicava que seu pai era o Bia (Alcebíades), o acompanhou por muito tempo. A partir de então, nas telas que pintou, a assinatura “J. Coimbra” indicaria esse outro batismo.

Aquela casa<sup>31</sup> possuía um porão alto, tal qual as casas coloniais alteradas no início do século XIX (REIS FILHO, 1997), embora não apresentasse aquela abertura gradeada visível externamente, para a respiração do ambiente. Era feita de tijolos, segundo uma solução arquitetônica baiana muito usual então (COSTA, 1995, p. 453), além de possuir “janelões” e uma cor branca resultante duma pintura com cal – outra circunstância comum. A partir da fachada frontal subia-se por uns degraus feitos com pedras. As mesmas pedras rústicas de que era feito o porão; e um exemplo da Arquitetura Vernácula: “[...] aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, com seu limitado repertório de conhecimentos num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recursos em condições climáticas bem características.” (LEMOS, 1989, p. 15).

Era uma casa de soalho de madeira (colonial) típica, onde havia uma sala (quase) vazia – com apenas uns bancos de madeira – na parte frontal da planta, além de três ou quatro quartos (na entrevista ficou difícil precisar) com camas rústicas onde haviam arames e molas ao invés da nossa atual grade de madeira, para se colocar o colchão de palha. Havia também um corredor que, atravessando a residência como uma coluna dorsal, chegava até a cozinha; uma cozinha grande como a sala, onde existia um fogão de lenha, vários utensílios de metal (panela de ferro, chaleira etc) velhos e umas cabaças cortadas ao meio que faziam a função das vasilhas de polímero muito comuns na atualidade – tais como a chamada “*Tupperware*”. Pela janela da cozinha via-se, embaixo, o curral, pois esse mesmo cômodo era muito alto em relação ao

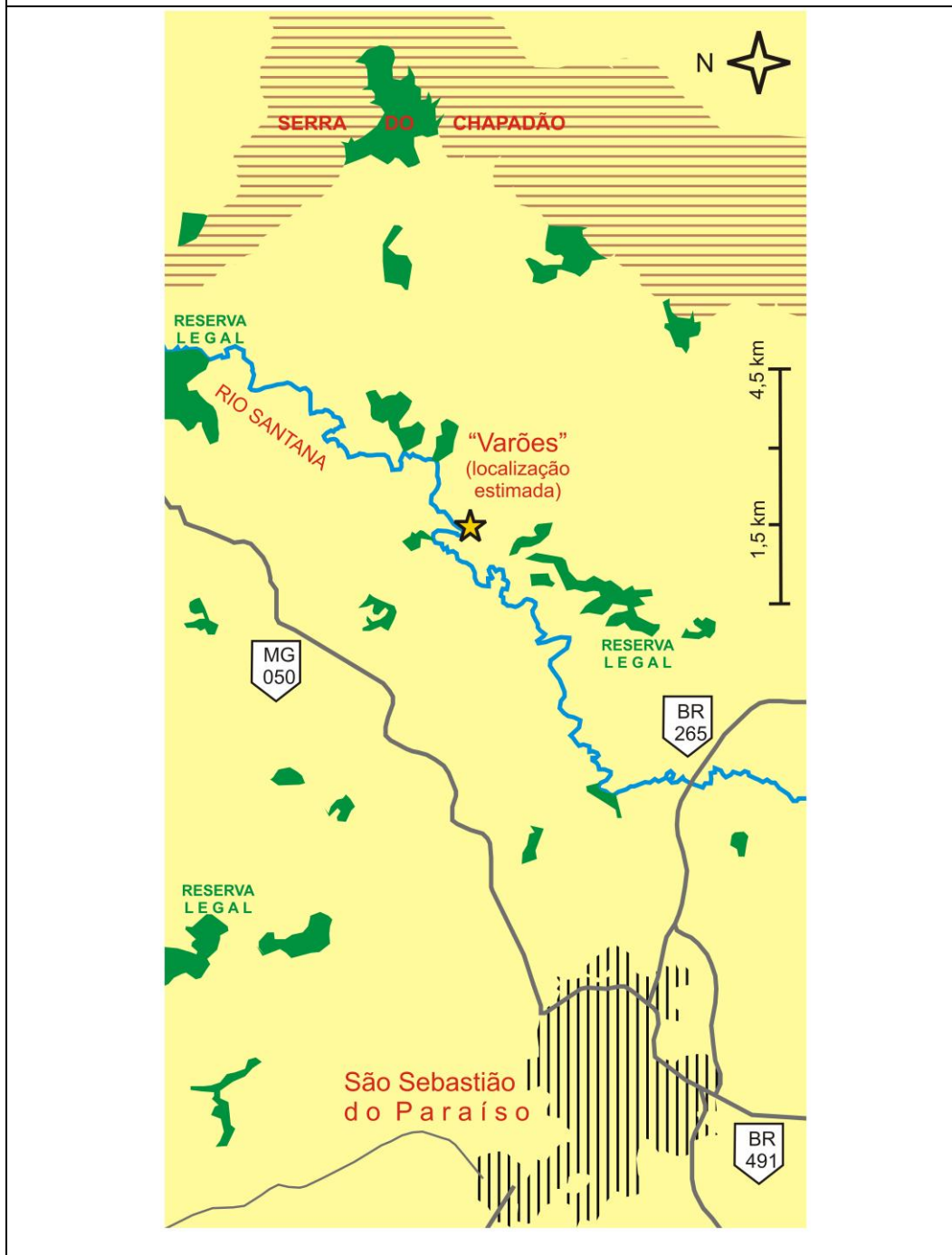
---

<sup>31</sup> A descrição do imóvel deriva de uma entrevista feita com a filha mais velha de José Coimbra (Z. A. Coimbra, 2012). Ela sempre demonstrou alguma resistência a responder perguntas sobre seu pai. A frase: “eu não me lembro dessas coisas” sempre interrompeu a sequência dos depoimentos. Além disso, o fato de que eu tenha sido criado com ela (minha tia), talvez tenha impedido de que ela me levasse muito a sério. A propósito, a impressão que tenho no tocante à recepção dessa pesquisa pelos familiares, varia entre duas ideias negativas: ou pensaram que eu fazia mexerico ou que fazia uma biografia.

nível do solo. Descia-se, da porta dessa cozinha em direção à bica, pelo menos uns quinze degraus de pedra; e nessa mesma bica se conseguia a água ausente na própria residência. A mesma água em que se lavavam os utensílios domésticos era utilizada para lavar as roupas costuradas pelas mulheres e com sabão de cinzas, num batedor feito no próprio local. Além de que, ela era levada em potes para a cozinha, onde a Vó Laura (a segunda esposa e que, portanto, não era a mãe de Zé Bia) cozinhava arroz e feijão (plantados em “Varões”) com a taioba, o inhame, e a abobrinha que se achavam por ali, no mato, como erva daninha.

Na época de milho, que era abundante e enchia o paiol – paiol que havia no quintal –, cozinhava-se o cereal para comer ou punha-se este milho na água para “inchar”; e, em seguida, alimentar com tal produto aos porcos. Aliás, não obstante a existência dessas reses, somadas às aves e aos bovinos, raramente se comia carne naquele domicílio, posto que o preço dessa mercadoria, além da mentalidade do proprietário, Alcebíades, impunha como norma de aproveitamento desses recursos, o “Valor de Troca” em detrimento do “Valor de Uso”.

De qualquer modo, sendo o filho mais velho, Zé Bia talvez viesse a ter maiores responsabilidades. Nesse sentido, a exigência suplementar de “mão-de-obra”, como conseqüência do aumento da demanda por comida (na conta em que seus irmãos nasciam), o levaria a auxiliar os pais na produção de subsistência, tão logo a idade permitisse. Aliás, isso nunca tardava a acontecer, pois o “trabalho duro” do camponês era – como o trabalho exasperante nas minas de carvão do Oeste da Inglaterra – um trabalho simples, que qualquer criança conseguiria desempenhar – principalmente nas épocas em que a legislação servia como ferramenta para tanto.

FIGURA – 4 – Localização de "Varões" e do Rio Santana<sup>32</sup>.

O pai, Sr. Alcebíades comprava novilhos na região onde, em 1958, se construiria a hidrelétrica de Furnas e “tocava” o rebanho até São Sebastião do

<sup>32</sup> Mapa elaborado por nós a partir duma imagem de satélite da *DigitalGlobe* [20° 53' 31" S, 46° 53' 40" O, alt. 21,6 km, Google Earth, 17/09/2012].

Paraíso para vendê-lo. Em sua propriedade (de 20 alqueires), na época em que Zé Bia ainda trabalhava com ele (situação essa que não ultrapassou 1940), Alcebíades possuía cerca de 30 desses mesmos animais – neste caso, gado de leite –, cuja produção auxiliava deveras nos rendimentos. Diariamente os animais eram ordenhados por sua esposa, D. Rita, enquanto, tranquilamente, Sr. Alcebíades repousava até que a “mesa do café estivesse posta” – hábito comum, segundo ouvi, entre as famílias androcêntricas da época. Essa mesma D. Rita, diga-se de passagem, exerceu, ao longo de sua vida, um duro papel de esposa, mãe e empregada, dedicando-se, provavelmente, com maior intensidade à última feição; motivo pelo qual não costumava “agradar” aos netos com algum tipo de quitute – hábito esse, verdade seja dita, que coube à esposa do “Tio João” (de Souza Neto).

Para além dessa pequena produção de mercado: primeiro, o transporte de gado e secundariamente, a ordenha de leite; o tempo era dedicado, salvo as pausas para alimentação e descansos (como a sesta) ao plantio de feijão, milho e arroz na várzea. O Rio Santana (FIGURA – 4), que atravessava a propriedade, também fornecia um suprimento considerável de proteínas (de origem piscosa) além do Gleissolo (solo hidromórfico) para o cultivo de arroz. Outra serventia do rio era a energia mecânica: “[...] Capistrano de Abreu associa a maior frequência de cultivo e conseqüente consumo de milho às regiões contíguas às águas correntes, pois o milho necessita do monjolo para ser pilado” (BARROS, 1967, p. 317). A carne de porco também era um componente fundamental da dieta, posto que a necessidade de banha (para a conservação dos alimentos) resultava na abundância da carne desse animal.

Notem que esse é o mesmo binômio apontado por Sérgio Buarque “porco/milho” – muito embora esse mesmo autor discordasse da assertiva de Capistrano de Abreu, apontando que o consumo do milho não estava condicionado ao uso do monjolo (HOLANDA, 1994, p. 192); e muito menos a moagem se condicionava à existência dos cursos de água, posto que um pilão manual (tecnologicamente mais acessível) substituiria facilmente o trabalho do monjolo. O binômio, enfim, que caracterizou aquela economia de subsistência bandeirante – nisso Sérgio Buarque concorda com Capistrano de Abreu – na

sua comparação com a economia tipicamente sedentária encontrado mais ao norte do Brasil<sup>33</sup>.

A propósito, outro cereal, que viria a concorrer com o milho (assim como a mandioca) na condição de “base da dieta”, seria o arroz (HOLANDA, 1994, p. 183): “O uso corrente e cotidiano desse prato principiou a sofrer forte concorrência, quando, a partir de fins do século XVIII, e só então, generalizou-se, em São Paulo, o consumo do arroz”. Em “Varões” esse cereal já substituíra o ameríndio (milho), ainda que, a princípio, fosse (expensamente) adquirido ao invés de cultivado na sua própria terra. Esse arroz, que conforme a filha de Miguel de Souza<sup>34</sup> – o irmão mais velho de Zé Bia e que, a exemplo dele, decidiu viver longe de Alcebíades – informou: “era moeda na região de Ponta Grossa”. Portanto, era um produto extremamente valorizado (ao menos naquela década de 1950), o qual fora introduzido na propriedade de “Varões” após um considerável esforço. Apenas depois que um amigo próximo ensinou o *modus operandi* desse cultivo é que Alcebíades conseguiu produzir os primeiros cachos do cereal.

Seguiu-se então a reprodução dessa matriz alimentar, enquanto Zé Bia conviveu com sua família linear: arroz, feijão, milho, abóboras, verduras, peixe, carne de porco (de vez em quando) e um “pouco de leite”; pois nas palavras do avô Cebia (Alcebíades): “não fiquem dando leite para essas crianças, o leite é para vender e não para tomar”. Matriz alimentar essa, oriunda da produção de subsistência que, aliás, coincidia, exatamente, com aquela produção tradicional mineira, herdada do séc. XIX:

Apesar do crescimento da produção cafeeira, exportada pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais não se vinculava predominantemente ao

---

<sup>33</sup> Robert Slenes também se refere ao processo de acumulação interna em Minas Gerais durante o século XIX.

<sup>34</sup> Essa entrevista (SANTOS, 2012), deu-se na residência da própria Lurdes que, viúva, costura roupas para auferir seu sustento. Ela se mostrou bem receptiva embora tenha falado uma porção de coisas juntas e transitado entre passado e presente, com frequência. Ficou patente sua necessidade (quase aflitiva) de afirmar que as coisas deram certo – apesar de tudo –, ou seja, que a infância foi dura (trabalhando desde muito cedo) ou que o casamento não foi muito bom, mas o trabalho (que é incessante) nunca falta; e que, aliás, o progresso material (senão dela, ao menos do irmão) existiu.



mercado externo. A base de sua economia consistia na criação de animais e no cultivo de alimentos. Ao que parece, grande parte dos alimentos vegetais, como o milho, o feijão e a farinha de mandioca, era consumida na própria província, [...]. (FAUSTO, 2001, p. 137)

Aliás, aparentemente o arrefecimento da mineração aproximou ainda mais Minas do modelo gaúcho: “produção para o mercado interno”, ou ainda “produção embutida no setor de exportação” (MELLO, 1986, p. 37). Ora! A criação das Minas Gerais (1720) como decorrência da Guerra dos Emboabas é um fato tradicionalmente aceito<sup>35</sup>. Criação à qual se somou uma intensificação do povoamento daquela região aurífera, povoamento tanto quantitativamente quanto qualitativamente elevado; contando, inclusive, com a primeira grande corrente migratória para o Brasil. Tradicionalmente também, aceita-se como fato evidente que, com o declínio da atividade mineradora (por volta de 1770), Minas Gerais desenvolveu atividades econômicas alternativas – muito embora, tais atividades já vinham ganhando forma, enquanto “produção embutida”, no bojo mesmo do carro-chefe da economia, ou seja, a mineração. Tais atividades alternativas, que, paralelamente à mineração, atendiam à demanda local oferecendo produtos “não-importáveis” – considerando as medidas às quais teria a Coroa lançado mão, para inibir o esvaziamento das outras regiões brasileiras, durante a “corrida do ouro” (FAUSTO, *idem*) – e que utilizavam não só investimentos autóctones, mas também a mão-de-obra (dos escravos das minas), acabaram convertendo-se em *know-how*, no atendimento ao mercado interno de bens de consumo. *Know-how* esse que o Rio Grande do Sul também dominava, como no exemplo dos muares. Voltaremos a isso.

Evidentemente, trata-se de *Minas Gerais*. São Sebastião apenas parcialmente coaduna-se a essa entidade; e “Varões” coaduna-se menos. Assim, é útil reconhecermos, ante a exiguidade das fontes, a impossibilidade de reconstruir aquela paisagem do modo como ela “realmente foi” – relembando aqui a ambição da velha Escola Metódica – e, portanto, a

---

<sup>35</sup> Os paulistas desejavam a exclusividade da mineração do ouro; o que, na prática, não foi possível ser realizado. Eles “não tiveram êxito na sua pretensão, mas conseguiram que se criasse a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro separada do Rio de Janeiro” (FAUSTO, 2001, p. 54).

incapacidade de compreendermos como, de fato, viviam os familiares do nosso protagonista: Zé Bia. Porém, o resultado de nossa busca, tal qual aparece nas páginas anteriores, ocupa um importante papel no estabelecimento do “marco zero” a partir do qual caminhamos até o presente: essa referência última de qualquer texto histórico. O que nos permite dizer, olhando para as fontes<sup>36</sup>, que no quadro sendo desenhado aqui, nesta segunda seção do primeiro capítulo, as principais lacunas deverão, a partir de agora, ser analisadas. Agora, porque é preciso ampliar nossa imagem para representar aquela família de “Varões” – que não pode mais responder por si mesma – com toda a fugacidade que tal fato pode apresentar.

Aquela família (nuclear) que já não existe senão pela presença frágil de Manoela de Souza Coimbra e João de Souza Neto – hoje com 90 e mais de 80 anos, respectivamente. Minto: no momento mesmo que escrevo esta frase (15 de janeiro de 2013), recebo a notícia de que Manoela faleceu. Enfim, aquela instituição cujo conhecimento se deveu – aqui e para mim – a frases esparsas de duas entrevistas e interpretações inventivas de fontes indiretas, mas que constitui-se no cerne deste capítulo, pertence agora (a família) ao nebuloso universo dos mortos.

Lamentavelmente, quase tudo o que poderia ser dito sobre o fato, morreu como seis dos sete filhos de Rita e Alcebíades – homem cerrado, pai do nosso protagonista. Até mesmo “Varões”, tal qual era, se extinguiu e quase nada mais existe daquela São Sebastião do Paraíso que – hoje com 68.000 habitantes vivendo, principalmente dos estabelecimentos rurais: 150 de pastagens e 921 de lavouras como café, cana-de-açúcar, laranja, feijão, mandioca e milho (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013) –, em 1875, à época do nascimento de Alcebíades era assim descrita:

---

<sup>36</sup> Penso, quando digo isso, no texto de 309 páginas de Luiz Ferreira Calafiori, de 1973: um dos dois livros conhecidos acerca da história de São Sebastião do Paraíso, paralelamente aos textos atuais sobre aquela localidade, às informações contemporâneas da geofísica e os (pouquíssimos) documentos privados referentes a José Coimbra Sobrinho. Claro! Teria sido útil uma contextualização apoiada em fontes escritas que, provavelmente, existem naquela cidade (S. Sebastião do Paraíso). Mas, toda pesquisa é feita de escolhas e, nesse caso, optamos por concentrar nossos esforços noutras direções.

A Vila contem 410 casas; a matriz [...], a Igreja do Rosário, pequena, mas também bela, uma casa de Câmara com cadeia em lugar seguro, e a casa da maçonaria denominada Estrela do Sul. Essas casas se dividem em 5 ruas. A população é de 5.621 pessoas e a escrava é de 1.116 indivíduos. Desde maio de 1873, até 1874, batizaram-se 385 fiéis, casaram-se 73 e morreram 203. (FERREIRA, 1973, p. 21)

Essa localidade chamada (intimamente) de Paraíso e que então havia sido feita cidade, com seu Teatro (desde 1899) e sua Banda Municipais (*Idem*, p. 280-283). Essa São Sebastião do Paraíso conta hoje, certamente, entre as frações pulverizadas, em Rede, do fenômeno (global) Urbano (LEFÈBVRE, 2002); Urbano esse, produto e produtor duma Sociedade Capitalista, de classes e secular. A mesma cidade (antes) estável, onde pessoas eram pessoas e escravos eram escravos, lugar “onde não se passa nada”<sup>37</sup> e no qual, até poucas décadas, festejava-se, a partir do Dia do Trabalho e por três dias, a peculiar “Festa do Baú” – período em que as famílias se dirigiam ao “Morro do Baú” (a pouco mais de 1 km da cidade) em carros de boi e construía barracas de indaiá para se instalarem naquele serro (FERREIRA, 1973, p. 205).

### 1.3. O TEMPO HISTÓRICO DE PARAÍSO

No que tange à história regional – e o que nos interessa particularmente, aqui, no texto – é importante ainda destacar que o Sertão de Jacuhy, onde, posteriormente, foi erigida essa São Sebastião do Paraíso em que Zé Bia nasceu, consta pela primeira vez em cartografia oficial no ano de 1764. Mais precisamente, quando Cláudio Manuel da Costa, o poeta e inconfidente,

---

<sup>37</sup> O objetivo principal de G. Levi, no seu *A herança imaterial*: “Ao estudar o que se passa num lugar ‘onde não se passa nada’ – um burgo piemontês entre a metade do século XVII e o início do século XVIII –, ele coletou sistematicamente nos arquivos todos os acontecimentos biográficos de todos os habitantes de Santena [...]” (REVEL, 2010, 439-440), texto esse que também me guiou, nesta tese.

“acompanhou a primeira excursão do governador Geral da Capitania de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva” (HISTÓRIA, 2000, p. 11), nessa região – encontrando-se a mesma fora da zona aurífera mineira, desde sua fundação esteve voltada ao “mercado interno”. Some-se a isso, a posição de rota, que a região de Jacuhy assumia na relação entre ela e os “intranses”<sup>38</sup> – fato que resulta, segundo o conhecimento atual sobre o tema, num catalisador ao processo de Desenvolvimento Econômico<sup>39</sup>.

De fato – e ampliando, agora, a escala de nosso olhar – a ocupação dessas terras montanhosas (do imaginário de Zé Bia) e de “mato grosso”; terras de caiapós e onde se formaram até mesmo famosos quilombos (Zundú, Dumbá, da Ventania, da Canastra etc) deveu-se sobremaneira à necessidade de posse, que Minas sustentava, em detrimento da vizinha São Paulo. Posse essa, importante na época, quando a ausência do ouro (em Jacuhy) não era um fato estabelecido. Mas posse essa – mister se faz dizer – num sentido econômico e não geopolítico. Sobretudo porque, conquanto o Governador Geral de Minas estivesse cartografando a Região – “conhecendo para conquistar”, na ilustre expressão –, devemos lembrar que tratou-se duma ocupação “civil”. Sequer a futura guerra entre os dois estados (1932) criaria uma demanda geopolítica de posse. De forma que o uso das expressões “posse” e “de Minas Gerais” requer comedimento.

---

<sup>38</sup> O Sertão do Rio Pardo (CELESTE, 2010, p. 19) é útil como modelo para entendermos essa circunstância geográfica. Quando da constatação da existência de ouro em Goiás e Mato Grosso, uma nova “corrida do ouro” – embora em proporções menores – começava a atrair, sobretudo paulistas, para aquelas plagas. O transporte, então, na escassez de vias terrestres, se realizava por vias fluviais e, nesse sentido, o sul de Minas e norte de São Paulo, dispunham de uma densa “malha fluvial” – por exemplo, a Bacia (hidrográfica) do Rio Grande, onde se inserem Rio Pardo e Rio Santana (do Sertão do Jacuhy), como tributários.

<sup>39</sup> As teorias do Desenvolvimento Econômico têm sua matriz na Economia Política. Sua idéia basilar, de que o Valor é produzido (socialmente), propõe algumas variáveis estruturais. No caso em questão, qual seja a posição de Jacuhy, a referência feita trata-se da “Teoria dos Eixos de Desenvolvimento” (SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ, 1998), segundo a qual – assim como na “Teoria das Localidades Centrais” de Christaller (1933), que lhe deu origem – certos elementos são indutores de desenvolvimento (leia-se: “evolução”) econômico. As vias, por motivos que não cabe aqui enumerar, são eixos naturais de desenvolvimento (o Vale do Paraíba atesta esse fato).

Deste modo, os primeiros e “heroicos” colonizadores (de origem “mineira”) que após a Inconfidência foram se instalando aí<sup>40</sup>, eram das famílias Freitas, Vieira, Lopes, Carvalho, Barbosa (HISTÓRIA, 2000, p. 12). Expulsando vil e lentamente os trabalhadores escravos (fugitivos) e os “brancos pobres e marginalizados que iniciaram umas faisqueiras no córrego Bonsucesso” – onde o ouro era extremamente escasso – e os quais levantaram ali suas parcas taperas, construíram as primeiras casas, os monjolos, paióis, senzalas, currais e as cercas. “O primeiro registro de terra data de 22 de setembro de 1806” (HISTÓRIA, *idem, ibidem*): seis anos depois do reconhecimento oficial da existência de quilombos (locais), fruto da petição do neto de Bartolomeu Bueno do Prado.

Posteriormente, naquela região feita de rocha, chegou o café – inclusive para ocupar as terras do milho – e, mais significativamente do que ele, chegou o “progresso”. O café que encontraria no sul de Minas Gerais condições tão favoráveis<sup>41</sup> que ainda hoje impacta a economia da região; assim como impactou a biografia do nosso protagonista.

Outro produto da cafeicultura, a ferrovia (CIA MOGIANA E. F., Km 353) trouxe o imigrante europeu para “dinamizar” a cultura local, posto que entre essa gente, contavam-se: “rábulas, educadores, construtores, barbeiros, carpinteiros, padeiros, agrimensores, relojoeiros etc.” (FERREIRA, 1973, p. 147); além, como é óbvio, dos “pré-Colonos”. Ou seja, mão-de-obra qualificada – embora não exclusivamente qualificada – e, mais do que isso, práticas e

---

<sup>40</sup> “O ambiente inseguro das cidades mineradoras, principalmente em Ouro Preto, a procura de outros veios de ouro, de terras para plantio e de formação de expedições de extermínio dos quilombos que se formaram no sertão mineiro foram os propulsores do avanço do povoamento para o interior, na região dos ‘Sertões do Jacuhy’”. (HISTÓRIA, 2000, p. 11)

<sup>41</sup> “As causas da expansão da cafeicultura em Minas Gerais [...] não poderiam ser explicadas apenas pela generosa disponibilidade de recursos creditícios do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais – PRRC, pois estes também estavam disponíveis para outros Estados produtores de café, como Paraná e São Paulo. Outras explicações [...] podem ser buscadas em inúmeros fatores como, por exemplo, o clima, o preço da terra, a topografia, os movimentos populacionais, a lucratividade relativa de outras culturas. Neste último caso, os estados antigos produtores substituíram o café por produtos de menor risco, com uso menos intensivo em mão-de-obra, mercado externo em expansão e maior competitividade.” (ANDRADE, 1994, p.07)

valores inovadores<sup>42</sup> (leia-se: mais adequados ao capitalismo e não, superiores). Gente européia. Principalmente lombardos, calabreses, toscanos: gente daquela, à época recém-formada, Itália (1861), que veio se somar – até finalmente se sobrepor – aos afrodescendentes, africanos natos – a última leva de escravos data de 1886 (FERREIRA, 1973, p. 153) – e baianos fugindo das terríveis secas ocorridas no final do séc. XIX (*Ibidem*).

Imigrantes europeus que, juntando-se às populações locais, constituiu o amálgama étnico, do qual o próprio Zé Bia – filho de um caboclo com uma branca – é exemplar. Esse amálgama étnico se reflete – muito opacamente, diga-se de passagem – no Monumento ao Imigrante (do qual falo adiante); no Monumento ao Congadeiro, em frente à igreja do Rosário; nas rendas de bilro das baianas; na Igreja Presbiteriana, trazida pelo Revdo. Jensen em 1909; nos encontros das Companhias de Santos Reis; na extinta (1946) “Frente Negra”; na Sociedade Recreativa e Beneficente Operária, fundada por italianos em 1926 etc (FERREIRA, 1973). Ainda que o memorialista após fazer os nós dessa mistura, tenha escondido as pontas.

Sim. Etnicamente houve miscigenação, mas a Representação do negro – mais do que a Representação do indígena – não permite afirmarmos que as conseqüências “ideológicas” da escravidão se diluíram da mistura sanguínea. O Sr. Alcebíades era, ele mesmo, branco – até onde um brasileiro possa ser considerado tal. É evidente que a “branquidão” é um atributo êmico<sup>43</sup>, para além da pele com pouca melanina, os cabelos amarelados ou alguma outra mutação. Mas, o fato de que seu filho, o Zé Bia, homem igualmente bem “claro”

---

<sup>42</sup> Estamos adotando o pressuposto, segundo o qual, existem Formações Sociais distintas. Paralelamente, adotamos o pressuposto, segundo o qual, as Formações Sociais europeias do séc. XIX tinham, entre outras características, relações de produção muito próximas daquilo que denominaríamos (num esforço teórico) de “capitalistas”. O resultado é que, mesmo considerando as idiosincrasias, essas gentes, quando desembarcaram em São Sebastião do Paraíso, trouxeram consigo uma inovação – se compararmos esse patrimônio com aquilo que encontraram na mesma São Sebastião do Paraíso. [Esse “aquilo” do qual continuo falando a seguir.]

<sup>43</sup> Circunstância essa, reforçada por uma certa “ideologia racial”. Em outra pesquisa (desnecessário citar essa referência) eu mesmo tive oportunidade de perceber que pessoas “visivelmente” pardas se declararam brancas. É necessário agora saber se a Lei 12.711 de 2012 (Cotas Sociais), entre outros dispositivos, irá modificar o “uso” que se faz da autodeclaração de cor.

tenha se casado com uma nordestina (Aaugiza Marques) de cabelos negros e encaracolados, foi motivo suficiente para seus parentes, jocosamente, afirmarem que ele se casara com uma “preta”. Até que ponto o próprio Alcebíades endossava essa injúria, não posso dizer nada a respeito, porém, em seu trato com os filhos, ele não ficava muito atrás do (mais que notório) rigor da escravidão – esse “regime de trabalho” característico da Minas Gerais decimonônica: província com o maior número absoluto de escravos ao momento da Abolição (FAUSTO, 2001, p. 137). Em entrevista: “meu pai costumava dizer que dormia com o chapéu debaixo da cabeça [no lugar do travesseiro], para que quando o vô Bia gritasse para ir tocar as vacas, ele já estaria alerta.”<sup>44</sup>

Mas, não se trata aqui de realizar nenhum juízo de valor. Busco simplesmente indicar, com essas descrições, uma forma específica, social e historicamente, de paternidade. Da mesma maneira, quero delimitar essa fase da vida do nosso protagonista: o filho, Zé Bia. Acentuando, assim, essa presença marcante, a presença do pai, que nos capítulos seguintes me verei obrigado a reavivar.

De fato, o Sr. Alcebíades não era uma exceção naquele contexto. Contam-me que, frequentemente, ele faltava em fidelidade para com sua esposa (Dona Rita) e, quando ela se queixava do fato, era comum ser agredida pelo marido. Em outra ocasião, essa mesma Dona Rita se colocou entre o filho, Zé Bia, e o marido, quando o último lançou mão de uma espingarda a fim de aplicar um corretivo no filho. Sendo que, quando esses familiares realizaram seus depoimentos, invariavelmente o tom em que me contavam os feitos considerados mirabolantes de Alcebíades, era aquele solene jeito de falar de tais situações (tratando-as como eventos) de um certo “antigamente” – um pesar que demonstra que hoje as atitudes são diferentes? Especificamente na família nuclear de Zé Bia a resposta é afirmativa:

Elias C. da Silva: Você tem alguma lembrança dele, assim, alguma coisa que sempre te vem na cabeça?

---

<sup>44</sup> SANTOS, 2012.

Fernando (o filho mais velho de Zé Bia): Olha. Tem uma coisa que eu não esqueço. A gente indo para caçar em Jales, no Cilço. Ele levava sempre a pólvora num vidro. Aí ele foi fumar um palheiro e de repente a brasa do cigarro pegou na pólvora e explodiu. Ele correu comigo no córrego e foi me lavando e passando a mão com cuidado, preocupado se eu não estava machucado. Acho que ele nem viu que os cacos de vidro tinham machucado só ele.<sup>45</sup>

Talvez trate-se apenas de uma coincidência – no sentido estrito do termo, ou seja, eventos ocorrendo ao mesmo tempo, mas sem relação causal – o que me leva a situar, num mesmo argumento, a proposição do “regime de trabalho escravo” e a servidão infantil. De qualquer forma, Alcebíades era um homem do seu tempo e – o que nos cabe aqui destacar – um pai do seu tempo, tendo inclusive em conta o lugar onde viveu e trabalhou. Portanto, poderíamos até mesmo lançar mão do conceito de “mentalidade” – com todos os problemas que o cercam – e subestimar as inúmeras diferenças que existem entre o grupo (da mentalidade) e o indivíduo (Alcebíades).

Por outro lado, quem sabe houvesse razões adicionais para sua agressividade no trato com os filhos, sobretudo com esse filho meio contestador: o Zé Bia. Em todo caso o autoritarismo desse homem não deve ser atribuído a fatores psicológicos, mas sim, ao ambiente no qual foi socializado. Ora, num dos textos clássicos da antropologia, Margaret Mead (1979) demonstrava como os homens, inclusive em aldeias bem próximas, podem ser ousados ou tímidos de acordo não com o temperamento, mas com a educação. Alcebíades foi o que se esperava dele: o rígido senhor de sua casa e de sua família; num lugar e num tempo onde os direitos civis (esse ideal e conquista burguesa) eram, para dizer o mínimo, relativos.

Em escala mais ampliada o nosso Sertão do Jacuhy, incorporado que estava às Minas Gerais, se encontraria também exposto, cumulativamente, aos eventuais elementos “degenerativos” dessa unidade político-administrativa –

---

<sup>45</sup> Nessa entrevista (E. F. COIMBRA, 2013) realizada casualmente, posto que esse meu tio encontrava-se na casa de um parente nosso, o sujeito mostrou-se muito simpático e receptivo. Hoje, eventualmente em função da perda do vínculo empregatício (foi demitido há alguns anos da empresa CBC), Edmundo passou a frequentar a casa dos seus parentes, com alguma assiduidade. Fato curioso e que não me passou despercebido foi a deferência com a qual tratou a ligação de seu pai com o Comunismo, pois ele sempre se mostrou uma pessoa marcadamente reacionária – seu malufismo inveterado demonstra tal circunstância.



caso em que o arbitrário (do traçado das fronteiras) resultaria no “sistêmico”. No caso em questão, o sistêmico, ou o funcional da condição mineira, é certamente uma proposição falsa, pois, no que diz respeito ao Coronelismo – o fator que me interessa aqui – o “sistema” não é mineiro, mas ainda assim “regional”. Aliás, “sistema” é uma expressão das mais idôneas – embora dela eu tivesse lançado mão, retoricamente. Não é outro o termo que Victor Leal (1948) utilizou quando consagrou a expressão Coronelismo:

[...] o que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município. (LEAL, 1980, p. 13)

O Coronelismo não deve ser pensado como um sistema meramente regional, porque a República era nacional; mas ele era “utilizado” regionalmente, ou melhor, o Coronelismo só pode ser entendido, se e somente se, analisado localmente e *in concreto*. Mais do que isso, ele era utilizado localmente no pólo coronel-eleitores; e (aí sim) regionalmente, no pólo governador-coronéis; além dos casos híbridos de uma relação entre coronéis maiores e menores, de modo que resultava numa “dominação indireta”. Aliás, na maior parte dos exemplos conhecidos, esse híbrido “teria sido a regra no país; a ‘dominação direta’ só se teria dado num número muito restrito de casos, [...]”. (QUEIROZ, 1977, p. 159).

Nesse sentido, tal relação social, onde a exploração do trabalho permanecia disfarçada como dívida ou favor, nos autoriza compreender o quadro geral onde Varões se inseria; e não apenas na escala local. Se é verdade que Alcebíades lidava, imediatamente, com o domínio do Cel. José de Oliveira Rezende no município onde ambos viviam, é também verdade que esse coronel foi, grosso modo, como qualquer outro coronel brasileiro e a relação de dependência – o que é mais importante apontar – é “a constante” dessa equação. Talvez, a partir dessa relação de dependência, ou no caso de Zé Bia, do seu descumprimento, seja possível entendermos o comportamento de Alcebíades? É só uma hipótese.

Em todo caso, creio ser de alguma utilidade apontarmos a presença do sistema. Assim é que, a conjunção – que hoje, sob um outro parâmetro ético, se acusaria como imoral – entre burocrata e plutocrata, atesta, em São Sebastião do Paraíso, aquele “suporte local” da “dominação indireta”. Só para ficarmos dentro do período entre 1915 e 1940, em que Zé Bia, nosso protagonista, viveu naquele município:

<b>Nome</b>	<b>Agente executivo (período)</b>	<b>Particularidade</b>
<b>Coronel José Francisco de Paula</b>	<b>Décimo sétimo (01/Jan/1916 – 01/Jan/1919)</b>	<b>Era fazendeiro e político, tendo sido vereador em quatro ocasiões.</b>
<b>Coronel José de Oliveira Rezende</b>	<b>Décimo oitavo (01/Jan/1919 – 04/Jan/1924)</b>	<b>Fazendeiro abastado, comerciante, banqueiro, usineiro, além de vereador em três ocasiões.</b>
<b>Capitão Emílio Carnevale</b>	<b>Vigésimo segundo (20/Nov/1928 – 03/Mar/1931)</b>	<b>Italiano, farmacêutico de profissão, adquiriu quantidade razoável de terras e imóveis.</b>
<b>Coronel José de Oliveira Rezende</b>	<b>Vigésimo terceiro (06/Fev/1931 – 03/Out/1932)</b>	<b>* * *</b>

FONTE: FERREIRA, 1973. Adaptado.

Mais significativo é que entre os prefeitos anteriores a José Francisco de Paula, contam-se ainda nove coronéis, capitães e tenentes (da chamada Guarda Nacional), ao passo que, depois de José de Oliveira Rezende, até mesmo porque a Guarda Nacional Civil tinha sido extinta em 1924, não houve mais nenhum prefeito com o tal “título nobiliário”. Teria o Estado Novo demolido a antiga “Casa Grande” coronelista? Isso, no presente texto não vem ao caso, mas, concluindo o raciocínio, a resposta evidente deveria ser: “não ainda”. João de Souza Neto informou que o 25.º Prefeito (04/Jun/1933 – 21/Mai/1935),

o Sr. José Honório Vieira Junior, sem que possuísse o título de Coronel, mantinha em suas terras (notadamente “coronelistas”) centenas de colonos; mormente imigrantes. Enfim: foram-se os anéis e ficaram os dedos.

De qualquer forma, ainda que o julgamento da parte da intelectualidade esclarecida aponte, com tristeza, uma vocação de “anti-racionalismo weberianista”, a realidade tende a ser mais complicada. Minas Gerais tinha como característico aquela feição fartamente estudada no Brasil: tornar a própria *res pública*, uma *res privada* (o Patrimonialismo). A interdição, ou seja, o “tabu do incesto” dessa conjunção se dava em Minas menos intensamente do que nos estados nordestinos (por exemplo), onde o baiano “Horácio de Matos, senhor das Lavras Diamantinas” [em 1919] “chefiou uma revolta de coronéis contra o governo do estado” (CARVALHO, 2001, s/p).

Em “Varões”, por outro lado, a questão se colocava de maneira um pouco diversa. Se nenhum registro me autorizou teorizar sobre as origens do patrimônio de Alcebíades, isso não me impediu de notar a evolução que esse mesmo patrimônio experimentou ao longo da vida desse sujeito; evolução condicionada e condicionante do comportamento que tenho destacado aqui, em passagens como: “[...] não obstante essas reses, somadas às aves e aos bovinos, raramente se comia carne naquele domicílio, posto que o preço dessa mercadoria, além da mentalidade do proprietário, o Alcebíades, impunha como norma de aproveitamento desses recursos, o Valor de Troca sobre o Valor de Uso”; “[...] nas palavras do avô Cebia (Alcebíades): não fiquem dando leite para essas crianças, o leite é para vender e não para tomar”; “[...] meu pai costumava dizer que dormia com o chapéu debaixo da cabeça, para que quando o vô Bia gritasse para ir tocar as vacas, ele já estaria alerta.” Um comportamento que – em comparação à mentalidade local que destaquei acima – mostra-se, nitidamente, racionalista (repito: na acepção weberiana). Em que medida esse comportamento (do pai) marcou o imaginário de Zé Bia? A resposta é incerta, mas essa hipótese pode ser explorada relativamente às múltiplas influências, na vida desse protagonista.

A dificuldade de sabermos se um comportamento do tipo racionalista resulta duma prática bem sucedida de poupança e investimentos ou se, ao contrário, a prática é bem sucedida justamente por nortear-se pelo comportamento – e esse na ideologia – persiste ainda. Talvez, quando Nassau Senior – aliás, com todos os seus vícios – escreveu que a “solução para o problema do retorno [...] envolvia a abstinência de um prazer, sendo o lucro o custo de se conseguir esta abstinência” (SBICCA, 2005, p. 49), ele estivesse concentrado em explicar eventos que tinha diante de si, ou seja: o enriquecimento de certos indivíduos na passagem do Séc. XVIII para o XIX, os quais (indivíduos) comportavam-se (digamos: ao acaso) “racionalmente”.

O fato é que Alcebíades possuía uma certa quantidade de terra, na qual havia uma tapera de taipa; inclusive é nessa tapera que Zé Bia nasceu. Quando do nascimento de João em 1932 (o sujeito, quase que exclusivo, dos relatos sobre “Varões”), já não se tratava duma tapera, mas sim, duma casa de seis cômodos – a casa de porão alto –, dos porcos e de 30 cabeças de gado (segundo o mesmo João). Ora, a tal “casa de porão alto” não era nova e, portanto, foi adquirida já construída – no que resulta que a terra na qual a casa se encontrava também foi adquirida, contiguamente. Além disso, outro relato me informou que (na década de 1950) as cabeças de gado não eram apenas “30”, mas pelo menos “50” (Z. A. Coimbra, 2012). As imprecisões da memória (pessoal) são amplamente conhecidas por nós, que lidamos com a evidência oral. Assim mesmo, a diferença: “30 para 50”, é bem considerável. Sim, o Sr. Alcebíades amealhou uma quantia razoável de bens. Se isso se deve à auto-exploração (ABRAMOVAY, 2007, p. 71-72) e aí se inclui a “colaboração compulsória” de toda sua família; ou se isso deve-se ao “empreendedorismo racional”; ou até mesmo à sorte... difícil explicar.

De todo modo, é importante realizar uma pausa aqui e refletir sobre o que temos dito até o momento. Pois, o que está em jogo, seja na construção do quadro mais geral ou, partindo dele, na análise comparativa entre esse quadro e as circunstâncias pontuais que afetam diretamente o sujeito é uma pergunta – e apenas uma até aqui. Qual era o mundo no qual nosso protagonista se situava, no início de sua trajetória de vida?

Creio que podemos reconhecer um certo “Minas Gerais” como a expressão duma “ruralidade”; assim como o chão do qual brotou Zé Bia – e veremos depois que as raízes ficaram lá e Zé Bia as reencontrou apenas depois de ser enterrado em São Sebastião do Paraíso, em 1985. Por outro lado havia – não como contrapartida, mas, como ingrediente para possíveis misturas – um outro lado do Brasil, representado por uma série de “inovações”, ao qual Minas Gerais também estava integrando-se ou, eventualmente, “obstaculizando”<sup>46</sup>. Sendo que a polarização, que me permite esboçar essa dicotomia, fundamentava-se no “econômico”, e esse diferencial assume uma forma concreta seja através da urbanização, seja através do Capital Cafeeiro<sup>47</sup>. São Sebastião do Paraíso estava no território desse Capital e dessa forma sofreu a pressão imediata dele, da mesma forma que Zé Bia ziguezagueou por essa “fronteira” e sofreu os influxos desse espaço contraditório. Talvez, daí o caráter “híbrido” – digamos assim – de seu pensamento: como podemos atestar em sua arte.

#### 1.4. FATOS DE FRONTEIRA E SUJEITOS DE FRONTEIRA

Primeiramente, quando me refiro a essa Minas Gerais, não busco criar uma entidade abstrata<sup>48</sup>, de corpo e alma e imputar-lhe traços fisionômicos e personalidade. Assim é que a tal “Minas Gerais” não existe de fato e, nunca é demasiado repetir: a presença desse substantivo nos textos legais não implica na presença telúrica da Unidade Administrativa, em meio às serras e lagos –

---

<sup>46</sup> “[...] a noção de obstáculo indica um fenômeno bem real: as desigualdades do desenvolvimento das forças produtivas nas diferentes formações sociais.” (SILVA, 1986, p. 20)

<sup>47</sup> Essas unidades abstratas (ou generalizações) que resumem processos históricos amplos, certamente não descrevem com precisão o contexto que venho aqui erigindo. Entretanto – e repito – na ausência de outras fontes, são minimamente úteis para o objetivo proposto. Tal é o conceito de Capital Cafeeiro (explicado a partir de agora).

<sup>48</sup> “Uma tal confusão intelectual, [...] Resulta também de uma certa maneira de pensar o mundo e dele falar, por grandes entidades, por grandes idéias que se invocam como se se tratasse de divindades malélicas ou tutelares que portam nossas esperanças e concebem o destino: o Imperialismo, a Burguesia, o Proletariado, os Povos, o Socialismo, a Revolução, o Terceiro Mundo [...]”. (LACOSTE, 1991. p. 84)

tampouco esses dois últimos, mais ou menos “concretos”. Porém, esse *locus*, onde as circunstâncias históricas estabeleceram certas práticas, como o trabalho escravo, como a mineração do ouro, o clientelismo, a produção para o mercado interno etc, enfim, esse *locus* que Minas Gerais pode assumir (mas não exclusivamente) tem lá alguma realidade<sup>49</sup>. A partir dessa “realidade” é que estamos problematizando um espaço (que é concreto).

Segundo ponto, a significação que busco apontar acerca de um fenômeno “inovador” é de natureza econômica e o modo como esse econômico se apresentou, concretamente – modo não exclusivo, mas significativo o suficiente para que possamos entender a mecânica do indicado processo de inovação –, pode ser definido pelo chamado Capital Cafeeiro. Evidentemente, esta não é uma tese sobre *inovação* – e esse termo não deve ser entendido, aqui, como um conceito, mas antes como adjetivação para os complexos processos econômicos cuja pertinência deve-se apenas indiretamente aos objetivos do nosso texto.

Além disso, se esse *cafeeiro* pode ser denominado de *capital*, significa que subsume relações de produção; e tecendo tais relações, os sujeitos da produção junto dos sujeitos da exploração do trabalho, ou seja, proletariado e capitalista, sucessivamente. O que não equivale a dizer que esse elemento (inovador) é o Capitalismo; ou o chamado “Modo de Produção”. Estamos adotando, por motivos óbvios, o conceito marxiano de Formação Social e, portanto, buscaremos tratar não da entidade *ex nihilo* “O Capitalismo”, mas, antes, da atualização dessa entidade, na sua “manifestação fenomênica” – digamos. Nesse caso, o Capital Cafeeiro é uma parte (por ora, essencial) dessa Formação Social na qual “Varões” e seus habitantes estavam inseridos; Formação Social essa, como não poderia deixar de ser, situada do espaço: “É na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se encontra a maior parte da indústria nascente brasileira”

---

<sup>49</sup> Da mesma maneira: “Dentro destes limites, o tema de Marc Bloch é a sociedade chamada feudal. Pode discutir-se a validade de tal rótulo, mas isso não tem importância: existe uma realidade a que se aplicou esta designação e existe uma estrutura social que caracteriza esta realidade; é esta estrutura que o autor se propõe analisar da forma mais completa possível.” (CHALUS, 1979, p. 09)

(SILVA, 1986, p. 11). Entenda-se bem: ele (Capital Cafeeiro) não é causa, mas antes a consequência das circunstâncias históricas. Como generalização, que é, ele não esclarece completamente essas circunstâncias, mas possui a virtude de nortear nossa interpretação, sugerindo a emergência do “econômico” em substituição ao “político” na vanguarda dos processos<sup>50</sup>.

Capital Cafeeiro posto que no bojo da cafeicultura (na Primeira República) iria emergir o Capital Industrial brasileiro (SILVA, 1986); e Capital Cafeeiro porque o café é o produto em torno do qual o “sistema” do capitalismo mercantil vai se organizar – e que apesar de ser um produto primário não tem relação com a produção colonial, tal qual o açúcar simbolizava, posto que o “sentido” da produção mercantil é outro. Não mais produtos agrícolas complementares, mas produção em massa, para baixar os preços (pois só assim os custos podem cair aos níveis que interessam à acumulação capitalista). Não mais o trabalho forçado (embora, *a priori*, o capitalismo brasileiro fez muito bom uso dele), mas o trabalho assalariado. E, não mais o Exclusivo Metropolitano, mas a livre circulação dos produtos da maquinofatura. (MELLO, 1986, p. 45)

Por outro lado, simplificar a organização desse capitalismo mercantil no Brasil, quando se lhe atribui uma natureza reflexa, quando se lhe considera epifenômeno do “capitalismo central”, é subestimar a capacidade de gestão (mais do que de criação) daquele movimento inovador. Não podendo falar em

---

<sup>50</sup> Da mesma forma que Marx argumentava: “Este dizia, [...], que determinado sistema de produção e as relações de produção a ele correspondentes, de cada vez, em suma, ‘a estrutura econômica da sociedade seria a base real sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política e à qual corresponderiam determinadas formas sociais de consciência’, que ‘o modo de produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e intelectual em geral’ – tudo isso estaria até mesmo certo para o mundo atual, dominado pelos interesses materiais, mas não para a Idade Média, dominada pelo catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política. Em primeiro lugar, é estranhável que alguém prefira supor que esses lugares-comuns arquiconhecidos sobre a Idade Média e o mundo antigo sejam ignorados por alguma pessoa. Deve ser claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo nem o mundo antigo da política. A forma e o modo como eles ganhavam a vida explica, ao contrário, por que lá a política, aqui o catolicismo, desempenhava o papel principal. De resto basta pouco conhecimento, por exemplo, da história republicana de Roma, para saber que a história da propriedade fundiária constitui sua história secreta” (MARX, 1996, p. 206).

autonomia – mesmo porque nem o capitalismo central desfrutava mais dessa prerrogativa, a qual é uma contradição à própria mecânica desse modo de produção –, no entanto, a capacidade de reunir e pôr em funcionamento, os elementos (fatores de produção) necessários para a manutenção do Capital Cafeeiro é de natureza eminentemente “progressista”. Sem – é claro – perdermos de vista que, assim como a questão posterior da substituição das importações<sup>51</sup>, havia circunstâncias exógenas, a influenciar esse certo grau de autonomia<sup>52</sup>.

Pois bem. São vários os elementos que, na estruturação do Capital Cafeeiro, podemos “atribuir a uma natureza eminentemente progressista” do mesmo Capital. Entretanto, destacaremos aqui, mormente, as pessoas (os sujeitos) em detrimento dos demais “fatores de produção” da economia burguesa – o que não implica dizer que os insumos e a maquinaria não tenham nenhuma importância. Deste modo é que o (mercado de) Trabalho, ou melhor, a profunda reestruturação dele, nos pareça o mais significativo dos elementos; no que devemos incluir, necessariamente, os mais variados tipos e não meramente o já “clássico” trabalho fracionado das linhas de montagem.

Como já apontado, o trabalho escravo foi muito útil ao nosso capitalismo. Sobretudo durante a fase de Acumulação Primitiva, o trabalhador escravo era “consumido” durante a realização do produto total; sem que, com isso, possamos estabelecer uma comparação entre ele e os insumos – quase somos levados a isso ao ler, por exemplo,

---

<sup>51</sup> É o processo político-econômico de cerceamento das importações, de um país tradicionalmente produtor, para outro, tradicionalmente consumidor, de produtos com alto valor agregado. O objetivo é desenvolver a indústria local (do país importador), ou simplesmente responder à impossibilidade das importações; impossibilidade condicionada por circunstâncias excepcionais. No Brasil, por exemplo, testemunha-se tal processo logo após a crise de 1929. (SICSÚ; PORTARI, 2010)

<sup>52</sup> “[...] o fraco ‘poder de difusão’ do capitalismo exercido sobre nações latino-americanas há de ser explicado, **em última análise**, não pela ausência ou frouxidão da demanda externa, mas pelas dificuldades internas de organização de economias exportadoras vigorosas. Onde isto se deu, como no Brasil, foi possível, em certo sentido, criar a própria demanda, e as importações de capitais desempenharam um papel crucial na passagem da economia colonial à economia exportadora capitalista, ainda que não tão ‘visível’ ao observador.” (MELLO, 1986. p. 48)



[...] Todo negro alentava no peito uma ilusão de fuga, era suficientemente audaz para, tendo uma oportunidade, fugir, sendo por isso supervisionado durante seus sete a dez anos de vida ativa no trabalho. Seu destino era morrer de estafa, que era sua morte natural. Uma vez desgastado, podia até ser alforriado por imprestável, para que o senhor não tivesse que alimentar um negro inútil. (RIBEIRO, 1995, p. 118)

O Zé Coimbra mesmo teria retratado a condição do escravo – a qual, evidentemente, ele jamais testemunhou – entre suas telas. Numa descrição, que eu certamente chamaria de dramática, vemos o escravo (já idoso) morrendo com a enxada na mão e nos braços da companheira (presumo); enquanto que, ao fundo ergue-se a casa grande – quase tão imponente quanto as catedrais góticas.



**FIGURA – 05 – COIMBRA SOBRINHO, José. “Escravo morrendo de exaustão” (verso da tela “Usina da Pedra”. Óleo sobre tela, 126cm x 74cm, 1982).**

Mas era (o trabalhador) uma peça fundamental no jogo da economia colonial<sup>53</sup>; fundamental, mas uma peça apenas. O tráfico de escravo, que lhe dava suporte, se ligava ao colonialismo ultramarino e este ao capitalismo comercial lusitano, num “todo” que Novais (1995, p. 66) consideraria integrado ao “Antigo Regime”. Por outro lado, é correto, até mesmo, afirmar que “é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial e não o contrário” (NOVAIS, 1995, p. 105). Porém, fatores externos deram cabo desse “comércio” e, pouco a pouco, os “escravos brasileiros”, compostos por aqueles que já se encontravam aqui somados ao (poucos) nascidos no Brasil, foram sendo “esgotados” – repito: os níveis de exploração desses trabalhadores eram altíssimos. Num primeiro momento, a atividade cafeeira, ao lançar mão do trabalho escravo, conseguiu gerar migrações inter-regionais, buscando, assim, a mão-de-obra onde quer que ela pudesse encontrar-se sobressalente. Isso contribuiria para o aumento no nível de exploração e, contraditoriamente, no “sucateamento” do fator progressivamente mais escasso. O preço – é óbvio – seguiu a mesma escalada (SAES, 2002, p. 192).

Entretanto, dadas as condições adversas, o nascente Capital Cafeeiro, enquanto punha, nos ombros do escravo, a abóboda celeste de seu próprio amanhecer, já se deparava com problemas bem práticos de sua administração: os custos. Tratava-se de gerar uma demanda mundial para o café e, portanto, diminuir sensivelmente o preço do produto. O transporte do produto era um gargalo; mas certamente não o mais apertado. A escassez da mão-de-obra se fazia sentir mais fortemente; e é então, nesse momento, que entra em cena o imigrante.

Onde aquele nascente capital deitou raízes, afluíram imigrantes, sobretudo europeus, e com essas gentes, viriam valores – assim como viriam razões – a se somar àquele contexto. É óbvio que não estamos subestimando as migrações inter-regionais – o próprio Zé Bia viveu sua vida migrando de uma cidade para outra e sua esposa emigrou do Ceará para São Paulo – mas apenas avaliando a inserção do Brasil num “sistemas internacional” (o

---

<sup>53</sup> A super-exploração do trabalho escravo cumpria sua função como “instrumento de acumulação primitiva de capital” (MELLO, 1986, p. 39)

Capitalismo); sistema esse no qual se incluía o fluxo de pessoas e não apenas o fluxo de capitais ou de mercadorias.

Há hoje, em São Sebastião do Paraíso, uma placa denominada “Monumento ao Imigrante”, situada na Praça do Imigrante e executada por Jean Musil. Nela consta o nome de 500 imigrantes, sobretudo italianos, selecionados para a homenagem. São pessoas como Adolfo Dizaró (1833-1968)

[Que] natural de Pádova, na Itália, veio para o Brasil com sua família ainda garoto. Ao chegarem em São Sebastião do Paraíso, os italianos se instalaram na Fazenda Roseira, onde ele começou a trabalhar como lavrador nas plantações de café. Casou-se com Maria de Fátima Zanin Dizaró e comprou a fazenda Bela Vista. Lá, plantou café em larga escala e vendia para Mococa, para onde o produto era transportado em carro de boi. Plantava também arroz, feijão, verduras, criava gado, suínos e galinhas para o sustento da família. Após a morte da mulher, Adolfo ficou abalado e mudou-se para a Fazenda Roseira, que havia sido arrendada por ele. Começou a criar gado leiteiro para desnatar o leite e enviar para Guaxupé. Retornou para São Sebastião do Paraíso com 70 anos, vindo a falecer alguns anos depois. Adolfo teve os filhos Maria, Olga, Antônio, Sebastião, José, Rita, Benedita, Terezinha, e Geraldo. (DICIONÁRIO, 2012)

Ou Aníbal Suardi (1875-1939)<sup>54</sup>

[que] natural de Cremona, Norte da Itália, veio para o Brasil na década de 1890, casando-se com Melania Delemese, também italiana nascida em Mantova. Tiveram a filha única Josephina Suardi, nascida em São João da Boa Vista (SP). A família residiu em Posse de Ressaca e nas imediações de Campinas por muitos anos, enquanto Aníbal trabalhava de artesão e celeiro. Financeiramente bem e com saudades da pátria, resolveu voltar para a Itália, mas depois de algum tempo retornou para terras brasileiras e fixou residência em São Sebastião do Paraíso em 1911, pois aqui morava Catarina Baldochi Carina – tia de Aníbal. Ele era uma pessoa culta e de hábitos sofisticados, trajando-se muito bem. Viajava de São Sebastião do Paraíso a São Paulo durante 13 horas de trem da Mogiana somente para assistir óperas e peças teatrais de companhias italianas que vinham se apresentar no Brasil. Também

---

<sup>54</sup> Que se tratam de italianos, isso salta a vista, porém também lemos, nomes como: “Jean Marie Sauteraud; João Reisinger; Luiz Farah; José Marinzeck;” (FERREIRA, 1973, p. 148-152) entre outros (poucos) nomes germânicos, eslavos e semitas.

era sócio da Sociedade Italiana, que promovia grandes bailes. Faleceu em São Sebastião do Paraíso. (DICIONÁRIO, 2012)

E são a mão-de-obra que transformaria permanentemente o Modo de Produção local, ao mesmo tempo que correspondia às necessidades daquele momento. Lembrando que isso se deu, concomitantemente ao aumento excessivo do preço do trabalhador escravo.

Uma mão-de-obra diferenciada que, ainda na República Velha, afluía até esta margem do mundo para responder às necessidades produtivas aqui então recentes; e também importadas do Velho Continente. Essas gentes que dirigiam-se para as regiões da cafeicultura e não, necessariamente, para trabalhar na lavoura de café: como se deveria supor. Na verdade, se não é evidente, ao menos tal circunstância pode ser aventada pelo fracasso da “Lei dos Dois Terços” de 1930: “[...] chamada comumente de lei da nacionalização do trabalho. [...]” e que visava, principalmente, atenuar o desemprego crônico do período. “Depois de prolongado o prazo por mais 90 dias (decreto de 7-3-1931), uma nova lei (29-7-1931) completa a primeira, devido às dificuldades de preencher certos empregos mais especializados com operários nacionais” (CARONE, 1982, p. 145).

Assim, num movimento inicial o Capitalismo veria emergir, dentre as hordas da “plebe irracional”, o operário fabril<sup>55</sup>, o operário que manejaria “produtivamente” as máquinas; para que, somente depois, surgisse a fábrica – nem sempre, aliás, ela “surgia”, posto que a subsunção formal antecedeu (MARX, 1978) e, depois, coexistiu com a subsunção real. É nesse sentido que se poderia asseverar que a “ideologia” vem antes da “tecnologia”; para não dizer (temerariamente) que a superestrutura vem antes da base. De qualquer forma, é o conjunto desse Operariado que constitui, justamente, o Mercado de

---

<sup>55</sup> Esse processo de instituição do operário fabril (que é o indivíduo que realiza atividades repetitivas e sem significado), através da destruição do campesinato é muito lento e, com o perdão da expressão, traumático. Marx, no consagrado *Capítulo XXIV* (MARX, 1996) de “O Capital”, descreve como a burguesia emergente ascende na condição de protagonista simultaneamente à implosão da Sociedade Feudal, acentuando o papel crucial dessa “nova mão de obra”: “[...] o que o sistema capitalista requeria era, [...], uma posição servil da massa do povo, sua transformação em trabalhadores de aluguel e a de seus meios de trabalho em capital.” (*Idem*, p. 345)

Trabalho; e o Brasil então não o tinha, disciplinado e em excesso – não ainda – mas podia importá-lo.

Repetir aqui que os “Cercamentos” foram de fundamental importância para a criação do Operariado inglês<sup>56</sup>, seria uma futilidade. Ainda assim, é lícito destacar que, no Brasil, o “Cativeiro da Terra”<sup>57</sup> não pôde ser reproduzido – não nos moldes do cativeiro inglês –, pois, mesmo que o acesso à terra fosse obtido, em termos de propriedade, não o era, em termos de posse (aliás, a propriedade privada rural, no Brasil, é inaugurada em 1850, com a “Lei de Terras”<sup>58</sup>). Em todo caso, contra o migrante essa estratégia foi muito eficiente; quanto mais por ser um “novato” em terra estrangeira, esse migrante não tinha o *Know-how* do posseiro nativo; sobretudo no que concerne à possibilidade da própria ocupação. Ao posseiro nativo, a obrigatoriedade do trabalho assalariado – condicionada pela ausência da Propriedade dos Meios de Produção, nesse caso: o solo<sup>59</sup> – não se fazia sentir e, desse modo, o imigrante solucionou uma parte dos problemas do Capital Cafeeiro.

Paralelamente, esse Cercamento precário – no sentido de que a imensidão do Brasil era incomensurável pela legislação fundiária – forneceu as terras que, como “Capital Constante”, fariam a mediação entre os pés de café e as mãos do migrante. Logicamente havia um “projeto de migração” e não um mero aproveitamento fortuito de famílias cruzando a esmo o Oceano Atlântico, ao longo de dois exaustivos meses – o *Kasato Maru*, por exemplo, precisou de

---

<sup>56</sup> “Um geômetra isabelino disse, dos camponeses pobres da floresta de Rockingham: ‘enquanto se permitir que eles vivam em tal indolência graças ao gado que possuem, não se dobrarão a nenhuma espécie de trabalho’”. (HILL, 1987, p. 66)

<sup>57</sup> “O cativeiro da terra” é o título dum livro de José de Souza Martins, onde ele se debruça sobre a transição – duplamente determinante para o nosso capitalismo – de: 1) um trabalho escravo para um trabalho assalariado; e de 2) um acesso precário e livre, à privatização do acesso à terra.

<sup>58</sup> LEI N.º 601, de 18 de setembro de 1850.

<sup>59</sup> “[...] a própria agricultura escravista de exportação colocava os homens livres e pobres à margem, porque dispensáveis, mas, ao mesmo tempo, não os deixava à disposição do capital, como força de trabalho passível de se transformar em mercadoria, [...]” (MELLO, 1986, p. 78). Nesses interstícios entre os latifúndios, que eram também a margem do “Mercado”, esses anônimos sobreviviam, ao mesmo tempo que constituíam como que a fratura no bojo do próprio Mercado: “[...] é o motivo pelo qual o capitalismo não surge: mercado de trabalho vazio.” (*Idem*, p. 79)

52 dias pra chegar a Santos. A própria Lei de Terras (de 1850) era um instrumento na política pública de migrações.

Ressaltemos, por outro lado, que não se deve supor uma perfeita comunhão de interesses no ceio da classe dominante – o que não invalida os efeitos (perniciosos) da dominação. Ora. Apesar da crítica de Perissinotto (1993) ao ponto de vista – talvez simplista? – de Sérgio Silva<sup>60</sup>, segundo o qual seria possível pensarmos numa burguesia cafeeira homogênea, o próprio Perissinotto reconhece que, do ponto de vista econômico, uma interpretação homogeneizante é perfeitamente razoável.

Por outro lado, ao discorrer sobre um “ponto de vista político”, esse autor (Perissinotto) não coloca em xeque os fundamentos daquela homogeneidade, pois argumenta (por exemplo) que, no âmbito do PRP as frações dessa burguesia disputavam posições hegemônicas. Se, ao contrário, tais frações induzissem aquele regime político-eleitoral à dissolução ou simplesmente se embatessem em disputas eleitorais paroxistas – no jogo “pacífico” da legalidade – talvez pudéssemos nos convencer da fragmentação daquela classe dominante; mas isso não me parece ser o caso. Quer me parecer que Sérgio Silva não estava negando a complexidade da “burguesia cafeeira” – dividida, por Perissinotto, em: Capital Mercantil-exportador; Lavoura; e Comissários – mas, realizando uma generalização com uma finalidade metodológica bem pontual.

Em todo caso, tendo Perissinotto eleito uma das frações da (complexa) classe dominante como hegemônica e sendo tal fração aquela que me interessa afirmar aqui, enquanto elite dominante – para evitar dizer “modelar”: no que tange àquela Formação Social de vanguarda, cujo viés econômico eu tenho denominado “Capital Cafeeiro” – creio que o resultado é o mesmo. Nas palavras do autor:

---

<sup>60</sup> No bem conhecido texto: “Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil” (SILVA, 1986). Seu vocabulário e – como não poderia deixar de ser – seu referencial teórico apontam para uma interpretação marxista do fato (principal) analisado naquele livro, qual seja: o advento da indústria a partir duma prévia e necessária acumulação primitiva; e é justamente nesse ponto onde o café entra no processo.

A nossa hipótese é que na forma final assumida por essas políticas o grande **capital cafeeiro** conseguiu, aliado ao capital estrangeiro, fazer com que seus interesses fundamentais fossem atendidos de forma prioritária, ao passo que a lavoura cafeeira teve seus interesses fundamentais – em especial o monopólio oficial do comércio do café e uma política creditícia eficaz – sistematicamente lesados. Uma hipótese que se contrapõe, portanto, é a tese largamente defendida na bibliografia, segundo a qual são os “fazendeiros de café” a fração hegemônica na Primeira República. (PERISSINOTTO, 1993, p. 168)

Voltando ao ponto. Em São Sebastião do Paraíso, o sexto “prefeito”, ou melhor, “agente executivo” (como presidente da Câmara), o Coronel Antonio Pimenta de Pádua (07/01/1887 – 15/02/1890), teria incentivado “a imigração italiana, com vistas ao incremento da produção cafeeira” (FERREIRA, 1973, p. 56). Muito embora, tenha sido o Coronel Francisco Adolfo de Araújo Serra (décimo agente executivo, entre 12/11/1894 e 02/01/1898) bem mais incisivo nessa política migratória, “localizando a primeira leva imigrantes” [italianos] “em sua propriedade denominada Fazenda Vargem Limpa, dando início ao plantio de café” (*Idem*, p. 60) no município<sup>61</sup>. Café esse, como já o dissemos, ainda hoje presente nesse município e como fonte de divisas<sup>62</sup>.

Em relação a “Varões”. Não era impossível para Alcebíades lançar-se na cafeicultura. O exemplo anterior, do “aprendizado” da rizicultura, em função da economia que a produção própria representava, indicam uma certa flexibilização do pai de Zé Bia no tocante à aceitação de certas novidades. Além do mais, como o “Censo Agrícola de 1905” apontava (para o estado de São Paulo), na cafeicultura observava-se então:

[...] a convivência de grandes unidades produtivas – as quais empregavam milhares de trabalhadores, a maioria estrangeiros, plantavam milhões de pés de café e colhiam milhares de toneladas –

---

<sup>61</sup> “Segundo os dados da Câmara Municipal, os primeiros cafeeiros foram plantados a partir de 1866, em propriedade do Cel. Francisco Adolfo Serra, empregando-se no seu cultivo, inicialmente, o elemento escravo, depois o elemento baiano, e posteriormente, também, o colono europeu [...]”. (FERREIRA, 1973, p. 118).

<sup>62</sup> A propósito, partilho do ponto de vista, já muito conhecido, segundo o qual o café garantiu a manutenção das divisas que, por sua vez, financiaram a industrialização (na chamada Substituição das Importações).

e um grande número de pequenos cafeicultores, que representavam a maioria esmagadora dos produtores. (LUNA *et al.* 2014, p. 173)

Entretanto, seja em função do solo – muito propício para uma produção de subsistência, mas de produtividade duvidosa no caso da cafeicultura –, seja em função do *know-how*, Alcebiades manteve a pecuária como sua fonte primordial de remuneração.

Do ponto de vista micro-econômico, a “eficiência marginal” do capital estabeleceu fronteiras mais sólidas do que a administração pública. É nesse sentido que, no início deste capítulo (“Terra de Varões”), imputei à região uma “unidade econômica”; unidade que situaria São Sebastião do Paraíso numa zona fronteira (uma “faixa de transição”) entre duas outras fronteiras: uma econômica e outra social. Fica evidente o papel que a cafeicultura desempenha no plano econômico dessa regionalização, embora bem menos evidente o papel no social. As diferenças entre o sul de Minas e o norte de São Paulo não devem ser nada desprezíveis, muito embora a presença monótona dos cafezais desde Jaboticabal (em 1886<sup>63</sup>), em São Paulo até São Sebastião do Paraíso (em 1884<sup>64</sup>): 150 quilômetros em linha reta, imprimissem a marca de uma certa hegemonia. Aliás, Zé Coimbra teria registrado essa presença tão marcante do café, em cinco ou seis telas suas – isso, porém, não significa um recrudescimento daquele infelizmente “marxismo economicista”, segundo o qual a “base” determina a “cultura”.

Em todo caso, o limite do Capital Cafeeiro seria determinado pelo preço desse produto: quanto mais lucrativo (caro) fosse, mais a produção se expandiria – num espaço hipoteticamente “neutro”. Bem. Ao menos nesse exemplo, o solo não foi fator determinante, posto que, no tocante à fertilidade (qualidade), o café se utilizava, na pior das hipóteses, da “virgindade” das

---

<sup>63</sup> Com 40.000 arrobas, que, na produtividade média de 53-73 arrobas p/1000 pés, significavam, aproximadamente, 650.000 pés de café. (GRANDI, 2007, p. 28)

<sup>64</sup> Mesmas 40.000 arrobas, mas em 1.000.000 de pés (FERREIRA, 1973, p. 24). Do que se depreende que os pés de café não eram novos, ou algum outro fator fazia a produtividade ser inferior à paulista.



terras florestadas<sup>65</sup> – “não deixando mais nascer grama, onde quer que seu cavalo pisasse”. Enquanto que no tocante à quantidade, havia ainda muita terra que ser “desbravada” (tornada mansa) – em território paulista mesmo! Mas, o preço não poderia subir indefinidamente e, nesse sentido, o café não foi além da linha em que a distância (em transporte precário) podia ser paga sem prejuízo; até que a Ferrovia a ampliasse (SAES, 2002, p. 192). O transporte ferroviário e o trabalho assalariado são, portanto, naquele contexto, duas efígies de uma mesma moeda.

Tal raciocínio autoriza-nos a dizer que o Capital Cafeeiro, de caráter inovador – nos moldes que aqui tento definir –, gozava de uma certa autonomia, sobretudo em comparação com os setores agropastoris (subservientes, então). A Ferrovia, as Ações na Bolsa etc, eram partes de um mesmo sistema: “[...] Em suma, na estruturação do grande capital cafeeiro prevaleceram os interesses de sua face urbana (e não os de sua face agrícola-cafeeira).” (SAES, 2002, p. 190)

Não se tratava, de todo modo, de preencher com café um terreno baldio; ou escrever na folha de papel em branco, a Epopéia da cafeicultura. Quero, antes, acentuar o fato de que à produção de um Espaço “inovador”, correspondia a persistência de um Lugar “refratário”; o primeiro colocando-se na mesma direção do processo (modernizante?), enquanto que o segundo: na direção oposta.

Os cercamentos, na Inglaterra d’“O Capital”, se estenderam por todo o território camponês, entrando alma adentro daquelas comunidades; criando assim os “corpos dóceis”<sup>66</sup> que Frederick Taylor usou para compor seu *ballet* da

---

<sup>65</sup> Foi dessa maneira que o café ocupou até mesmo solos que não tinham nenhuma vocação para tal cultura. Exemplo semelhante testemunhamos hoje, nas ocupações feitas na Floresta Equatorial: a floresta compôs uma camada de húmus que, com sua derrubada, é consumida em pouco tempo pela agricultura; porém, essa camada não pode ser repostada sem a floresta.

<sup>66</sup> No sentido em que Foucault alerta para a ascensão, contraditória, de uma política repressiva no interior da própria “era da liberdade”, ou melhor, no interior das “sociedades livres”: “[...] Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e

“Administração Científica” – livro de 1911. Comparado àquele acontecimento inaugural (do Novo Modo de Produção), o Brasil continha amplos espaços e comunidades instaladas nas bordas dessa amplitude, onde viviam, cá o “caipira”, o “caboré”, o “matuto”, acolá o “casaca”, o “cabra”, o “roceiro” (BARROS, 1967, p. 271). Uma gente que não se submeteria a receber um salário modesto em retribuição a uma rotina desgastante numa fábrica. “[...] Aludo ao Brasileiro, preguiçoso ontem e vivendo das aparas do serviço escravo e da benevolência do proprietário rural, [...]” (FAORO, 2001, p. 597). Essa gente de um campo que não é, simplesmente, o “*Country*” do livro de Raymond Williams (2001) e que não é o campo *in abstracto*, mundializado, oposto à *Urbe/Orbe* de Lefèbvre (2002). É o campo dos “Montes de José Coimbra”, além dos quais o ecúmeno não existia: “[...] o que há por trás deles o artista não mostrou em seus quadros, dando-nos apenas algumas referências, com uma distância diluída no poente [...]” (CARDOZO, 1996, p. 05); até aquele momento.

Todavia, qual é a pretensão aqui, ao descrever o “meio” em que esse sujeito: Zé Bia foi gerado e (mais importante) socializado? Primeiramente, não tentamos *apenas* demonstrar que o devir já subsistia naquelas terras de São Sebastião, como uma semente; nem o contrário disso. A relação entre o homem e seu *habitat* não se faz sem mediação; a cultura é parte dessa mediação, assim como a personalidade do sujeito. Evidentemente minha formação enquanto geógrafo me impede de subestimar esse problema.

Em verdade, a expressão do quadro mais amplo, ou dito de forma simplista: a expressão da Realidade que aqui vai sendo disposta (geomorfologia, clima, organização social, população, família etc), Realidade que vai se configurando “mimeticamente” à conjuntura daquele presente (de 90 a 100 anos atrás), poderia apontar, ora na direção de um Determinismo, ora em direção oposta. Afinal, Zé Bia participava duma cultura caipira, duma cultura do sertão e, desta forma, encontrava-se enterrado num espaço e num tempo

---

violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes.” (FOUCAULT, 2004, p. 118)

“velhos”<sup>67</sup>, que, de alguma forma, ao contrário do que as experiências iniciais indicavam<sup>68</sup>, tornou-se comunista.

Outra coisa. São Sebastião do Paraíso – como foi apontado aqui –, para além das Minas Gerais já fazia parte da rota do trem, do imigrante europeu e do café – que simbolizavam, sucessivamente, a técnica, a sociabilidade e a “moeda”, importadas e que deviam, compulsoriamente, ser devoradas e digeridas (como antes, outras iguarias). Isoladamente, esse dado (ou aquele outro, do parágrafo anterior) não explica a trajetória de vida do sujeito, pois, ele viveu em “Varões” e não – usando aqui a metonímia – no *trem*, no *imigrante* ou no *café*. Mas, esses elementos e muitos outros estavam “além dos Montes”<sup>69</sup> de José Coimbra, ou melhor, faziam parte do horizonte dele, de possibilidades.

O dilema do Determinismo, é que o Lugar não era uma ilha – como as de Trobiand, estudadas por Malinowski, no seu “Sexo e repressão na sociedade selvagem” (1927). Portanto, se fosse possível (ou útil) defender a hipótese de ambientes moldando pessoas, seria, em primeiro lugar, necessário enumerar o conjunto dessas “determinações ambientais” e, em seguida, concluir pela coerência das mesmas determinações; caso contrário, ou seja, se as determinações fossem contraditórias, se tornaria extremamente complicado para a pessoa, “condicionada”, re-agir de acordo com os ditames (contraditórios) do seu ambiente. O mesmo se aplica aos ditames, quando discrepantes, da cultura – ou aquilo que Levi (2000, p. 176) denominou: “o jogo entre vários sistemas normativos contraditórios”.

---

<sup>67</sup> A idéia central do livro de Caio Prado Junior (2006) consiste em que havia um “Sistema Velho”, pré-capitalista, na economia brasileira, e esse sistema manteve-se desde a Colônia até o Estado Novo.

<sup>68</sup> A experiência, no caso, de ser um camponês. Na verdade, nunca houve acordo com relação ao grau de politização do campesinato. Entre 1929 e 1934, a IC impôs sua linha de raciocínio sobre o comunismo de brasileiro, de forma mecânica, acusando inclusive o Otávio Brandão de desvio à direita: por se aliar à burguesia urbana e subestimar o papel do campesinato. Em 1936, Dimitrov chama o Brandão em Moscou e diz “Eto Glupost” (É besteira!) – se referindo à aplicação mecânica daquelas ideias sobre uma realidade brasileira, que era completamente diferente da russa (REGO, 1993).

<sup>69</sup> Esse “além” que, na experiência imediata do sujeito, engloba tudo o que existia “fora” da casa de sua linhagem – num paralelo com a Etnografia, diríamos: tudo fora da aldeia.

Essa segunda hipótese se conforma melhor aos fatos que temos diante de nós. Zé Bia recebeu influências tanto “conterrâneas” quanto “estrangeiras”, as quais, muitas vezes, se contrapunham entre si. A origem desse paroxismo, como eu vinha destacando no penúltimo sub-título deste capítulo, é o contato do Lugar (e seu tempo lento) com aquele elemento inovador analisado antes; elemento simbolizado, mormente, pelo chamado Capital Cafeeiro. Naquele Lugar, o inovador se sobrepôs ao “nativo”: se sobrepôs mais do que se ajustou; e aquilo que hoje é São Sebastião do Paraíso, herdou (também) essa tensão.

De qualquer forma, esse Lugar – aqui em questão – não era inóspito. Ali, sucessivamente, estiveram os caiapós, os paulistas, os quilombolas, os mineiros e os italianos (entre outros europeus); que influenciaram; que nasceram e morreram; que falaram ou ficaram calados. Essas gentes tinham famílias, tinham religião, às vezes até, em face de demandas “novas”, outras maneiras de organizarem-se – como a Companhia de Santos Reis, ou a “Frente Negra”, ou a Sociedade Recreativa e Beneficente Operária –; embora nem sempre as demandas condicionassem novas organizações.

Percebam que a devida precaução com a perspectiva Determinista não permite que se exclua o “chão” da História. Nesse sentido, e da mesma forma que diante do Determinismo Cego, não pretendo defender a hipótese voluntarista, que pudesse desembocar, por exemplo, numa defesa apaixonada do *Auto-homem*, do *Homem que se faz por si mesmo* – e qualquer tradução ao brocardo *Self-made Man*. Sobretudo no que implica à relação entre sociedade e sujeito, a perspectiva aqui é honestamente anti-individualista<sup>70</sup>. “Assim, [...] a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (GINZBURG, 2006, p.20).

---

<sup>70</sup> A todo momento veremos o sujeito (um Zé) oscilando entre as influências da ação ou da conjuntura. É evidente que os acontecimentos vão resultar da conjunção das influências, porém – confesso – que minha visão de mundo tende a sobrevalorizar as determinações estruturais em detrimento da vontade dos sujeitos; e isso é um problema insolúvel ante às evidências encontradas aqui: que corroboram para que eu afirme o contrário (daquilo que, por princípio e por formação, penso).

O marco da cafeicultura é ilustrativo. O sujeito esteve sempre transitando na “região do café”. Vimos que, em São Sebastião do Paraíso a presença dessa *commodity* era marcante desde a infância de Zé Bia; em Santos, a existência da “Bolsa do Café”, do porto e da ferrovia constituíam-se na fração mais avançada da cafeicultura; e em Fernandópolis, com sua paisagem “tomada por vastos latifúndios” (MOREIRA, p. 175), Zé Bia fora buscar (em 1943), por ocupação, justamente trabalho nos cafezais do município. Provavelmente ele nunca havia antes lidado com esse plantio, pois não deveria existir nenhum pré-requisito nesse sentido (para a sua contratação). Isso indica que trabalhar na cafeicultura foi uma decisão pura e simples, do sujeito, mas se não houvesse essa atividade econômica em Fernandópolis e ele fosse buscar o mesmo trabalho em outra cidade, não teria se casado com Adaugiza Marques; e talvez nem teria se tornado um funcionário público.

Em síntese, eu até mesmo diria que a ideia de Lugar, aqui, é central, pois as fontes impõem, no deslinde do pensamento de Zé Bia, o filtro do Lugar, que é esse “filtro da terra” – terra na qual, como eu já havia dito antes, mantiveram-se suas raízes.

Trata-se de um pensamento profundamente marcado pelo primitivismo caipira; inclusive na apropriação que ele realiza do vasto e confuso ideário marxista – para além do “marxiano”. Essa linha pendida entre o “Campo” e a “Cidade”, se faz nas pinturas de Zé Bia, na sua vida (conforme as entrevistas demonstram) e nos demais registros, de um modo geral e explícito. Para ficar com um exemplo, há um dado – que exploraremos melhor adiante – cuja relevância é mais que evidente: dentre as 53 telas que consegui registrar (em fotografia), 31 retratam, nitidamente, o Espaço Rural; e das 22 telas restantes, 13<sup>71</sup> retratam menos o Espaço Urbano do que algum desses povoados que denominamos naquela região de “arraial”. Não é possível falarmos desse sujeito e não o situar nessa sua renitente “origem”; em relação a qual, o homem parece estar sempre voltando ao pó donde nasceu. Aliás, a escolha –

---

<sup>71</sup> Para a descrição e análise das telas, utilizamos, principalmente, a metodologia de Ana Maria Mauad (1996).

creio que adequada – daquela epígrafe no início deste capítulo, sob seu título: “Terra de Varões”, inevitavelmente me veio à memória neste exato instante: “el alma del hombre es de pan” (LE ROY LADURIE, 1981, p. 187). O que equivale a dizer que o homem é feito de pão que é feito de terra e a terra feita de trabalho.

Zé Coimbra – penso eu – carregava aquela sua terra na alma, como se ela fosse abstrata. Na verdade e paradoxalmente, a carregava justamente por ela ter sido tão concreta. Depois ele aprendeu, através do comunismo, que a terra havia sido a muito saqueada e raptada – ideia que reverbera numa das mais unânimes demandas comunistas, ou seja, a Reforma Agrária<sup>72</sup>. Era então, agora, necessário – e necessário simplesmente porque era justo – libertar a terra para, num mesmo golpe, libertar também o homem.

---

<sup>72</sup> Nas palavras de L. C. Prestes: “Proclamemos, portanto, a revolução agrária e antiimperialista realizada e sustentada pelas grandes massas da nossa população.” (1930).

## 2. TRAVESSIAS

As concepções teóricas dos comunistas não se baseiam, de modo algum, em idéias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo. São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante de nossos olhos. (MARX; ENGELS, 1998, p.51-52)

Voltando ao que foi escrito até aqui. Busquei concluir o capítulo anterior de forma que, após uma digressão sobre uma questão de caráter geral, eu reforçava a centralidade do Campo. Assim, o *tópos koinós* geográfico persistiu – tal uma decorrência daquele trocadilho do Morro Testemunho: essa feição do relevo que se caracteriza, justamente, por uma persistência; cuja causa é a rigidez da rocha. O Campo, nesse sentido, como repositório de uma cultura de uma sensibilidade “residual”, ou mesmo como o lugar onde especificamente certas relações sociais se deram – e esse foi o conteúdo de quase todo o “Capítulo Primeiro” – ou, enfim, como aquilo que Zé Coimbra carregava por dentro.

O Campo, deste modo se volta mais para um tempo profundo – penso em Braudel quando ele utiliza esse mesmo adjetivo: “Todas as faixas, [...], todos os milhares de estouros de tempo da história se compreendem a partir dessa profundidade, dessa semi-imobilidade” (BRAUDEL, 1978, p. 53). Estamos, ademais, cientes da realidade de um “tempo de eventos” – assim como desse tempo profundo – em qualquer parte do ecúmeno. Não devemos negá-lo! A questão, porém, é diversa. Pois, vizinhos, lado a lado residiam um rural e um urbano<sup>73</sup>, mas, seus ritmos seguem fluindo em descompasso. Comportam e expressam modos de vida diferentes.

---

<sup>73</sup> Um rural e um urbano assim tão próximos, em razão das circunstâncias históricas daquele lugar: vivido pelo sujeito. Sabemos, outrossim, que essa coexistência “marcou” o sujeito por diversas evidências; muitas das suas telas, por exemplo.

Esse ritmo, também não escorre pelo horizonte entre ocasos que se confundem, devido à monotonia. Descrevemos sistematicamente o Lugar em que nosso protagonista cresceu e agora sabemos, ainda que superficialmente, que existe alguma diferença entre a “terra da memória” e a “terra da experiência”; daquele Zé Bia. Sabemos, por exemplo, que o trabalho lá (na sua terra) era árduo – tanto quanto o trabalho assalariado, vivido pelo sujeito desde que ele saiu de Paraíso.

Mas, ainda que o Campo idílico – essa representação “conservada” na memória do sujeito – seja uma ilusão, as diferenças continuam marcantes: o *Tempo Camponês* não é o *Tempo Proletário*. Zé Coimbra conheceu a ambos e sabia perfeitamente disso. Aqueles cujas vidas medem-se pelo trabalho criativo de artesanato, dificilmente habitam-se ao trabalho repetitivo e sem significado das fábricas – quando elas existem. Entretanto, essas pessoas ainda procuram as cidades, como José Coimbra e a família (nordestina) de sua esposa; ou como este retrato: “Numa estação ferroviária de uma cidade grande uma multidão de migrantes deixava, assustada, os vagões de terceira classe e era imediatamente deglutida pelas entranhas da metrópole. [...]”.<sup>74</sup>

É evidente a tensão aí exposta. A “ida” (do Campo) e a “vinda” (para cidade) chocam-se contra esse “não estar”: não é possível estar (mais) no Campo e nem é suportável estar (ainda) na cidade. O cerne da questão, que é a mobilidade – transpassa as pessoas tanto quanto a estrutura da sociedade. Mas, não como um movimento “evolutivo”<sup>75</sup> acelerado (na sociedade) e sim um tipo de “embate civilizatório”. Pois, além da questão acerca do espaço urbano e do espaço rural, subsiste a questão do Contexto Histórico. Nesse caso, a passagem de um Contexto a outro, bem distinto, somando-se ao Êxodo Rural, pode nos dar uma pista sobre algumas das contradições que permeavam o tédio estatístico do cotidiano desse Zé Ninguém – esse homem comum. Zé Bia sai de um certo “espaço-e-contexto”, entrando, concomitantemente em outro.

---

<sup>74</sup> “[...]. Um quadro comovente e perturbador que se encontra na coleção do Dr. Gilberto Adrien, conhecido líder ruralista” (RUGIERO, 1992). Voltaremos a falar sobre essa tela.

<sup>75</sup> Estou familiarizado com a problemática em torno desse conceito (Evolução), porém não estou utilizando o conceito, mas apenas o termo e numa forma adjetivada. Ademais não estou (na sentença) afirmando um movimento evolutivo, mas, justamente negando-o.



No plano da análise histórica vê-se uma transformação que se opera em Zé Bia; transformação dele em Zé do Grupo. Transformação que parece ter escapado aos entrevistados, mas que se insinua na trajetória de nosso protagonista, sutilmente, no início.

Afinal, trata-se aqui, de um trabalho de pesquisa histórica e, portanto, a passagem do tempo precisa ser interposta, *pari passu*, à passagem do trem de uma a outra cidade. Tempo, além do registro cronológico, manifestando-se de maneiras distintas em locais distintos; mas não porque as “evoluções” têm velocidades diferentes aqui ou ali, e sim porque em determinadas regiões brasileiras, as estruturas desenvolveram-se de maneiras diferentes em função de “projetos de sociedade” diferentes, combinados com “sociedades testemunhas”<sup>76</sup> também diferentes.

É aqui que o lugar de “Varões” contrasta com o outro, de São Paulo. Não se trata agora, de acentuar a condição fronteiriça de São Sebastião do Paraíso – como no capítulo anterior – mas, a longa travessia e suas várias escalas (paradas). Primeiro, havia um tempo histórico “quando” Zé Bia viveu em “Varões” – onde a distância entre a casa e o trabalho era tão ínfima quanto a distância entre as gerações; e onde a distância entre a terra e o céu era tão insignificante que (numa tela de Zé Coimbra) um menino tentava cutucar uma estrela, com uma vara de bambu (NOGUEIRA, 1992). Mas, depois sua vida se estende por uma trajetória de sete décadas e por vários lugares, quando enfim o sujeito retorna até Paraíso – onde é sepultado.

Nesse ínterim (as sete décadas), ocorreu uma mudança muito significativa e essa mudança deixou rastros – é necessário hoje, em 2014, transformar os rastros em evidências (torná-los “significativos” – para utilizar a expressão do De Certeau). Me refiro à mudança que fez Zé Bia tornar-se Zé do Grupo; ou – o que dá no mesmo – a mudança que tornou-o comunista. Mas, é

---

<sup>76</sup> Essa metáfora é uma alusão aos chamados Morros Testemunhos. A intenção era afirmar a presença de uma dada sociedade (pronta e acabada) no caminho de algum projeto; que visa reformá-la como se houvesse uma falha no funcionamento dessa sociedade prévia. Assim como o “Morro Testemunho” que sobrevive na paisagem em função da sua resistência (enquanto as áreas ao seu redor vão sendo permanentemente erodidas), quero afirmar a sobrevivência social (ou de algumas “sociedades” em seu interior) de espacialidades e temporalidades camponesas nas regiões aqui apontadas.

de uma mudança de pensamento que estamos falando e o ponto de inflexão situaremos, por hipótese, na emigração para Santos.

Notem que não estamos nos referindo a algum vínculo formal entre Zé Bia e o Partido Comunista – até o momento, verdade seja dita, não podemos sequer afirmar que tal vinculação ocorreu. O nosso objetivo é outro: apresentar a nuance que revigore o processo (a relação social) do comunismo. Nesse sentido, o comunismo necessita figurar como ideias – no plural mesmo, pois as “correntes teóricas” eram diversas – assim como as práticas. Aliás, ideias e práticas não estanques (dando-se num “universo paralelo”), mas entrelaçadas ao que se pensa e ao que se faz na sociedade; inclusive sob o rótulo de anticomunismo<sup>77</sup>.

Por isso é crucial explicitar, aqui, o ponto de vista assumido e assumido não em função de qualquer partidarismo teórico acadêmico – seja pela linha de pesquisa ou pelo modismo que afete ou não a nossa área do conhecimento – mas antes, em função (das evidências) dos fatos. No caso, lançamos mão, neste capítulo, do conceito de “consciência de classe” mais ortodoxo<sup>78</sup>, tal qual ele figurava naquele texto clássico: “Ideologia Alemã” (MARX; ENGELS, 1999). Mas, não nos afastamos de Thompson, pois, como ele esclarece na introdução de “A árvore da liberdade” (THOMPSON, 1987, p. 10): “A consciência de classe é a forma como essas experiências [de classe] são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.” Nesse sentido, continua Thompson, a consciência nunca surge da mesma forma, em qualquer grupo considerado.

---

<sup>77</sup> Em sua pesquisa Rodrigo Czajka aponta para a complexidade da chamada “cultura de esquerda” (as diversas tendências e objetivos), no período de Ditadura Militar, bem como para a leitura que o Estado (anticomunista) fazia dela: “Em uma época permeada pela Guerra Fria, setores militares preocupados com a emergência do fenômeno do comunismo internacional, entendiam as ações da intelectualidade de esquerda no Brasil como provenientes de um movimento organizado, liderado por militantes ligados ao PCB, que seria ‘dirigido e financiado’ pelo Partido Comunista em Moscou. [...] Veja-se o caso de Nelson Werneck Sodré, general reformado. Embora tivesse ligações com o PCB, nunca foi seu militante declarado, mas como tinha amizades no partido e defendia algumas de suas teses, os militares o fizeram comunista.” (NETTO, 2009, p.11)

<sup>78</sup> Tendo em conta que o texto de Marx e de Engels, era uma réplica, em meio a um debate com a filosofia idealista, fica nítida a importância da definição de consciência de classe como, **1)** algo prático, **2)** histórico e **3)** simbólico (leia-se também: linguístico).

Essa sutileza introduzida pelo historiador britânico é necessária a *posteriori* – quando comparamos a trajetória de Zé Bia, com a de outros comunistas. Aprioristicamente, em razão do recorte biográfico, não é necessário nos distanciarmos de Marx e Engels. A descrição que se segue – neste “segundo capítulo” – pretende dar conta dessa tomada de consciência (um “despertar”) que modifica a leitura de mundo de Zé Bia.

Além disso, o texto abaixo não se exaure com a questão – essa central – da tomada de consciência, mas procura apresentar os conflitos experimentados pelo sujeito e as diversas formas pelas quais esses conflitos foram interpelados por ele – pensemos no exercício da pintura, só para ficar com um exemplo. Enfim. Vamos ao Estado de São Paulo. É necessário compreender agora as transformações que fizeram de Zé Bia, o Zé do Grupo.

## 2.1. ALGUNS ITINERÁRIOS DA EXPERIÊNCIA

Zé Bia nasceu em janeiro 1915 e morreu em julho de 1985. Nascendo num verão, “época da colheita do arroz” – segundo costumam dizer naquela região – e morrendo no inverno, ele trabalhou com os irmãos naquela agricultura de subsistência, até os 25 anos. Mas isso ainda não diz muita coisa sobre ele, particularmente. Ao contrário, sua insatisfação – talvez o principal motivo do abandono daquele lugar de origem – é muito mais significativa.

Entretanto, até esse momento de sua vida não temos nenhuma pista sobre o comunismo, ou qualquer outra “influência externa” que explicasse seu comportamento, incomum desde a juventude. Incomum, para não dizer “desviante”. Por exemplo, quando sua mãe falece no parto e ele, desafiando as ordens do pai traz de volta sua irmã (nascida do trágico e último parto), da casa daquelas pessoas para as quais essa mesma irmã foi entregue. Noutra ocasião ele teria também lutado com Miguel, seu querido irmão, em consequência do

rigor deste na relação com Manuela (aquela mesma, que faleceu em 15 de janeiro de 2013).

Nada do comunista ainda, mas muito de um inconformismo não explicado. Além disso, é possível dizermos que uma circunstância se impôs, tanto na análise das fontes quando na comparação entre esses documentos e depoimentos “soltos”, que a todo momento me chegam ao ouvido – e que são, na definição de Portelli (1996), testemunhos de valores mais do que de eventos. Trata-se das relações havidas entre os próprios integrantes daquela família de “Varões”; mais especificamente, trata-se das tensões entre os três varões: Alcebíades e seus dois filhos mais velhos, Miguel e José, tensões que se solucionaram num distrato. Miguel, junto de sua família, encontrou trabalho no Paraná, cerca de 750 quilômetros de distância de sua terra. José não foi tão longe, mas tampouco pôde se manter tão próximo quanto eventualmente demonstrava querer.

Da casa onde viveu até a morte de sua mãe, em “Varões” (São Sebastião do Paraíso-MG), Zé Bia saiu em 1936 para o Serviço Militar, em Pouso Alegre (Minas Gerais) – onde “Serviu na 2ª Bateria de Obuses do 8º Regimento de Artilharia Montada e tomou o número 558 como recruta” (SILVA, 2013). De lá ele foi para Santos, voltando para a casa de seu pai cinco anos depois: em 1941. Passados, depois, dois anos na casa de seu pai, em 1943, Zé Bia voltou para o estado de São Paulo: foi para Fernandópolis e lá casou-se, conseguiu um emprego etc. Vejam. Há essa lacuna de dois anos: depois de Santos e antes de Fernandópolis, um período em que não aconteceu nada (ao menos é assim na fala dos entrevistados); a não ser uma discussão entre pai e filho – “coisa comum”, eles dizem. Nessa ocasião, Alcebíades lança mão de sua espingarda para “corrigir” ao seu filho rebelde – e quantas vezes ele não teve vontade de “quebrar a crista” desse jovem que não reconhecia a sua dívida de obediência!

Percebam. Alcebíades não tinha apenas um filho, mas foi “um” de seus filhos a lhe causar tantos transtornos. Talvez não se trate simplesmente de circunstâncias psicológicas – Complexo de Édipo – o que separava esse pai de

seu filho (Zé Bia). Talvez, mais historicamente determinada, a separação estivesse nos “modelos de vida” discrepantes. Talvez fosse um problema da perspectiva que cada um dos dois assumia, diante do mundo. Alcebíades era autoritário e conservador – quem sabe não encarnasse aquilo que Minas Gerais de fins de século XIX e início de XX tinha de mais típico? – enquanto seu filho era – digamos – rebelde?

Depois daquela discussão (um pouco ríspida) com seu pai, Zé Bia realiza um salto (no escuro) paradigmático, que é a replicação, no nível biográfico, da ontogênese proletária (no nível histórico). Ele sai da sua terra (propriedade e meio de produção) e adentra no Território (ainda em processo de construção) do Capital. Esse foi um caminho sem volta: o abismo sob a corda que nunca se fechou; ferida que nunca cicatrizou. O abismo é também uma ferida... ferida no corpo da terra.



**FIGURA – 06 – COIMBRA SOBRINHO, José. “Retrato do pai” (verso da tela “Socando o arroz”. Óleo sobre tela, 72cm x 84cm).**

Dois fatos então: 1) uma discussão um pouco grave – segundo um juízo de valor que eu mesmo faço, pois, não posso afirmar aqui se, para Zé Bia, ter uma arma apontada contra si pelo próprio pai é alguma modalidade de ofensa; 2) depois a emigração. Bem. O que isso pode querer dizer? Que José foi expulso de casa por seu velho pai? Expulso por aquele ao qual dedicou uma tela (FIGURA – 6), que sequer havia dedicado à própria mãe? Não. Porque um terceiro fato deve se somar, necessariamente, aos primeiros dois. Trata-se do ano vivido em Santos (o “1940”).

A cidade portuária do Estado de São Paulo onde, justamente no Período Entre-Guerras, ou seja, quando o Capitalismo sofre as grandes derrotas do séc. XX (a “derrota vermelha” no leste e a “derrota negra”, naquela quinta-feira de 1929), o proletariado local emergia enquanto classe. Pois, conforme Fernando Teixeira da Silva (*apud* Petersen, 2003), fôra naquela cidade onde, aos portuários e (a princípio) aos “artistas” da construção civil, coube a tarefa de dar vazão ao ideal da “sociedade sem patrões”; circunstância que, não obstante o arrefecimento posterior ao período analisado (por Fernando T. da Silva), contribuiu significativamente para

[...] o encontro da cultura do trabalho com o movimento operário, ou seja, o encontro entre *valores* que legitimavam pertencimento social e identidade (como a valentia e o orgulho de serem operários “sem patrões”) e o estabelecimento de alteridades, (principalmente os adversários no conflito de classes), com o *movimento operário*, suas ações e entidades coletivas, suas diferentes orientações políticoideológicas, expressas nas greves, disputas eleitorais, conflitos ou concordâncias com autoridades e instituições públicas. (PETERSEN, 2003, p. 245)

A partir desse quadro oferecido por Fernando Teixeira da Silva, podemos dizer que naquele “meio” – se é útil insistir na ideia de que o ambiente influencia, em qualquer grau, aos sujeitos –, onde as fábricas, as pessoas de diversas nacionalidades e a pujança econômica que, sobretudo esses pontos nodais da logística ostentam, mais do que isso: em meio ao radicalismo sindical santista e trabalhando como porteiro ou como operário, Zé Bia descobriu o quanto o mundo era grande. Além das montanhas de “Varões” –

aquela fronteira natural – e além da lida com o arroz, com o milho e com o gado, descortinou-se para ele – analfabeto como era então e, assim, incapaz de conhecer o mundo senão pela experiência próxima – a extensão vertiginosa do ecúmeno, das cores de suas bandeiras e do tom dos “relatos de viagem”.

Estava semeada então, na alma do sujeito, a “semente vermelha”? Penso que as coisas não são simples assim. Outros imigrantes saíram da zona rural e entraram em Santos ao longo daqueles anos, mas nem todos tornaram-se comunistas. É evidente que, nesse caso, o papel do sujeito (a ação) é o princípio explicativo; e no sujeito, seu pensamento. Assim, creio que é forçoso reconhecer que a prévia existência da ferramenta (a teoria) coloca-se como *conditio sine qua non* para a construção do comunismo de Zé Coimbra e, portanto, de sua resistência. Por outro lado – e esse é o caminho que preciso trilhar – a forma “como” ele constrói seu próprio comunismo é o que distingue a ação, do sujeito, ou melhor, suas pegadas, na planície da conjuntura.

Mas, não será em Santos o local onde deveremos encontrar todas as peças do quebra-cabeça<sup>79</sup>. Voltemos nossos olhos mais uma vez para o início. Ainda é útil repetir que São Sebastião do Paraíso estava numa “zona fronteira” entre dois tempos, mais do que entre dois espaços; tanto mais irremediável (e irreversível) resultou a saída de Zé Bia. Fronteira essa, a propósito, da qual a pintura de Zé Coimbra nos fornece uma chave. Uma pintura que, entre dois tempos, apontava ora para o conflituoso presente, ora para o ordenado passado; nesta proposição anti-positivista, em que o “progresso” (futuro presente) não se conjuga com a “ordem” (passado). Uma pintura sim, de contradição e não uma pintura de equilíbrio. Uma pintura que exprimia caudalosamente em cores – inclusive destoantes – uma experiência de contradições, pois tudo em seu entorno era contraditório – consideremos, inclusive, as constantes migrações de Zé Coimbra; fato que, isoladamente, implicaria em não pouca confusão na sensibilidade do sujeito.

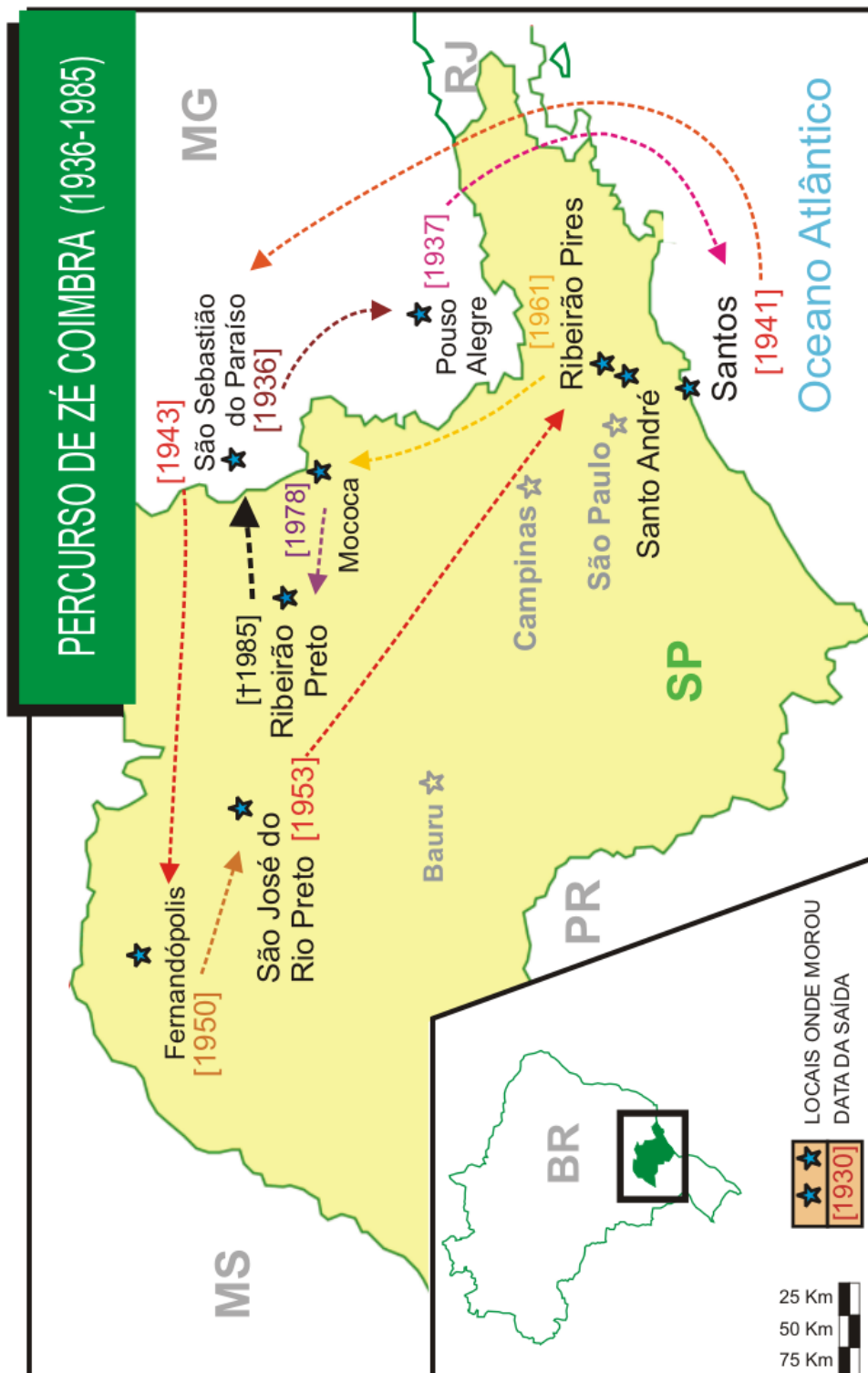
Porém, a fonte iconográfica não nos demonstra que, antes da passagem do sujeito por Santos, essa experiência da contradição houvesse sido

---

<sup>79</sup> A propósito, todos os itinerários desse migrante podem ser vistos na Figura–7.

formulada por ele. A produção artística surge depois; certamente depois do comunismo – e isso, agora, é o mais significativo.

FIGURA – 7





Apesar dessa lacuna – quanto à existência das fontes – não subestimemos o significado daquela fronteira. Significado que tento ressaltar e, aliás, o qual é um dos alicerces desta tese. De um lado São Paulo com seu Capital Cafeeiro (a feição econômica); de outro lado, as Minas Gerais com seu Coronelismo (a feição política). Sem que houvesse uma cópula entre essas duas realidades. Aliás, esse é o plano da “ordem” (o passado e atraso) que, no espírito de Zé Bia, era permeado pacificamente por sua “infância-lugar”; mais afeita que ela era à representação de liderança – adiante falaremos acerca dessa mesma representação coletiva – do que à brutalidade do *tópos* Pai/Patrão. Esse é, igualmente, o tempo da “parentela”. (QUEIRÓZ, 1977)

O “progresso” – para não desprezar o segundo termo da Bandeira Nacional e seguir no raciocínio – com seu caráter acentuadamente econômico trouxe consigo outras relações. Transformou o Lugar em Espaço e transformou a terra, o trabalho etc. em mercadorias, permitindo a “[...] formação de camadas sócio-econômicas distintas da parentela, e apoiadas em laços sócio-econômicos somente.” (QUEIRÓZ, 1977, p. 171); camadas essas, entre outras, onde a Classe é um bom exemplo. O progresso com sua face nítida em Santos, mas, igualmente, com sua face híbrida em São Sebastião do Paraíso.

Na experiência do sujeito, então, a Classe era uma realidade “inovadora”. Realidade essa, fruto mais da contradição do Processo do que de um projeto modernizante – é desnecessário discorrer acerca dos inúmeros esforços da burguesia brasileira numa tentativa de encobrir o fato de que a sociedade se divide historicamente em classes. Efeito (a Classe) da mesma forma que defeito. Ora. No século XIX Marx nos ensinava que a mera existência dessa “reserva”, sem a qual o Capitalismo encontraria dificuldades até para respirar, é talvez a sua maior ameaça.

De todo modo, dizermos que Zé Bia experimentou essa realidade: Classe Social, ao menos para aqueles seus anos iniciais (até a morte de sua mãe, talvez), em Varões e sob o citado “regime de auto-exploração”, é certamente arbitrário. Mesmo em São Sebastião do Paraíso – aquele Lugar

mais próximo da Santena de G. Levi, que da Manchester de F. Engels<sup>80</sup> – local frequentado, eventualmente, pela família linear de Zé Bia, essa realidade parecia não encontrar plenitude, ainda que transcorrido meio século e transcorridos, na escala nacional, eventos de mais aguda importância. Essa descrição de (uma entrevista de) 2009, do Sr. Guerino Paschoini, acusado de “prática de comunismo” durante a Ditadura Militar, resume perfeitamente a questão:

Paraíso é uma cidade pacata, a nossa economia até hoje depende do café, e naquela época [1964] era mais ainda, e não tinha nenhum tipo de organização dos trabalhadores, sindicato, nada nesse sentido. Existia já a cooperativa, mas defendia os interesses dos donos das fazendas. Tinha o PTB, mas nunca exerceu nenhum cargo, Paraíso não dava espaço para isso. Paraíso é uma cidade ‘sugeneris’ [sic] em política, para começar, foi a única cidade do Brasil que o Getúlio perdeu a eleição, aqui é uma cidade comandada por coronéis, fazendeiros e pessoas da elite, que nunca concordaram com o governo do Getúlio, por exemplo, tanto é que Paraíso não tem nenhuma rua com o nome do Getúlio Vargas... a política de paraíso não tolerava esse tipo de coisa, tanto é que aqui nunca vingou um partido político como o PTB, outro tipo de partido assim nunca vingou, aqui prevalecia a UDN e o PSD, os partidos dos coronéis. Tinha os coronéis do PSD e tinha os coronéis a UDN, que é uma coisa só, não tem ‘diferenciamento’ nenhum. (PASCHOINI, 2009, p. 27-28)

Porém, apenas aparentemente Paraíso esteve à margem daquelas (r)evoluções sociais que metamorfosearam aquele Campo – as mesmas revoluções que tornaram a terra cativa – e introduziram o tempo do relógio. Pois, não é a ausência da “planta industrial” que exclui uma localidade, do mapa-múndi das relações de produção do tipo capitalista; relações as quais, numa seqüência lógico-cronológica, dão origem ao Proletariado.

Aparentemente a implantação do equipamento fabril (penso aqui nas explanações de Marx, 1996, e de Foucault, 2004) pressupõe tanto a destruição das “relações” campesino-artesanais, quanto a implantação de um comportamento e uma mentalidade pré-(e pró)-fabris – comportamento esse,

---

<sup>80</sup> No caso de Engels, me refiro ao texto: “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, enquanto que no caso de Levi (2000), o texto está contido aqui, na bibliografia.

para o qual aquele exemplo de Thompson (1998, p. 271): a separação entre o “tempo do trabalho” e o “tempo do viver”, é muito sensível. Daí a significação que o Capital Cafeeiro<sup>81</sup> – essa forma não muito clássica daquele Modo de Produção – assume neste texto (o presente). Aliás, talvez, justamente porque se tratasse dessa “espécie” de capitalismo – menos clássico, por assim dizer – é que a distância entre a experiência do sujeito e a ação (do sujeito) pudesse mostrar-se maior do que esperávamos.

De qualquer forma, consideremos que, no mínimo, a noção de Classe estava no “horizonte de possibilidades” do sujeito quando ele ainda morava em Paraíso; ou quando ainda era Zé Bia. Bem. Ademais, o Capitalismo é bem anterior às formulações teóricas que buscariam compreender, tanto seu mecanismo de funcionamento quanto suas contradições sociais – em Marx, por exemplo, ambas as questões são muito bem analisadas, a partir e sucessivamente, dos conceitos de “Mais-Valia” e de “Luta de Classes”. Junte-se a isso, o fato de que outras formas de exploração conjuminam-se ao Capitalismo *tout court* e poderemos perceber o quanto de sofrimento Zé Bia viu e sentiu. Sofrimento esse, coletivo e não, “pessoal”, ou seja, sofrimento de classe – quero manter, agora, em mente, essa idéia e tratá-la mais detidamente no final deste capítulo.

Não obstante o entendimento (ou não) do sujeito, acerca de sua condição de classe, nunca é demais reconhecer que a consciência de classe é uma coisa distinta da experiência *na* classe; e, mesmo nesse caso, a existência de um comunista em São Sebastião do Paraíso: o Sr. Carlos Vecci Gaspar (PASCHOINI, 2009, p. 32), parece indicar alguma possibilidade (em qualquer grau) dessa consciência. Também não é improvável que alguns daqueles

---

<sup>81</sup> Em Ribeirão Preto/SP, a 117 km de São Sebastião do Paraíso, o Capital (cafeeiro) engendrou seu Proletariado, sem que se tratassem de operários em alguma Fábrica de Alfinetes: “[...] nós não conseguimos em São Paulo. mas no interior conseguimos posições em Ribeirão Preto, em Sertãozinho... Imaginem vocês: uma marcha de verdadeiros colonos das fazendas de café em direção à cidade de Sertãozinho, para fraternizar com os operários [...]. O meu amigo Theotônio de Souza Lima, uma maravilha de homem. Eu voltei e me informei e soube que ele não tinha mais do que viver, a mulher parece que o abandonou. Ele morava lá num sindicato em São Paulo. Não tinha de que viver. [...]. Uma maravilha. Era um fogueteiro, fabricava foguetes. O homem era uma dedicação extraordinária. Ele leu, por acaso, o jornal *A Classe Operária*, em 25, e aderiu ao Partido.” (BRANDÃO, 1993, p. 34 e 110).

migrantes europeus citados antes, por mais imersos no atraso que estivessem (em determinadas regiões brasileiras, para as quais tenham seguido por razões que não convêm tratar aqui), portassem um ideário de vanguarda e/ou experiência com movimentos operários, europeus. Ora. Isso nos deixaria numa dificuldade ainda maior, pois dizer que a consciência de classe foi “importada” requer admitir a incapacidade do trabalhador brasileiro de emergir, autonomamente, do lago escuro da inconsciência; requer um juízo de valor acerca da resistência praticada em solo pátrio. Resistência, nesse caso, cega. Talvez esse não fosse o caso de Zé Bia – um “desajustado” nato, para o qual uma “teoria da revolta”, talvez, fosse fútil – mas, não minoremos a importância dos esforços teóricos de europeus como Marx; e também não nos deixemos capturar pela teia do nacionalismo, pois os explorados são sempre iguais, pouco importa a cor ou a língua do explorador<sup>82</sup>.

De qualquer forma, essa distância (entre consciência e experiência), se existe – e estamos admitindo que sim – no caso do nosso protagonista, quer me parecer, foi suprimida em “1940”. Foi provavelmente em Santos que a síntese entre o vivido e o pensado se deu. Foi nessa cidade em que a cortina da ideologia foi afastada com a mão e o sujeito pôde ver o mundo pela janela, pois as relações sociais ditas “progressistas” – que infiltravam-se surda e lentamente na região de “Varões” – talvez não pudessem ser decodificadas por esse camponês (ainda que fosse um camponês de inteligência acima da média; como ele era). Mas, em Santos, onde os conflitos estavam explícitos<sup>83</sup> e onde os trabalhadores dispunham de recursos e de conhecimento, inclusive histórico, para “falar a verdade ao poder” – utilizando uma expressão de Said (2005) –, a consciência podia aflorar.

---

<sup>82</sup> Essa proposição (ética) orienta-se em relação ao Internacionalismo: característica tipicamente comunista. É evidente, por outro lado, que o Nacionalismo foi utilizado, em função das circunstâncias, pelo PC, no Brasil (MAZZEO, 2003).

<sup>83</sup> No que tange às datas das disputas entre trabalho e capital, as primeiras décadas do séc. XX, período que, portanto, “preparou o terreno” para a chegada do ingênuo Zé Bia, a agenda de Santos esteve sobrecarregada: foram seis greves [em 1900, 1904, 1905, 1908, 1909 e 1919]; e a fundação de sete sindicatos [Sindicato dos Estivadores, 1930; Sind. dos Operários e Trabalhadores Portuários, 1931; Sind. dos Conferentes de Carga e Descarga, 1932; Sind. dos Trabalhadores Administrativos Portuários, 1933; Sind. dos Vigias Portuários, 1938; Sind. dos Trabalhadores Rodoviários, 1939; e Sind. dos Empregados Terrestres, Aquaviários e Operadores Portuários, 1939]. (GONÇALVES; NUNES, 2007)

Chamo atenção para esse ponto de interseção entre a Estrutura, o Sujeito e a Consciência, posto que é nesse momento que o comunista, propriamente dito, surge. Momento no qual, aliás, o “Zé-filho-de-Cebia” – com todas as características que lhe são próprias – é posto de lado. Portanto, “um rito de passagem”.

## 2.2. LIBERDADE DE QUEM NÃO TEM NADA

Vamos nos concentrar um pouco noutro fato: Zé Bia podia ficar em “Varões” trabalhando para seu pai, mas ele saiu. A motivação mais profunda, dessa saída, se a mesma é racional ou se é inconsciente, pode apenas ser aventada; e ignorá-la não constitui nenhum problema para nós. Insisto: o fato é que a saída de Zé Bia resultou num outro “destino”. Entretanto, esse destino seria desencadeado “em simbiose” com circunstâncias históricas: aponto, por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo na região. A cidade: as relações sociais, o destino, estavam lá – co-autores coagindo – e isso, talvez, seja o que o levou (induziu) a sair. Sair e não precisar permanecer fixado à terra, para viver a repetição de seu próprio pai: nascer/morrer, “sazonalmente, do solo, como o arroz” – a evidência oral nos aponta esse viés.

É assim que ele passaria de um fato histórico ao outro; assim como transitaria entre diferentes circunstâncias específicas – umas mais determinantes do que outras? Sua vontade, sua liberdade percorre, necessariamente, esses *entroncamentos circunstanciais*. Quase poderíamos dizer que “ele não teve escolha”, quando temos em mente a hegemonia do processo de modernização... “quase” poderíamos. Pois no bojo da hegemonia persiste o residual (WILLIAMS, 2000) e, nesse caso, talvez, o campesinato possa ser apontado como residual – o mesmo campesinato ao qual o sujeito furtou-se. Além disso, havia ainda uma sutileza na trajetória desse sujeito: ele tornou-se um funcionário público: o Zé do Grupo. Chegaremos lá.

Temos então, diante dos olhos, esse embate de dois tempos; e quando pensamos naquela “Varões” de Zé Bia, o que vemos, num primeiro plano, é o descompasso – sobretudo relativamente ao desenvolvimento do capitalismo. Aquela “Varões” que resistia no interior de um município em transformação, enquanto o trem e o migrante iam nele aportando. Além disso – e o que é mais importante – a experiência do sujeito era uma experiência acerca de embates. Sua família, a gradual “des-ruralização” de Paraíso e até as batalhas da chamada Revolução Constitucionalista travadas em Pouso Alegre – quatro anos antes de seu alistamento militar nessa mesma cidade mineira – junto com outros exemplos, corroboram essas assertivas.

Existe também outra consequência interessante nessa complexidade da experiência: se as referências do sujeito eram contraditórias, seu leque de opções era maior e, conseqüentemente, a tendência a um comportamento conservador, menor. Da mesma forma, G. Levi (2000, p. 176) teria asseverado que, mesmo numa sociedade rígida e hierarquicamente estruturada circunstâncias externas e extremas (revoluções, guerras, epidemias etc) resultariam no advento de “personalidades empreendedoras” e de “lógicas de escolha [que] permaneciam abertas como possíveis modelos de modificação do quadro social rigidamente proposto”.

Por outro lado, distante dos montes de Paraíso, em 1940 ele trabalhava como porteiro em Santos. Santos que por sua vez era uma cidade portuário-comercial (FIGURA – 8) de 165.000 habitantes (SEADE, 2013), com alguns edifícios, entre os quais destacavam-se as torres da *Western Telegraph* e da Bolsa Oficial do Café: “[...] nosso alto comércio, onde se desenvolve a febril atividade dos grandes negócios do maior mercado exportador de café do mundo [...]” (ASPECTO, 2012). Além disso, Santos era uma atraente, e não somente “progressista”, localidade:

[...] Os serviços de aformoseamento das nossas praias estão sendo executados de acordo com o projeto organizado pela Diretoria de Obras da Prefeitura, equivalendo por mais um ótimo serviço prestado às praias santistas pelo dr. Aristides Bastos Machado, chefe do Executivo local. Compreendem essas obras de vulto o ajardinamento das praias em toda a sua extensão, além de um passeio de cinco metros de largura,

próximo às linhas de bondes, e de uma avenida asfaltada, destinada ao tráfego de automóveis, nos moldes da Avenida Presidente Wilson. (AS NOSSAS, 2012)

Esse, obviamente, é o recorte (das fotografias) exibido no jornal. O mais importante e, a propósito, aquilo que essa fonte esconde: Santos era uma cidade com Lutas de Classes abertamente travadas – por exemplo, em 1935 (paralelamente ao “aformoseamento”), houveram quatro greves; de alfaiates, dos gráficos, dos carroceiros e dos tintureiros.

---

**FIGURA - 08 - Santos em 1934. Trabalhos de paisagismo, aqui vistos no trecho na praia do Gonzaga (embaixo). Panorâmica da região central da cidade, onde vemos alguns guindastes do porto (em cima). Fonte: ASPECTO, 2012; AS NOSSAS, 2012.**

---



Naquele ano de 1940, a ideologia modernizadora<sup>84</sup> recentemente era imposta a região sul de Minas Gerais, trazendo consigo, nas linhas siderúrgicas do trem, a eletricidade, o telefone e as reformas urbanas (DOIN, 2007) – a exemplo daquela reforma empreendida pelo Prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro (em 2006), tributária da mais do que notória “Reforma Haussmann”. Mais do que isso: “Ser culto, moderno, significa [significava], para os brasileiros do séc. XIX e começo do séc. XX, estarem em dia com as idéias liberais, [...]” (FAORO, 2001, p. 592).

Notemos – lançando mão aqui de um trocadilho – que culto (moderno etc.) era quem cultuava essa representação da modernidade. O apreço a tal representação não era um privilégio das elites. Em maior ou menor grau, até alguns setores da classe trabalhadora acreditavam nos poderes curativos (contra nosso “feudalismo nativo”<sup>85</sup>) da modernização. Senão, vejamos. No próprio PC, durante, por exemplo, o período denominado com ou sem razão de “Intervalo Democrático”, a modernização e a revolução burguesa eram amplamente apoiadas por suas lideranças:

Desde a Conferência da Mantiqueira, em 1943, marco da reorganização do partido, o PCB procurou implementar uma política de *união nacional*, cujo pressuposto essencial era a existência de um “setor progressista da burguesia nacional”, interessado em combater o latifúndio e as “oligarquias semi-feudais” e romper as relações de subordinação do país aos interesses imperialistas, em especial os dos EUA. O PCB trabalhava, portanto, por uma revolução democrático-burguesa. (POMAR, 2000, p. 84)

Simultaneamente, enquanto alguns comunistas avalizavam o “progresso”, diversas explosões grevistas – apoiadas ou não pelo PC (COSTA, 1995) – solapavam o crescimento da indústria: esse carro-chefe da dita modernização. Eram sujeitos que não compartilhavam da mesma perspectiva histórica (evolucionista) dos comunistas ortodoxos, pois o ônus dessa

---

<sup>84</sup> Some-se essa ideologia ao Capital Cafeeiro e à (subsequente) Industrialização, no rol desse contraste entre o Lugar (de origem do sujeito) e aquele “Espaço Capitalista” – se me permitem a expressão.

<sup>85</sup> O uso da metáfora do “feudalismo brasileiro” era muito frequente nas ciências humanas.



“evolução”, sofrido diariamente nas fábricas, parecia demonstrar o contrário: que a sociedade estava, na verdade, regredindo.

Esses sujeitos sentiam a modernização na pele. Não se tratava, assim, de contabilizar um saldo, subtraídas as perdas e somados os ganhos. Certamente, esse procedimento matemático pode ser feito em perspectiva, décadas depois, com cínica tranquilidade. Mas o cimento, a carne e o sopro de vida que compunham o processo, devem, necessariamente, ser auscultados. Ali, onde a verdadeira conta que fechava, era aquela que dividia o “Conceito de Modernização” entre perdedores e ganhadores – não “perdas” e “ganhos”, *in abstracto* –, cabendo, quase que exclusivamente aos trabalhadores, perderem; e vice-versa.

Claro que o hiato entre os adversários do “progresso econômico” e seus defensores, replica, no nível discursivo, o hiato real entre os pensadores do comunismo (seja ou não uma liderança do Partido) e os trabalhadores que eram comunistas. Situação tanto mais complexa quando lembramos que o comunismo converteu-se mesmo num “governismo” (URSS) e, portanto, precisou equacionar o difícil problema da exploração do trabalho.

Da mesma forma, na trajetória de José Coimbra Sobrinho, entretecida a esses fatos, uma tal modernização seguia *pari passu* à desagregação do Campo. De modo que, inserido ele como estava, na classe dos perdedores, seu saldo fora em grande medida negativo. Cito dois trágicos exemplos. Primeiro de tudo a perda da terra e com isso, um modo de vida rememorado e comemorado em seguidas telas, exaustivamente, até o último ano de vida de Zé Coimbra. Mas, a perda inaugural, que é o exemplo mais trágico, foi a mãe, aos 19 anos de idade – claro que a culpa, especificamente dessa perda, foi do que havia de atraso, no país. Ora. Morrer no parto é um aspecto infeliz de uma “velha” cultura. Sim e não, pois fossem eles da classe dos ganhadores – leia-se: exploradores –, essa perda provavelmente não se daria; e não se daria em função dos avanços médicos (já) existentes naquela época no país.

De todo modo, depois da mãe, ele precisou acostumar-se a perder. Aliás, nascer, viver e morrer pobre é uma estrada pavimentada (não com boas

intenções, mas) com derrotas. Eventualmente – como no exemplo do nosso protagonista – aquilo que se perde no processo não fica perdido na memória. O registro do luto de sua mãe foi tardio, em 1971 – e quando então ele contava com 56 anos de idade –, talhado no fundo de uma gamela de madeira: “maio 1934, morreu minha mãe Rita. Apagou o sol que brilhou na madrugada da minha vida, mais o calor deste me *aquece* até hoje” (COIMBRA SOBRINHO, 1971). Da mesma forma que a mãe, perderia também a terra e aquele tempo profundo na memória (e na pintura).

Mas, o processo de transformação da estrutura econômica, mesmo à revelia de tantos sujeitos e de tantas memórias, foi enfim se dando, naqueles meados de século XX. Junto, entre outras coisas, ele trouxe consigo a mobilidade – o trem é ilustrativo. Para além do transporte de mercadorias – em que pese nossa recusa em aceitar a ideia de que a “mão-de-obra” é uma mercadoria –, essa mobilidade resultou na transformação de um pequeno agricultor livre em proletário (Êxodo Rural), ou seja, a “cisão” entre esse pequeno agricultor e os seus Meios de Produção; cisão que a ideologia burguesa denomina de liberdade (ENGELS, 2014). Os cercamentos – já fartamente debatidos neste texto aqui – foram o meio mais eficaz nessa empreita. Ao menos na Inglaterra.

Em São Sebastião do Paraíso e no caso de Zé Bia, quer me parecer que se tratou, principalmente de uma atração (para a cidade) em detrimento duma expulsão (do campo) – fato que não contradiz a ineficiência do processo de cercamentos no Brasil. Em verdade, as terras das quais Zé Bia partiu, eram as terras de seu pai e esse pai nunca demonstrou qualquer vontade de dividir as tarefas de administrar e, principalmente, de auferir lucros, com qualquer um de seus filhos. Porém, sua vontade de fazer de seus filhos empregados era patente; era também, aparentemente, um padrão daquela época. Então – como eu já disse – não devemos exagerar nessa caricatura de vilão sob qual somos tentados a apresentar Alcebíades.

De qualquer forma e repetindo aquele brocardo: o campo/passado arrefeceu “no horizonte de possibilidades” de Zé Bia. O resultado foi o que se

segue: Zé Bia devendo ser “libertado” e, depois, convertido em Zé Ninguém – o título deste trabalho – que ele deveria ser desde o começo. Ser ninguém é o resultado normal, é ser igual a todo mundo – metamorfose do velho sentido de grupo (HOGGART, 1973). Mas, além disso e lançando mão do termo de Hoggart, Zé Bia se tornou também “Zé do Grupo”: terá sido uma biografia que emergiu como um desvio da média?

A “condição operária” – esse “ser ninguém” – resultaria duma determinada lógica, segundo a qual as Estruturas tanto determinam o sujeito, quanto funcionam univocamente. Nada mais impróprio do que uma tal regularidade, numa região de fronteira como aquela. Numa fronteira de dois tempos, as determinações derramadas sobre a cabeça dos sujeitos são “ortodoxamente” antitéticas. Escolher a ser Zé do Grupo, se foi uma escolha, um acidente ou um condicionamento, foi menos um efeito do que propriamente um defeito. O que me contam é que o emprego de Funcionário Público no Grupo Escolar deveu-se a circunstâncias tipicamente atípicas, pois, sem que houvessem concursos públicos, pessoas como José Coimbra eram arbitrariamente contratadas naquele período. O responsável por sua contratação foi o Prof. José Maria Paschoalicke<sup>86</sup>. O motivo, porém, eram as inclinações comunistas de ambos: o defeito – aliás, nada mais controverso do que um comunista (o Paschoalicke) naquela função, naquele momento: maio de 1944, dois anos antes da assunção de Dutra (um dos mais ferrenhos inimigos do comunismo).

Essa é nada mais do que uma hipótese. O fato é que séries estatísticas me conduziram a um certo ninguém e ele (esse ninguém) estaria passível de abrigar pessoas reais, dentro de circunstâncias determinadas. Detalhes como uma rede de reciprocidades entre comunistas (no exemplo do Zé Grupo) desviam-se da “norma”. Mas – claro – não estamos tratando de um migrante

---

<sup>86</sup> Além da evidência oral, nada foi encontrado que pudesse situar esse sujeito. Em verdade, descobri que um certo José Maria Paschoalicke integrou a primeira diretoria do Rotary Club de Mirandópolis-SP; uma cidade cerca de 130km a SO de Fernandópolis: “1953 – No dia 19 de março foi fundado o Rotary Clube de Mirandópolis, sendo seu primeiro Conselho Diretor: José Goyauna, presidente; Osvaldo Martucci, vice-presidente; Wilson Giampietro Ribeiro, secretário; Rubens Matucci, tesoureiro; **José Maria Paschoalicke**, diretor de protocolo [...]” (FALLEIROS, 2009, **grifo nosso**).

qualquer que foi para Santos e depois para Fernandópolis, que experimentou o sofrimento (da pobreza), experimentou a contradição e que trabalhou em silêncio até a morte; ou se revoltou em silêncio; ou ainda se entorpeceu para conseguir se calar – como um homem de juízo.

Anormal, foi como se fazia Zé do Grupo. Entretanto, nem tudo autoriza o detalhamento. O sofrimento da classe trabalhadora não era experimentado exclusivamente por esse trabalhador; nem o hábito de perder. A diferença é o enfrentamento dessas questões.

Dos vinte alqueires que o Sr. Alcebíades tivera e que antes foram de seus pais (ao menos uma parte do total), Zé do Grupo herdou – com a morte do pai, em 1970 – uns poucos, e a necessidade material os transformou em arroz, feijão, sal e farinha (seis dos dez filhos de Zé Coimbra ainda dependiam dele). Assim, os montes, o rio, a terra, Varões ficaram para trás – ainda que intactos nas paredes da casa (pintados com tinta óleo). A perda seguinte foi a própria família – a raiz.

Não havia muito a fazer, as circunstâncias se impunham. Era então seguir adiante, progressivamente Ele rumou, mais uma vez, para o estado de São Paulo, onde conheceria o citado professor Paschoalick:

A los veinticinco años se traslada a la ciudad porteña de Santos, donde trabaja como portero y también en los muelles. Después fue guarda nocturno, y obrero en una fábrica de jabón. Se traslada a otra ciudad, Fernandópolis, y ahí trabaja como mozo de limpieza en un hotel. (DÍAS, 1980, s/p).

Disseram para Zé do Grupo que se pagava muito bem na região de Rio Preto e ele migrou, mais uma vez depois da estadia em Santos, seguindo em busca de um humilde salário, como retribuição ao trabalho “de abrir covas de café”<sup>87</sup>. Outra vez aquela experiência coletiva, que parece insistir em atirar

---

<sup>87</sup> Essa entrevista (A. M. COIMBRA, 2012) com a esposa de José Coimbra foi provavelmente a mais importante, embora cobrisse (no tocante às informações) o período que vai do casamento, em 1945, até 1960, ou seja, do casamento até a emigração para a Grande São Paulo. A resistência da viúva em tratar do assunto, relacionada ao seu ressentimento quanto ao cônjuge falecido, foi tornando progressivamente mais complicada a entrevista. Ainda assim, o apego da viúva com datas e com outros detalhes, além de sua prodigiosa memória

esse sujeito na monotonia das médias – nesse caso, o “sofrimento médio” de um trabalhador.

Outra coisa: de novo, neste texto, o café. De novo, mas não coincidentemente. Pois, em 1929 essa *commodity* chegava ali, em Fernandópolis, pelas mãos, simultaneamente, do italiano Afonso Cáfaró e do baiano Francisco Arnaldo da Silva (BIZELLI, 1993). A ferrovia viria apenas em 1948. Antes disso, em 1945, a “Companhia Oeste de Terras” – COESTER vendera 184 lotes dos 784 totais (FERNANDÓPOLIS, 2012), que fracionavam o já Município de Fernandópolis – em 30 de novembro de 1944, o distrito e município de Fernandópolis fora criado pelo Decreto-Lei 14.434. A presença dos mesmos elementos: Café, Ferrovia e Produção do Espaço Urbano – aliás, porque café num solo como aquele, predominantemente ácido? Solo que ocupava, simplesmente, 96% da superfície do município? Despreparo técnico? Expansão de um modelo econômico e territorial? Da mesma forma como não existe nenhuma casualidade em ter, o sujeito, sido assalariado: essa circunstância apenas completa o quebra-cabeça (a “estrutura”). Ele era “livre” e podia entrar e sair de qualquer parte; só não podia ficar, pois não possuía o recurso necessário para tanto: a propriedade.

Naquela cidade, Fernandópolis, onde um “defeito” serviria como pretexto para o emprego público, ele conheceria Adaugiza Marques de Souza; e se casaria com ela. O mesmo processo histórico – que lançou numa diáspora a família cearense de Adaugiza; questão ilustrada na tela “Retirantes” (FIGURA-09) – possibilitou a Zé Bia constituir nova família; mas não permitiria retornar ao Lugar. Independentemente do esforço realizado, os laços que esse processo<sup>88</sup> rompeu, José Coimbra não conseguir reatar.

---

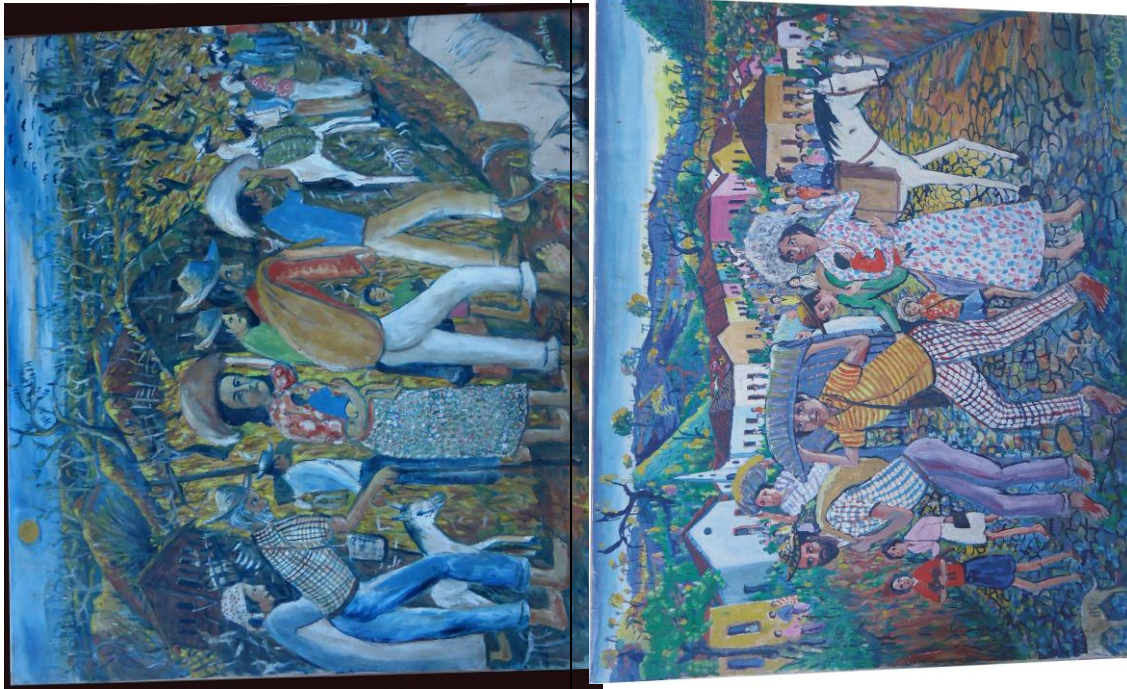
(considerando seus quase 90 anos de idade), forneceram-me uma espécie de espinha dorsal da trajetória de vida de José Coimbra, o que simplificou bastante meus trabalhos.

<sup>88</sup> Aquela transformação a qual constantemente apontamos: a destruição duma estrutura de sociedade “envelhecida” paralelamente à construção duma estrutura nova.

**FIGURA – 09**

À esquerda: COIMBRA SOBRINHO, José. “Retirantes”. Óleo sobre tela, 85cm x 94cm, 1983.

À direita: COIMBRA SOBRINHO, José. “Migrantes”. Óleo sobre tela, 60cm x 77cm, 1983.



Ora, o migrante – José Coimbra, por exemplo – apresenta-se como o protagonista dum drama freudiano: o retorno ao útero, que é igualmente a terra. As atuais migrações criaram essa condição (ou trauma) em que há, no sujeito, “um olhar sem rumo [...]: nem para o passado, nem para o presente e nem para o futuro, [...]” (GOETTERT, 2009, p. 60); experiência que apenas quem viveu tal “nomadismo” consegue avaliar. Experiência de migração que desloca o olhar e a memória, mas, simultaneamente as recoloca, nem sempre em situação estável.

Me parece evidente que José Coimbra, no fundo, ainda acalentava o desejo de ser agricultor novamente: “Se eu ficar sem pintar acho que não vivo não. Agora, tem uma coisa... se eu viver no campo, plantando, mexendo com horta, eu acho que a pintura não faz tanta falta” (COIMBRA SOBRINHO, 1983). Porém, despossuído como ficou, sem a terra e sem o modo de vida “nativos”,

ele foi convertido em mão-de-obra; em Fator de Produção. Pôde conhecer toda a “liberdade” que o chamado mercado de trabalho oferece ao homem; todo o ir-e-vir de parte alguma para lugar nenhum, até que, finalmente, tornou-se Comunista.

Depois o emprego público – muito modesto, inclusive – o qual já dissemos ter sido um amigo, o Prof. Paschoallicke, quem lhe conseguiu, o colocaria numa posição delicada. Ora, não viria o “Ato Institucional n.º 2” oficializar a proibição do sectarismo comunista, no seio do funcionalismo público! De fato, não apenas o trabalho ou o partido, mas a existência desses dilemas se nos mostra muito ampla. A tensão e o conflito parecem ter sido a regra naquele momento e não apenas pontos de ruptura manchando uma tranquilidade regular.

Zé do Grupo tratava-se de um homem parcamente conformado – a denominação, encontrada nas entrevistas, varia entre “emotivo”, “instintivo” etc. Qual explicação oferecer a quem me perguntasse o motivo do desconforto de José Coimbra face aos condicionamentos? A emotividade... quem sabe! Não foi pela boca e pelo ouvido que a idéia (de comunismo) entrou em sua vida? Ao invés da leitura sistemática dos cânones? Sim, mas isso não implica no fato de que ele não pensasse o Comunismo; ou mesmo que, num determinado momento de sua vida, tendo adquirido alguma capacidade de leitura, não viesse a ler algum texto sobre o tema. Na verdade, quer nos parecer que a ideia (a abstração) de comunismo, tendo sido apreendida numa forma ou de outra – isso é o que menos importa – solucionava em grande parte o desconforto que ele sentia em relação ao mundo. E – é claro – o desconforto das perdas:

[...] devemos lembrar que o socialismo marxista era para tais aderentes um sistema de esperança e crença que tinha algumas características de uma religião secular. Socialistas estiveram esperando por um longo tempo a grande mudança apocalíptica que aboliria a opressão, desigualdade e injustiça e traria à tona uma nova sociedade. (AGOSTI, 2003, p. 16-17)

Uma vez perdida a terra e a “vida na terra” – que é um Tempo tanto quanto um Espaço – e assim consentida aquela existência profana na cidade (pois o paraíso estava perdido), sua perplexidade persistiu: uma ferida que não se fechou. Ser comunista, apesar de tudo, não foi suficiente para religar, ao passado, a dignidade desse presente esclarecido: esclarecido pela Consciência de Classe. Deste modo, o marxismo típico do PCB, que reduz as narrativas a uma categoria inferior na sua relação subordinada com as Infra-estruturas econômicas, não seria capaz de cicatrizar a ferida de um homem simples e iletrado. Mas, com isso devemos atribuir alguma culpa ao comunismo? Não. O comunismo não talhou na alma do sujeito aquela ferida e tampouco a curou; essa ferida que veio da infância, veio da fragilidade de um menino, de um camponês e de um migrante.

Ferida que não fecha, justamente porque seu sentido último é continuar aberta. A saída do retirante, que termina quando ele chega do outro lado (o lado do Outro), enquanto sonha, diariamente, que voltará “quando o verde dos teus olhos se espalhar na plantação”. Zé Coimbra pintou, no mesmo ano: aqueles “Retirantes” (Figura–09) e uma outra tela: “Migrantes” (Figura–09); dois quadros e dois pontos complementares de uma mesma linha, narrativa. Trata-se, a propósito, de um tema bastante comum, Portinari, em 1944, registrou a mesma saída (“Retirantes”. Óleo s/ tela 190x180 cm); e Graciliano Ramos escreveu “Vidas Secas” (publicado em 38). Entretanto, o que realmente incomodava Zé Coimbra era o retorno, ou seja, o dia em que a linha se volta sobre si mesma, o dia da justiça prometida, do “amor” e da “armonia” [sic]<sup>89</sup>.

Outras foram as tensões em sua vida, mas o *leitmotiv* era o mesmo. Diversas também foram as táticas de vida, mas, gradualmente, um tema se avolumava: o engajamento político, alimentado pelas experiências e traumas acumulados desde a infância em Paraíso, mas pleno de expectativas. Não é outra a dimensão que sua “obra narrativa” – suas telas – vai assumindo ao longo de sua vida; aliás, o próprio ideário do Primitivismo confunde-se com o

---

<sup>89</sup> Na gamela de madeira – já citada – as duas palavras “amor-armonia” aparecem juntas, no interior de “um par de asas” (mas, não exatamente um pássaro). Falaremos disso no próximo capítulo.



ideário do Realismo Mágico, no séc. XX: o homem é um animal político. Progressivamente, conforme desenvolvia sua técnica pictórica, ele foi aproximando-se da Epopéia, ou melhor, cada vez menos as suas telas expunham lembranças (como o pai, na Figura – 06) e cediam espaço às reflexões sobre o mundo; e, entretanto, ambos os registros contestam uma realidade que lhe foi imposta:

Esa realidad convencional [que] es entonces, en el fondo, un conjunto de proposiciones y de signos, fundados sobre una óptica a media distancia, desde el punto de vista del hombre europeo medio, con una perspectiva exclusivamente occidental, nacida del pragmatismo burgues en el era científica poscartesiana. (CAMAYD-FREIXAS, 1998, p. 60)

No final de sua longa caminhada, José Coimbra Sobrinho deveria ser sepultado, em 1985, no cemitério da cidade de São Sebastião do Paraíso, à qual sempre imaginava retornar. Ele retornou sim, ao seu Lugar muito mais do que retornou à terra. Porém, não devemos ler esse seu epitáfio; não devemos ainda.

### 2.3. RESPIRANDO ARES REVOLUCIONÁRIOS

O fato: Zé Coimbra era um migrante. Era essa uma condição que, oriunda do contexto sócio-histórico, dizia respeito à sua trajetória de vida; além de ser uma circunstância que pouco o distancia daquilo que poderíamos denominar: o brasileiro do século XX. As pressões impostas pelo desenvolvimento do capitalismo remodelavam a propriedade, os meios de produção e ameaçavam significativamente os costumes. Neste contexto, não raras vezes os trabalhadores migravam, expulsos ou – sem enxergar soluções para permanecer no lugar – voluntariamente, na tentativa de encontrar o mínimo de conforto material. Zé Bia viveu essa experiência e, desde então, mesmo quando podia fincar raízes, não parou mais em nenhum lugar.

É importante notar que, aparentemente, ele sutilizou (para não dizer “sublimou”) essa experiência na sua produção artística. Além dessas duas telas (FIGURA – 09), houve outros trabalhos onde a temática é abordada, como a tela descrita por um amigo e crítico de arte<sup>90</sup>: “Numa estação ferroviária de uma cidade grande uma multidão de migrantes deixava, assustada, os vagões de terceira classe e era imediatamente deglutida pelas entranhas da metrópole”. (RUGIERO, 1992). Ora, o que essa gente despossuída expressa que não a própria condição do artista? Por outro lado, ao “nível consciente” – usando aqui o conceito freudiano – essa afluência de camponeses pobres para as cidades não testemunharia um diálogo do pintor com o tema (então comunista) da Reforma Agrária?

A Migração, aparentemente, é parte da “composição orgânica do capital” no âmbito desse Modo de Produção, o chamado Capitalismo. Lênin, lá no início do último século, num texto de 1920 (LÊNIN, 1982) já enxergava claramente que o movimento de acumulação capitalista vinha resultando, desde o último quartel do século XIX, em monopólio. Em se tratando de um Modo de Produção que subordinava o político (mas não somente ele) ao econômico, o vórtice desse processo centralizador (o monopólio) arrasta as fronteiras e as instituições político-administrativas ao fundo do sumidouro.

Essa metáfora é muito adequada. No texto de Edgar A. Poe, “*Descend into the Maelström*”, de 1841, após serem tragados para o interior daquele acidente geomorfológico, os navios eram regurgitados em seguida e aos pedaços. A substância ainda era a mesma: a madeira, mas os navios (o produto do trabalho) não estavam mais nessa substância. Na avaliação de Lênin (1982), a passagem de uma etapa para outra, do capitalismo, pressupõe a mesma substância: “trabalho-não-pago” (leia-se também, Mais-Valia), porém a forma e inclusive a ideia (a essência), nesse caso “a concorrência perfeita”; essa se perdeu. Daí ao Imperialismo e, conseqüentemente, ao chamado

---

<sup>90</sup> Trata-se de Roberto Rugiero. Jornalista de formação ele trabalhou com publicidade até começar, nos anos 60, a trabalhar como comerciante de artes plásticas (MARCHAND, 2013). Foi nessa época que, após o despertar para a “arte popular” brasileira ocorrido nas décadas de 30 e 40, passa a haver uma revalorização de certos artistas espontâneos, antes da vaga Naïf (ARTE, 2013).

“vaivém do capital” (SMITH, 1988) em sua busca por arranjos produtivos mais favoráveis. A propósito, os comunistas brasileiros conheciam muito bem esse texto de Vladimir Ilitch Uliánov – talvez Zé Ninguém também conhecesse? – e a luta contra o Imperialismo Norte-americano era palavra de ordem<sup>91</sup> – sobretudo no período do Plano Marshall e da Descolonização.

Portanto, a questão é a “mobilidade”. Mobilidade que o trem, o telefone etc, vinham acompanhando *pari passu*. É assim que nosso protagonista, homem “livre” – segundo um parâmetro cínico do Liberalismo – foi até Santos “donde trabaja como portero y también en los muelles. Después fue guarda nocturno, y obrero en una fábrica de jabón [...]” (DÍAS, 1980, s/p). É assim também que ele foi para Fernandópolis, ou melhor, Vila Pereira; posto que o nome veio com a emancipação a partir do município de Tanabi, em 1945 (ano em que nasceu o primeiro filho de Zé Coimbra) e deve-se (o nome da cidade) ao Exmo. Governador/interventor Fernando de Sousa Costa.

Zé Ninguém era um homem livre, errante, migrando ao sabor dos trabalhos que auferia, até que o “emprego” viesse – que diferença de valor existe entre a palavra trabalho ou “trabaio” e a palavra emprego! Como acentuei antes, esse é também um caminho sem volta e, talvez, as demais migrações experimentadas insensivelmente, por exemplo, pela esposa Aداugiza, sejam “Remigrações”<sup>92</sup>.

Cabe ter em mente que José Coimbra não era uma exceção do tema. Nesse sentido, a “escolha” do sujeito foi no mínimo trivial – para evitarmos dizer que ela foi imposta pela conjuntura. Pois, durante o século em que viveu esse Zé Coimbra, milhares de trabalhadores atravessaram o Brasil em busca de

---

<sup>91</sup> Por exemplo, o texto do Carlos Marighella, onde ele afirmava: “Com isso contribuiremos para esclarecer melhor a terrível penetração que o imperialismo norte-americano vem fazendo em nossa Pátria, e ajudaremos a desenvolver o vasto movimento de frente única anti-imperialista. A luta pela defesa de nossa soberania, contra a entrega de nossas bases aos imperialistas norte-americanos, pela defesa de nosso petróleo, contra a Standard Oil, contra a Light, pela defesa da indústria nacional contra a concorrência imperialista norte-americana [...]”. (MARIGHELLA, 1948)

<sup>92</sup> Ou “Migração de Retorno”. É nítida na trajetória de vida de José Coimbra aquela busca permanente de um regresso impossível, pois o tempo passou e as sociabilidades se alteraram; na expressão de Stuart Hall: “a história, de alguma forma, interveio irrevogavelmente” (2003, p. 27). No descompasso entre o tempo real e o tempo da memória instaura-se a fratura; visível em tantas biografias de migrantes.

emprego; e, portanto, duma vida minimamente pacífica. O próprio irmão de Zé Coimbra, Miguel – e ao seu tempo –, também migrou. Muito embora algumas nuances diferenciem os dois acontecimentos – marcantes na vida dos irmãos – e acontecimentos esses que, entretanto, compartilham do mesmo nome, ou seja: Migração.

Miguel e José – como já foi dito – eram irmãos muito próximos. É verdade que houve aquela briga na juventude, em torno da maneira como Miguel “corrigia” à Manuela (a irmã, que faleceu em 15 de janeiro de 2013). Além disso, João, o único irmão vivo, na entrevista relatava esse fato (não a morte, obviamente) acentuando-lhe a gravidade. Me disse que chorou bastante na ocasião dessa briga; e que Miguel saiu de casa em consequência dela. Mas, a amizade entre José e seu irmão era notória, como o amor de José por seu pai – o mesmo que apontou uma arma em sua direção.

Ambos os irmãos compartilhavam esse sentimento e, não apenas isso: compartilharam a experiência da Migração. José foi atrás do trabalho de abrir “as covas de café”, enquanto Miguel, algum tempo depois, mudou-se para o estado do Paraná; onde, todavia, buscou reproduzir seu modo de vida (camponês). Mas, esse irmão não compartilhava com Zé do Grupo, a experiência do trabalho operário.

Tão próximos em tudo e vivendo sob circunstâncias análogas até a idade adulta. Porém, uma linha tênue entre os dois os separa, uma linha que vai de José até Santos e de Santos até Santo André/Ribeirão Pires, uma linha na mão que a minha quiromancia diletante permite prever até onde chega, mas que antes (ela) vem nos avisar que aquela “escolha” do sujeito era menos trivial do que (a princípio) parecia, pois as diferenças nas “experiências migrantes” são significativas. Enfim, uma linha divisória que se apagou numa carta de 1985 (da qual trataremos no último capítulo). Uma carta escrita à mão por José, endereçada ao irmão Miguel – que acabara de perder a sua (também) mão em acidente de trabalho – e que, escrita nos dias que antecederam a morte de José, jamais fora entregue. A reconciliação dessas duas trajetórias, que nunca se deu.

Zé Ninguém chegava a Fernandópolis em 1943 – anos antes da saída de Miguel (de São Sebastião) – e já encontrara máquinas a vapor de beneficiar arroz (FERNANDÓPOLIS, 2012). Enquanto que, por volta de 1954, no Paraná encontrado por Miguel, o arroz possuía ainda o mesmo estatuto da infância dos irmãos – quando Alcebíades penosamente o introduzia em sua propriedade e na várzea do Rio Santana. Vejam que isso não é simplesmente uma anedota ou coincidência inútil. Esse recuo no tempo, empreendido por Miguel, sua ida até aquele rural (no Paraná) é na verdade o reflexo das circunstâncias objetivas: Miguel saiu de casa à procura (e ao encontro) das mesmas condições de existência, ou seja, um lugar e um “tempo lento”; Zé Bia saiu em busca de outra realidade. Bem distinta.

É assim que ele encontrou, na mesma Fernandópolis, a disputa “ilegal” por terras; disputa e localidade nas quais ecoavam inclusive demandas universais do comunismo, tal como a já citada luta contra o Imperialismo<sup>93</sup> – o que significava, conseqüentemente, uma luta pela paz, pois as guerras eram tidas como uma decorrência do Imperialismo (LÊNIN, 1982). Disputa, que respondia às expectativas daquele (já) comunista, Zé do Grupo? Talvez. O fato é que os trabalhadores envolvidos na disputa não reputavam fazer uma Revolução (MOREIRA, 2009, p. 74). Esse termo foi aplicado aos acontecimentos, pela polícia; e aceito pelo PC. Ainda assim, aquele não foi um fato ingênuo, solto no tempo, permutável por qualquer outro levante camponês, em qualquer outro território e em qualquer outro período, pois havia uma liderança do Partido Comunista – partido, aliás, posto na ilegalidade, mais uma vez, em 1947 – que conseguia diagnosticar o problema do campesinato. Ele podia dar nome ao mal que o afligia e sugerir um remédio: Reforma Agrária.

Havia também, nesse contexto, um pano de fundo: o esforço eleitoral dos comunistas e, como consequência direta desse esforço: a traição de Adhemar de Barros. Vagner Moreira (2009, p. 77) destaca uma entrevista feita

---

<sup>93</sup> “Um grupo de trabalhadores, agricultores em sua maioria, sob a liderança de Antônio Joaquim, o então vereador do PC do B, [...] declarava a inutilidade de se trabalhar para os outros, a [necessidade da] distribuição gratuita da terra; e encerrar de vez as ações imperialistas no país” (CASQUELL, 2011, p. 05).

em 2007 com José Basílio<sup>94</sup>, na qual ele faz acusações contra Adhemar de Barros e afirma que os camponeses planejavam matá-lo. O tema da traição não é novo, bem sabemos! O fiorentino – e “Guelfo Branco” – Dante projetou uma engenhosa e eterna pena, especialmente para Judas: ser mastigado por Lúcifer no inferno

“O que esperneia em dor mais cruciante”  
 O Mestre disse: “É Juda Iscariote:  
 Prende a cabeça a boca devorante.”  
 (ALIGHIERI, 1955, ct. 34, vv. 61-63)

Uma punição apropriada àquele que “traiu o seu benfeitor”. Parece que no imaginário dos comunistas da época do Levante de 1949, o governador Adhemar era digno de uma pena semelhante. Zé Coimbra não era exceção e a lembrança dessa infâmia reverberou em 1977, ano em que pintou a tela “Última Ceia” (o.s.t., 58 x 70 cm), retratando L. C. Prestes como Jesus Cristo e aquele governador como o Judas (FIGURA–10). Esse também foi o último ano antes de se mudar para Ribeirão Preto: cidade na qual abandonaria o comunismo e onde morreria.

O momento no qual Zé Ninguém chegava em Fernandópolis era, portanto, esse. O estado de São Paulo era a região mais industrializada do Brasil e, desta forma, a presença de sindicatos e partidos de feição operária também era marcante. Aliás, coincidentemente, em cidades nas quais nosso protagonista residiu: como Santos, Ribeirão Preto e Ribeirão Pires. No Brasil: “O número de trabalhadores sindicalizados passou de 474.000 em 1945 para 797.000 em 1946. Nos seis primeiros meses de 1946 registraram-se mais de setenta greves de grande porte, envolvendo 100.000 trabalhadores” (POMAR, 2000, p. 34). Enquanto que os mandatos dos candidatos eleitos pelo (ilegal) Partido Comunista nas eleições de 1947 – 250 vereadores no Brasil, sendo 150 em São Paulo (POMAR, 2000, p. 122) –, eleitos sob outras legendas, seriam arbitrariamente cassados no ano seguinte.

---

<sup>94</sup> Aquele motorista da caminhonete que transportou os camponeses ao Levante. Moreira (2009) ressalta a circunstância de que não se tratou de auxílio (aos insurgentes), mas de coação (por parte dos insurgentes).



**FIGURA – 10 – “Última ceia”.**

As coisas não eram diferentes em São José do Rio Preto-SP, para onde a família (então esposa e dois filhos) se mudou, provavelmente em 1950. Um ano depois, só no estado de São Paulo, eclodiram mais vinte e cinco greves de colonos de café e cinco greves de trabalhadores agrícolas (MOREIRA, 2009, p. 188). Nessa cidade, aparentemente, sua ligação com o Partido Comunista foi intensa: ali se davam as reuniões a portas fechadas, nas quais sequer à sua esposa era permitido o acesso. Evidentemente, uma proibição como essa não poderia ser absoluta e Fernando – o filho mais velho de Zé do Grupo – relata ter surpreendido seu pai e amigos confeccionando faixas, nas quais ele não se lembra o que havia escrito – tinha seis anos de idade – mas, consegue se lembrar dum símbolo estranho: a foice com um martelo. Muito tempo depois ele pensaria sobre aquelas faixas ao entender o significado daquele símbolo.

Na ocasião, porém, Zé do Grupo já não compartilhava das experiências dos camponeses: era funcionário público. Claro que essa experiência específica, a rigor, nunca foi compartilhada por ele. A experiência do Levante Camponês de 1949 (em Fernandópolis), ou seja, a luta do trabalho (contra o

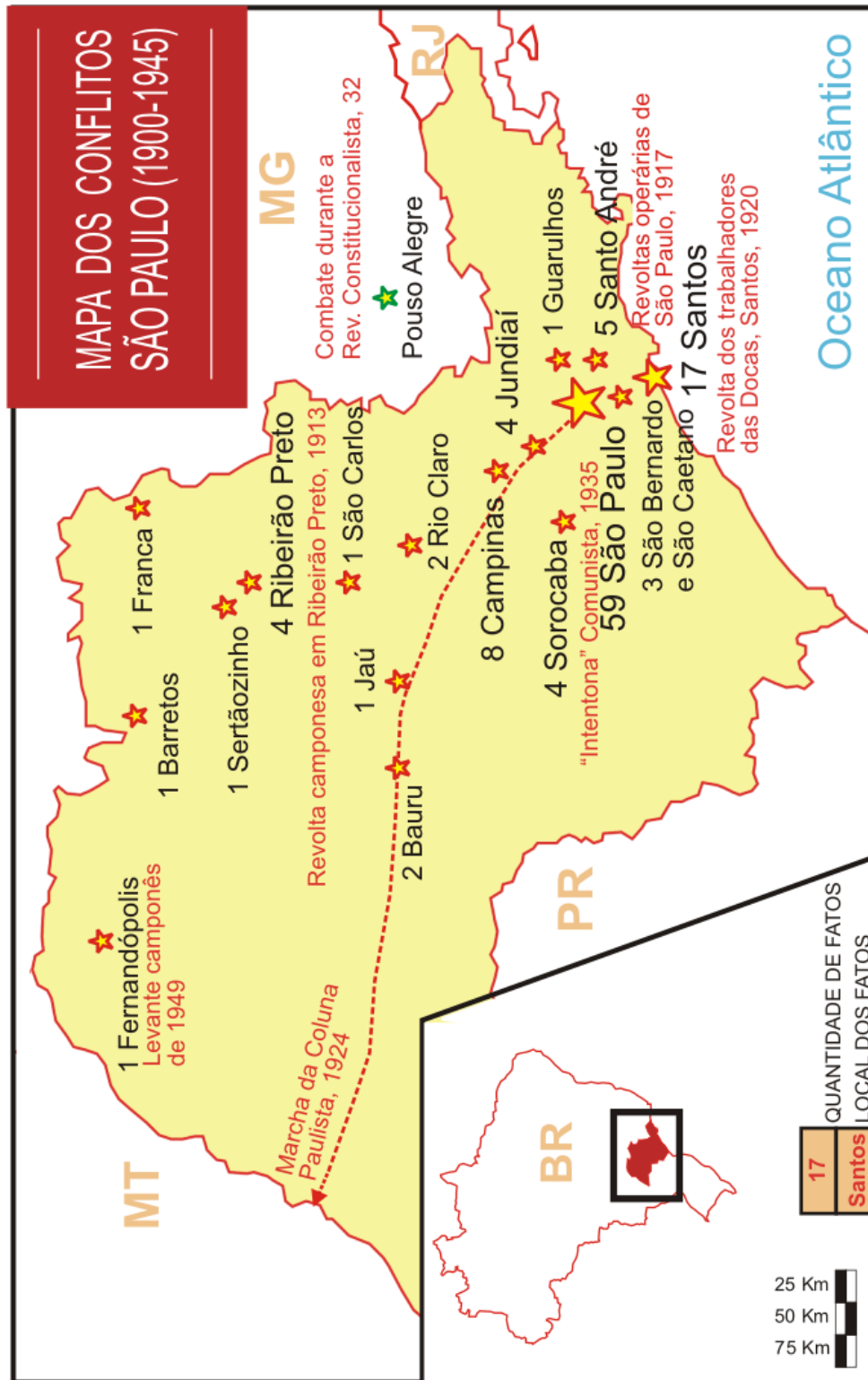
capital) e pela terra, não estava no repertório desse (não mais) camponês expropriado. Em Rio Preto, aparentemente, Zé do Grupo demonstrava estar muito mais para um operário (urbano), do que para lavrador. Isso parece óbvio a medida em que no pensamento comunista, daquele período, a vanguarda da Revolução se encontrava nas fábricas e não nas plantações – além disso, a orientação, no Brasil, era marcadamente soviética – daí dizermos PC-SBIC (“Seção Brasileira da Internacional Comunista”) – em detrimento da China (onde a Revolução se deu no campo).

Questão muito curiosa. Teríamos aí um descompasso entre a experiência e a teoria? O sujeito já não era mais camponês, mas quando o foi, ainda não era comunista? Me parece que a resposta, aqui, é mais “ortodoxa”. Ele não era mais um camponês, mesmo quando se dirigiu até Fernandópolis para abrir covas de café. Na verdade, ele marchava em meio ao “exército de reserva” do Capitalismo Industrial nascente; e, portanto, ajudava a garantir os baixos níveis salariais e a (relativa) passividade do proletariado. Então, é na condição de proletário que, naquele contexto, ele se deu conta de seu lugar no mundo. Provavelmente ele simpatizaria com aquele Levante – se é que chegou a conhecê-lo – e poderia mesmo apoiá-lo, mas não se inseria naquele “grupo” e não há evidências de que ele pensava inserir-se. Enquanto que sobre o papel do campesinato nas transformações que redimiriam os “trabalhadores de todo o mundo”, Zé Coimbra deixou apenas uma tela (de 1984).

Na mesma São José do Rio Preto, ele conheceria também o artista José Antônio da Silva – provavelmente um dos principais pintores brasileiros, independentemente do juízo acerca do estilo. Em mais de uma ocasião Zé Coimbra teria afirmado a importância desse encontro. Da Silva teria lhe ensinado rudimentos de pintura (A. M. COIMBRA, 2012).



FIGURA – 11



Me pergunto se não podemos falar até mesmo em ascensão social, posto que, num dado momento e considerando a “colocação” dele – o homônimo Zé do Grupo era apenas um servente, no grupo escolar – os frutos de seu talento artístico: as telas, se reverteram em benefício econômico; ainda que modesto. Outra coisa: ao trabalhar numa escola, onde ele pôde conhecer pessoas com algum nível de instrução, não seria de estranhar que seu analfabetismo fosse atenuado<sup>95</sup>. Ao mesmo tempo, uma vida um pouco “contemplativa” – como se lhe tornou, de fato – permitiu que ele valorizasse as artes e a filosofia? Houve um episódio, presumivelmente ocorrido em 1970, relatado em entrevista pelo João (o mais novo dos irmãos), no qual “ele mostrou onde era Divinópolis [MG], no mapa da parede” (SOUZA NETO, 2012). O que Zé do Grupo queria demonstrar senão que era capaz de ler uma projeção cartográfica? De se localizar no mundo? Ele estava aprendendo a ler, escrever etc. Isso era liberdade, do mesmo modo que o Comunismo era liberdade.

De São José do Rio Preto ele se mudaria com a mulher e (agora) quatro filhos para Ribeirão Pires (uma das cidades da chamada Grande São Paulo); transferido para alguma escola do recém-criado município (antes pertencente a Santo André). O ano é provavelmente 1953; talvez depois da Guerra da Coréia. Ano da “Greve dos 300 mil” (na mesma Grande São Paulo), uma fantástica paralisação causada pelos sucessivos anos de arrocho salarial desde o fim da guerra (COSTA, 1995). Esse 1953 desponta, também, com o Partido Comunista voltado, como nunca até então, para sua “sede” soviética (o COMINFORM foi criado em 1947); até mesmo em razão do isolamento interno que a radicalização expressa no “Manifesto de Agosto” teria atestado<sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> Em algum momento, depois do matrimônio (1945), José Coimbra aprendeu a ler e a escrever, muito embora sua caligrafia nos demonstre o quanto essa “literacia” fora precária. Aliás, seu vocabulário e sua sintaxe também comprovam o nível meramente basilar de seu autodidatismo. É digno também, de nota, que foi no exército onde ele adquiriu o primeiro contato com a cultura escrita: aprendeu a assinar o nome, por exemplo.

<sup>96</sup> Vários são os fatores do isolamento. Existe a questão da cassação dos mandatos dos comunistas eleitos por outras legendas, em 1948, que antecipava uma tendência da política brasileira. Mas, existe também o rompimento dos Estados Unidos com a URSS em 1947 – rompimento “arremedado” pelo Brasil – e, conseqüentemente, um “sinal de positivo” para a vaga anticomunista, com Dutra cumprindo seu papel exemplarmente (MOTTA, 2007).

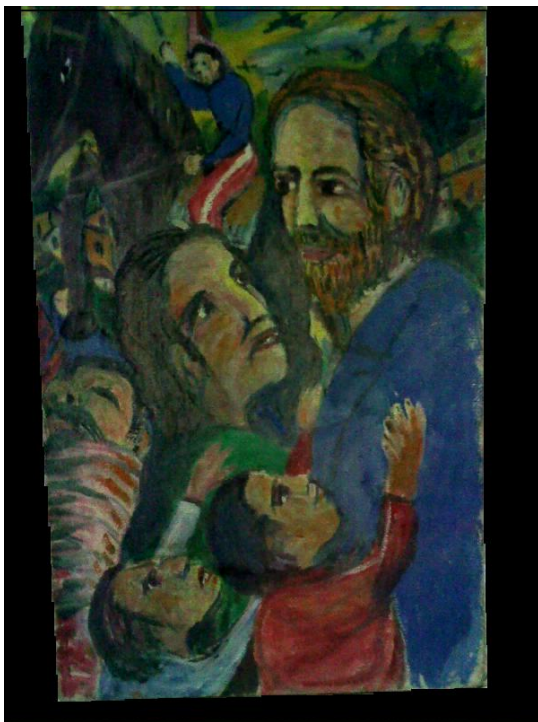
Outra mudança de rota: jamais antes o Partido Comunista havia percebido a importância do campesinato, como no IV Congresso do Partido (1954): “[...] era a primeira vez que o Comitê Central do partido dava uma atenção especial à questão agrária e ao problema camponês” (PRIORI, 2003, p. 69). Lembremos do que foi dito aqui um pouco antes: o militante Zé do Grupo era muito mais um operário do que um lavrador. É fundamental destacarmos essa circunstância. Pois havia um lavrador dentro dele, para o qual, talvez, o mundo não reclamava uma revolução e sim, uma conservação.

Todavia, na contramão desse mundo e na contramão daquele ponto de vista “renovado” do Partido Comunista, Zé do Grupo encontrava naquela cidade (Ribeirão Pires), ainda em construção, condições muito distintas daquelas encontradas em Fernandópolis; uma década antes. O trem – esse traço ubíquo na vida daquela família – conectava Ribeirão Pires, Mauá, Santo André, São Paulo etc, ampliando sobremaneira o mundo daquelas pessoas: “Todo mês a gente ia de trem pra Santos, na praia; a mãe não gostava disso, mas meu pai juntava a gente e levava” (Z. A. COIMBRA, 2012). Além de distintas as condições, é provável que ele não se enxergasse mais como o proletário despossuído. Quem sabe, diferentemente daquilo que seu filho, Edmundo Fernando relatou sobre as reuniões a portas fechadas em Rio Preto (E. F. COIMBRA, 2013), a liderança agora fosse Zé do Grupo? Ele não se sentiria um pouquinho arrogante numa posição como essa?

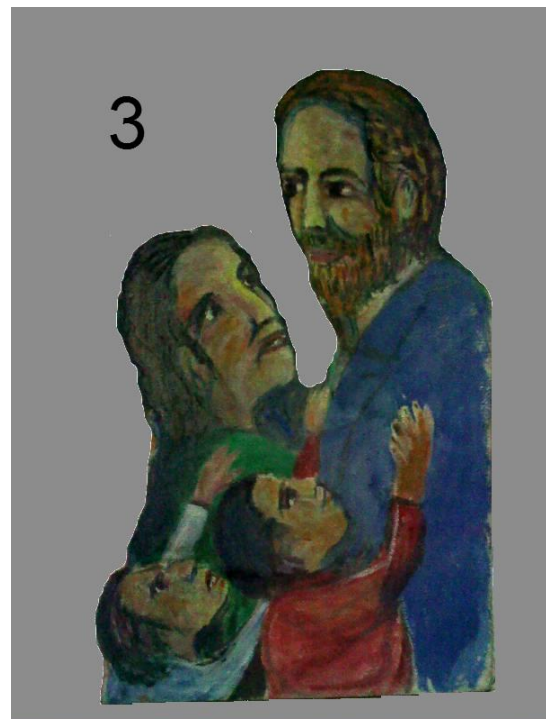
Sim, na contramão estava a “sociedade envolvente” – para utilizar essa expressão etnológica –, mas não o imaginário do sujeito, pois suas primeiras telas afirmam mais intensamente do que as últimas, essa sua fase rural. É verdade! Um rural mais contemplativo do que contextualizado historicamente (ou crítico?), mas ainda assim, antiurbano. Ora. Se podemos caracterizar a pintura de Zé Coimbra como realista – no tocante ao “conteúdo” – esse “realismo” nos cria uma dificuldade na medida em que a realidade referida é diacrônica, ou melhor, ele reproduz os espaços reais mas não os tempos reais (o presente dele). Grande descompasso esse: entre a trajetória do Partido Comunista, o pensamento de Zé Coimbra (expresso, parcialmente, nas telas) e a realidade vivida por ele.

A casa em Ribeirão Pires era pequena: três cômodos (sala, quarto e cozinha) nos fundos da escola em que ele passou a trabalhar... a propósito: onde ele começou a pintar também. Um lugar pequeno, mas intenso. Talvez em nenhum momento antes, em sua vida, Zé Coimbra viveu um contexto assim tão “urbanizado” e, como consequência, “movimentado”. Só para citar a última década: a Greve na Usina Santo Inácio de São Paulo em 1942; o abaixo-assinado dos trabalhadores da Pirelli de Santo André em 1943; a Greve na Cia. Laminação Nacional de Santo André em 1944; a Greve na Fábrica Cipal de São Paulo em 1944; a Greve na Metalúrgica Maristella de São Paulo em 1944; a Greve no Lanifício Varan de São Paulo em 1944; a Greve Geral de Santo André em 1944; as Greves de Maio (indústrias têxteis) de São Paulo em 1945; a Greve na indústria Fabrini de São Paulo em 1945; a Greve na General Motors de São Caetano do Sul em 1945; etc. Assistindo de perto, “assistindo” somente, é notável a marca daqueles movimentos: a tela “Greve no ABC” (O.S.T.. 60X80), por exemplo; tela, porém, de 1980. Pois, ele pintou outras telas no final da década de 1950, as quais não faziam referência aos fatos contemporâneos.

Foi provavelmente em torno de 1957 que Zé Coimbra deu início a essa faceta notória de sua biografia: a narrativa. A propósito, essa foi certamente a faceta mais documentada, pois, se as telas viajavam para México e Estados Unidos ou “apenas” figuravam na parede da sala, por outro lado, o comunismo ficou confinado nos indícios (de reuniões a portas fechadas e de pronomes de tratamento – os “camaradas”). Esse detalhe posto de lado por enquanto. O que ele nos contava então com suas primeiras figuras? Os primeiros cenários dessas narrativas?



**FIGURA – 12 – Divisão analítica da tela: “Retorno do pai” (COIMBRA SOBRINHO, José. Óleo sobre tela, 22cm x 35cm [ca. 1950]).**



As telas iniciais, se ainda existem, não puderam ser enumeradas em função da inexistência de qualquer indicação de data – posto que nem todas as telas catalogadas possuem, sob a assinatura de “*J Coimbra*”, o ano de sua feitura. Além do mais, numa comparação superficial, nota-se, através do estilo, que algumas daquelas – que reputo serem as – últimas telas também não possuem nenhuma datação: fato que nos impede de classificá-las como “anteriores”, apenas porque não têm data – supondo, digamos, que a preocupação com a datação tivesse aparecido para ele, num “segundo momento”. Mais uma coisa: em 1977, quando o crítico de arte, Roberto Rugiero, se encontrou com Zé Coimbra, as telas do pintor já somavam uma centena (RUGIERO, 1992). Se isso é, realmente, verdade e tendo eu catalogado aproximadamente uns 100 quadros – entre os quais, aliás, a maioria dos chamados “datados” é justamente posterior a 1977 – posso presumir que muitos dos (100) quadros citados pelo crítico ou foram vendidos ou oferecidos a alguns amigos.

Mas, daquilo que é possível encontrar entre as telas e o que podemos situar como fruto daqueles anos iniciais (algo talvez pintado antes de 1960), um quadro parece muito significativo: o “Retorno do Pai” (Figura – 12). Trata-se de uma pequena tela (O.S.T., 22X35), aproximadamente do tamanho de uma revista de consultório médico, em más condições. Ainda assim, notamos perfeitamente os detalhes. São três planos: 1) o fundo onde aviões cruzam um “céu de tarde”; 2) o intermediário, onde um militar montado a cavalo levanta sua espada; 3) e o proscênio, onde vemos um pai se reencontrando com a esposa e seus dois filhos (daí o título).

Com mais acuidade, notamos também que o tal pai retorna duma guerra, trajando seu fardamento do exército. Lembremos que Zé Coimbra se alistou no exército em 1936 e, portanto, pode ter tido contato com esse fardamento ou ao menos ilustrações dele. O detalhe branco da calça (vermelha) do soldado, sobre o cavalo, demonstra a veracidade do modelo do traje (detalhe comum do fardamento das primeiras décadas do século XX). Chama a atenção, também, a barba do pai, posto que é uma prática, no exército, manter o rosto “limpo”. Talvez seja uma referência à Coluna Prestes? Ou às condições do próprio

campo de batalha? Outro detalhe significativo é a coexistência anacrônica de aviões de guerra e o fardamento da década de 1910, pois, na época desse traje, o avião apenas começava a ser introduzido nas Forças Armadas; e só em 1915 (no Contestado), um avião foi, originalmente, utilizado em missão militar (e sequer foi em bombardeio). Aliás, os aviões do quadro lembram o *Thunderbolt*: caça que o Brasil só adquiriria com a criação da Aeronáutica, em 1941. De qualquer forma, sobre os anos vividos em São José do Rio Preto, Adaugiza (a esposa de Zé do Grupo) explicava o quanto a queda de um avião, próxima à casa onde moravam, a deixou impressionada. O fato é que eles moravam ao lado de um aeroporto.

Finalmente, entre os aviões aquelas manchas amarelas indicam o cair da tarde: essa é uma convenção estilística de Zé Coimbra. Comparando as telas catalogadas, notei que o céu era pintado de azul claro (e branco) quando a intenção era expressar “dia”; assim como era pintado de azul escuro para indicar “noite”; e de azul e (sobrepondo ao) amarelo (esse, sempre, na linha do horizonte) para indicar “tarde”. Essa convenção se manteve ao longo dos quase trinta anos de pintura, o que pode significar a intenção do pintor, em direção a um estilo e, portanto, a um melhor entendimento do que significa a pintura.

Qual o sentido desses aviões, espadas e cavaleiros? Bem. Talvez, preso em seus três cômodos como Van Gogh no sanatório em Arlés, Zé do Grupo sentiu aquela mesma necessidade que, se Ginzburg estiver correto, conduziu Menocchio de volta a “cova do leão”<sup>97</sup>: a necessidade de falar. Não obstante o anacronismo, ainda assim é visível a coexistência nesses dois homens, separados por milhares de quilômetros e centenas de anos, de uma postura muito semelhante. A “necessidade política” de falar aos seus pares e, mais do que isso: falar aos da “classe ociosa”, distantes como estão, lá na ponta da pirâmide social.

---

<sup>97</sup> A primeira prisão que Scandella sofreu terminou, entre outros fatores, com a promessa do mesmo Scandella de que nãoalaria mais sobre sua estranha teologia: O cosmos é um queijo e os anjos são os vermes. Assim, tivesse ele mantido o pacto de silêncio na ocasião, é provável que aquele moleiro vivesse tranquilamente seus últimos anos de vida. Mas, ele não cumpriu sua parte (GINZBURG, 2006, p. 158-160).

Façamos uma análise comparativa – essa comparação entre obras, por seu turno, é muito útil, ainda mais tratando-se de autores quase contemporâneos – entre as telas de Zé Coimbra e (seu filho) Euclides Coimbra. Sócio-economicamente suas biografias se aproximam, tanto quanto geneticamente. Ideologicamente também, não há uma distinção significativa – não se olharmos superficialmente. Estive com Euclides em 2001, quando eu nem sonhava em fazer esta tese. Fui à casa dele, conhecer sua pintura<sup>98</sup> e, muito amistoso, ele me presenteou com o livro “Cabeça de Turco”, do Günter Wallraff. Observando aqueles quadros, eu diria que continham pessoas, casas, bandeiras vermelhas (do M.S.T., inclusive) e muito “culturalismo”: eram brigas de galo; penachos de índios; a prostituta mais velha e respeitada do bairro etc. Enfim, era uma pintura figurativa, cuja função é apresentar uma experiência da realidade. Percebam que Euclides, como pessoa minimamente esclarecida, mas também como pessoa sofrida – foi alcoólatra, morou na rua etc – tem a percepção de que os movimentos sociais são legítimos e coisa do tipo. Há, entretanto, uma diferença muito grande entre apreciar a atuação dos movimentos sociais e entender o papel desses, no processo histórico.

Politicamente Euclides é muito diferente de seu pai e, talvez daí, dessa diferença, decorre a pergunta fundamental: qual é a função da arte? Essa pergunta é muito mais significativa do que aquela, feita aqui, parágrafos atrás: “o que” as telas contavam (figuravam)? Numa entrevista de 1976, perguntado se a arte devia ter uma “função social”, Zé Coimbra respondeu: “A arte tem função social. O sujeito mostra na arte a expressão do sofrimento, da alegria, da saúde, da tristeza” (COIMBRA SOBRINHO, 1976). Ora, o que está gravado com tinta óleo naquela pequena tela (“Retorno do Pai”) senão a expressão do sofrimento e da alegria?

Alguns anos antes da pequena tela realizava-se, na cidade de São Paulo, o “1.º Congresso Brasileiro de Escritores” (1945). Entre outras questões – predominantemente “profissionais” – estava em pauta a postura que o artista

---

<sup>98</sup> É digno de nota que ele também parece estar seguindo o caminho de seu pai. Na Bienal “Naïfs do Brasil” (2014), a mais importante do Brasil, nesse seguimento artístico, ele foi um dos três vencedores.



devia assumir face àquele contexto: “A complexidade da configuração política dos anos 1940 nos ajuda a pensar a formação da ABDE [e] a preocupação deste grupo de escritores no combate ao Estado Novo e especialmente a influência do PCB, [...]” (MELO, 2011). Entre os intelectuais integrantes desse congresso, alguns nomes nos ajudam a entender o sentido dessa “postura política”: Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Astrojildo Pereira, Sérgio Milliet, Antonio Candido, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Mario de Andrade, Raquel de Queiroz, Aníbal Machado e Monteiro Lobato.

É improvável que Zé do Grupo estivesse a par desse congresso, porém as mesmas preocupações que deram o tom no mesmo congresso – ou que roubaram a cena, posto que, a princípio, aquele não deveria se tratar de um debate político – possivelmente afligiam-no. Por outro lado, essas preocupações não parecem presentes na biografia de Euclides Coimbra. Nada o que estranhar: nem o contexto, nem o Partido e (quem sabe) nem o “psiquismo” o impelem nessa direção. Os dois pintaram gente humilde, os dois apresentaram um certo realismo e ambos foram “figurativistas”, mas apenas Zé Coimbra, apenas ele era comunista e foi assim que se expressou, naqueles últimos anos da década de 1950; expressou sua postura diante do mundo. Transpôs, rudemente, na tela “Retorno do Pai”, as campanhas antibelicistas de fins de 1940 e início de 1950 (PEREIRA, 1970); mesmo que a pauta do Partido já fosse outra. Ele pintava, então, com o mesmo ímpeto que, em 1946, levava Jorge Amado a publicar o livro “Seara Vermelha”: numa tentativa de subverter esse gênero burguês por excelência – o romance – e, assim, combater com palavras quando não era possível combater com *Thunderbolts*.

Aparentemente, em função do emprego público Zé Bia – como dito antes – compartilhava também das preocupações ou desse incômodo que leva uma determinada camada, senão culta, ao menos um pouco mais inteligente que a média, a inquirir sobre a ordem das coisas. Yara Khoury já havia notado outrora que: “Falar em movimento operário na república [...], sobretudo na primeira metade do século XX, é falar em jornalismo” (1988, p. 03); e não são raras as ocasiões em que essa “elite mental” volta-se contra a elite econômica – sobretudo quando percebe, com justiça, o absurdo em que consiste o privilégio

dessa casta “emburrecida”, mas enriquecida. Neste ponto também é patente a diferença entre Zé Coimbra e seu filho Euclides; apesar dos esforços sinceros do filho, apenas o pai apresentava aquele algo indefinido, de compreender e ponderar sobre o mundo – inteligência? –, numa intensidade que faltou ao filho.

A aflição que Zé Coimbra compartilhava – anonimamente – com ícones do comunismo: Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos etc, ou seja, a aflição da fragilidade de seus recursos expressivos frente à dureza da injustiça social, somava-se ao silêncio daquele casebre no fundo da escola. Silêncio – esse ingrediente da loucura ou do ressentimento – é o que não faltava: ele era um Zé Ninguém, pintando “aquela porcária”, “falando aquelas bobagens”<sup>99</sup> e poderia ter morrido no mais completo esquecimento. Por isso é tão difícil explicar sua persistência.

Ainda uma última questão. Em seu ideário fluido, Zé do Grupo podia, sem maiores conseqüências, situar lado a lado sua necessidade inabalável de igualdade e – esse um elemento do PCB – o “culto à personalidade”: fator, em si, catalisador da desigualdade entre os homens. De fato, a junção entre uma “esquerda militar” e uma “esquerda operária” produziu esse fenômeno único no Brasil; fenômeno evidenciado na reconstrução da trajetória de Prestes (POMAR, 2000, p. 37) – estabelecendo-se um vínculo *ad hoc* entre ele e os comunistas, vínculo que, na verdade, só existiu a partir de 1945. É curioso saber que Zé do Grupo passou aquele período pelo exército e, mesmo considerando o problema da hierarquia ou justamente por isso, declarou grande satisfação com essa instituição antidemocrática<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> São expressões de sua esposa (A. M. COIMBRA, 2012). As “bobagens” referem-se às idéias comunistas de Zé Coimbra, enquanto que as “porcarias” eram as telas. É importante ressaltar que muitas pessoas – ao menos a minha experiência o demonstra – talvez pela ausência de uma “educação pictórica”, ou seja, uma educação do gosto pelo desenho e pela cor, não reconhecem o valor de uma pintura dita *naïf* (ingênua). Honestamente, creio que qualquer coisa que não seja a cópia mais fiel possível da “realidade” não agradaria grande parte dos meus próprios parentes (que, aliás, são parentes de Zé Coimbra também).

<sup>100</sup> “No auge da ditadura militar, quando se prendia, torturava-se e matava-se à vontade, ele [José Coimbra] me ensinou que não se devia odiar as Forças Armadas pela vergonha que então reinava. Dizia-me: ‘São apenas alguns! A formação militar não comporta tais aberrações!’” (MORAES, 1992).

Também é importante considerarmos que seu elogio da disciplina militar surge alguns anos depois – e, por outro lado, as lembranças sobre o exército vêm em conjunto, na memória pessoal dele: ordem, rudimentos de alfabetização etc. Esse “depois” talvez se relacione com um trabalho de síntese, no qual o sujeito busca aprumar a construção de sua autobiografia. Mas, o fato é que a disciplina aparece nesse “depois” e pode não ser, necessariamente, um subproduto da doutrinação partidária (no PCB). Aparentemente, a idéia de liderança hierárquica era muito cara ao nosso protagonista.

A hipótese que eu irei propor – e sobre a qual trabalharei do próximo capítulo – parte do pressuposto de que as normas sociais podem ser avaliadas a partir de seu conteúdo e não, necessariamente, a partir de sua forma. Ou seja, que haja normas e que a normatização seja fundamental para a vida em coletividade, isso eu não vou colocar em questão, ao passo que a mensagem contida na norma, essa sim deve ser colocada à prova. É nesse caso que eu teria o Zé do Grupo em meio a um conjunto de normas empurrando-o de uma parte à outra. Sendo que aquilo que o angustia não é a normatização em si – como na ideia anterior, onde o considerei, a princípio, um desajustado –, mas, justamente, o conteúdo específico daquelas normas que visavam obrigá-lo a ser de um modo que ele não consentia. Chamá-lo, então, de “desajustado” só teria sentido caso ele recusasse quaisquer normas, fossem quais fossem. Esse não era o caso. A recusa, portanto, não indica uma negatividade (um desajustamento), mas a afirmação de um outro conjunto de normas; talvez um outro projeto de mundo. Volto a esse ponto depois.

#### 2.4. DIFICULDADES ENFRENTADAS

Em Ribeirão Pires o silêncio era rompido, eventualmente, pelas trocas com Cesar Anderaus – pintor como ele e arquiteto. Esse mesmo arquiteto fornecia muito das tintas que Zé Coimbra precisava, posto que a tinta óleo –

que ainda hoje é um pouco dispendiosa – não fazia parte da cesta de compras de um trabalhador, na década de 1950. O suporte, ou melhor, as telas eram fruto do seu próprio trabalho; trabalho artesanal de quem já cavou poços, fez cercas com mourões de aroeira etc. O procedimento pode ser descrito assim: ele juntava pedaços de madeira, os pregos, as ferramentas; conseguia um saco de estopa com algum comerciante; e construía o suporte. A “pintura”, propriamente dita, começava com um pedaço de carvão para esboçar um desenho; depois ele abria a bisnaga de tinta óleo e aplicava a tinta “a seco” sobre o pano rústico; o excesso de tinta, do pincel, ficava nas camisas – essa é uma reclamação corriqueira de sua esposa. Frequentemente, a falta de telas novas o impelia a pintar no verso de outras já prontas; ou de esboços (desenhos) interessantes já feitos e nunca coloridos. A superabundância desses desenhos chama atenção.

Mas, se as atividades artísticas já não eram solitárias, na militância política esse foi um período de monólogo interior. Não há testemunhos de reuniões secretas com os correligionários, embora isso não indique que outras reuniões fossem realizadas em locais talvez mais apropriados. Some-se a isso a transição forçada pela qual os comunistas brasileiros andaram, entre 1956 (“Relatório Secreto de Krushev”) e 1961 (ano da cisma do Partido Comunista), e interpretaríamos a condição de Zé do Grupo como um mero reflexo. Talvez. Mas, não é impossível que ele, ciente dos acontecimentos, estivesse se posicionando com uma certa indiferença; ou ele poderia não estar plenamente ciente dos últimos acontecimentos e/ou da gravidade da situação. Outra coisa: seu apego ao líder Luís Carlos Prestes e mesmo o fato de que, por volta de 1980, ele insistisse em “doutrinar” seu filho mais novo, conduzindo-o à “União Cultural Brasil-União Soviética” – associação criada por lideranças da “Esquerda Democrática”, como Sergio Milliet – são indícios da provável ligação de Zé Coimbra com o chamado Partido Comunista Brasileiro (“fundado” em 1961, depois da cisma).

Antes da ida para Mococa-SP, onde reforçaria seus laços com o comunismo – senão de fato, ao menos no âmbito das fontes – houve uma remoção para São Bernardo do Campo-SP, possivelmente em 1958. Ao que

parece, pode ter havido uma desavença entre o Zé do Grupo e alguma pessoa com poder suficiente para determinar essa remoção; remoção que, aliás, perdurou por três ou quatro meses. Ao que se seguiu o retorno a Ribeirão Pires. Enfim, esse evento não é muito significativo, senão como indício de um modo de sociabilidade, pois, se é correta a impressão do filho Fernando Coimbra, não havia motivações político-ideológicas permeando a transferência e a reversão dessa mesma transferência de seu pai; tratou-se apenas de uma “queda de braços” entre um grupo – ao qual Zé do Grupo estava próximo – e outro grupo de burocratas.

Em 1961, a família agora composta por sete filhos, segue para Mococa-SP: cidade a 78 quilômetros de São Sebastião do Paraíso. Sobre o motivo da mudança, as entrevistas coincidem, todas<sup>101</sup>, nesse ponto: Zé Bia sentiu a necessidade de se reaproximar de sua terra e de seu pai; mas, esse gesto no vácuo, insistentemente, não se realizava – embora, ao menos quanto à terra, herdada quando da morte do pai, podemos dizer que ocorreu tal reaproximação. Trataremos dessa inflexão no próximo capítulo.

Nessa pequena cidade de pouco mais de 50.000 hab., uma comunidade mormente rural, Zé do Grupo viveu dezessete anos de intensa produção artística (a maior parte das telas foram feitas nesse lugar). As atividades políticas também ocuparam seu pensamento, embora seja importante considerarmos, como eu já ressaltai, que Zé do Grupo era um funcionário público e que, portanto, pesavam sobre ele certas ideias (de cunho clientelista), entre as quais aquela segundo a qual um servidor público, como parte do estado, não deve jamais opor-se à “situação”<sup>102</sup>. Por outro lado, nesse emprego ele gozava de um certo espaço de manobra: conseguia sobreviver sem o mesmo receio que o setor privado desperta nos trabalhadores. Ainda assim, as limitações eram maiores do que as liberalidades. Desnecessário é repetir que os delitos de opinião – expressão nebulosa – eram, então, facilmente

---

<sup>101</sup> Me causou alguma surpresa que o próprio José Coimbra nunca tenha mencionado isso: a “vontade de se reaproximar”. De qualquer forma, muito do que será escrito aqui, nas próximas páginas, parte do princípio de que isso é verdade.

<sup>102</sup> Conforme consta em algumas das entrevistas. Naturalmente, ele mesmo não corroborava essa proposição.

tipificados (juridicamente) quando a “opinião” era expressa com o lado esquerdo da palavra<sup>103</sup>.

Por volta de 1965, sua primeira filha, à qual se atribuiu o estigma de feminista<sup>104</sup>, encontrava-se grávida – o que seria trivial caso ela estivesse casada. Foi um duro golpe em Zé do Grupo, cujos valores, num outro momento, justificaram sua exigência de que Adaugiza (sua esposa) não cortasse os cabelos, nem usasse vestido sem manga e o qual “não fosse do pescoço até a canela” (A. M. COIMBRA, 2012). Mas, ele acabaria aceitando o ocorrido, assim como, posteriormente, mesmo repudiando qualquer espécie de vício, aceitaria o filho alcoólatra: Euclides. No conflito entre valores, a família parecia ser mais importante que o prestígio – ou seja lá o que fosse que estivesse em jogo – em relação à opinião dos seus pares.

A propósito, das 53 telas analisadas, embora em apenas 5 delas figurem personagens da própria família de Zé Coimbra, em 22 das telas identificamos a família (instituição) como tema principal ou como tema secundário (na maior parte dos exemplos). Evidentemente, quaisquer quantidades não podem expressar a hierarquia de valores do sujeito. Nesse sentido, a Gamela – sobre a qual deveremos refletir mais detidamente adiante – nos guia a um caminho auxiliar: uma espécie de corrimão, na compreensão da função das telas no “sistema de valores” de Zé do Grupo; o fato de que não existe nenhum registro

---

<sup>103</sup> A condenação, em 1967, do ex-deputado federal Gregório Bezerra (do PCB), cassado pelo TSE em 1948, ilustra o absurdo da situação (hoje de domínio público) vivida por Zé Coimbra: “Com a devida ressalva que devo fazer, por dever de justiça, ao digno representante do Ministério Público Militar, a denúncia nos autos é inepta. Nela conta-se uma história que não se coaduna nem se ajusta às provas do processo. Enquanto a denúncia se refere ao delito de atentado à segurança interna do País, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro (art. 2º, inciso III, da Lei de Segurança do Estado), nos autos nenhuma testemunha alude a tal crime, absolutamente. [...]. A denúncia caracteriza-se pela vagueza de expressões e pelo amontoado de palavras que nada têm a ver com a situação de cada um dos denunciados. **Dois terços da denúncia são gastos numa espécie de ‘prolegômenos da subversão’**, no mundo e no Brasil, com citações duvidosas de Lênin, de Marx e de Fidel Castro.” Mércia Albuquerque (advogada), “Alegações finais em favor de Gregório Lourenço Bezerra” (BEZERRA, p. 636, **grifo nosso**).

<sup>104</sup> A própria irmã, quando duma das entrevistas realizadas, alegou que ela (a filha mais velha) era feminista porque naquela época “usava calça comprida”, entre outras coisas. Apesar de minhas explicações, aquela Representação estava muito arraigada na mente da entrevistada. Terminei reconhecendo que, talvez, ela fosse “feminista sem querer”.

sobre suas telas, nesse “Arquivo de Madeira” (a Gamela), mas antes, os nomes dos filhos e as datas de seus nascimentos, é revelador.

Nesse período conturbado, na vida do sujeito, aquela pequena cidade paulista, Mococa, também passava por transformações. Tudo indica que os tentáculos da Ditadura estenderam-se até aquele lugar, pois me contam que lá havia um operário comunista (mais precisamente, um funcionário da Metalúrgica Mococa S/A), conhecido como Hélio Carlota. Ele era um homem negro, alto, muito educado – cuja descrição, coincidentemente corresponde àquela do outro líder: do Partido Comunista de Rio Preto – e “em 65 vieram prender ele. Tinha uma lista com umas trinta pessoas acusadas de serem comunistas”<sup>105</sup>.

Foi então, nessa atmosfera, que Zé do Grupo apresentou ao seu amigo Getúlio (estudante de Direito), o candidato comunista Milton Gagliard: um topógrafo, o qual concorreria, em 1976, às eleições municipais pelo MDB. Aparentemente, o topógrafo acabaria preso, em razão da propaganda comunista realizada “antes” do golpe dos militares:

Tenho uma cópia do inquérito policial da prisão do Milton Gagliard, o Victor Aparecido Testa e o Luiz Mendes (pai do Ismael, do Mato Grosso). Havia uma rádio do partido comunista instalada dentro de uma perua kombi (P.R.K.–8 Rádio Marconi). Perambulavam com essa rádio pela nossa região pouco antes do golpe. (CARDOZO, 2014)

Mas, Zé do Grupo não se envolveu o suficiente com aquela eleição (em 1976) para que seu relativo sossego fosse comprometido. Mesmo com matérias que destoavam em muito do regime ditatorial, veiculadas pelo jornal “Formigão” – do mesmo Getúlio Cardozo, entre outros –, jornal que também contou com a participação de Zé do Grupo, as consequências não foram além

---

<sup>105</sup> Nessa entrevista (ANANIAS, 2013) realizada com o ex-marido da pretensa “filha feminista”, um homem muito simpático e que fora trabalhador da construção civil até a aposentadoria, algumas desconfianças minhas foram sendo sanadas. A maior de todas: se houve ou não a presença ostensiva de agentes do DOPS na cidade de Mococa. Pois, era razoável acreditar que existisse algum exagero acerca do “real” perigo que José Coimbra (por exemplo) correu, naquela pequena localidade. Estou agora convencido da existência desse perigo.

de ameaças (fundamentadas ou não) e coisa do tipo. De fato, ele acabaria saindo daquela cidade (Mococa) em 1978; porém, mais por razões pessoais do que por motivações de natureza mais coletiva.

Daquela Mococa do ano de 1965 restou uma tela: “Fim de tarde”. O.S.T. 42x60 (FIGURA – 13). Uma obra que se aproxima dos “*fauves*” europeus, da década de 1910, com um céu amarelo que, aliás, se distancia da convenção estilística do “J. Coimbra”, apontada anteriormente. Sob esse céu dourado os trabalhadores caminham em fila, cada qual com sua enxada no ombro, como se retornassem após um dia inteiro de trabalho árduo (com todo o rigor dessa expressão); e eles todos estão tristes. Como discutido aqui no primeiro capítulo, desde a infância Zé do Grupo experimentou aquele regime de auto-exploração: seu pai – em razão das circunstâncias, como também conscientemente – extraía o máximo de cada filho e pôde, desta forma, auferir alguma prosperidade econômica. É lícito, aliás, lembrar que a experiência de Zé Coimbra, que informou esta tela pode ter sido vivida ambigualmente, justamente porque essa exploração filia-se diretamente ao seu pai: essa figura hierárquica tão cara ao sujeito.

Trabalho árduo, enfim, que marcou Zé do Grupo, propenso então a tarefas duras – como o trabalho na lavoura –, uma dureza que apenas aqueles como o comunista Gregório L. Bezerra, por exemplo, são capazes de compreender. Sim e mais do que árduo: trabalho muitas vezes triste. E essa tristeza – ainda que não seja um tema tão recorrente – está presente em alguns momentos da obra de Zé Coimbra: “A poesia de seus quadros é triste porque retrata o trabalhador marginalizado e a sofrida mulher brasileira com quem conviveu muitos anos nas lidas das roças [...]” (NOGUEIRA, 1992); junto aos camponeses, aos desabrigados, enfim, às muitas vítimas da vasta miséria que persiste entremeando a incrível potência das forças produtivas capitalistas:

Pintava somente o que o emocionava [...]. Seus personagens impressionam. São pessoas de carne e osso, carregadas de sentimentos, absolutamente diferentes daqueles bonecos articulados que povoam os quadros “*naïfs*” existentes por aí [...]. Numa estação ferroviária de uma cidade grande uma multidão de migrantes deixava, assustada, os vagões de terceira classe e era



imediatamente deglutida pelas entranhas da metrópole. Um quadro comovente e perturbador que se encontra na coleção do Dr. Gilberto Adrien, conhecido líder ruralista. Tenho em minha coleção outro quadro notável: a cavalaria da PM investindo contra uma multidão de grevistas do ABC. Quem mais ousou registrar cenas assim? Coimbra pintou gente humilde, desabrigados, seres humanos com fome, a derrota sem remédio dos deserdados deste país, tão fabulosamente rico. (RUGIERO, 1992)

Tristeza essa que tratando-se dum tema menor, no conjunto dessa obra, nos diz muito sobre o função social da arte. Assim como nos permite articular historicamente o passado, como sugeria Benjamim: “[...] não reconhecê-lo ‘tal como era’... [mas] apreender uma memória quando ela aparece num momento de perigo.” (BENJAMIM *apud* SAID, 2005, p.46)

Assim é a tal expressão de tristeza; a tristeza do homem e da mulher pobre, sem dinheiro, sem lugar, sem verdade e sem esperança. Nunca antes atentei para essa circunstância – desde que era criança e olhava para aqueles quadros na parede da minha casa. Creio que isso se deve a uma “forma para a tristeza” cristalizada na minha mente. Talvez – pensando agora – busco nos olhos, na boca e, principalmente em gestos estereotipados a representação de tristeza (como nas mulheres desoladas de Munch em sua tela: “Morte na enfermaria”, de 1895). Zé Coimbra, além de ter dificuldades com o desenho – fato que, por si só, atrapalha na expressão de coisas delicadas como “sentimentos” – apresenta as pessoas de longe, numa “perspectiva dramaturgica” (talvez) e não lírica – como eu esperaria encontrar, numa pintura sobre alguma coisa como a tristeza. Apenas quando saímos dos rostos e mãos das figuras e voltamos nossa atenção aos acontecimentos, é possível descobrir a expressão de uma determinada tristeza. O acontecimento – na obra em questão – é o que carrega a tristeza e não as faces ou seus estereótipos (as máscaras) das pessoas. Trata-se, quero poder afirmar, de uma tristeza mais “sociológica” do que, propriamente “psicológica”.

---

**FIGURA – 13**  
**COIMBRA SOBRINHO, José. "Fim de tarde". Óleo sobre tela, 54cm x 73cm [ca. 1960].**

---



---

Esse deve ser o nosso fulcro e o que precisa ser explicado: em que medida a expressão de Zé Coimbra é histórico-cultural. Nesse sentido, compreendemos que a tristeza em suas telas realmente expressa uma condição de classe, assim como esta característica – e a perspectiva dramática que a instrumentaliza – participa do seu próprio estilo. Portanto, o autor nos fala de *uma tristeza* própria: aquela que as chamadas “circunstâncias objetivas” condicionam e que diferencia-se da “tristeza individualista” do sujeito freudiano (e burguês).

Outras perguntas persistem. Penso que Zé do Grupo sentia a necessidade do comunismo (do advento do comunismo), tal como uma redenção. Nesse sentido, ele buscou numa literatura esotérica respostas para essas necessidades espirituais. O cristianismo, inclusive, sempre participou do seu imaginário. Ao que tudo indica, essa inclinação para o pensamento mágico – característico mesmo do povo brasileiro – orienta-se àquela S. S. do Paraíso:

a origem arcaico-camponesa de nosso protagonista; àquele Tempo Profundo, quase pré-histórico em que a “Magia Imitativa” – numa referência ao velho James Frazer – era uma prática comum:

A avó [de José], a Sinh’Ana, fazia benzimentos. Fazia a simpatia para cobrera [sic]: — Que qu’eu corto? — ela dizia. A pessoa respondia — Cobrera-brabo! Aí ela dava um talho, em cada ponta do talo de mamona e punha no teto da casa, para secar. (SANTOS, 2012)

Existem incontáveis indícios apontando para o entrelaçamento entre ciência e religião, nas fontes. O Socialismo Científico (marxismo) de um lado, com suas exigências racionais; e o Espiritualismo de outro, mestiço, antropofágico. Questão que extrapola as demandas mais especificamente comunistas: a reforma agrária, o anti-imperialismo, o etapismo histórico etc., e que, justamente por isso, indica um outro caminho para pensarmos essa trajetória de vida.

Utopia, talvez. Não mais a crença do retorno à “Idade de Ouro” – como sugerido, aqui, antes –, mas sim a alvorada de um outro tempo, o tempo da justiça: “[...] a utopia do Reino, da sociedade igualitária ou do comunismo universal” (BOSI, 2002). Zé do Grupo tinha essa expectativa e – o mais importante – na prática cotidiana, demonstrou, em diversas ocasiões, o desapego necessário para que a passagem do “reino da necessidade” ao “reino da liberdade” seja concretizada; e concretizada coletivamente, como não poderia deixar de ser.

Enfim, ao longo da década de 1960, em Mococa, Zé do Grupo viu nascerem seus últimos filhos. Adquiriu também esse novo nome, em razão de seu trabalho, no “Grupo” Escolar Barão de Monte Santo – um dos muitos barões cafeicultores daquela cidade decadente hoje, ciosa de seu passado econômico. Em 1971 Alcebíades morreria. Zé Bia, que buscava reaproximar-se de sua família (a linhagem), sentiria intensamente essa ruptura. Quase poderíamos asseverar que houve, com a ruptura (e) no íntimo de seu pensamento, uma inflexão para o campo teológico em detrimento do político,

se sua filiação ao “Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento” não datasse de julho de 1968. Mesmo assim, é correto dizer que a espiritualização se acentuou – provavelmente relacionada à morte do pai – ao mesmo tempo em que a ação política arrefeceu; sem, contudo afetar, com esse movimento descendente, a reflexão política.

Da ilustre tríade do pensamento conservador: Deus, Família, e Propriedade Privada, Zé do Grupo repudiava apenas o último termo. Nesse sentido, um acontecimento exemplar me parece muito mais eloquente. Ocorreu que, num período conturbado de carestia na década de 1970, ele, detentor de uma mercearia, preocupava-se apenas com a ordem, no momento em que desconhecidos “saqueavam” seu estabelecimento. Seu apelo, aos “saqueadores” – os quais ele mesmo classificara como gente pobre e desesperada, ao invés de desalmados e facínoras – era que não destruíssem nada e nem brigassem.

A família, por outro lado, e não obstante seu respeito pelo Deus Cristão, era o ponto nevrálgico; sem o qual é impossível compreender a trajetória desse sujeito. Nesse caso, desde o falecimento da mãe, passando pelos conflitos com o pai e a reconciliação com o irmão, alcançando, enfim, o casamento e o nascimento (e também morte) dos filhos, esses fatos devem ser e serão auscultados adiante.

Pois as fontes dão testemunho de dois Josés: o Coimbra e o Bia-do-Grupo; e sempre o primeiro subordinando o segundo. É preciso, então, extrair o Bia-do-Grupo de dentro do Coimbra, posto que, na verdade, é o primeiro que explica o segundo e não o contrário. O tratamento de um certo “Eu”, presente na Gamela (e outras fontes pontuais) indica nessa direção: J. Coimbra não faz nenhuma referência, na Gamela, sobre suas pinturas e exposições; nem sobre política – mesmo considerando a “riqueza” daquele momento histórico. Por outro lado, a morte do pai, ocorrida um ano antes (em 1970) é um dos dois únicos registros contemporâneos à produção daquela fonte; o outro informava que a família morava então, na 15.<sup>a</sup> casa – a constante migração, provavelmente, o incomodava.

### 3. O ARQUIVO DE MADEIRA

[...] As margens de uma sociedade dizem mais sobre ela do que o seu centro [...]. (REVEL, 2000, p. 34)

O texto até aqui, tem uma sequência cronológica simples, uma linha que começa na infância do protagonista e se estende, ano a ano, até um determinado presente que elegemos como marco concreto: 1971. Tal se deve ao fato de que, nesse mesmo ano, o sujeito buscou escrever uma espécie de autobiografia: com equipamento de xilogravura ele realizou inscrições numa gamela – a mesma gamela que, metaforicamente, decidimos denominar como *Arquivo de Madeira*. Portanto, essa intenção, esse desejo de “arquivar a própria vida” (ARTIÈRES, 1998) nos autorizou a exercitar um diálogo mais direto com o sujeito dessa trajetória de vida; vida acerca da qual trabalhamos.

Da maneira como acrescentamos o Arquivo de Madeira no conjunto da tese, além de figurar como um “Fio de Ariadne” no presente capítulo, ele nos orientará na tarefa de compreender as ideias e os sentimentos de José Coimbra. Efetivamente, o momento no qual essa fonte foi produzida – final da década de 1960 e início de 1970 – lhe dá também o tom. Mas, os acontecimentos selecionados pelo sujeito e registrados na Gamela e mesmo o fato de ter ele escolhido produzir essa fonte, são elementos mais significativos e que extrapolam o mero estado da memória pessoal – um estado de momento. Essa é a hipótese que queremos propor.

Por ora, nos fixemos na tarefa de situar o Arquivo de Madeira nessa linha cronológica que – como eu disse – vínhamos seguindo desde o início; mas que é necessário agora completar: “agora” porque chegamos ao tempo presente (1971) do nosso protagonista. Nessa tentativa de situar a fonte, descreveremos as circunstâncias (inclusive históricas) daquele presente enquanto tratamos da análise propriamente dita, da fonte. As tensões envolvendo sua linhagem e seu núcleo familiar; as exigências mundanas do dinheiro; o legado de Zé Coimbra; seu comunismo e sua espiritualidade; serão

(temas) tratados, nessa mesma sequência, até o final deste capítulo: momento no qual falaremos sobre Aduigiza – a esposa e antagonista dele.

Dessa forma, enquanto desenvolvemos nossa análise, seguiremos os registros contidos na Gamela, nos esforçando para entender o que José Coimbra estava tentando dizer, além – é óbvio – de tudo aquilo que ele não disse (na Gamela), seja porque não era seguro dizer (por exemplo, algo sobre o comunismo), ou até mesmo porque ele reputava não ser importante; não naquele momento. Finalmente, posto que não iremos nos restringir, exclusivamente, aos registros do Arquivo de Madeira, observaremos as contribuições da Microanálise e, desse modo, tentaremos entender o que o sujeito pensava que fazia.

Assim, como o objetivo principal, deste Capítulo Terceiro, é esmiuçar as práticas e as ideias do sujeito no tocante ao Comunismo – embora não exclusivamente a ele –, perseguiremos tanto o “vivido” quanto o “idealizado”. O vivido, evidentemente, sempre emergirá das próprias fontes e, na medida do possível, obedecendo à ordem em que a Gamela os apresentar. Escolhemos, inclusive, alguns dos registros como subtítulo, registros que explicitam certos “conjuntos temáticos” – se é que podemos chamar assim – os quais nossa análise permitiu apontar. Por outro lado, o idealizado se nos apresentará de acordo com as ideias *do* sujeito, assim como, as ideias *sobre* o sujeito: geralmente contidas nos depoimentos; além – como não poderia deixar de ser – da leitura do sujeito acerca do comunismo: o nosso ponto nodal.

Em relação ao “Arquivo de Madeira”. A Gamela – que é feita de madeira – tem cerca de 60cm de diâmetro e está xilogravada apenas na superfície externa; quedando, seu interior, tal qual uma folha em branco. Sendo que os ditos registros organizam-se em duas linhas paralelas: *uma* contígua à borda do objeto e *outra* mais próxima do centro; *a primeira* dessas linhas desfere uma sequência cronológica e em sentido horário, enquanto que *a segunda* das linhas subsiste quase que solta:

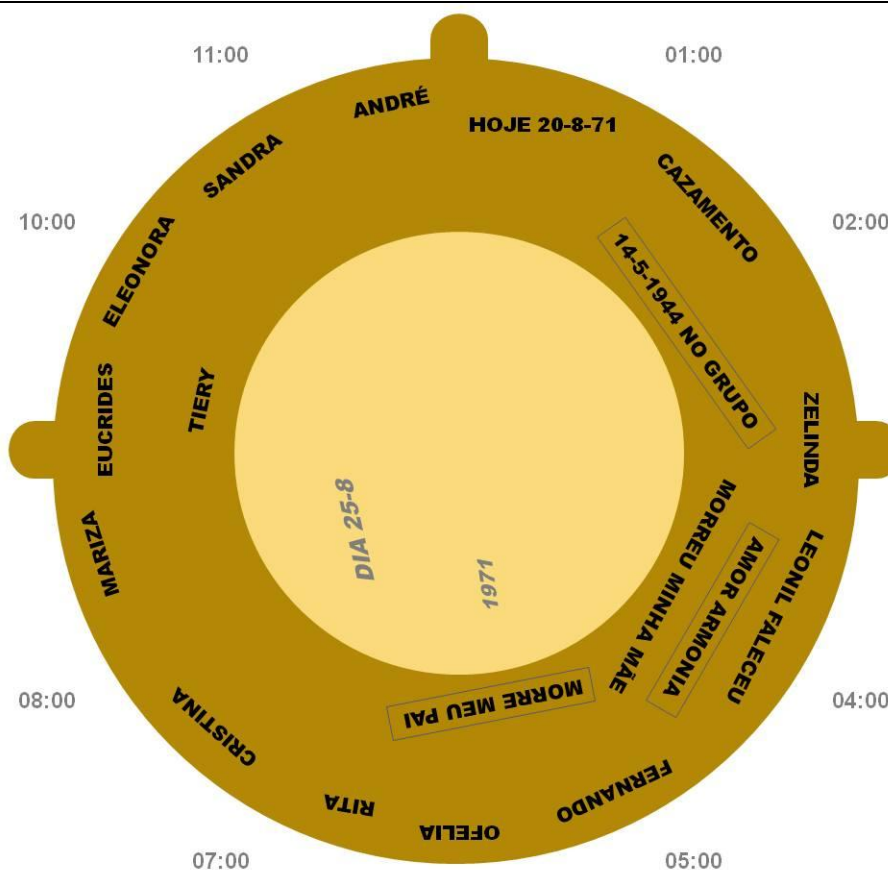


Figura – 14 – Modelo da Gamela, vista de baixo.

Conforme veremos noutros exemplos, adiante, os registros denotam uma caligrafia tosca, de difícil compreensão e são entremeados com desenhos; esses últimos em número inferior ao dos registros alfabéticos. Muito bem. Considerando a similaridade entre a citada sequência cronológica (contida na *primeira linha*) e um relógio, teríamos, então, os seguintes registros:

Ângulo de localização	Conteúdo do registro
<i>Entre 12:00 e 01:00 hs.</i>	HOJE 20-8-71 15ª CASA QUE MORAMOS CAZAMENTO
<i>Entre 01:00 e 02:00 hs.</i>	JOSÉ ADAGIZA 22 7 1944 FERNADÓPOLIS

<b>Às 03:00 hs.</b>	FILHO ZELIMDA 10-6-45 EM FERNADOPOLIS
<b>Às 04:00 hs.</b>	2º FILHO LEONIL FALECEU com 6 mêz
<b>Às 05:00 hs.</b>	3º nego FERNANDO 25-6-47
<b>Às 06:00 hs.</b>	4º OFELIA RIO 31-1-1950 PRETO
<b>Entre 06:00 e 07:00 hs.</b>	5º RITA RIO 4-5-1952 PRETO
<b>Entre 07:00 e 08:00 hs.</b>	RIB PIRES 6º CRISTINA 9-12-1956
<b>Entre 08:00 e 09:00 hs.</b>	MARIZA 28-11-1958 Rib Pires
<b>Às 09:00 hs.</b>	EUCRIDES 1-10-60 Rib Pires
<b>Às 10:00 hs.</b>	ELEONOR <sup>106</sup> 6-9 62 MOCOCA
<b>Entre 10:00 e 11:00 hs.</b>	10º SANDRA 4-12-64 MOCOCA
<b>Entre 11:00 e 12:00 hs.</b>	ANDRÉ 11º 18-9-1967 MOCOCA

Por sua vez, a linha mais próxima ao centro – ou melhor: mais próxima à base – da Gamela e a qual não está organizada em sequência cronológica, apresenta apenas cinco registros. No sentido horário são eles:

<sup>106</sup> Há uma rachadura no local onde deveria estar a letra “A” (de *EleonorA*). Tal rachadura, conforme entrevista que cito adiante, poderia ter levado Zé do Grupo a abandonar a tarefa de escrever aquela sua “autobiografia”. Essa foi a impressão que, numa das entrevistas, me foi transmitida. Mas, creio que, conquanto possamos traçar conjecturas, as testemunhas não sabem, de fato, por que o sujeito resolveu produzir aquela fonte, nem por que ele desistiu, depois, de continuar sua produção.



---

---	19-5-1944 começo do meu [...] no Grupo Fernandópolis Diretor Jose M. Paschoali[...]
<b><i>Num desenho de um par de asas (a réplica de um símbolo do “Círculo Esotérico”) lê-se:</i></b>	AMOR      Verdade ARMONIA      e JUSTIÇA
	maio 1934 MORREU MINHA MÃE RITA Apagou o sol que brilhou na madrugada de minha vida, mais o calor deste mi aqueçe até hoje    RESTA Saudades
	janeiro de 1970 MORRE meu Pai ALCEBIADES, Fechou o lar de meu descanço e confiança
	TIERY 14 9 [...]965

---

Esses registros não inseridos cronologicamente na ordenação da *primeira linha* podem ter sido realizados depois daquela *primeira linha*. Notem que na base da Gamela está anotada uma data: 25-08 de 1971. Ora. Se considerarmos que o Registro-chave (“Hoje: 20-08-71”) foi feito na parte superior (contígua à borda) e que a intenção de Zé do Grupo era preencher (primeiramente) todo o exterior daquele objeto<sup>107</sup>, é razoável presumir que a data: “25-08 de 1971” foi o registro final e, deste modo, a ordem das inscrições foi “de cima para baixo” (a princípio no sentido horário). Mas, entre 20 de agosto (data do Registro-chave) e 25 de agosto (Registro-final), passaram-se apenas 5 dias! Exatamente isso. Segundo me disseram, ele trouxe a Gamela – com o intuito de realizar as inscrições – e, sem perder tempo, foi rapidamente xilogravando aqueles nomes, seguidos daquelas datas.

Existe, além disso, uma sutileza gramatical entre os registros. Apesar do mau português de Zé do Grupo, quando ele se refere à morte do pai (Alcebíades), o verbo está no presente “morre meu pai” – diferentemente do

---

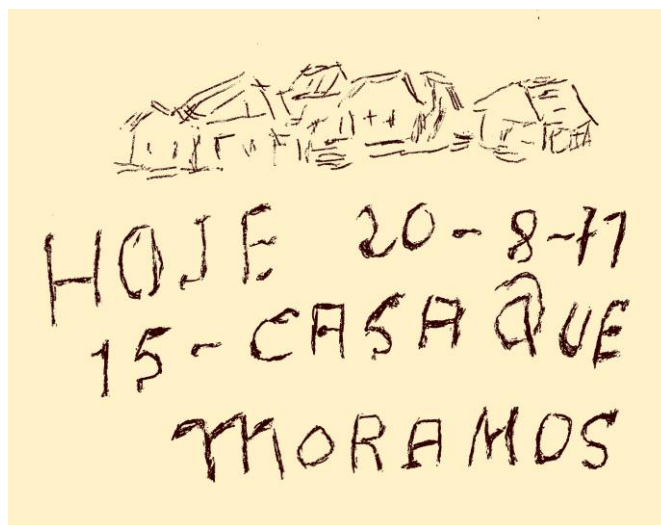
<sup>107</sup> “Ele trouxe a Gamela de São Sebastião. Ele disse que iria colocar os fatos importantes na Gamela que ia fazer um documento da vida dele. Nas palavras dele: ‘vou marcar aqui umas coisas importantes. Vou aproveitar o pirógrafo.’ Ele disse que conforme as coisas iriam acontecendo, ele começaria registrando elas por fora até, depois, registrar por dentro. Dizia também que ia pendurar na parede porque iria ficar bonito. Mas, ele nunca pôs na parede. Acho que ele desistiu quando a Gamela rachou. Ele tentou concertar até, com serragem.” (DE PAULI; OLIVEIRA, 2014)

pretérito perfeito: “morreu minha mãe Rita”. Todavia, em seguida, ele diz “fechou o lar”, restando assim, no presente, duas expressões: “15<sup>a</sup> casa que moramos” e “morre meu pai”, em dois registros diametralmente localizados (um no alto do Modelo e outro embaixo). Bem. Seria perfeitamente razoável que ambos os registros tivessem sido inaugurais – e não apenas: “Hoje [...] 15<sup>a</sup> casa que moramos”. Nesse caso, a *sequência cronológica* e o *sentido horário* podem ter sido padrões estabelecidos num segundo momento; o que nos leva ao marco “morre meu pai”: aquela que pode ter sido a razão da existência da Gamela.

Enfim, três são os temas dos registros: a “família”, o “sagrado” e a “propriedade” – que serão, agora, o objeto de nossa análise. Existe, também, a circunstância (no mínimo) curiosa de se utilizar uma Gamela como suporte; além do ato (ímpar) de registrar a vida e dependurar na parede. Ato esse um pouco menos hermético em função da prática que ele já tinha de dependurar as telas na mesma parede.

### 3.1. HOJE: 20 – 08 – 71

Conforme o registro contido na Gamela, em agosto de 1971 a família de Zé do Grupo residia na chamada casa da Rua Costa Pereira – nas palavras dele: “15.<sup>a</sup> casa que moramos” (FIGURA – 15). Quanto à cidade, tratava-se, ainda, de Mococa – onde residiram desde 1961 e até 1978. Já sobre o contexto histórico, é útil dizer que a Gamela foi forjada nos “Anos de Chumbo”; um período sensível na vida do nosso protagonista e – é claro – de sua família: “Incrível que teve pessoas que atravessaram este período da Ditadura Militar e não perceberam. Nós?... não teve como!” (E. A. COIMBRA, 2014)



---

**FIGURA –15 – Um dos registros da Gamela<sup>108</sup>.**

---

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi a denominação adotada pelas manifestações públicas de 1964, como uma resposta à “ameaça comunista”. Originalmente, sua denominação seria “Marcha de Desagravo ao Santo Rosário”; porém, conforme a explicação mais corrente, um nome assim poderia excluir a adesão de pessoas de outros credos (não católicos) e, portanto, ampliar nocivamente a heterogeneidade das forças conservadoras daquele período.

Por outro lado, apesar do estardalhaço da explosão, essas forças conservadoras já estavam há muito latentes. A noção difusa de que, realmente, os tais comunistas, sejam lá quais fossem, pretendiam implantar uma “ditadura em nome do proletariado” – na qual, porém, apenas a *vanguarda* criaria as regras – teria sido difundida pelos *aparatos ideológicos*<sup>109</sup> do “Estado-Maior da burguesia multinacional-associada [...]” (FICO, 2004, p. 35). A referência

---

<sup>108</sup> É necessário dizer que uma foto da gamela ou de cada um dos registros, seria inútil face ao péssimo estado em que se encontram tais inscrições; sem contar a cor escura da madeira, que dificulta a visualização de qualquer coisa. Nesse sentido, utilizei folhas de papel para decalcar as inscrições. Em seguida escaneei essas folhas e as editei com o *software* gratuito “Pixlr”.

<sup>109</sup> A definição, nesse caso, proposta pelo L. Althusser é profícua. Não vejo porque desprezá-la em razão de discordarmos (com justiça) do filósofo, em linhas gerais.

utilizada, neste caso, é a tese de R. A. Dreyfuss<sup>110</sup>, segundo a qual, um novo ator: o capital multinacional, face à sua incapacidade de mobilizar a estrutura clientelista a seu favor, lançou mão da solução imediatista do *Coup d'État*; e a legitimidade (restrita) teria sido garantida pelas atividades do “complexo IPES/IBAD”, com suas “atividades [de] doutrinação contra o comunismo, o socialismo, o ‘atraso’ da oligarquia rural, a ‘corrupção do populismo’, a intervenção do Estado [...]” (*Ibidem*, p. 25) etc.

Em todo caso, se a chamada “invasão vermelha” era uma possibilidade, um delírio paranoico, ou – como imaginava Dreyfuss – um pretexto para uma ruptura naquele período democrático, o que nos resta é debater em torno do tema. O fato é que, aparentemente, mesmo após a derrocada do Socialismo Real, de tempos em tempos e, sobretudo, nos momentos mais delicados – como atualmente, inclusive – algumas vozes difusas atribuem aos chamados comunistas toda a responsabilidade da crise<sup>111</sup>; e não somente no Brasil: “Depois de Mussolini, depois de Hitler, invocar o anticomunismo para impor uma ditadura [no Brasil] é tolice. A história é por demais recente, nem vale a pena repeti-la aqui.” (CONY, 2014, p. 30)

As vozes da Marcha falavam da *Família*, de *Deus* e da *Liberdade*. Cada um das “premissas desse silogismo” deve ser interpretada, não à luz da semântica, mas antes, histórica e dialeticamente. Por exemplo, mais do que (simplesmente) a instituição social que tem por objetivo a manutenção básica da existência das pessoas<sup>112</sup>, a Família é um símbolo (e um trunfo) em disputa.

<sup>110</sup> A publicação de 1981: “1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe”.

<sup>111</sup> As raízes desse anticomunismo são tão profundas quanto a própria fundação do Partido Comunista no Brasil (1922). Nesse sentido, o Estado não se manteve alheio ao problema; mesmo porque ele quase sempre foi conservador por excelência: “[...] as atribuições do DEOPS/SP eram claramente as de uma Polícia Política, que sob a lógica da suspeição, combatia as ideologias tidas como exóticas, trazidas ao Brasil pelos estrangeiros que aqui aportavam, sendo o comunismo a principal ameaça de desagregação da sociedade brasileira. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta chama a atenção para o fato de que embora não tenha sido somente o anticomunismo a causa da criação das Polícias Políticas pelo Brasil, foi o combate a tal ideologia a ‘principal razão de ser’ destas repartições [...]” (LOUREIRO, 2012, p. 82)

<sup>112</sup> As definições sobre o que é a família, variam bastante, ateno-me aqui, à definição, por exemplo, de Stack: “Por fim, defini família como a menor rede organizada e durável de parentes e não-parentes que interagem diariamente, provendo as necessidades domésticas dos filhos e garantindo-lhes a sobrevivência”. (*Apud*, OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 298)

Se por um lado, o postulado marxiano admite a necessidade de supressão da família: “Censurai-nos por querermos abolir a exploração das crianças pelos seus próprios pais? Confessamos este crime.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 55); por outro lado, o discurso conservador, vagamente ancorado nas ideias de legalidade e de liberdade<sup>113</sup> – essa última, extremamente complicada, por si mesma –, temia pela destruição daquilo que tinha restado desta instituição: a Família. O que não significa – evidentemente – que o (mero) livro de Marx “destruísse” essa instituição, nem que os anticomunistas a “consertariam”.

Apesar disso, no plano discursivo esse argumento (*destruição/conserto*) era uma arma, de cunho populista, poderosa. Há indícios que apontam nessa direção. Documentos produzidos no âmbito da *Doutrina de Segurança Nacional* apontavam para a (pretensa) “degradação moral” promovida pelos comunistas:

Não só o ideário golpista, mas os governos militares alimentavam-se, nesse aspecto, de elementos do imaginário anticomunista brasileiro disseminado desde a segunda década do século XX [...] que via nas ideias comunistas, entre outras coisas, um risco para a preservação da moral sexual e da estrutura familiar. (DUARTE, 2014, p. 79)

A “estrutura familiar” – e mesmo que seja tão óbvio quanto parece – é, no caso, androcêntrica; e – por isso ironicamente – defendida, com afinco, por organizações femininas tais como: Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE), União Cívica Feminina (UCF) etc. Claro – e sejamos justos – a ironia só é possível em razão do farto conhecimento hodierno acerca da família androcêntrica: agora que as vagas feministas derrubaram muitas “verdades arraigadas” sobre o papel das mulheres na sociedade.

Por outro lado, a disputa em torno da “liberdade” apenas confirmaria a existência do embate entre direita e esquerda – assim como entre as várias “direitas” e as várias “esquerdas” – embate esse, alinhado ao estado

---

<sup>113</sup> A legalidade responde pela manutenção da estrutura econômica, enquanto que a liberdade liga-se aos temores, mais ou menos infundados, dos conservadores, em relação à implantação (mais ou menos infundada) do “Socialismo Real”, no Brasil. (CODATO; OLIVEIRA, 2004)

fragmentário da sociedade classista, embora não como um reflexo imediato da Luta de Classes, mas sim como desdobramento. A própria pulverização da esquerda, na década de 1960, demonstra o caráter autônomo da “filosofia política” – usando a expressão de Faoro (1987).

Bem. O caso é que, se houve uma reação conservadora, ou seja, uma polarização, injustificadamente ou não, é porque do outro lado ocorria (ou ensejava ocorrer) uma ação em direção contrária, de caráter libertário, ou, no mínimo, de ruptura. Com o triunfo dos conservadores – e sempre me vem à mente aquele bordão do W. Benjamin, segundo o qual os despojos dos vencidos são exibidos no cortejo triunfal dos vencedores – sobreveio o silêncio de uma parcela dos libertários.

Outra coisa: a Ditadura foi brasileira, mas é necessário avaliar se ela foi tão mocoquense quanto brasileira; ou, dito de outro modo: ela se fez, realmente, sentir em Mococa? Já discorreremos sobre o tema e, nesse ponto, a resposta que nos restou alcançar, foi afirmativa. Sim, os odores daquele regime político se fizeram sentir até mesmo na pequena cidade de Mococa<sup>114</sup>. Entretanto, teria sido necessário, anteriormente, nos perguntarmos pelo significado daquela experiência local, daquela sensação de ditadura (em Mococa). Assim, é ao nível da memória que devemos imergir.

Carlos Heitor Cony referiu-se ao “movimento militar” como incapaz de qualquer coisa senão depor o presidente João Goulart: “[como] não há conteúdo nem forma no movimento militar – [ele] optou pela tirania” (2014, p. 29). Muito embora implique numa boa descrição para uma experiência particular esse “vazio” da ditadura que se preenche com tirania, é mais uma metáfora do que propriamente uma definição.

Opto pela descrição mais completa de Getulio Cardoso. Esse me explicava que o jornal mocoquense “Formigão” não detinha, entre seus objetivos, crítica alguma (direta) à ditadura, mas antes “uma crítica às instituições”; de uma forma difusa. Numa edição de março de 1976, esse jornal

---

<sup>114</sup> No último título do capítulo anterior (“Dificuldades enfrentadas”), arguíamos, com base nas entrevistas, que a prisão de Hélio Carlota e Milton Gagliard servia como um termômetro, para medir o clima político de Mococa, naquele período.

aborda, pormenorizadamente, as condições de vida dos moradores da Vila Santa Rosa<sup>115</sup>; destacando, como não poderia deixar de ser, a inépcia do poder público. Naquele momento, ocupando a função de prefeito municipal, o Padre Demosthenes – notório defensor do regime de exceção – teria sido também “pressionado” pelos editores do “Formigão”:

FORMIGÃO: Sua condição de prefeito não o atrapalha a exercer o sacerdócio, já que o tem como meta principal de sua vida?

PADRE: Não acho que atrapalha. Agora depende... Em termos gerais acho que ser prefeito e padre são funções, por assim dizer, correlativas, pois podem existir juntas, mas são muito definidas.

F: Não acha que os interesses que estão por trás de uma administração interferem no seu trabalho como padre? Interesses, vamos dizer, políticos, econômicos, de certas classes...

P: Como?

F: Como prefeito o senhor não estaria defendendo interesses que muitas vezes não visam o bem estar do povo e sim de certas pessoas?

P: Não... acho que está havendo uma confusão muito grande... com o Concílio do Vaticano II, no célebre esquema 13, definiu-se que a igreja não pode estar desvinculada de nenhum problema humano, todos os problemas humanos são da igreja. (FORMIGÃO, 1976)

O resultado dessas publicações imprudentes foi – como é óbvio – o fechamento do “Formigão”. Mais em tom de conselho do que de ameaça propriamente dita, aquele mesmo padre (e prefeito) pediu que as atividades fossem encerradas: “Um dia ele me chamou na casa paroquial e me falou que o DOPS estava de olho na gente”. Se o acontecimento relatado por Getulio Cardozo pode ser ou não classificado como “tirania” – termo empregado pelo escritor Cony – o que de fato importa é a repetição, na escala local, do *modus operandi* da instituição que pertencia a um certo “âmbito nacional”: a Instituição da Repressão. Fosse ela efetiva ou meramente provável, naquele momento e naquele local, a Repressão funcionava. A certeza de sua eficácia<sup>116</sup> – e o terror

<sup>115</sup> O título da matéria era “Vila Santa Rosa: suor, cachaça e miséria” (VILA, 1976). Este bairro foi, desde sua criação, caracterizado como uma região ora “perigosa”, ora “humilde” da cidade de Mococa.

<sup>116</sup> A analogia, nesse caso, com aquela modalidade de controle social sugerida por Foucault é inevitável: “Daí o efeito mais importante do Panóptico [...]. Fazer com que a vigilância seja

que a acompanha – era suficiente para garantir a obediência; sobretudo daqueles que não apoiavam a existência da Ditadura.

Quanto ao Zé do Grupo, em duas ocasiões – ao alcance das fontes das quais dispomos –, ele mesmo teria confessado seu receio, a dois dos genros, asseverando que “poderia ser preso pelos militares”<sup>117</sup>. Ao João Batista de Oliveira (o genro casado com a Cristina: “6º filho”), Zé do Grupo dissera que, provavelmente, estava sendo vigiado pelo bibliotecário – desconfiado das suas leituras?

Nessa época a coisa era feia, tinha um bibliotecário de apelido “Chiba” e meu pai falava que ele era do SNI; porque ele vivia uma vida que não batia com seu salário. O Batista [João B. de Oliveira] queria ser vereador [pelo MDB], porque o pai [J. Coimbra] era muito amigo do Milton Gagliard [aquele candidato do qual falamos do final do Segundo Capítulo] e deu um quadro, a “Procissão”, que era um quadro que ele tinha muito ciúmes. (OLIVEIRA, 2014)

Motivos para confiarmos nesse depoimento não nos falta. Assim como não é improvável que aquele Sr. Guerino Paschoini, “acusado de ser um comunista” em São Sebastião do Paraíso (PASCHOINI, 2009) – e sobre o qual falamos anteriormente<sup>118</sup> –, tenha sido preso etc. Na ausência de um clima de legalidade – como então acontecia, na década de 1970 – uma mera suspeita poderia pesar mortalmente sobre as costas daquele que se mostrasse contrário à Ditadura. Injustificadamente, “ordem” e “segurança nacional” eram lugares-comuns no discurso dos golpistas; quando, na verdade, deveriam ser “repressão” e “terror”.

Na Gamela – como dissemos antes – não existe nem um único registro de ligação ou de apreço, enfim, nada que relacione o comunismo ao Zé do

---

permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce [...].” (2004, p. 166)

<sup>117</sup> Essa entrevista (FURLANI, 2012) foi realizada com a filha de José Coimbra, em parte por acaso. Assim como ocorreu noutra entrevista, as idas e vindas desses parentes do protagonista – que, aliás, são meus parentes também – foram invariavelmente ocasiões para minhas entrevistas. Adiante, caracterizarei brevemente cada um dos filhos dele.

<sup>118</sup> No subtítulo “Alguns itinerários da experiência”, no começo do *Segundo Capítulo*.



Grupo. Mais precisamente: não há registro algum de cunho político. Devemos interpretar tal circunstância como um “silêncio”? Não concordamos que ela seria uma consequência “natural” do triunfo dos conservadores?

Naquele ano (1971), Henning Albert Boilesen – um dos principais financiadores da *Operação Bandeirante* – tinha sido fuzilado por integrantes do MRT e da ALN (MELO, 2009). Em Mococa, o “Grupo da Itaiquara” estaria definitivamente afastado da prefeitura municipal com a vitória de Francisco Coelho de Moraes (o Chiquito Coelho) em 1968, seguida de outra vitória oposicionista, dessa vez do Padre Demosthenes em 1972 (ALVES, 2014). Pode-se falar, nesse sentido, da substituição, na ponta da pirâmide, de um grupo agrário-conservador – sob figuras como Paulo de Barros Whitaker<sup>119</sup> – por um outro grupo, urbano-reformista.

Zé do Grupo teria se animado com o candidato do MDB (Chiquito Coelho), mas a inflexão, neste caso, é evidente: um proprietário de terras – embora não ligado ao chamado Grupo Itaiquara – em lugar de um comunista como Milton Gagliard – com o qual o nosso protagonista já urdia relações. Como dissemos antes, Zé do Grupo não se envolveu com “intensidade” na campanha para a prefeitura de Mococa (em 1976), campanha aquela que trouxe a Repressão até o candidato, também do MDB (o topógrafo M. Gagliard). De novo o silêncio! Quantas formas de silêncio podem haver?

Voltemos um pouco.

Não é possível dizermos com precisão se foi mesmo em 1957 que Zé do Grupo iniciou sua trajetória como artista plástico. Em 1953, com sua família nuclear, ele saíra de São José do Rio Preto – cidade na qual ele conhecera José A. da Silva: o artista que teria lhe fornecido as “primeiras instruções” sobre a linguagem pictórica<sup>120</sup>. O fato é que ele mesmo fez essa afirmação em

---

<sup>119</sup> No órgão de imprensa do PRP, encontramos uma nota com o subtítulo: “Coronel Francisco Garcia de Figueiredo – o passamento do venerando Mocoquense” (EM MOCOCA, 1930). Ao longo de um pequeno e enfadonho texto, Paulo B. Whitaker é arrolado entre os parentes.

<sup>120</sup> É crucial, no caso da pintura praticada por Zé Coimbra a manifestação de um “estilo”. Nesse sentido, ele tanto poderia se pautar num certo “padrão” dos primitivistas, ou (como preferiu) extrapolar esse padrão e desenvolver uma “linguagem pessoal”. Evidentemente, tal “linguagem pessoal” deve ter sido desenvolvida intuitivamente. Quirino da Silva, o crítico de arte que dá

algumas das entrevistas que, por ocasião das várias exposições – mais de 20 – que realizou, foram publicadas em impressos. Mais acurada não poderia ser nossa dedução acerca da xilogravura: aparentemente ele conhecia rudimentos dessa técnica, porém não foi o (notório) Leopoldo Lima<sup>121</sup> quem lhe instruiu – posto que apenas depois de ter confeccionado a Gamela, lançando mão da mesma xilogravura, pôde Zé do Grupo conhecer esse artista<sup>122</sup>.

Tendo ele, na ocasião em que a Gamela foi confeccionada, pintado já algumas dezenas de telas<sup>123</sup> e sabendo que as exposições – consequentemente a possibilidade real de comercialização das obras – apenas se iniciaram em 1978, podemos presumir que em 1971, quando não inscreveu nenhum registro de “natureza política”, a pintura de Zé Coimbra ainda não significava nada? Aliás, foi por tal razão que ele (também) silenciou sobre sua arte, na Gamela?

---

nome ao museu da cidade de Mococa referiu-se à originalidade de Zé Coimbra: “Ele tinha algum repertório, conhecia o Gauguin, Van Gogh; ele não era um ignorante, um ninguém que não sabia de nada. Por exemplo, [...] ele foi na casa do Quirino da Silva e falou que não gostava muito dos traços grossos de sua pintura, mas o Quirino ressaltou que o trabalho dele era bom, justamente, por causa disso” (CARDOZO, 2014). Sobre a afirmação que implica no conhecimento, ou rudimento de conhecimento sobre os principais pintores de então, por parte de Zé Coimbra, temos a informação de que ele possuía ao menos um livro referente à história da arte (ou simplesmente sobre artes plásticas etc.), mas esse livro (se existiu) se perdeu.

<sup>121</sup> Leopoldo Fioravante Batisteli Lima nasceu em 1933 em São Simão-SP e morreu em 1996 em Ribeirão Preto. Foi carpinteiro, pedreiro, marceneiro até desistir de possuir qualquer vínculo empregatício e converter-se numa espécie de “Beatnik” brasileiro. Desde sua capacidade artística até o modo de vida absolutamente despojado – contam que ele se recusava, peremptoriamente, a vender seus murais – Leopoldo Lima distanciava-se muito de comportamentos socialmente aceitáveis (YAMADA, 2012). Sobre sua amizade com José Coimbra, é difícil afirmar quando, mas, sem sombra de dúvidas, ele viveu muito pouco tempo em Mococa (já na década de 1970) e logo voltou para Ribeirão Preto. De lá (Ribeirão Preto ou até mesmo Mococa) ele foi para Osasco e viveu a experiência da “Vila dos Artistas” – um projeto da prefeitura, realizado em 1976 – mas, logo foi (ou voltou) para Ribeirão Preto, onde, no início da década de 1980 reencontraria José Coimbra – se é que, em algum momento, eles deixaram de manter contato.

<sup>122</sup> A época, na qual os dois se conhecem, corresponde ao início das atividades do “Formigão”: “Ele [Zé Coimbra] também era muito amigo do Leopoldo Lima, escultor; e o Leopoldo dormia no prédio do Formigão e fazia os clichês do jornal. Acho até que quem levou o Zé Coimbra pra Ribeirão foi o Leopoldo.” (CARDOZO, 2014)

<sup>123</sup> No capítulo anterior, mais precisamente no subtítulo “Respirando ares revolucionários”, partimos da soma, proposta pelo crítico R. Rugiero, de 100 telas (aproximadamente), no momento em que Zé Coimbra foi “descoberto” pelo mesmo. Assim, vamos admitir que, tendo transcorrido até o ano de 1971, no mínimo dois terços da carreira de Zé Coimbra, ele deveria ter pintado mais de sessenta telas.

Creio que podemos olhar para as coisas de outro modo. Em certo momento, tendo o Partido Comunista se dividido, a percepção de Zé do Grupo, acerca da legitimidade do Partido enquanto sujeito das transformações sociais almejadas (e utópicas), se transformou. Embora – devo ressaltar – não esteja clara qual fora a percepção de Zé do Grupo acerca do papel do P.C. na Revolução; e se, em algum momento, ele atribuiu essa tarefa àquele. O que temos, nesse sentido, são apenas pistas. O exército, por exemplo, e o elogio que ele (Zé do Grupo) fazia da disciplina militar: “Dizia-me: ‘São apenas alguns! A formação militar não comporta tais aberrações!’” (MORAES, 1992). Por outro lado, ele parecia não estar totalmente esclarecido sobre a crítica (marxiana) da Economia Política e, de um certo modo, se aproximava dos Socialistas estudados por Schmidt (2004, p. 275):

A parede [greve] era vista como um mal necessário, mas devia ser evitada a todo custo. A exploração capitalista não era pensada como o resultado das estruturas econômicas, mas como uma imoralidade, como desvio de caráter do burguês. Nesse sentido, os socialistas adotavam uma perspectiva reformista (embora proclamassem a revolução). Para eles, era possível aperfeiçoar o sistema e, assim, evitar sua completa transformação (como queriam os anarquistas).

Voltando ao ponto. É lícito imaginarmos que, frente às reformulações que a “ideia de um partido comunista” foi sofrendo no pensamento de Zé do Grupo, somadas às circunstâncias – foi naquele momento em que a Ditadura se instaurou –, o sujeito concluiu que era oportuno ser prudente. E quantos outros comunistas, no Brasil, também não se fizeram prudentes? Entretanto, subsistia em Zé do Grupo a necessidade de “falar a verdade ao poder” e, nesse sentido, ele precisou também sofrer uma transformação. É assim que o *Zé Coimbra* emerge. Para continuar sua trajetória política, ele subiu da base para a superestrutura, ou melhor, converteu um discurso direto num discurso mediato. Notem que quanto mais ele se afastava da política partidária, mais ele se aproximava de uma arte engajada. A lista de telas, entre as que consegui catalogar, explicitamente voltadas a uma crítica “sociológica”, datam todas de 1977 em diante:

<b>Nome da tela</b>	<b>Descrição</b>
<b>“A revolução”</b> 1984, o.s.t., 80 x 60 cm	<i>Já está incluída aqui, na tese.</i>
<b>“Periferia da cidade”</b> 1984, o.s.t., 68 x 73 cm	<i>Um casal, sentado ao chão, exhibe uma expressão de cansaço ou desalento; e ao fundo vê-se barracos de madeira semelhantes a favelas.</i>
<b>“Garimpo”</b> 1984, o.s.t., 58 x 98 cm	<i>Garimpeiros, miseravelmente vestidos, trabalham num rio, aos olhos atentos de capatazes.</i>
<b>“Retirantes”</b> 1983, o.s.t., 85 x 94 cm	<i>Já está incluída aqui, na tese.</i>
<b>“O bóia-fria”</b> 1983, o.s.t., 60 x 99 cm	<i>Um velho caminhão, entre casebres miseráveis, é ocupado por dezenas de boias-frias que se empoleiram com numa granja na carroceria.</i>
<b>“Migrantes”</b> 1983, os.t., 60 x 77 cm	<i>Já está incluída aqui, na tese.</i>
<b>“Embaixo da ponte”</b> 1983, o.s.t., 57 x 80 cm	<i>Um homem e sua mulher (com uma criança nos braços) estão acomodados, sob uma ponte, com utensílios domésticos e outros objetos, denotando ser aquele local o lar da família.</i>
<b>“Escravo morto”</b> 1982, o.s.t., 74 x 126 cm	<i>Já está incluída aqui, na tese.</i>
<b>“Usina da Pedra”</b> 1982, o.s.t., 74 x 126 cm	<i>Dois lavradores, com sacos nas costas, aproximam-se da entrada da usina de álcool/açúcar, à procura de um emprego.</i>
<b>“Greve no ABC”</b> 1980, o.s.t., 60 x 80 cm	<i>Tendo ao fundo dezenas de fábricas expelindo fumaça pelas chaminés, uma multidão de trabalhadores grevistas é atacada por policiais armados e montados a cavalo.</i>
<b>“Última Ceia”</b> 1977, o.s.t., 58, 70 cm	<i>Já está incluída aqui, na tese.</i>

Além disso, a arte de Zé Coimbra não foi registrada na Gamela, posto que naquele momento (1971) não havia nenhum registro a ser feito; em termos de exposições etc. O que seria possível xilogravar? “Dezoito de fevereiro de 1980, pinte a tela Greve no ABC”? Por que também não pensarmos na própria Gamela enquanto uma obra de arte, em razão da ética com a qual Zé Coimbra revestia a sua estética? Pois a distinção apontada por R. Williams (2003, p. 42): “[...] entre **arte** e **industria**, y entre **bellas artes** e **artes útiles** (éstar

*últimas adquirirían en definitivo un nuevo término especializado, en Tecnología)”, não afligia Zé Coimbra, para quem a cultura não é uma seção da sociedade, encarregada do deleite – como defendiam os sectários do *Ars Gratia Artis*. Foi assim que ele se expressou numa entrevista de 1976 (quando suas telas ainda não possuíam, com o perdão da palavra, liquidez):*

FORMIGÃO: Certo, mas o museu é frequentado por um tipo de elite. Nem todos são motivados a frequentar um museu.

J.COIMBRA: Mas tem que ser assim. Eu vou e entro. Vou ver. Quantas pessoas que não conheciam e ficaram conhecendo aquelas obras. Agora, esse povo precisa de escola. E dentro da escola receber uma orientação. Não tem problema se eles não vão ser artistas, mas precisam entender. A cultura tem que ligar todos os pontos, a música, a poesia, a pintura.

F.: Mas geralmente não existe interesse em promover essas atividades, o único interesse é a técnica, desenvolver o lado técnico da pessoa. A criança é educada para ser técnico e não artista.

J.C.: A sua opinião é válida... Eu acho que não devia ser assim. O homem não é nenhuma máquina para viver tecnicamente. Ele tem um ponto de pensar, um mundo diferente.

(COIMBRA SOBRINHO, 1976)

Talvez não seja o caso, afirmarmos que ele omitiu o seu comunismo, uma vez que sua militância foi ocupando, em sua arte, um espaço que, a rigor, não costumava ocupar. Assim como não é correto pensar que a explicação passe pelo seccionamento entre uma esfera privada (família) e uma esfera pública (“crítica sociológica”), conseqüentemente entre a Gamela e as telas. A família também estava nas telas – mesmo que o oposto não seja verdadeiro. É possível mesmo que Zé Coimbra não distinguisse a Gamela de uma obra de arte; e, enfim, o seu objetivo, quando produziu aquela autobiografia foi performático, grandiloquente etc. A propósito, o “gênero” autobiográfico estava tão presente nas telas desse artista, quanto na Gamela; e mesmo o hábito de fazer inscrições das telas, analogamente aos registros contidos na Gamela, também é digno de nota: “Muitos dos nossos primitivistas usam nas telas frases escritas e palavras identificadoras de elementos de cenário. Tal como ocorre

com J. Coimbra em *O último trem* (1979, 80 x 60 cm, col. Roberto Rugiero)". (SANT'ANNA, 1993, p. 197)

### 3.2. JANEIRO DE 1970: MORRE MEU PAI

Quando confeccionou a Gamela, psicologicamente Zé do Grupo estava abalado. Tinha perdido seu pai e seu último filho; ambos mortos no mês de seu próprio aniversário de 55 anos. Havia também muita mágoa em relação à família linear: o cunhado havia-lhe prejudicado (na partilha da herança); e mesmo os irmãos não mostravam-se muito amistosos, em função da mesma herança.

Foi um janeiro atribulado. Alcebíades tinha estado doente nos últimos anos; quase definhando<sup>124</sup>. Zé do Grupo prezava muito esse marco (o pai): "o lar de seu descanso e confiança". Na verdade é impossível compreendê-lo sem a referência à família – tanto a Nuclear quanto e, sobretudo, a Linear. Aliás, essa mesma irreduzibilidade do nosso protagonista a um "sujeito freudiano", me fez buscar um anteparo conceitual no texto de Le Roy Ladurie (1981). Mais especificamente, me sensibilizou para as relações entre Pierre Maury e seu *Ostal*, ou seja, o Lar – e Lar mais como linhagem do que núcleo familiar (SILVA, 2014). Zé do Grupo não endossaria, em hipótese alguma, aquela assertiva do "Manifesto Comunista": abolir a família. Se é provável que ele chegou a manusear esse livro<sup>125</sup>, não é correto pensarmos que ele se convenceu acerca das ideias concernentes à família; ou melhor, à necessidade da extinção dela.

---

<sup>124</sup> A convicção, de cunho moralista, de que Alcebíades recebia, com seu sofrimento, uma espécie de purgação, é muito difundida entre os familiares de Zé Bia. Nas palavras da filha mais velha: "O pai [José Coimbra] levou a Rita para conhecer o avô [Alcebíades]. Ela era um bebê e o vô disse que não era para dar leite para ela, que estava chorando. 'O leite é para vender e não para tomar'. O pai foi até a cidade [São Sebastião do Paraíso] para comprar leite para a Rita beber; quinze quilômetros. Ele [Alcebíades] era muito ruim. Depois ficou daquele jeito na cama. Lembro que a gente foi visitar ele e o pai disse: 'como o senhor está'; e rolou uma lágrima no canto do olho dele." (Z. A. COIMBRA, 2012)

<sup>125</sup> Tanto os amigos Washington José de Moraes e Getúlio Cardozo, quanto (posteriormente) o filho, Euclides, leram o "Manifesto Comunista": "Eu me interessei pelo comunismo, por causa

Evidentemente, Marx e Engels referiam-se ao núcleo familiar – e da necessidade de suprimir-se a exploração das mulheres e dos filhos, posto que a solidariedade, o afeto e outros belos ideais ligados à ideia de Família, eram, quando muito, uma (outra) propriedade burguesa (MARX; ENGELS, 1998). A linhagem, no caso da análise presente no “Manifesto”, não parecia ser tão significativa quanto fora em *Montaillou* – a localidade descrita no livro de Le Roy Ladurie – e, portanto, a preocupação de compreender as redes que entretecem o núcleo familiar ao tecido lento da linhagem não se fizesse sentir<sup>126</sup> no “complexo têxtil” dos dois pensadores alemães.

Assim como Freud – duramente criticado por Malinowski<sup>127</sup> por – que construiu sua tese acerca do Complexo de Édipo tendo em mente a família vitoriana, *a fortiori* Marx e Engels não se ocuparam, no “Manifesto” com os dilemas da “família extensa”. Absolutamente justificável o recorte desses dois alemães; mesmo tendo em conta que outros modelos familiares também seriam engolidos pelo Capitalismo: fato esse sim, que preocupava a esses dois autores.

De sua parte, Zé do Grupo demonstrava muita inclinação para preservar ambas as famílias; mesmo às voltas com profundas alterações sociais, como, por exemplo, a Transição Demográfica (já citada aqui, anteriormente); alterações sobre as quais ele não tinha domínio e, talvez, sequer consciência.

---

do Alemão (era um apelido) que vendia pinga. Ele me trouxe o *Manifesto* e uns livros do Mao Tsé-Tung. Olha que minha mãe encontrou os livros e jogou eles fora” (CARDOZO, 2014).

<sup>126</sup> Resultando, desse encaixe entre a família nuclear e a linear, uma importante consequência teórica, descrita desta forma: “Os historiadores da família, em geral, consideram que a unidade de pesquisa a ser privilegiada é o grupo doméstico co-residente. Porque ‘os laços entre pessoas que não vivem juntas e que não estão ligadas de forma tangível ao resto da comunidade ou a algum poder superior quase não deixaram vestígios na documentação’. A história das famílias de arrendatários que foram, aqui, reconstituídas sugere que a utilização de séries de documentos interligados e diferentes dos meros registros de população dá resultados importantes, que esclarecem as relações que vão além da simples co-residência. [...] Esta é uma deformação das análises semelhante àquela com a qual se isola cada pessoa do grupo, referindo-se a sociedades totalmente individualistas, em grande parte hipotéticas. Na verdade, as relações internas ao núcleo, bem como aquelas entre os núcleos, criam condicionamentos complexos e significativos.” (LEVI, 2000, p. 122)

<sup>127</sup> Em “Sexo e repressão na sociedade selvagem” (livro de 1927), com base em suas observações da sexualidade de grupos do Pacífico Sul, Malinowski afirma que o Complexo de Édipo deve ser restringido apenas às sociedades patriarcais europeias da virada do século XIX para o século XX.

Foi assim que ele dirigiu-se até São Sebastião do Paraíso, para velar o pai morto. Mas, sua tentativa foi frustrada: o corpo dele já havia sido colocado sob o solo. Na volta, nosso protagonista soube que o seu (último) filho não viria a nascer: a esposa passou por complicações naquela gravidez e perdeu a criança; e Zé do Grupo também não viu o corpo deste filho, nem registrou seu nome (ou sua morte) na Gamela (um ano depois).

Então, “o lar do descanso e confiança” estava cerrado. Ademais, era a “15ª casa” em que moravam. *Casa essa, que estava longe de ser a última* – poderia ele estar pensando – ou longe se ser a *casa verdadeira*. Talvez por isso, às vezes ele se enfurecia dizendo que “irá largar essa vida [de servente, na escola] e voltar a morar com o pai” (A. M. COIMBRA, 2012).



**FIGURA – 16 – “Casa velha” O.S.T., 29cm x 37cm [ca. 1970].**

---

Tratava-se, a tal décima quinta (FIGURA–16), daquela casa na Rua Costa Pereira, um daqueles casarões comuns em Mococa.

Moramos lá entre 1968 a 1978, mais ou menos. O pai estava no Barão e depois aposentou; quando estava naquela casa. A casa tinha fogão de lenha e a gente se reunia na cozinha quase todo dia,



à noite, e meu pai falava sobre política com o Washington e sobre filosofia. Na casa tinha uma garagem no fundo e lá era o ateliê dele. Lá ele guardava saco de arroz, as tintas, pincéis. Todo dia de tarde ele chegava e ia lá pintar; e nesse mesmo ateliê, na porta dele, ele sentava de costa pro lugar onde o sol nasce e meditava. (OLIVEIRA, 2014)

Com o irmão, João de Souza Neto, Zé do Grupo vinha disputando agressivamente a posição de uma cerca, que dividiria um quinhão de “Varões” entre eles<sup>128</sup>. O mesmo João que relatava ter visitado o irmão em Mococa:

Na escola onde ele [Zé do Grupo] trabalhava, ele mostrou [no mapa] onde ficava Divinópolis [MG], porque eu achei uma mulher com umas crianças na rodoviária [de São Sebastião do Paraíso]. Eles eram de Divinópolis e ficaram na minha casa. O Zé disse: “Você fez bem.” (SOUZA NETO, 2012)

Tendo, visivelmente, reconhecido, no irmão mais velho, um anteparo moral. Pois Zé Coimbra era o artista da família, mas, era também, quase um exemplo de comportamento reconhecido, não apenas nesse horizonte afetivo dos parentes que não o têm mais em companhia, mas reconhecido, igualmente, pelo crítico de arte: “[...] O que o fascinava era a mensagem de igualdade e respeito [...]. Por isso digo que ele era um ‘comunista romântico’, ou melhor, um humanista militante” (RUGIERO, 2012). Aliás, de um modo geral recai sobre Zé do Grupo, tanto em tom de elogio quanto de acusação, o encargo de ser “bom”. O que nos autoriza a procurar os sinais de vaidade que ele, ciente de sua “bondade”, pode ter deixado cair pelo caminho.

Mas, evidentemente são momentos distintos: 1) João respeitava a moralidade do irmão; 2) João mudou de lugar a cerca (de arame) que separava sua parcela de herança da parcela de José; 3) Eu percebo, ao perguntar (na entrevista) sobre José ao João, seu esforço para, entre suas poucas palavras, escolher as melhores. Quem sabe a questão envolvendo o (irmão) João implicasse, para Zé do Grupo, num agravante: o fato de “Varões” estar em jogo.

---

<sup>128</sup> “Ele chegou a ameaçar o João com uma espingarda também. Não. Disse que iria pegar uma espingarda para resolver as coisas, dando um tiro no irmão” (A. M. COIMBRA, 2012). Fico me perguntando: outra vez uma espingarda?

Além disso, poderia parecer injusto, para ele, a ganância daquele irmão. Ao passo que, muito menos “gananciosa” teria parecido aquela turba que, no final da década de 1960, saqueou-lhe o estabelecimento comercial:

Era uma venda no fundo da Vila Santa Rosa, na Rua Pernambuco. Veio uma crise brava [*sic*] e lá [na Vila Santa Rosa] tinha muito boia-fria e ele falou numa roda de conversa assim: “Gente, se vocês estiverem com fome, podem entrar nas vendas, pacificamente, e pegar comida, não tem lei que proíba vocês de fazer isso, mas pega só comida, não pega bebida nem cigarro não.” Isso foi por volta de 65, 66. (OLIVEIRA, 2014)

Além disso, seus quadros apenas começavam a ser vendidos, posto que, anos depois (1974 ou 75) ele mesmo se surpreenderia com o resultado de uma exposição<sup>129</sup>. A propósito, uma década após ter produzido a Gamela, Zé do Grupo admitiria estar se tornando um “materialista” (COIMBRA SOBRINHO, 1983); numa comparação que ele tentava estabelecer com um outro si mesmo (desinteressado?); e que, provavelmente, nunca existiu. Senão, vejamos.

Ele trabalhou, entre 1944 e 1977, no emprego público que o camarada Paschoallicke lhe proporcionou e conseguiu conservar aquela condição, ora mesmo com a publicação do “AI-2”<sup>130</sup>; ora quando “disputas administrativas” – como aquela que levou nosso protagonista até Santo André – ameaçavam sua posição. Aliás, é correto dizermos que o “AI-2” já lhe negara a tal estabilidade. Além disso, em 1937, Zé do Grupo seguira para Santos e em 1943 já estava trabalhando na cafeicultura, em Vila Pereira (atual Fernandópolis). Cada uma dessas entradas e saídas pode ser facilmente explicada pelo Materialismo Histórico. Nesse sentido, o que menos importa é a consciência do sujeito

---

<sup>129</sup> Entre algumas das telas de maior apreço (por parte Zé Coimbra), foram negociadas também obras que ele mesmo avaliava de pouco valor, tendo as oferecido ao genro para não precisar descartá-las (ANANIAS, 2012).

<sup>130</sup> O Art. 14, dessa mesma lei, suspende, entre outras, a estabilidade do servidor público. Nas palavras – sempre inspiradas – de Heráclito F. Sobral Pinto, tratava-se de um ataque mortal à própria existência da legalidade: “[...] No art. 14 do AI-2, a *violação* à ordem jurídica: ‘Ficam suspensa as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como as de exercício em funções por tempo certo’. Um *ato ditatorial!* Uma *ditadura!*” (ROLLEMBERG, 2008, p. 70)

acerca desse processo, diante do fato de que o trabalho e as relações de produção, entre as quais ele se inseriu (e nas formas em que se inseriu) são aquilo que o impelem em sua epopeia – o que não significa dizer que a mesma se daria sem a vontade dele.

Lembremos, também, que, com a morte de seu pai, Zé do Grupo recebeu um quinhão de “Varões” e rapidamente se desfez daquelas terras – e não porque menosprezasse aquela “válvula de escape” – mas em função das dificuldades<sup>131</sup> que ele experimentara. De forma que a consciência – acerca do Materialismo Histórico – não estava diretamente ligada ao sentimento de que – como essa teoria marxiana assevera – os ventos que movem o moinho são as relações de produção. Assim, nosso protagonista, antes de saber, sentia.

Portanto, esse Materialismo se impunha: a *regra do mundo*; e, diferentemente do amigo Leopoldo Lima, Zé do Grupo venderia suas obras de arte. Se não o fez desde o começo, não foi culpa sua. Aliás, na verdade, seria muito mais provável que nunca as conseguisse vender – pelo menos não ao preço que chegou a vender a tela “Congadas”<sup>132</sup>. Além do mais, na ausência da valorização de sua obra, foi levado – por exemplo e numa situação extrema – a forrar a casa com as telas; evitando assim de que o frio, daquela situação, infligisse alguma enfermidade aos filhos pequenos<sup>133</sup>.

Quanto a esses filhos, abria-se diante dos muitos pés deles uma economia industrial. Em 1970, Zelinda – mãe do Thiery – mudara-se para a capital de São Paulo, para trabalhar na fábrica de “Colchões Trorion”; onde, inicialmente, desenvolveu-se em seus olhos a enfermidade conhecida como

---

<sup>131</sup> Incluída, entre as tais dificuldade, aquela disputa entre José Coimbra e seu irmão, João de Souza. Nesse sentido, a esposa de José asseverou que a causa primordial da venda das terras herdadas foi a “disputa” (A. M. COIMBRA, 2012). Mas, devemos ter mente que elas (as terras) foram vendidas e o dinheiro resultante foi consumido – literalmente. Pouco mais de uma década depois, José adquiriu uma chácara no município de Ribeirão Preto, tentando reaver aquela experiência idílica – a válvula de escape. Agora num outro momento: quando as telas vão sendo comercializadas.

<sup>132</sup> Não foi possível confirmar o valor, mas, segundo os depoimentos, teria girado em torno de R\$ 25000/20000,00.

<sup>133</sup> Na entrevista: “Na chácara do Doutor José, num inverno [talvez 1960/1961] muito rigoroso, ele arrancou todas as telas dos quadros e forrou a casa, para a família não passar frio.” (DE PAULI; OLIVEIRA, 2014)

“catarata”. Edmundo Fernando também estava na região metropolitana de São Paulo, com seu emprego na “Companhia Brasileira de Cartuchos” (CBC). Ofelia que até então possuía um salão de beleza, casou-se com o metalúrgico da “Bosch”, Antônio de Andrade, mudando-se para Campinas.

Aqueles filhos deveriam vivenciar outras relações sociais. Relações essas, bem diferentes das que Zé do Grupo conheceu, sobretudo quando, em “Varões”, dormia com “o chapéu debaixo da cabeça para estar alerta quando o seu pai gritasse para ir tocar as vacas”. Qual seria a origem da diferença? Primeiramente temos o contexto.

Zé Bia nasceu e cresceu em “Varões”. Ele já contava com 21 anos quando esteve pela primeira vez na União<sup>134</sup>, pois, até seu ingresso no exército, o mundo era a casa, o Rio Santana, as plantações, o gado e São Sebastião do Paraíso; além da fronteira natural: os “Montes”; e o sentimento de que o mundo “no tiene comienzo ni fin” (RANCIÈRE, 1993, p. 90). Quando caminhamos, páginas após páginas, no início desta tese, atrás de minúcias como o milho que Alcebíades plantava e mesmo a indumentária “feita à mão” (por Dona Rita), imaginávamos lidar com circunstâncias muito específicas e que elas falariam, no momento certo, sobre as idiosincrasias do nosso protagonista. Pois então, eis Zé Bia (ou Zé do Bia, do Cebia etc.) cujo patronímico (“Bia”) nos leva de volta ao tempo em que os filhos de Vasco eram os Vasques e os filhos de Bernardo: Bernardes; Zé Bia, de sua raiz arcaico-camponesa, do Tempo Profundo – quase pré-histórico – em que a Magia Imitativa – numa referência ao velho James Frazer – era uma prática tão comum quanto as casas de parede de adobe:

Seus filhos, por outro lado, nasceram em lugares como São José do Rio Preto (com mais de 80.000 hab. em 1950), Ribeirão Pires (município da Reg. Metropolitana de São Paulo) e Mococa; cidades, mais ou menos importantes no conjunto do estado, nas respectivas épocas, mas de qualquer forma, indiscutivelmente espaços urbanos – no sentido, até mesmo hodierno, do

---

<sup>134</sup> No sentido político-administrativo, a União é uma outra denominação para o Estado Nacional. Por isso, se diz que a república federativa do Brasil é composta pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

termo. O aeroporto na vizinhança, as chaminés das fábricas e tudo o que havia “por trás dos montes de Zé Coimbra [...] onde [se] esconde o sol; e os carreiros, tangendo bois, não ousaram chegar” (CARDOZO, 1996, p. 05) estavam já no “horizonte de possibilidades” daquela prole.

Outra diferença está na *personalidade*<sup>135</sup> – por assim dizer. No lar do “descanso e da confiança” onde Zé Bia nasceu (quase que sazonalmente), Alcebíades lançava mão daquele sistema de Auto-exploração camponês, sem que se efetivasse assim, a satisfação do consumo familiar – que Abramovay (2007) destacou na teoria econômica de Chayanov. Por isso aquela alusão ao comportamento racionalista. Pois, de outra forma, ele não alcançaria o (relativo) progresso econômico que alcançou.

A propósito, mostra-se notável – como já no apontamos em outro momento –, no exemplo de Alcebíades, a discrepância entre esse camponês (real) e a “ideia de camponês”, sua passividade e sua indolência, na concepção pecebista. O próprio Astrogildo Pereira teria admitido que com a publicação da “Lei Celerada”, que jogou o Partido da ilegalidade em 1927, o Bloco Operário foi ampliado para B. O. C. – embora o “Camponês” da sigla, fosse apenas retórico (PEREIRA, 1979, p. 124). O caso é que, a estreita relação – a qual já mencionamos no capítulo anterior – entre o Partido Comunista nacional e a “sede”, na URSS, imprimiu sobre o campesinato a marca da *diferenciação*: defendida tanto por Lênin, quanto (pelo revisionista) K. Kautsky (ABRAMOVAY, 2007)<sup>136</sup>.

---

<sup>135</sup> Para ser explícito, me refiro à noção, compartilhada pela Antropologia e pela Sociologia, que busca entender como os indivíduos lidam com as normas de conduta. É sempre útil aquela definição: “Em geral, todos os indivíduos que ocupam dada posição na estrutura de uma sociedade particular reagirão a muitas situações bastantemente do mesmo modo. Que qualquer indivíduo de tal grupo manifeste essa reação nada prova a respeito de sua personalidade, exceto que tem capacidade normal de aprender. Suas predisposições pessoais revelar-se-ão não pelas suas reações culturalmente padronizadas, mas pelos seus desvios do padrão cultural [...]”. (LINTON, 1967, p. 37)

<sup>136</sup> Talvez em razão dessa preferência (quase que) epistemológica, o ideário comunista se espalhou com impulso – pelo menos na primeira metade do século XX – nos lugares urbanos: “Ao longo da década dos quarenta, os comunistas detiveram fortes bases sociais no mais industrializado dos Estados brasileiros, como se depreende dos resultados eleitorais colhidos pelo partido nas três eleições consecutivas realizadas após a deposição de Vargas. A força do PCB residia, em especial, nas concentrações operárias da Capital e dos centros mais desenvolvidos, onde possuía indiscutível enraizamento, que resistiu à decretação de sua

Enquanto que, no seu lar, onde ao contrário da perpétua “Varões”, a cada dois anos (em média) Zé do Grupo residia numa casa diferente, reinava o sonhador e (até certo ponto) bondoso pai. “Até certo ponto”, posto que mesmo um conhecimento superficial de filosofia é suficiente para entendermos que o conceito de “bem” é válido somente num sistema maniqueísta, ou seja, numa tensão permanente com o conceito de “mal”. Nesse sentido, a experiência humana situa-se num ponto qualquer que vai de *mal* até *bem*, nunca chegando a tanger algum dos polos – que são abstrações. Onde Zé do Grupo situa-se nesse gradiente, é difícil afirmar. Podemos apenas nos restringir aos juízos de valor dos entrevistados. Além do mais, trata-se de um conceito tão complexo<sup>137</sup> que é fútil discutirmos aqui – e, certamente, cada um daqueles que declararam ser Zé do Grupo “bom” teria sua própria definição de bondade. Assim como, a definição de “maldade”, referida a Alcebiades, deve-se mais às experiências dos sujeitos, do que à natureza intrínseca dele.

Coisa diversa ocorre quando nos deparamos com a noção de sonhador. Como podemos classificar nosso protagonista nesse caso? Bem. Quando agora, em seus depoimentos, os filhos de Zé do Grupo concluem com esse juízo de valor: “ele era um idealista, um sonhador”, simultaneamente, eles me permitem re-fazer essas leituras. Não dizíamos a pouco que algumas das telas de sua pintura foram transformadas num proteção contra o frio, num inverno rigoroso? O que dizer então do recuo de Zé do Grupo diante do terror daquele Regime de Exceção (1964/1985)? Recuo justificável, certamente; ainda assim, recuo.

Ele mesmo se julgava um idealista (“puro”):

---

ilegalidade em maio de 1947 e, depois, à cassação de mandatos em janeiro de 1948.” (POMAR, 2000, p. 88)

<sup>137</sup> Exemplificando, é possível distinguir do bem (que é espiritual) o mal (que é físico), retirando do homem a responsabilidade do mal (ou pecado): “[...] o maniqueísmo colocava o homem diante de um dilema: de um lado, a sua alma boa, ou a parcela da Luz presente ou presa à matéria, enquanto elemento passivo, sujeitava-se deterministicamente à força do mal, o que era bastante cômodo para o sistema, uma vez que se tinha a quem atribuir a causa dos males morais praticados pelo homem. Nesse caso, o homem não era culpado pelo mal que praticava, mas tal responsabilidade recaía sobre o princípio ontológico do mal” (COSTA, 2004, p. 28). O que pretendo ressaltar é que toda essa discussão bizantina esbarra na incapacidade de escaparmos do debate metafísico, situando na esfera da ação humana (mesmo na “ação simbólica” da fala) o nosso recorte.

O capital faz suas exigências e o homem é pressionado a correr de lá para cá como louco. Eu já fui puro, assim de não pensar em despesas, dinheiro, essas coisas. Depois casei e quis ser um pai responsável. Vieram os filhos e todo aquele negócio. Hoje, eu acho que sou meio materialista. (COIMBRA SOBRINHO, 1983)

Mas, evidentemente, seus filhos e ele não referem-se a um mesmo e determinado tempo. O “tempo do idealismo”, para Zé do Grupo, repousa antes do matrimônio, enquanto que para seus filhos, esse tempo só poderia existir depois do matrimônio; e mesmo assim, não é essa a sugestão deles, pois quando referem-se ao “pai-como-idealista”, não é sobre um tempo determinado que falam, mas sobre um balanço, uma “média ponderada” (quase estatística) que considera todos os “zês” que José Coimbra já foi. Qual é a conclusão a qual podemos chegar?

No capítulo anterior propusemos – numa primeira tentativa de entender o apego do nosso protagonista à disciplina – a hipótese segundo a qual o sujeito apenas poderia ser pensado como um desajustado – ou *outsider*, no sentido em que Colin Wilson se referia ao termo – caso ele exprimisse uma recusa completa à normatização. Entretanto, numa situação em que as normas são diversas – e eventualmente contraditórias<sup>138</sup> – quedando algumas delas (normas), “descumpridas”, isso não nos conduz à conclusão pelo desajustamento. É óbvio que, na *prática social*, essas coisas são muito mais elaboradas: as normas são diversas, elas não são definitivas e o *habitus*<sup>139</sup> garante tanto sua efetividade quanto sua transformação. O caso é que Zé do Grupo não recusava a “normatização *tout court*” e, por outro lado – se os

---

<sup>138</sup> É útil, neste ponto, citarmos a breve discussão acerca do Determinismo, contida nesta nossa tese: “Portanto, se fosse possível (ou útil) defender a hipótese de ambientes moldando pessoas, seria, em primeiro lugar, necessário enumerar o conjunto dessas ‘determinações ambientais’ e, em seguida, concluir pela coerência das mesmas determinações; caso contrário, ou seja, se as determinações fossem contraditórias, se tornaria extremamente complicado para a pessoa, ‘condicionada’, re-agir de acordo com os ditames (contraditórios) do seu ambiente”. (P. 68)

<sup>139</sup> Na teoria sociológica de Bourdieu (1998), o *habitus* é uma “disposição incorporada” (p. 61), ou melhor, a forma e o sentido que se estabelece, convencionalmente, para as ações.

testemunhos estão corretos –, mostrou-se recalcitrante, em relação a determinadas normas de conduta, em diversas ocasiões.

Ao levarmos essa hipótese adiante é também necessário considerarmos que há uma distância, um hiato entre “aquilo que parece” que o sujeito faz e aquilo “que ele pensa” que faz – ou melhor, “[...] o que diabos eles acham que estão fazendo”. (GEERTZ, 1998, p. 89). Superficialmente, o sujeito pode se mostrar – digamos – “desligado”, quando na verdade ele é um idealista: a distância entre seu sonho e a realidade é que acarreta esse aparente distanciamento. Preferi dizer desligado, muito embora, no caso de Zé do Grupo, o termo mais adequado seria “recolhido” etc.

Voltando à explanação. Tentemos imaginar o que é sentir, em relação ao mundo, esse desconforto, esse estranhamento. Alguém que nunca aceitaria completamente as regras do jogo e que, no fundo, caso pudesse destruir este mundo, destruiria. Por trás dessa conduta – quero propor – não estaria um psicopata, mas antes, um idealista. Ingenuidade ou não, o caso é que diante da impossibilidade – óbvia – de concretizar um projeto alternativo de mundo o sujeito poderia, naturalmente, se revoltar.

Vamos então, partir desse pressuposto. Desde a infância, Zé do Grupo demonstrava (de diversas maneiras e mais ou menos articuladas) um descontentamento latente. Ele poderia, nesse caso, ser denominado de “desajustado” ou “desviante” – e, a princípio, aqui mesmo, lhe atribuí essa denominação. O desajustamento, entretanto, possui uma lacuna que não é possível preencher ou explicar detalhadamente – o que não nos impede de considerar algumas hipóteses. Lacuna essa, que diz respeito ao encontro entre o sujeito e o comunismo.

O que acontece, exatamente, quando ele e o comunismo se encontram? Acontece uma reorientação e, como consequência, um desencanto – face ao *status quo* –; desencanto esse que, a rigor, poderia ser atribuído a uma “desordem de personalidade”. Todavia, trata-se de um desencanto (ou descontentamento) com resultados produtivos, ou seja, não ocorreu uma guinada rumo ao niilismo e/ou ceticismo – “se pudesse destruiria o mundo”.



Além do que, o resultado produtivo do chamado descontentamento é uma qualidade inerente ao sujeito; sem entrar agora no debate acerca da questão de sabermos por que ele tornou-se artista.

Vamos apenas olhar nessa direção: o sujeito estava insatisfeito com relação o mundo e ele agia de uma maneira “errada”. Mas, olhando mais de perto, notamos que a maneira “errada”, só “errava” à luz de um determinado “certo”. A partir do momento em que o sujeito descobriu o seu “próprio certo” – e o comunismo contribuiu, decisivamente, para isso – ele passa a ser visto não, simplesmente, como um desajustado, mas como um sonhador.

Evidentemente, essas certezas todas não existem assim: desta forma simples e objetiva sob a qual as enuncio. Mas antes, elas são construídas e mantidas diariamente, ou abandonadas etc. O essencial é que ele manteve o “todo” – e aí estaria, indelével, a afirmação de seu protagonismo enquanto sujeito histórico. As nuances que nos permitem ver o “como ele lidou com um mundo que não aceitava” e as ferramentas dessa lida conflituosa com o mundo (sua resistência/acomodação à Propriedade Privada, a Deus ou a Família) precisariam, a essa altura, ser analisadas. Pois ele combateu esse “mundo errado” com os seus próprios meios, sem importar-se ou, talvez, sem até mesmo conhecer, a fundo, os debates entre o senso comum e os comunistas em torno desses temas: Deus, Família, Liberdade e Propriedade. O importante não são esses termos, mas antes a “tomada de consciência” do sujeito; independentemente, deste ou daquele termo, posto que a resistência não é, simplesmente, constituída de palavras, mas de ações, omissões etc.

### 3.3. O C.E.C.P.

Para Zé Bia, o mês de maio de 1934 foi – parafraseando o poeta T. S. Eliot – “o mais cruel dos meses”. Foi quando morreu sua mãe: “Apagou o sol que brilhou na madrugada de minha vida, mas o calor deste me aquece até hoje”. Num, igualmente cruel, janeiro de 1970, foi a vez do pai. Na sequência interna, dos registros, a inscrição: “Morreu minha mãe Rita etc.” encaixa-se sob

(o esboço de) um símbolo do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, com o seu lema: *Amor, harmonia, verdade e justiça*:



FIGURA – 17 – Registros de óbito na Gamela.

De fato, ao redor do símbolo do C.E.C.P. – e com exceção da referência ao Fernando, o terceiro filho – agregam-se todos os “registros de óbito”: 2.º filho Leonil faleceu, janeiro de 1970 morre meu pai Alcebiades, maio 1934 morreu minha mãe Rita. Digo mais. Caligrámicamente<sup>140</sup>, a Gamela pode ser descrita como uma sucessão de temas: 1.º) a questão da casa e do trabalho no “grupo escolar”; 2.º) a morte e a espiritualidade; 3.º) o espaço rural. Assim, a

<sup>140</sup> É uma alusão ao conceito literário de Caligrama (uma fusão da escrita com o desenho).

cada *tema*, está associada uma faixa do perímetro da Gamela – tal como essa faixa reproduzida acima –, além dos desenhos, tais como as “casinhas” da FIGURA–15, o símbolo do C.E.C.P., o símbolo da Cruz de Santa Brígida da FIGURA–20, etc<sup>141</sup>. Resultando assim, numa outra “sintaxe”, alternativamente àqueloutra, apontada no começo deste capítulo, que se fundamentava *apenas* nas inscrições alfabéticas (Família, Deus e Propriedade).

Alternativa, mas não contraditória, pois, a rigor, seja através do alfabeto ou através dos caligramas, o sujeito refere-se aos seus “dois mundos”: o secular e o milenar, de maneiras mais ou menos confessas. Com o lema do Círculo Esotérico, ressaltou uma visão de eternidade, na qual a *harmonia* e o *amor* mantêm o tempo em equilíbrio. Enquanto que, sob a “décima quinta casa” pressentimos o deslizamento temporal que nem mesmo a obstinação cronológica – expressa pela cuidadosa inscrição das datas completas: dia, mês e ano – consegue equiparar.

De qualquer forma, a passagem dos anos lhe era então (em 1971) evidente. Mais do que isso, a passagem do espaço também se lhe mostrava pesada: o fardo das migrações. Somadas, essas duas distâncias – de uma origem sem máculas? – acumuladas, ensinaram algumas lições ao nosso protagonista. Por exemplo, ensinaram sobre ter e perder, até possuir nada mais do que grilhões – os grilhões do “Manifesto Comunista”. Enfim, por que não falar do ensinamento: sobre a oportunidade de ser livre mesmo que no âmbito da propriedade privada?

Sim. Zé do Grupo “fala”, nessa sua autobiografia (a Gamela) a favor da chama liberdade. A “décima quinta casa” da família, na Rua Costa Pereira, foi alugada em função de sua proximidade com a escola – onde o sujeito trabalhava – embora, quando a família e ele tivessem migrado para Mococa-SP, adquiriram uma pequena casa, na Rua Pernambuco; mas, na citada Vila Santa Rosa. Ter vendido aquela “primeira casa própria” para alugar uma casa mais confortável e bem localizada, demonstra sim, a preocupação de Zé do Grupo pela propriedade privada – o mesmo podemos dizer acerca da sua

---

<sup>141</sup> Há, também, esboços de pessoas, bois, aves e padrões decorativos abstratos.

disputa com o irmão João. Porém, é evidente que ele experimentava tal preocupação contraditoriamente.

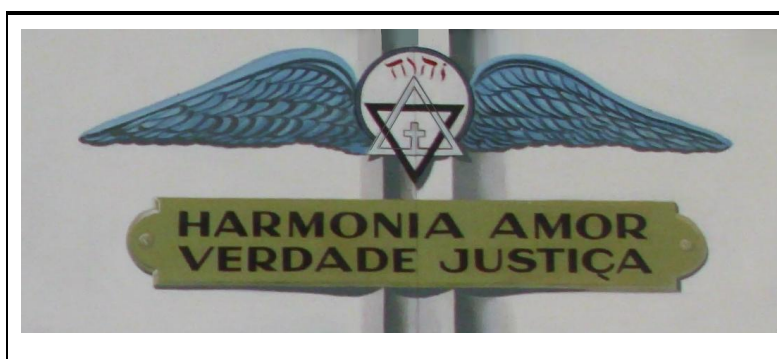
O que deve nos preocupar é menos a presença da propriedade privada do que a espiritualidade de Zé do Grupo. A (única) inscrição na Gamela que tange àquela temática, expressa uma tensão, provável, acerca da instabilidade da trajetória de vida daquela família, tensão essa que poderia simplesmente ter se imposto à consciência do sujeito naqueles cinco dias necessários para elaborar os registros no artefato. Diversa é a temática da espiritualidade: cuidadosamente explicitada na mesma Gamela – assim como na biografia do nosso protagonista. Se a intenção dele era mesmo “marcar coisas importantes” naquele objeto, ou seja, manter acesa, no futuro, uma memória, o sujeito se incumbiu de sobredimensionar sua faceta espiritual – aliás, a mentalidade reinante na época era bem mais propícia ao ideário religioso.

É muito provável – como já dissemos – que a morte tenha sido a principal razão da confecção daquela Gamela. Zé do Grupo sentia a proximidade dela diante dos relatos – que certamente escutava – de prisões, torturas e desaparecimentos de adversários da Repressão; como ele mesmo fora. Some-se a isso, a sensação viva – sua “experiência com a morte” – que nunca deixou de perturbá-lo: “Coimbra conta que foi um menino muito assustado, com muito medo da morte, de assombrações, de fantasmas, do diabo e do fim-do-mundo [...]” (NOGUEIRA, 1992). Por outro lado, era necessário ser previdente. Seu pai morrera em 1970 – quase no mesmo dia que seu filho. A respeito da alma das vítimas do “Terrorismo de Estado” (SARLO, 2005, p. 24) que pairava sobre o país, nada havia para dizer, mas, e quanto à alma dos entes amados?

Temos em S. Freud – naquele livro: “O Mal-Estar na Civilização” – uma explicação sobre como a função do Deus-pai responde com bastante pertinência ao problema da crença: “[...] Apenas um ser desse tipo pode compreender as necessidades dos filhos dos homens, enternecer-se com suas preces e aplacar-se com os sinais de seu remorso” (FREUD, 1997, p. 21). Talvez esse também fosse o caso de Zé do Grupo e ele precisasse de sua fé

para se manter caminhando adiante. O golpe inicial foi muito duro: perder a mãe aos 19 anos. Durante aquelas horas que se passaram enquanto ele fugia de casa<sup>142</sup>, muitos pensamentos devem ter se ocupado a cabeça de Zé Bia. Mas, certamente, a ideia de que jamais reveria o rosto da mãe outra vez – algo que incomodaria qualquer ateu – não lhe ocorreu. Quem sabe um sentimento desses lhe atravessou o peito? Mas não uma ideia. Pois ele acreditava – como um cristão – na imortalidade da alma.

“O calor deste (sol) me aquece até hoje” – são as palavras contidas na Gamela, no registro da morte da mãe; registro contíguo ao esboço daquele símbolo do C.E.C.P. Eis, o símbolo original:



**FIGURA – 18 – Símbolo do C.E.C.P.**

Os termos são: o “sol”<sup>143</sup>, como não poderia deixar de ser, assim como “madrugada da existência” – a qual ele também se refere. Terá isso sido apenas um jogo de palavras, forjado num dos cinco dias, nos quais produziu a Gamela? Penso que a resposta é negativa. Zé Coimbra se distinguia pelo hábito de “cultivar uma ideia”. É difícil explicar. Eventualmente, ele pensava em algo e seguia polindo-o, até o momento em que lhe parecesse o suficiente. Tal aconteceu com alguns desenhos: o perfil do casal que resultou numa tela, a cruz de Santa Brígida (FIGURA–19), etc.; e com alguns bordões: “um dia fui Zé

<sup>142</sup> Essa fuga (seguida de retorno) deu-se logo após a morte da mãe, em 1934, num arroubo de desespero (SOUZA NETO, 2012).

<sup>143</sup> O arquétipo do Sol: sua luz, seu calor etc. são muito caros a diversas culturas, inclusive para os cristãos. Notem, adiante, a presença desse símbolo, na FIGURA–18.

Bia, Zé do Grupo também etc.”; como se houvesse algo de solene nessa produção simbólica. Ou talvez algo de sagrado? Esse é um traço característico do espiritualismo de Zé Coimbra: uma vontade de indistinção entre o sagrado e o profano. O que nos conduz de volta à política.

A possibilidade de que Zé do Grupo pensasse o comunismo (o advento do comunismo), tal como uma redenção, deve ser encarada seriamente. Nesse sentido, ele poderia ter perseguido, numa literatura espiritualista, respostas para essas necessidades mundanas. O cristianismo, inclusive, sempre participou do seu imaginário. Mas, não canonicamente e sim como uma chave de leitura metafórica; indicando uma inclinação para o Realismo Mágico. A tela de 1977, “Última Ceia”, é exemplar nesse sentido: numa residência típica do tempo e da classe social do artista, *Luís Carlos Prestes*, *Jorge Amado* entre outros, comemoravam a Páscoa juntos, tal como Jesus o fizera com seus apóstolos; e assim como Jesus foi traído por Judas, *Prestes* foi traído por *Adhemar de Barros*.

De fato, o cristianismo está na origem de Zé Coimbra. Nasceu numa família católica de um país católico, num tempo em que o catolicismo detinha ampla hegemonia. Apesar disso, embora não nos tenha sido possível determinar quando e onde, o espiritualismo transformou-se na sua orientação religiosa e Zé Coimbra seguiu, até o final de sua jornada, o sectarismo ao “Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento”. Essa passagem, do cristianismo para o “esoterismo”, tem pelo menos uma data significativa: 01 de julho de 1968; assim como possui um sentido.

A data indica a “filiação efetiva de José Coimbra Sobrinho, sob o número 292319”, à citada instituição (CECP, 1968), o que não exclui uma relação anterior, senão com a instituição, especificamente, ao menos com o seu ideário. Ainda assim, a passagem do catolicismo para esse espiritualismo ocorreu. Num outro contexto histórico, falaríamos até mesmo duma evolução; no que tange a essa mesma passagem. A propósito, Marx pressupunha um amadurecimento do Socialismo Utópico que culminaria no Socialismo Científico. Zé Coimbra seguiu essa senda e partiu de um cristianismo mesclado

com magia<sup>144</sup> para atingir uma religião apologética do racionalismo – aliás, sem que essa sequência possa ser descrita evolutivamente.

O ritual, no “Círculo Esotérico”, envolve um canto, entoado por todos, que é seguido de uma meditação coletiva e, eventualmente, ocorre uma palestra sobre algum tema de interesse, realizada por um membro da instituição. Conheci esse ritual em março de 2014. Na ocasião, apenas um idoso, com o qual mantive um breve diálogo, afirmou conhecer ao Zé Coimbra. Me disse, inclusive, que o mesmo Zé Coimbra teria ministrado uma daquelas palestras – embora não conseguisse recordar seu tema – e que, noutra ocasião, ele teria presenteado a instituição com uma tela (FIGURA – 19).

Prosseguindo na descrição. Notei que havia sobre o altar um painel, no centro do qual abria-se um livro que revelava aquele símbolo (da FIGURA – 18). Sob o livro e sob todo o painel, lia-se “Tattwa Anjo Sachiel”. Além disso, em ambos os flancos do livro (no painel) notei ilustrações (quatro ao total) do rosto de Antonio Olívio Rodrigues<sup>145</sup> e Prentice Mulford<sup>146</sup> (no flanco esquerdo); e de Eliphas Levi<sup>147</sup> e Swami Vivekananda<sup>148</sup> (no flanco direito). Completando o

---

<sup>144</sup> Me refiro aos aspectos “folclóricos” que marcaram, sobretudo, a infância e adolescência dele.

<sup>145</sup> Fundador do *Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento* (em 1909), “desde jovem mostrou verdadeira paixão pela leitura. Leu Flamarion, Allan Kardec, Blavatsky, Vivekananda, Eliphas Levi, Heindel, Ramacharaca e outros. Quando Papus (Gerard Encausse) fez reviver em Paris a Ordem Martinista, filiou-se ao movimento. Aderiu também à Ordem Rosa-Cruz, à Sociedade Alquimista e outras organizações afins, que floresciam no século passado [XIX] e no início do presente [XX]. Em dezembro de 1907 começou a publicar a revista ‘O Pensamento’ destinada a difundir no Brasil as ideias e os ideais ocultistas, esotéricos e teosóficos.” (FRIDERICHS, 2004, p.24)

<sup>146</sup> “Prentice Mulford (1834-1891), [...] nasceu em Sag Harbor (USA). Aos 22 anos foi para a Califórnia e trabalhou como minerador, cozinheiro, professor e predicador. Foi um agudo observador da natureza humana e alcançou o bem-estar econômico não com o ouro da mineração, mas com seus artigos e seus interessantes e originais livros. Prentice Mulford teve o mérito de ter sido, junto com outros pensadores contemporâneos, o precursor da hoje conhecida ciência da mente, que atualmente influencia pessoas em mundo todo, inclusive autores modernos como Deepak Chopra (médico indiano, radicado nos Estados Unidos, escritor e professor de Ayurveda, espiritualidade e medicina corpo-mente) e outros responsáveis por best sellers, lidos por milhões.” (ORFEI, 2015)

<sup>147</sup> “Alphonse Louis Constant, mais conhecido pelo pseudônimo de Eliphas Levi, foi um mestre da tradicional interpretação-rosacruz da Cabala. Nasceu na França, em 1810 e, conforme documentos de um pároco parisiense, ele foi educado em uma igreja em Saint-Sulpice. Mais tarde foi expulso do seminário por ensinar doutrinas contrárias às da Igreja Católica Romana. Em 1824 Levi começou a estudar ciências ocultas e escreveu sobre magia e sobre a Cabala ao

“panteão”, sobre o livro e posicionado ao centro, havia o rosto de Jesus Cristo. Enfim, sobre a mesa que havia no altar, encontrava-se uma esfinge e um pentagrama.

Temos assim: Jesus Cristo; a Estrela de Davi com as quatro letras do nome, impronunciável, de Deus (יהוה); Swami Vivekananda; uma esfinge; etc. A princípio, esse agregado um tanto quanto informe, de referências, nos sugere o mais alto grau de sincretismo religioso; e, duma certa forma, o sincretismo realmente existe. Mas, uma compreensão até mesmo superficial acerca dessa instituição (C.E.C.P.) nos sugere uma leitura quase inversa: o “universalismo”. A própria simbologia empregada que, segundo seus adeptos, “não é exclusiva de nenhuma religião”, expressa a sua “vocação nomotética”; embora não a expresse de uma maneira tão patente quanto a raciolatria<sup>149</sup> do C.E.C.P. É assim que o próprio Zé Coimbra também se expressa, quando elege<sup>150</sup> aqueles que seriam os melhores entre nós: Pitágoras (filósofo), Jesus, os Primeiros Faraós [sic], Platão (filósofo), Sócrates (filósofo), Dante (poeta), Da Vinci (matemático, inventor etc.), Victor Hugo (escritor, político etc.), Gandhi, Castro Alves (poeta), Gabriela Mistral (poeta), Einstein (físico), Chico Xavier – um culto ao “pensamento científico-instrumental-probabilístico”.

---

longo das próximas três décadas. Entre seus livros incluem-se: ‘Magia transcendental, Mistérios da Cabala’, e ‘O Livro do Esplendor’.” (WAITE, 2005, **tradução nossa**)

<sup>148</sup> Nascido Narendranath Dutta (1863/1902), foi o principal discípulo do místico do século XIX Sri Ramakrishna Paramahansa e fundador da Ordem Ramakrishna. É considerado uma figura chave na introdução da Vedanta e da Yoga no Ocidente, sobretudo na Europa e América.

<sup>149</sup> Culto ao pensamento racional ou à ciência.

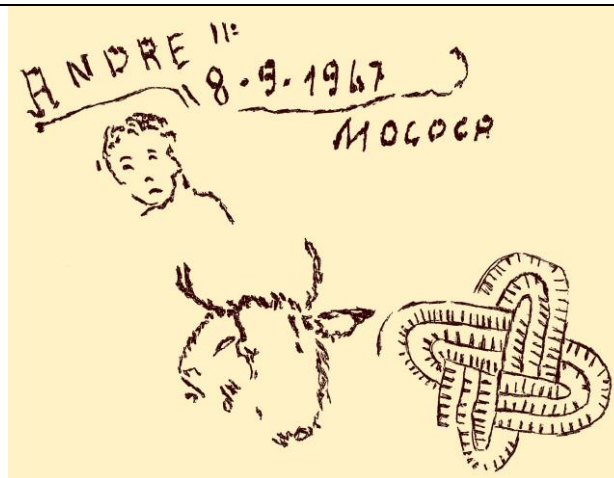
<sup>150</sup> Num livro de Tagore, que pertenceu ao Zé Coimbra, encontramos essa anotação na última página. [TAGORE. *Obras selecionadas. O Jardineiro. Lua Crescente. Gitanjali. O Cisne*. Tradução de Raul Xavier. 2. ed. Rio de Janeiro: GB, 1974]



---

**FIGURA – 19 – Tela sem título, encontrada no C.E.C.P.**

---




---

**FIGURA – 20 – Alguns registros iconográficos da Gamela. Com destaque para a Cruz de Santa Brígida, à direita.**

---

A razão, no caso está no cerne da crença – o que não implica num paradoxo, visto que na Escolástica as coisas não eram muito diversas. Mas, a maneira como a racionalidade figura no espiritualismo de Zé Coimbra torna irresistível a sua comparação com o Marxismo: o “Socialismo Científico”. Ainda assim, lembremos que não é evidente que o conhecimento do sujeito

abarcasse o próprio Marx, sobretudo a “Crítica da Economia Política”. Temos aquele diálogo durante uma pescaria, no qual Zé Coimbra pergunta para Washington: “Você sabe o que é dialética?” (MORAES, 2013). Porém, sem ter até mesmo o próprio Washington obtido uma resposta, é difícil acreditar que Zé Coimbra soubesse exatamente do que falava: “Não sei não...! O que é?”

Nesse sentido, o marxismo, para Zé Coimbra, não passava de um contorno ao quadro geral da Luta de Classes: como a tela “Revolução” (por exemplo) deixa transparecer. Para ser mais preciso, o “socialismo dele” – me atrevo dizer – aproximava-se mais do utópico do que daquél’outro, o marxiano (científico). Pois, não obstante a raciolatria de ambos, ou seja, Marx e Coimbra, o genial alemão pôde ligar todos os pontos: Classes Sociais, Dialética Hegeliana, Economia Política etc. Enquanto que o camponês semialfabetizado (Zé Coimbra) sentia que o “conhecimento rigoroso” (científico) era melhor do que a crença cega, mas não podia levar essa intuição (somente) para além do lugar aonde ele a conseguiu levar. Numa ironia: a razão esclareceu mais vigorosamente a sua religiosidade, do que a sua “cientificidade”; motivo pelo qual essa ideia de um “Comunismo Fantástico” – numa analogia ao *Realismo Fantástico* (ou Mágico) – adequou-se tão bem à minha argumentação.

É inegável que existem variados indícios apontando para o entrelaçamento entre ciência e religião, nas fontes. Entretanto, ao invés de, exclusivamente, um Socialismo Científico (marxiano) o que encontramos é, sobretudo, o Socialismo Utópico, com as virtudes e limitações dele: a crítica da exploração do homem pelo homem, a necessidade da extinção da propriedade privada e da abolição do Estado, mas sem um projeto político e, principalmente, sem um amplo conhecimento do próprio Modo de Produção. Por seu turno o espiritualismo de Zé Coimbra, com as exigências do C.E.C.P., responde – ao menos parcialmente – a algumas das questões formuladas em âmbito político, ou melhor, materialista; e assim, (o espiritualismo) segue ao encontro das demandas mais especificamente comunistas, como o anti-imperialismo, o etapismo histórico etc.

Na verdade, nem tanto o espiritualismo quanto aquela formulação esoterista de uma *racionalidade*<sup>151</sup>. Contraditoriamente, subsumida na ideia de uma “religião universal” – conforme o C.E.C.P. pretendia que fosse o seu caso – repousa uma outra forma de “imperialismo”: a negação da fértil ideia de “idiosincrasias”. Mas, no plano estrito da “autoconsciência”, creio que Zé Coimbra e seus correligionários estavam, de tal modo “enraizados” – para utilizar a expressão de K. Polanyi – naquele belo ideal de universalidade, que tornaram-se insensíveis aos seus desdobramentos.

Como se fossem dois olhos: o esquerdo do *materialismo* e o direito do *espiritualismo*, Zé Coimbra enxergava a imagem singular de um *Comunismo*. A sua expectativa de que as crianças poderiam ser amadas indistintamente pelos adultos (para além da mera existência das famílias) ou o seu otimismo em relação à natureza (rousseauniana) do homem, eram características complementadas pelo universalismo e “estruturalismo”<sup>152</sup> esotéricos. Evidentemente, esses termos refletem construções teóricas de um determinado conjunto de autores, ainda que os movimentos, tais como a “Primavera dos Povos” (1848), que foram analisados por esses autores, fiquem mais ou menos “contemplados” dentro de suas teorias – geralmente “menos”. Autores, enfim que devem ter alcançado os ouvidos de Zé Coimbra. Em todo caso, não devemos nos deter nesses movimentos sociais, mas, justamente, nas construções teóricas. Pois nos referimos ao “leitor Zé Coimbra”.

Ele que fora classificado, sumariamente, como “pintor primitivista” – mesmo que uma outra categoria: o Expressionismo, ensaiasse, em algumas ocasiões, quase que um dueto. Nesse caso, porque não dizer: Comunismo Primitivista ou Caipira? A resposta é: por insuficiência. O saber escasso, que me foi possível adicionar a esta tese, nos permite dizer que “primitivista” não é

---

<sup>151</sup> Para ser mais explícito: “Apesar de todo o pluralismo dos domínios de pesquisa, o postulado de Bacon na *Una scientia universalis* é tão hostil ao desconexo quanto a *mathesis universalis* de Leibniz é inimiga do salto. A multiplicidade das figuras é reduzida à posição e ordenação; a história, ao fato; as coisas, à matéria”. (HORKHEIMER; ADORNO, 1980, p. 92)

<sup>152</sup> Me refiro ao papel preponderante que, no C.E.C.P., é atribuído à Necessidade. Evitando utilizar uma expressão como “necessitarismo” ou a expressão “funcionalismo” – nesse caso, indevidamente aplicada, à presente discussão – optei pela generalidade do termo “estrutura”. Repito, a intenção foi sobrevalorizar a Necessidade, em detrimento das ações dos indivíduos.

exatamente uma definição, mas uma perspectiva. Nas palavras de Camayd-Freixas (1998), o Realismo Mágico é um estilo, entre outros, no interior de uma tendência (estética) primitivista. O que distinguiria o Realismo Mágico ou Fantástico – seguindo ainda a argumentação do autor –, em sua versão etnológica, é “una autenticidad ideologica y material, basada en que en América existe un depósito activo de fuerzas mitológicas – a veces dormidas bajo una capa de occidentalismo superficial [...]” (Ibidem, p. 04). Depósito mitológico capaz de explicar os acontecimentos de uma maneira qualitativamente superior<sup>153</sup>. Assim, a unidade formada pela “fusão” entre o *Realismo* – importado da Europa – e a *magia/fantasia* ameríndia justifica-se a medida que o mágico se transforma na *metáfora* do real e o mito se transforma numa *alegoria* da história” (Ibidem, p. 11).

Teríamos, nesse caso, uma outra leitura possível. Uma leitura mais singela do que a anterior – na qual sugerimos que a política (marxismo) e a religião (C.E.C.P.) se alimentavam reciprocamente. De fato, essa nova interpretação seria viável à luz da indistinção produzida pelo sujeito – indistinção entre as coisas celestes e as coisas terrestres. Portanto, não mais o tempo do equilíbrio em oposição ao tempo que desliza sob os pés – como observado no início deste subcapítulo – mas a ideia de que a alma do homem é de pão – como ressaltamos no *Segundo Capítulo*. Além disso – quero propor – que essa mesma indistinção (pneumossomática) nos permite separar, de uma essência, as operações mentais – inclusive afetivas – que Zé Coimbra realizou. Então, a chamada “essência” seria, justamente, a *metáfora*: o que nos leva em direção ao Fantástico (no comunismo de Zé Coimbra). Portanto, política e religião não mais se complementam. Ao invés, uma é a “metaforização” da outra (em circunstâncias mais ou menos variadas).

---

<sup>153</sup> O cerne do fantástico, na literatura, como observa T. Todorov (2007), são aqueles acontecimentos que contradizem as “leis da natureza tal qual a conhecemos”. Sabemos que essas “leis” são formuladas pelos homens e não pela própria natureza, do que se depreende que elas são (histórica e) culturalmente determinadas. Assim, o fantástico não é a negação da realidade, mas a sua relativização. Poderíamos, nesse sentido, falarmos de leis fantásticas em paralelo às (culturalmente aceitas) leis naturais. A propósito, Todorov tem, aqui, em mente, a literatura fantástica propriamente dita (Hoffmann, Potocki, Nerval etc.) ou o gênero, enquanto que o Realismo Fantástico é uma espécie particular (e peculiar). De qualquer forma, a ideia que destacamos se aplica a ambos os modelos.

Por outro lado, no plano da Alegoria, é patente a substituição que nosso protagonista faz, da militância ortodoxa, por uma “militância artística” – aquele combate “com palavras quando não era possível o combate com *Thunderbolts*”. Nesse caso, é importante ressaltar que o sentido alegórico deve ser evidenciado e, portanto, não pode depender de uma interpretação sutil, uma interpretação que procurasse desvelar um significado oculto:

Em primeiro lugar, a alegoria implica a existência de pelo menos dois sentidos para as mesmas palavras; nos diz às vezes que o primeiro sentido deve desaparecer, e outras que ambos devem estar juntos. Em segundo lugar, este duplo sentido está indicado na obra de maneira *explícita*: não depende da interpretação (arbitrária ou não) de um leitor qualquer. (TODOROV, 2007, p. 71)

Ora! A própria Gamela não seria outra coisa, senão uma alegoria. Nesse objeto os dois sentidos estão presentes: o corpo do sujeito e o seu espírito, ou melhor, o suporte do corpo (gamela) e o suporte do espírito (palavra escrita). Colocados como estão, o suporte do suporte – pois o corpo, afinal, é também o suporte onde se inscreve o espírito – a impressão causada é aquela da imagem poética. Porém, é da palavra escrita que o sujeito estava tratando – inclusive na sua oposição à fala que, como a alimentação, ocorre na boca – e o utensílio doméstico visava, no máximo, a realçar essa “condição nutritiva” das palavras.

Enfim, é patente a “primitividade” no Comunismo Fantástico de Zé Coimbra; para não dizer mesmo: ingenuidade. Não é impossível que ele ostentasse uma preocupação com o sentido didático, em que ele se colocava numa condição de “iniciado no mistério”. Mas, parece ainda mais provável que o próprio sujeito estivesse, ele mesmo, na condição de epígono e que seu pensamento se apresentasse ainda num estágio introdutório, simples, “didático”. Portanto, se por um lado é muito fecunda a recepção dessa ideia (o comunismo), por outro lado não podemos subestimar, na biografia de Zé Coimbra, o fardo de ser ele (quase) um iletrado.

### 3.4. ANDRÉ 11º (filho)

O filho de Alcebíades Souza Coimbra e Rita Pereira de Souza, o nosso José, nasceu às 02:00 horas, em “Varões”. Além das telas e, evidentemente, da Gamela, ele criou uma casa<sup>154</sup> e 13 filhos – os últimos, junto com sua esposa. Isso é o que denominamos “concreto”. Eu não interpretei. Ele realizou esses feitos. Essas coisas realmente aconteceram.

Depois, morreram 4 dos 13 filhos – antes mesmo de Zé do Grupo ter morrido – e a casa foi vendida. A situação das telas é mais complexa: algumas foram se danificando e enfim perdidas; outras foram vendidas para colecionadores do Brasil ou do exterior, tendo o dinheiro resultante sido gasto; além daquelas que dadas ou doadas, são hoje uma incógnita.

O “Arquivo de Madeira” compôs, com a morte de seu artífice, em 1985, o inventário junto de objetos diversos. A maioria deles com valor apenas sentimental. Aliás, o dinheiro, da herança, estava fixado em dois imóveis e nas mais de 100 telas (essas, com menor liquidez). O resultado da conta foi a venda de um desses imóveis, sendo que o outro (localizado na Rua Coronel Diogo, em Mococa) foi muito pouco alterado.

Creio que podemos dizer, embora sem o rigor necessário, que Alcebíades auferiu uma condição econômica superior àquela do filho Zé Bia. Sobretudo porque ele, o pai, fora proprietário de seus meios de produção – considerando, inclusive, que o seu grau de autonomia, inserido como poderia estar, num mercado oligopsônico, relativize tal situação. Da mesma forma, as respectivas heranças reafirmam a diferença entre o seu progenitor e Zé Bia. O mesmo, talvez, não devêssemos dizer sobre o irmão Miguel. Pois, sua emigração, rumo ao estado do Paraná, foi uma empreita com resultados bem

---

<sup>154</sup> A citada casa, na Vila Santa Rosa em Mococa. Cabe lembrar que ele possuiu outras duas casas, além daquela “feita com as próprias mãos” – a venda de algumas telas fora muito conveniente.

mais concretos – no mesmo sentido em que destacamos, acima, esse termo – do que aqueles obtidos por José.

Entretanto, eu prefiro, por um breve momento, considerar uma outra forma de patrimônio e, assim, avaliar com mais perspicácia a extensão da herança deixada por Zé Coimbra, para seus filhos. Concentremo-nos em sua “conduta”:

Tem essa coisa da filha que o vô queria dar, mas o pai foi buscar a irmã dele, porque queria a filha na casa. Ele sempre teve isso; ele não tinha argumentos, porque o vô não podia criar a nenê, mas ele tinha essa mentalidade. (DE PAULI; OLIVEIRA, 2014)

Nesse caso, teríamos o duplo desafio de, primeiro, descrevendo as práticas do sujeito, a dificuldade de classificá-la à luz dos padrões; e, segundo, mensurar o impacto do comportamento do mesmo sujeito sobre seu grupo. Evidentemente, estaríamos aqui assumindo um ponto de vista (antropológico) Difusionista, posto que uma mesma maneira de agir, observada no pai e em seus filhos, resultaria da transmissão (do comportamento) a partir do pai e em direção aos filhos; e não da invenção – digamos: independente – realizada por um e outro. Por exemplo, na citação: a denominada “mentalidade” do nosso protagonista estaria presente em seus filhos, seja por qual motivo fosse?

Em todo caso, esta é meramente uma forma de abordagem do problema, pois não sabemos se existe alguma estatística sobre esse fenômeno (essa “transmissão do comportamento”) e, principalmente, não sabemos se o mesmo fenômeno é irrelevante ou inexistente. Portanto, nos perguntemos pelo comportamento de Zé do Grupo, para depois avaliarmos, então, quais dos herdeiros apresentam um comportamento análogo ao seu.

Um a um, os nove filhos (sobreviventes) são o André, com 47 anos<sup>155</sup>, programador de profissão, casado, pai de 2 filhos; Sandra, com 50 anos, policial, divorciada, mãe de 2 filhos; Euclides, 54 anos, artista plástico, divorciado, pai de um filho; Mariza, 56 anos, enfermeira, casada, mãe de 2

---

<sup>155</sup> A referência cronológica, a partir da qual definimos as idades, é 31 de dezembro de 2014.

filhos; Cristina, 58 anos, comerciante, casada, mãe de 4 filhos; Rita, 62 anos, do lar, viúva, mãe de 5 filhos; Ofelia, 64 anos, do lar, casada, mãe de 3 filhos; Fernando, 67 anos, microempresário, casado, pai de 2 filhos; e Zelinda, 69 anos, do lar, divorciada, mãe de 3 filhos.

Se iniciarmos nosso exercício pensando sobre o altruísmo de Zé do Grupo, eu diria que o mais próximo que algum dos seus filhos chegou (dele) – olhando, aqui, à distância – está na adoção de um menino cuja família, desestruturada, não lhe oferecia qualquer segurança. Anderson foi adotado por Cristina: a filha mais politizada de nosso protagonista – segundo minha avaliação. Analisando a própria trajetória dessa mulher, eu diria que aquele apelo à Linhagem está tão solidamente representado por ela que uma comparação com seu pai seria inevitável. Mas, não somente essa filha, Cristina. Na Mariza e, um pouco menos, na Zelinda, nota-se o mesmo esforço para cozer o núcleo familiar ao tecido da Linhagem. Se tal comportamento ou propensão é aprendida – o que nos remeteria ao Difusionismo – temos, então, uma probabilidade de que o aprendizado deveu-se ao pai e, deste modo, a solução de continuidade entre Zé do Grupo e Cristina estaria efetivada. Claro! Ainda não saberíamos como se deu o tal “aprendizado”.

Levando ainda adiante, o raciocínio difusionista, recordemos dum outro traço de personalidade do nosso protagonista. Simplificadamente, nesse caso, utilizemos o termo “honestidade” – por mais complexo que seja.

Numa aparente contradição com a postura sugerida durante aquele “episódio de carestia”, em Mococa, no final da década de 1960<sup>156</sup>, Zé do Grupo apresentava, arraigado, um profundo respeito à propriedade privada. Sim, a princípio. Na verdade, alcançaríamos um grau maior de precisão se acrescentássemos a essa sentença, o adjetivo “alheia”. Melhor, portanto, seria falarmos: “ele apresentava um profundo respeito à propriedade alheia”. Senão, vejamos:

---

<sup>156</sup> Me refiro ao discurso que José Coimbra realizou em sua “venda”, na Vila Santa Rosa (Mococa), no qual ele defendeu a tese de que as pessoas poderiam “pegar a comida” porque “não tem lei que proíba” (OLIVEIRA, 2014). Difícil aqui é saber onde foi que ele ouviu (ou leu etc.) uma ideia como esta: *não tem lei que proíba o furto*.



Na chácara do Doutor José, num inverno [talvez 1960/1961] muito rigoroso, ele arrancou todas as telas dos quadros e forrou a casa, para a família não passar frio. Nessa chácara, a gente morava numa casinha velha e o dono [Doutor José] que era muito avarento, permitia que a gente pegasse leite das vacas, mas o meu pai pegava só um pouco, mesmo com a família quase passando fome. Os ovos das galinhas ele nem deixava a gente colocar as mãos. Ah! Uma vez a Adaugiza [a mãe] mandou a gente pegar uns ovos lá. Pegar escondido. Mas, a Mariza, que era muito pequena quase entregou tudo para o pai. Sorte que a mãe bateu nela quando ela começou a falar o que tinha acontecido. (DE PAULI; OLIVEIRA, 2014)

Percebam que no “episódio da carestia” o sujeito declarou que furtar alimentos era lícito, mas, anos antes (menos de uma década antes) repudiava essa mesma prática; e sua esposa agiu violentamente no sentido de evitar que a filha pequena a denunciasse. O que mudou? Teria Zé do Grupo se transformado a ponto de reconhecer, naquele furto “*robinhoodiano*” – empreendido por um grupo de boias-frias –, a legitimidade antes ausente? Não. Os valores dele não se modificaram entre o começo e o fim da década de 1960. Pois, o mesmo rigor que Zé do Grupo demonstrava, com relação àqueles ovos, nós testemunhamos na disputa entre seu irmão João e ele (José), acerca da linha divisória da herança de ambos (em “Varões”).

Não é a propriedade o que está em jogo aí<sup>157</sup>. Ele não conhecia os envolvidos naquele motim – aqueles humildes boias-frias. Tratava-se simplesmente de um “estamento”, um “bando” e, deste modo, a conduta de Zé do Grupo poderia ter sido mais racional. Racionalidade essa – quero crer – oriunda nem tanto do bordão “toda propriedade privada é um roubo”, de Proudhon, quanto daquele lema: “amor, harmonia, verdade e justiça” (do

---

<sup>157</sup> Da fala da esposa de Zé do Grupo, embora realizada décadas depois do falecimento do marido, creio que é possível deduzir algum(ns) debate(s) mantido(s) entre os dois e, portanto, a posição contrária à coletivização dos meios de produção (sustentada por ela) contra a posição favorável, sustentada por ele: “A política pelo presidente só massacra mesmo. Ninguém tem direito a nada! É tudo na mão dele e naquele tempo tinha ainda a polícia, o exército que tomava conta [ela se refere à *Ditadura Militar*]. Então ele achava que o comunismo ia derrubar o exército e ia tomar conta. Olha a cabeça dele! Coitado! [risos] Eu falava para ele: você está sonhando acordado, isso aí não vai para frente não! [...] Porque os comunistas falavam que o governo era ruim, mas eles não davam o direito de você ter tua roça e colher teu feijão. Você podia plantar. Ele até te liberava, te dava um pedaço de terra para você plantar, mas ia tudo para ele [o estado].” (A. M. COIMBRA, 2012)

C.E.C.P.). Mas, em todo caso, uma consequência (a racionalidade) do Comunismo Fantástico, o qual era a ferramenta autorizando ao sujeito construir essas mediações.

Por outro lado, quer fosse no “episódio do furto dos ovos”, quer no “episódio da disputa da herança”, Zé do Grupo sabia quem era aquele Doutor José e, *a fortiori*, o seu irmão (mais novo) João de Souza Neto. Nesse sentido, é provável que a preocupação do nosso protagonista, para além de uns ínfimos ovos – ou de alguns metros quadrados do terreno de “Varões” – fosse uma certa Economia Moral. Ironicamente, esse conceito foi proposto por Thompson (1998), na explicação de um motim (*riot*) cuja causa era – assim, como no nosso “episódio da carestia” – também a fome.

Bem. O caso é que Zé do Grupo, assim como ao menos seis de seus filhos, prendia-se com grande afinco aos universais da Dádiva e da Aliança (LANNA, 2000, p. 175). Em nosso exemplo, a seriedade da relação que o sujeito estabeleceu com o patrimônio do tal Doutor José, em última instância encontra sua justificação numa expectativa de reciprocidade – reciprocidade, aliás, concretizada e explícita: a concessão da casa no fundo da propriedade do Doutor, onde a família de Zé do Grupo residia. Por outro lado, a fúria contra o irmão (João) talvez se explique – considerando a mesma “regra” – pela violação dessa reciprocidade. Aliás, violação cuja inadmissibilidade não era válida, reciprocamente.

Entretanto, em nenhum dos filhos a consecução desse sentido de “dar-e-receber” (LANNA, 2000) mostra-se tão extremada, quanto no pai. Qual a justificativa dessa flexibilização da norma, na conduta dos filhos? O que senão, justamente, aquela Economia Moral?

Em seu Comunismo Fantástico, Zé Coimbra construiu uma leitura de mundo – de certa forma ideológica, em função de seu distanciamento da realidade – numa matiz política e, portanto, deslocada da racionalidade espiritualista, que nos induz a pensarmos no anarquismo. É assim que “[...] o direto de livre associação, de livre expressão, [...]”; ou o “enfrentamento das relações de poder disseminadas no social, de modo livre, segundo a

consciência e a vontade dos indivíduos, [...]”; além do “combate à hierarquia autoritária da sociedade capitalista” (KHOURY, 1988, p. 63; 69; 74); todas elas transformações que conduziriam a uma (utópica e) igualitária sociedade futura, permeiam – nesse ponto – o imaginário de Zé Coimbra.

Notem que não se trata, como na tese de Thompson (1998), da supressão de um costume. No caso em questão, a Economia Moral de Zé Coimbra refere-se, antes, a uma expectativa. O que me faz lembrar de outro problema: o “desajustamento” desse sujeito. Recordo da minha preocupação, no início da pesquisa com o fato de que ele fosse refratário às normas. Isso poderia parecer contraditório afinal. Pois, acentuamos, agora, o apego do sujeito àquela norma que, talvez, apresente o caráter mais universal possível: a Dáviva. Poderia parecer, mas, a rigor, não se trata duma contradição, posto que, sob a aparência de uma norma trivial – e “normalmente” aceita nas mais variadas culturas – repousa uma “expectativa de norma”, nutrida obstinadamente, ao longo de vários e insensíveis anos; razão pela qual o estereótipo de idealista – atribuído a Zé Coimbra – se justifica.

Nesse ponto, é essencial considerarmos: 1.º) que os filhos de Zé Coimbra não foram tão rigorosos, no tocante a essa norma; 2.º.) que em nossa sociedade a Dáviva pode não ter sido praticada em absoluto. O que eu proponho, afinal, é extrapolarmos a conduta do sujeito, exemplificada no “episódio do furto dos ovos” ou “episódio da disputa da herança” e buscarmos as suas motivações. Assim, precisamos buscar os prováveis pontos de interseção daquilo que era o pensamento de “um comunista” (o Zé Coimbra), com outras práticas e concepções, tais como as do Anarquismo – que, aliás, estava muito longe de ser tido como oposto ao Comunismo.

Desse modo, o rigor de Zé Coimbra em relação à norma, adquire outro contorno. Não se trata de defender a propriedade alheia, como quem gostaria que fosse defendida a sua própria – mesmo porque, repito, carecemos de um estudo aprofundado sobre a observação, entre os brasileiros e naquelas décadas de 1960-70, da “lei da propriedade”. O que estava em jogo, para Zé Coimbra, era a construção de um mundo novo, onde a “livre associação”, a

“livre expressão”, e o “combate à hierarquia autoritária da sociedade capitalista” seriam alcançados pelos indivíduos<sup>158</sup>; apesar da perspectiva de classe. Daí a solene admiração desse homem, pela educação, ou melhor, pela “cultura erudita”: os indivíduos daquele Mundo Novo, *ainda não estavam prontos*.

FORMIGÃO: Você que teve contato com artistas, como você encara atualmente o movimento de pintura no Brasil?

J. COIMBRA: A pintura no Brasil, não é má. Está evoluindo muito. Mas em todo o Brasil não tem um valor como na França, como nos outros países mais cultos. [...].

F.: Você atribui isso a motivos financeiros o porquê do brasileiro não apreciar arte?

J.C: Aprecia. Mas o grau de cultura do brasileiro ainda não está refinado na arte, como deve ser. É um povo menos vivido.

(COIMBRA SOBRINHO, 1976)

Claro! Devemos ressaltar que – além dessa entrevista – esse ponto de contato com o anarquismo pode ser situado nessa década de 1970 – depois que ele havia se tornado frequentador assíduo do Círculo Esotérico. Mais importante: depois que o nosso protagonista demonstra, com mais vigor, sua profunda admiração por pessoas notáveis – como o Gandhi, Einstein e o Chico Xavier – pessoas tais que, como na “sofocracia” platônica<sup>159</sup>, estariam mais aptas à justiça, à verdade, harmonia etc.

De volta aos filhos dele. Esse apreço, diversas vezes declarado pela educação formal está presente em pelo menos 6 filhos: Ofelia, Rita, Cristina, Mariza, Euclides e Sandra, mas por outros motivos, que não o ideal de liberdade, imaginado pelo pai. Verdade seja dita, o respeito desses filhos pela educação formal nunca se revestiu daquele halo celestial – em que o pai a

---

<sup>158</sup> É importante destacar aqui essa ideia. Não se trata de uma completa alteração de rumo, na trajetória do sujeito, mas apenas de uma nuance – e por isso, fizemos menção ao Anarquismo, com o qual, aliás, não é possível afirmar se Zé Coimbra manteve, rigorosamente, um diálogo. Enfim, é possível afirmarmos que o nosso protagonista, e talvez da metade de sua vida em diante, pensava tal como com na teoria anarquista, segundo a qual o esforço individual é o “motor” da mudança utópica na sociedade; sem que com isso, as ações coletivas estivessem descartadas.

<sup>159</sup> “Platão propõe uma sofocracia (etimologicamente: poder dos sábios) e diz que, para um Estado ser bem governado, é preciso que ‘os filósofos se tornem reis, ou que os reis se tornem Filósofos’.” (ARANHA, 2006, p. 72)

emoldurou – e por um motivo bem óbvio: eles sentaram-se em bancos escolares e lá foram adestrados pela palmatória – entre outras práticas voltadas mais para forjar disciplinas do que para libertar espíritos. De qualquer forma, o respeito pela instituição sobreviveu como um traço na personalidade daqueles filhos de Zé do Grupo; ainda que seja difícil apontarmos o papel desempenhado por ele nesse sentido<sup>160</sup>.

Enfim, daquele otimismo em relação à natureza humana e daquele “comunitarismo” (a sociedade toda como uma grande família), aspectos nevrálgicos do Comunismo Fantástico, percebo hoje que quase nada restou – além dos julgamentos sobre eles, que ainda são feitos. Conseqüentemente, a herança cultural deixada por Zé Coimbra foi, nesse ponto, quase nula. Demonstre, um ou outro filho, amor fraternal, ou cultue a boa educação (o letramento), o caso é que eles não o fazem pelas mesmas razões as quais guiavam o imaginário do pai: o qual, trabalhando trinta anos em escolas, nunca entrou numa sala de aulas.

Estamos, então, diante de um impasse. De que forma um comunista colecionaria tantos epígonos sendo que dentro de sua própria casa suas ideias têm tão pouco respaldo? Por que aquele homem que, em diversos momentos se mostrava tão “influyente”, tão persuasivo, legou apenas um filho comunista (Euclides)? Aliás, artista plástico também – embora as semelhanças terminem aí. Claro! Não estamos reputando a responsabilidade de doutrinar os filhos, ao Zé Coimbra; coisa que, aliás, ele nunca buscou realizar – ao contrário: ele ocultou suas atividades de tal forma que quase nada foi dito nas entrevistas (sobre o comunismo).

A resposta – me parece – é surpreendentemente simples: o idealismo de Zé Coimbra não era “cotidiano”. As normas do dia-a-dia não se intercalavam com aquele projeto de um Mundo Novo. Talvez sequer o seu rigor, do qual,

---

<sup>160</sup> Repito. É só uma hipótese e, em todo caso, a argumentação aqui se presta, senão enquanto explicação, ao menos como descrição, dos filhos de Zé Coimbra. Mantenhamos, porém, essa ideia bem próxima de nós: qual seria a importância daquele exemplo (de conduta)? E mais importante: o papel do sujeito, na transformação social não necessita do exemplo de conduta? Ou ao contrário, a transformação deve-se justamente ao aperfeiçoamento contínuo do sujeito, pelo vetor da educação (socialização)?

eventualmente, mostrava sinais – tendo sido motivo de queixa, entre os parentes e amigos –, pudesse se coadunar à construção do “homem refinado”, ou seja, o habitante daquele “país culto” que Zé Coimbra pensava existir. Além do mais, se estamos nos referindo agora ao Zé Coimbra, é porque o Zé do Grupo evoluiu e o Zé Ninguém havia sido suplantado, permanentemente, numa exclusão lógica que o inseriu no debate desta tese (a presente). Dessa forma, a experiência de classe (antítese), somada à sua consciência (síntese), resultou no Comunismo (tese) – tal qual uma necessidade. Já as experiências dos seus filhos tomaram direções diferentes.

### 3.5. CAZAMENTO

Alguns dos registros da Gamela se referem a lugares: “15.<sup>a</sup> Casa”, “Fernandópolis”, o “Lar de meu descanso”, etc. A própria Gamela era um lugar; e, na parede – onde Zé do Grupo imaginou fixá-la – uma alegoria. Aquele não era mais um outro objeto. Tinha um propósito: alimentar uma família. Mas, rabiscado com o fogo do pirógrafo, recebeu outro propósito.

Ela era, afinal, uma autobiografia. Como tal, e para ficarmos com Lejeune (*Apud* FRAIZ, 1998, p. 74) trata-se de uma “[...] narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, acentuando sua vida individual [...]”. O caso é que a maioria dos homens que possuíram uma gamela, em algum momento de suas vidas, cuidou que ela comportasse em seu interior, comida e não pirogravuras. Ao contrário, Zé Coimbra dedicava tempo e trabalho (de semear) para aquele “arquivo de madeira”, assim como – e conforme uma reclamação feita por sua esposa – despendia dinheiro (da alimentação, por exemplo) com pincéis e tinta óleo. E ainda que as telas tenham se transfigurado, num momento posterior, em dinheiro – completando assim o processo de circulação previsto por Marx (1996):  $D > M > D1$  –, aquele era um investimento de altíssimo risco, cujo retorno o pintor não previu; ao menos não até a data em que a “Gamela” foi concebida (em 1971).

Mas, quem afinal era aquela esposa? Aداugiza Marques Coimbra (ou *Marques de Souza*, antes do matrimônio), nasceu em Martinópolis, estado do Ceará, mais precisamente na Fazenda “Ranchão”. Seu pai, Antonio Marques de Souza, tendo sofrido com problemas financeiros – não especificados na entrevista que Aداugiza concedeu<sup>161</sup> – emigrou para o estado de São Paulo, no início de década de 1940. Emigrou com a família e algumas economias, imaginando que compraria alguns hectares de terra, nas imediações de S. J. do Rio Preto. Mas, vítima de estelionato, ficou sem o dinheiro e sem as terras. Depois disso, o alcoolismo encurtou sua vida.

Aداugiza manteve ambas acesas na lembrança: a paragem da infância, com alegria e as maneiras do pai, com tristeza; muito embora fale muito pouco sobre esse pai. Na verdade, faz pouco uso das palavras, mas seus modos de agir (inclusive de falar) nos remetem justamente àquela rudeza – o que me leva a pensar que, se Zé Coimbra não obteve muito sucesso em transmitir aos filhos seus valores, o mesmo não se deu com o seu sogro (Antonio Marques). Por exemplo, a naturalização do autoritarismo, muito frequente nas falas de Aداugiza: “Eu acho a ditadura até bom. Pensa bem, Elias! Naquela época não existia bandido, não existia droga. Hoje não! Está abertamente. Olha o que virou a liberdade! Não sabem aproveitar a liberdade” (A. M. COIMBRA, 2012, s/n), nos dão uma boa ideia da “bagagem cultural” que ela levou como dote e que resultou nos muitos conflitos conjugais relatados pelo seus filhos.

Além disso, na maneira como ela vê o mundo, há uma cisão evidente entre o público e o privado, sendo que a porta de entrada da residência é a fronteira que divide as duas esferas (HOGGART, 1973, p. 71). Nessa divisão, ela situa-se, a rigor, da porta da entrada para dentro, ou melhor, é nessa “região” onde ela consegue se sentir confortável e essa é a “região” que ela compreende de fato. Por exemplo: tendo sido confrontada com a (quase)

---

<sup>161</sup> Quando sua família emigrou, Aداugiza estava no começo daquilo que denominados atualmente adolescência. Ser uma “adolescente”, no interior do Ceará, nas décadas de 1930 e 1940, significava, dum certo modo, o mesmo que ser uma criança agora (século XXI). Assim, ela não sabia quase nada sobre a economia doméstica daquela sua família: “[...] Eu queria mesmo era casar e sair de casa. A gente era como uma planta” (A. M. COIMBRA, 2012, s/n); nem sentia-se confortável em inquirir seus progenitores sobre isso.

inexistência de amigos, em sua trajetória de vida, ela me pareceu orgulhar-se desse fato, justificando essa “opção” como prudente, diante da desonestidade que predomina para além dos laços de sangue. Desonestidade ou crueldade. Assim: “[...] A política, do lado do presidente, só massacra mesmo. Ninguém tem direito a nada”. (A. M. COIMBRA, 2012, s/n)

Opção? Mas, Zé do Grupo sequer outorgava à esposa a tarefa – outrora tão “feminina” – de escolher os víveres no mercado! Aliás, ela nem mesmo o acompanhava até o mercado, recolhida como estava, em casa e na lida com os filhos. *Essa deveria ser a postura correta de uma esposa* – pensava Zé do Grupo. Lembremos também daquilo que Adaugiza contava sobre um diálogo às vésperas do casamento: “Mulher casada não pode cortar o cabelo, usar vestido sem manga e a saia deve ir até a canela” (A. M. COIMBRA, 2012, s/n)

Por outro lado, é importante destacar que Adaugiza não aceitava interpretar esse Papel Social pacificamente. Porém, e conforme já destacado, uma vez que, em seu trabalho de síntese – o chamado: *a posteriori* –, ela desferia um gesto de acomodação, sua Resistência apenas aumentava o rol daquelas ações inarticuladas de inconformismo, tais como o vício ou o suicídio. Lembremos, a propósito, do encontro de Zé Bia com a Teoria Comunista – descrito no capítulo anterior – e como essa junção, entre a experiência e a ideia, resultou na ação política (articulada) do sujeito. Seria lícito, então, acrescentar um terceiro termo ao silogismo (experiência/ideia), qual seja: a Personalidade; lícito, igualmente, seria atribuí-lo à esposa de Zé Coimbra.

Essa recusa em aceitar os papéis que o destino lhe reservava era frequente e, como seria de se esperar, redundou quer numa instabilidade doméstica, quer num antagonismo que ela assumia, diante da figura do marido. Circunstância que pode querer significar diversas coisas e, nesse caso, chamo a atenção para uma delas: um “casamento pragmático”; embora, no exemplo de Adaugiza, o arranjo não resultara das expectativas de seu pai<sup>162</sup>, mas –

---

<sup>162</sup> Como se depreende das falas: “Ele foi conversar com meu pai, que estava cortando lenha, e pediu a minha mão. Meu pai disse que eu estava prometida”; e: “Meu pai achava que o Zé era vagabundo por ser almofadinha. Por ele não trabalhar na roça, mas na escola.” (A. M. COIMBRA, 2012)



segundo ela mesmo teria dito – da sua própria expectativa (a vontade de abandonar o lar paterno).

Assim, em ambos os casos: na casa do progenitor e no casamento, ela, Adaugiza, demonstrou que estivera descontente e – o mais importante – que tal descontentamento deveria ser expressado – ao invés de interiorizado, como um trauma. Expressão essa – em se tratando de uma pessoa analfabeta – à qual a oralidade era o único “suporte”. Por exemplo, na época em que a família (nuclear) teria vivido em Ribeirão Pires-SP, ela costurava sacos (de pano) que eram comprados pela fábrica de sal, para embalar esse mesmo produto – num regime de trabalho similar àquilo que Marx (1996) denominava de Subsunção Formal. Após algum tempo realizando essa tarefa e percebendo, Zé do Grupo, que sua esposa recebia uma quantia razoável por isso, Adaugiza foi incumbida de “fazer a feira” – ou seja, gastar parte de sua remuneração com alimentos para a casa. Sua resposta à solicitação do marido foi imediata: ela pediu ao seu filho (Edmundo Fernando) que entregasse na fábrica as “embalagens” que já estavam prontas e, também, avisasse que não realizaria mais aquele serviço.

Portanto, segundo essa maneira de ver o “espaço doméstico”, aparentemente Adaugiza cindia as obrigações do marido das suas obrigações; inclusive no tocante aos cuidados para com os filhos: a ela cabia os trabalhos domésticos e a ele o provimento dos insumos e matérias-primas<sup>163</sup>. O problema é que, aos olhos da esposa, nem sempre Zé do Grupo cumpria com sua parte no “acordo”. Talvez ela estivesse, parcialmente, correta. Sobretudo quando nos atemos às virtualidades daquele papel de marido. *O Zé do Grupo poderia fazer muita mais pela sua família* – deve ser um pensamento que rondava a cabeça de Adaugiza diante das manifestações de altruísmo<sup>164</sup> dele. Mas, esse altruísmo não é, de certa forma, também um capital?

---

<sup>163</sup> Essa é uma evidente metáfora para descrever, em termos econômicos, a divisão das incumbências do lar. Restando claro aquilo que trabalho doméstico quer significar; por “insumos” eu me refiro, sobretudo, à alimentação; e, por “matéria-prima”, me refiro à própria casa (a construção em si) com seus móveis e utensílios.

<sup>164</sup> Me refiro aos exemplos arrolados, no último subcapítulo: o “Episódio da Carestia”, o “resgate da irmã” etc.

Sabemos que Zé Bia chegou em Fernandópolis em 1943. Quando conheceu Aduagiza de Souza, aquele José Maria Paschoallicke já havia conseguido empregá-lo na escola onde era diretor. Aparentemente o emprego foi viabilizado pelo fato de que ambos eram comunistas: o Paschoallicke teria “simpatizado” com ele. Sob aquela camada de altruísmo – ou detrás daquilo que a esposa de Zé Coimbra reputava ser um altruísmo – descobrimos a ação (política) articulada; e mais do que programática, encontramos também a “esperança”. Mas, o que ele esperava?

A resposta – óbvio – é o “mundo novo”. Se deixamos, outrora, aberta a questão segundo a qual determinados autores influenciaram Zé Coimbra, nossa intenção não era tanto conhecer-lhes as ideias, quanto ressaltarmos a suscetibilidade desse sujeito aos humores teóricos. Lembremos também da inclinação que ele tinha de superestimar os indivíduos, em detrimento do protagonismo da classe<sup>165</sup>. Da mesma forma, existe outra inclinação: aquela de sacralizar a palavra escrita, entendendo-a, inclusive como o *locus* privilegiado da verdade.

É assim que, mais do que dividendos, a ação política de Zé Coimbra voltava-se, igualmente, a uma “expectativa de ganho”. Por isso a nossa referência (noutro momento) à Economia Moral; e não como anteparo desse ou daquele Costume – na expressão de Thompson (1998) – mas, como uma construção (inter/intra)subjetiva duma certa “rede social” onde nosso protagonista estava inserido. Em outras palavras, no mundo almejado por Zé Coimbra *existiriam* costumes como justiça, fraternidade etc., costumes esses que, no mundo vivido por ele, *não existiam* (não ainda), mas deveriam ser reclamados *como se existissem*. Pois – acreditava ele – em meio aos seus camaradas – e, portanto, intersubjetivamente – o protesto contra a violação desse “protocostume”<sup>166</sup> deveria se dar; e, entretanto, para além desses

---

<sup>165</sup> Como sua adoração por Luis C. Prestes confirma. Muito embora, em sua “obra de narrativa” (a pintura) José Coimbra apresente muito mais um *história das massas anônimas* do que a figura do rei – parafraseando, aqui, a J. Rancière (1993).

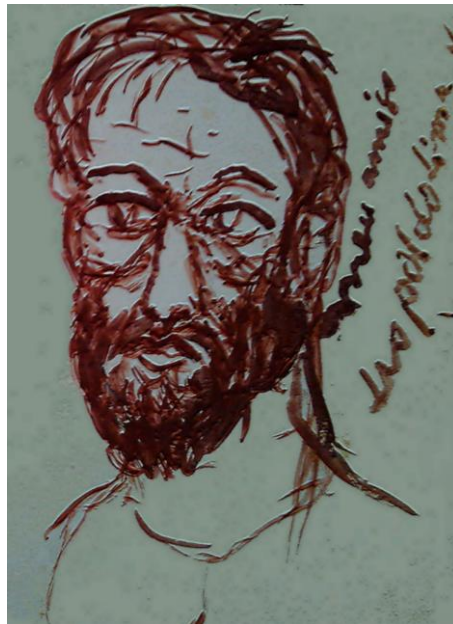
<sup>166</sup> Me refiro aos costumes que o sujeito reputa que deveriam existir e que, no pensamento dele e dos camaradas seus, existirão no futuro (utópico); por isso a prefixo “proto”: aquilo que está em estado embrionário.

“lunáticos”, para utilizarmos a expressão de C. Hill (1987), as pessoas de verdade nada sabiam sobre aquele mundo justo e fraterno – por isso tal construção ser denominada de intrasubjetiva.

---

**FIGURA - 21 - Leopoldo Lima, num esboço de Zé Coimbra [ca. 1970]**

---



De qualquer forma, mesmo do ponto de vista utilitarista, aquela “rede social” se mostrou significativa. Pois, se é importante atentarmos para o problema metodológico de recortarmos, das redes sociais, o grupo doméstico ou, pior, o indivíduo (LEVI, 2000, p. 122), não devemos perder de vista a questão classista e, portanto, “não-individualista” dos sujeitos. Assim e não obstante a exígua atribuição, por Zé Coimbra, de um espaço em sua autobiografia: “19-5-1944 começo do meu trabalho no Grupo [em] Fernandópolis: Diretor Jose M. Paschoalicke” – o que nos faz pensar, mais cuidadosamente ainda, sobre a função da Gamela – é óbvio o papel desempenhado pelos amigos (e entre os amigos, sobretudo os camaradas). Desnecessário, aqui, citar o mesmo Paschoalicke. Mas, destaquemos José Antônio da Silva (o pintor); Cesar Anderaus (o arquiteto); Leopoldo Lima (o xilografista); Plinio Silva (o poeta); Milton Gagliard (o topógrafo); Washington

de Moraes (o pensador); e, por que não, Luís C. Prestes: o “homem do século” (COIMBRA SOBRINHO, 1984, p. 01)

Mais ou menos “lunáticos”, todos esses senhores identificaram-se, de alguma maneira, com Zé Coimbra. Com exclusão do “Cavaleiro da Esperança”, todos eles constituíam-se – mas não exclusivamente – na rede de reciprocidades dele. Plínio Silva o renitente amigo e companheiro de serviço: “Inspetor de Ensino Secundário”, conforme um cartão de visita, se expressa numa forma rebuscada – demonstrando assim seu apreço ao letramento –, com relação ao amigo:

Magro e enfezado, lembra na aparência  
a imagem de um simplório de verdade.  
Porém, quem lhe desfruta a intimidade,  
o encanto flui da sua inteligência.

Sua pintura ostenta alta eloquência,  
num paradoxo de simplicidade:  
irradia messiânica humildade  
e, ao mesmo tempo, vera transcendência!

Artista nato, simples, idealista,  
despido de vaidade ou filáucia,  
quer ser na vida nada mais que artista.

Fiel à arte e à família, apenas, timbra  
em se manter, sem ímpetos de audácia,  
o meu bondoso amigo José Coimbra.<sup>167</sup> (SILVA, 1992)

Além de Washington de Moraes, o qual com sua vasta leitura<sup>168</sup>, provavelmente, influenciou até mesmo o seu próprio predecessor. A propósito,

---

<sup>167</sup> Trata-se de um soneto com um forte acento de parnasianismo (em oposição ao pós-modernismo vigente na literatura então). Chama a nossa atenção a métrica rigorosamente construída em decassílabos com cesura na quarta sílaba: no primeiro verso, no quarto, no quinto, no sexto, no nono, no décimo primeiro, no décimo segundo e no décimo terceiro; do que resulta uma certa prosódia que reforça o plano semântico do texto (garantindo-lhe um ganho em eloquência). Ora! O Plínio Silva tratava-se de um mero inspetor escolar, assim como o Zé Coimbra era um mero servente. Porém, ambos constituem esse “estrato social” que venho denominando aqui de “inspirados” (VOVELLE, 1997). Tendo em conta que Plínio Silva não era comunista, nem simpatizava com a ideia, a rede social do nosso protagonista possuía então uma amplitude que extrapolava a política – sobretudo a partir da década de 1960.

<sup>168</sup> Os meus anos de convivência com esse sujeito, me permitiram descobrir, entre suas leituras, o matemático Bernhard Riemann, os filósofos Bertrand Russell, Lao-Tsé, Hegel, Marx e os escritores Machado de Assis, Mário de Andrade etc. Evidentemente, são autores de

esse sujeito me obriga a repensar a questão do desajustamento, como apontada antes, no caso de Zé Coimbra.

Com um Transtorno Esquizóide de Personalidade<sup>169</sup>, Washington, muito provavelmente, apenas se mostrou empático, em sua vida atribulada, com relação ao “Seu Zé”. É igualmente provável que a pessoa que melhor o compreendeu foi Zé do Grupo. Claro que Washington não foi a única pessoa a qual o nosso protagonista prestou socorro; mas a extensão da caridade que lhe foi oferecida – é correto dizer – excede a “bondade média” do Zé do Grupo<sup>170</sup>. Nesse caso, a ligação entre esses dois sujeitos era muito estreita.

De fato, eu abandonei, noutro momento, os juízos psicologistas – quer em razão da natureza desta tese: a história; quer em razão daquele dilema apontado: o chamado mundo real, na “Escala da classe operária”, é quase um circo dos horrores, então, a necessidade de ajustar o indivíduo às suas normas, é totalmente arbitrária (o que resulta na salubridade da conduta “anormal”?). Mas, no caso de Washington, em função mesmo de um diagnóstico médico que redundou em uma aposentadoria precoce, tratava-se sim, de uma pessoa “doente”. O que não significa que “Seu Zé” – como Washington o chamava – entendia a patologia (logo a normalidade) dessa forma. Por exemplo, quando destacamos que ele “conta que foi um menino muito assustado, com muito medo da morte, de assombrações, de fantasmas, do diabo e do fim-do-mundo [...]” (NOGUEIRA, 1992), é possível descobriremos uma região contígua, na qual as produções artísticas remontam às representações do imaginário. Da mesma forma que as sociedades crioulas (latino-americanas) não viviam completamente imersas no sono empírico –

---

“planos de consistência” diversos, aliás, às vezes contraditórios: o que demonstra todo o vigor (da inteligência) de Washington além do que, garante a sua originalidade. É notória essa sua capacidade de síntese de pontos de partida tão discrepantes.

<sup>169</sup> Além de ser filho de um pai esquizofrênico – um dos aspectos mais significativos da etiologia – ele apresenta quase todos os sintomas dessa patologia: “(1) Não deseja, nem aproveita relações próximas com as pessoas [...]. (2) Quase sempre escolhe atividades solitárias. (3) Tem pouco ou nenhum interesse em experiências sexuais com outra pessoa. (6) Parece indiferente aos elogios ou críticas dos outros. (7) Mostra frieza emocional, isolamento e distanciamento afetivo.” (CATALDO NETO et al., 2003, p. 564)

<sup>170</sup> Washington, assim como outras pessoas, em outras circunstâncias, foi recebido na casa de Zé do Grupo. Com o tempo, considerando a convivência etc. passou mesmo a fazer parte do núcleo familiar, a ponto de figurar na tela “Casa Velha” (Figura – 16).

importado pelo colonizador –, aquela arte que a convenção decidiu chamar de Realismo Mágico, não distinguia as causas dos fenômenos entre aristotélicas (*causa material, causa formal, causa eficiente e causa final*) ou fantásticas.

O montante dessas condutas e pensamentos “incomuns”, de Zé Coimbra, poderia se apresentar, sob sua ótica, insensivelmente. Entretanto, à sua família e, sobretudo, a uma esposa cujo antagonismo era considerável, devia pesar excessivamente: “[...] ele ia na feira e comprava daquelas bananas passadas, que iam ser jogadas fora e trazia para casa para comer de mistura. Tudo isso para sobrar dinheiro para comprar aquelas porcarias; comprar tinta” (A. M. COIMBRA, 2012). Pouco importa, aos olhos daquela esposa, o ideal do “mundo novo”, mesmo porque, quando ela abria os olhos, na manhã de cada dia – entre 1944-1985 – o que enxergava, adiante, era apenas o “mundo novamente”. A recusa de Zé do Grupo em relação às leis da propriedade privada dos meios de produção; a recusa em admitir a validade da norma basilar da “Cultura Ocidental” – com o perdão da expressão –, ou seja, *homo homini lupus*; a recusa, enfim, em sentar-se ao seu lugar na mesa e aceitar roer, meramente, os ossos da “riqueza da nação”; isso tudo lhe resultou em sofrimento e admoestação.

O Controle Social se exerce, com igual violência, independentemente das motivações do indivíduo desviante. Deste modo, as pressões advinham de todos os lados; inclusive da esposa, a qual sofreu, em igual medida, por consequência das várias recusas do marido. Aliás, os filhos também devem ter sofrido em algum momento. Bem! Pelo menos em função do “clima doméstico”. Mesmo assim, em depoimento, Adaugiza me disse que o marido buscou sempre manter a família alheia aos problemas políticos; o que nos conduz de volta à questão acerca do seu “legado”. Pois, com o distanciamento entre sua família e o comunismo haveria um dilema incontornável, no que se refere à manutenção de seu “mundo novo” – pelo menos se todos os camaradas procedessem da mesma maneira. Então, precisamos nos fazer duas perguntas: 1) o sujeito colocava a família acima do sonho? 2) ou ele pensava que a sua família era dispensável para a realização do “mundo novo”?

É possível dizermos que, se era perigoso, segundo a avaliação de Zé Coimbra, envolver a *sua própria* família<sup>171</sup> com a militância, nos momentos em que o contexto político esteve mais brando ele, certamente, não se oporia às incursões (que não se deram) de seus entes queridos nesse território. Por outro lado, pensarmos ou não no verdadeiro papel da família de Zé Coimbra, em seu mundo utópico, é menos importante do que sabermos o papel deles no mundo cruel (e real).

Quando conheci, em Ribeirão Preto, um velho líder do PCB – cujo nome devo omitir, pois assim ele o desejaria – ouvi um pouco de sua história de vida, como, inclusive, durante os “anos de chumbo”, sua esposa e sua filha foram arrastadas com ele inferno abaixo. Enfim, depois dessa conversa com aquele velho líder, comecei a pensar nessa distância entre a política e os filhos de Zé Coimbra de outra maneira. Poupar os filhos ou se afastar dos filhos, são posturas muito semelhantes. Pensando agora, me parece que o nosso protagonista não tenha sido aquele tipo de gente que admitiria uma Revolução com alguns sacrifícios: como Trotski, por exemplo, que acedeu no massacre dos Marinheiros de Kronstadt, em benefício da então recém-criada (1917) “Pátria Socialista”.

---

<sup>171</sup> Como se depreende da entrevista: “Tua mãe mesmo [Eleonora]. Ela começou a falar umas coisas na escola e o pai veio para levar ela, [...]. Era acho que 73. A gente morava numa casa lá, e estava todo mundo conversando. O Getúlio veio e fez a foice e o martelo numa camiseta e pôs o Euclides para vestir a camiseta e sair na rua. O pai ficou muito bravo. Falou: ‘porque você mesmo não veste a camiseta e sai na rua’.” (DE PAULI; OLIVEIRA, 2014)

#### 4. A VITÓRIA E OS VENCIDOS

[...]. Parecem pensar que, como a maré alta revolucionária ainda é remota, será trabalho perdido tentar estabelecer o poder político com trabalho árduo [...]. (MAO, 2008, p. 39)

Após a análise da Gamela, empreendida no último capítulo e, portanto, numa aproximação microescalar do nosso problema, é justo dizermos que o enredo permaneceu inacabado. Claro que, se o objetivo fosse sabermos (apenas) de que “modo” o nosso protagonista viveu, nada mais precisaria ser dito. Mas, a nossa tarefa é mais complexa.

Assim, retomaremos aqui alguns dos questionamentos mantidos em suspenso, ao longo dos outros capítulos. Por exemplo, é necessário ainda refletirmos, num último esforço, acerca da relação do sujeito com a terra – a terra da infância –, da qual saiu concretamente sem ter, em espírito, jamais se desligado. Reflexão que deve nos conduzir ao problema da função da arte como mediação entre as práticas e as ideias desse sujeito, sobretudo no que se refere àquele lugar (e tempo). Paralelamente, nos referindo ao problema inicial, pensaremos sobre o significado desse “ser comunista”. O que, afinal, constitui essa quase identidade assumida pelo sujeito? Qual é o balanço produzido por ele, considerando, finalmente, a memória das suas experiências? O que ele perdeu e o que ganhou tendo sido um comunista? O que ele tinha para dizer – ou melhor: deixar – ao irmão Miguel e aos filhos, no leito de morte?

Além de contemplar essas várias questões, completaremos a trajetória de vida do sujeito, colocando-lhe aquele ponto final (1985), sem que, com isso, o problema teórico sobre as temporalidades que decorrem do pensamento de Zé Coimbra passe despercebido. Pois, essa interrogação sobre o presente e o futuro e sobre as relações entre os termos, consubstanciam o próprio idealismo



que temos apontado até aqui como o instrumento – e não, propriamente, como estratégia – de sobrevivência do nosso protagonista<sup>172</sup>.

#### 4.1. O MEMBRO AMPUTADO

Falando sinteticamente, o exemplo de vida de Zé Coimbra – segundo uma avaliação que faço – não “legou nada a ninguém”<sup>173</sup>. Por quê? Estive com uma de suas netas e, entre outras queixas típicas de uma mulher contemporânea, com o trabalho e os filhos, ela dizia que “estava muito difícil conseguir uma funcionária (empregada doméstica) nos dias de hoje, porque as bolsas todas do governo federal tornaram muito acomodadas, essas mesmas funcionárias”. Que discrepância entre essas duas gerações!

De fato, o “rio do tempo” correu mais rápido nesse período – entre essas duas gerações que implicam em dois brasis muito diferentes –, e, os ganhos materiais de Zé Coimbra somados ao seu capital cultural – lembremos do valor que ele atribuía à educação formal<sup>174</sup> – renderam juros de tal monta, que se um dos filhos não pode usufruí-los, os netos o puderam. Infelizmente, no que toca ao comunismo – repito – houve mais dívidas do que juros. Pois, havia coisas sobre as quais a família não deveria saber e, por outro lado, havia também aquelas das quais era necessário se falar: “Trouxe a gamela e afirmou que um dia todos iam poder saber o que aconteceu, porque a gamela não

---

<sup>172</sup> Penso agora nas “armas escondidas”, dos comunistas analisados por Portelli (1993, p. 45): “O fato deles [comunistas de Terni] conservarem as armas [escondidas nas fábricas] significava que a empreitada anti-fascista não estava completa e teriam que finalizá-la um dia. Dum certo modo, o desejo revolucionário, enterrado no subconsciente dos ativistas como Filippini, é outra arma escondida, [...]”.

<sup>173</sup> Como naquele verso do poema de Jorge L. Borges (1989, p.86), cujo título é: *O Suicida*. O verso era: “Lego la nada a nadie”.

<sup>174</sup> A propósito, essa contradição, entre a educação informal (que constituía todo o capital cultural de Zé Coimbra) e a educação formal (institucionalizada), pode ser explicada pela dita “tradição de exclusão” (ARANHA, 2006, p. 128). Num país – como o nosso – onde a alfabetização era (e, num certo sentido ainda é), até pouco tempo atrás, um privilégio de classe, muitos “possivelmente grandes intelectuais” deixaram de despontar por não terem tido acesso à escola.

estraga” (OLIVEIRA, 2014). Nesse ponto, o descolamento entre a vida e a biografia, do sujeito, parece patente. Tanto mais quanto percebo que a palavra era “mais verdadeira”, ou melhor, significava, para Zé Coimbra, algo que a imagem não “poderia” significar. Antes, porém, de seguir nessa linha de raciocínio, busquemos outros elementos.

A morte de Zé Coimbra, pouquíssimo se assemelha com o capítulo final de uma epopeia – epopeia, aliás, que sua vida de fato nunca foi<sup>175</sup>. Foi num leito de hospital, mas sem qualquer lição de moral, sem ironias – diferentemente de Anton Tchekov, pronunciando em seu parco alemão: “*Ich sterbe*”<sup>176</sup> – e sem uma taça de champanha. Foi uma morte anunciada: anos antes, após o primeiro infarto, o médico lhe pediu que abandonasse o cigarro; já numa entrevista (COIMBRA SOBRINHO, 1983) ele faz referência breve a um remédio que estaria tomando.

Já em sua casa, quem sabe pressentindo o desfecho final de sua trajetória de vida, meses antes deste mesmo desfecho ele escreveu uma carta à família (nuclear), na qual cita, um a um, os nomes dos filhos; como se lhes aplicasse sobre a fronte, aquele beijo de quem parte (FIGURA – 22).

Nessa carta, encontramos a altiva Zélia, o querido Fernando, a predileta Ofelia, a sonhadora Rita, a apegada Cristina, a amorosa Mariza, o Cordial<sup>177</sup> Euclides, a Sandra (sem adjetivos) e o Jovial André. Encontramos enfim, a esposa e o pedido: “alega que fui feliz” – um pedido que, a princípio, parece indicar que ele não *estava* feliz?

---

<sup>175</sup> Por outro lado, quando penso nos esforços “demasiadamente humanos” de Enéias, perdendo sua esposa ou vendo a seca destruir Pérgamo, e Ulisses, navegando por vinte anos até chegar em Ítaca, me sinto inclinado a ser um pouco condescendente com nosso protagonista.

<sup>176</sup> Significa: “Eu morro”. Na descrição de David Magarshack, Tchekov pediu uma taça de champanha, disse a frase em alemão (o qual não apreciava) e depois se deitou de lado e faleceu; em julho de 1904. (MALCOLM, 2005. P. 64).

<sup>177</sup> Como em Sérgio Buarque de Holanda, segundo o qual “cordialidade” vem do latim: *cordis* (coração).

Deixo hoje 10-9-8... Será talvez besteira minha, mais quem sabe?

Minha altiva querida Zelia. Querido Nego,

tanto amor me dedica. Maria diletra [sic] filha, sonhadora  
 Rita, cristina sempre apegada a mim,  
 Mariza amoroza filha, crid belo coração  
 ainda em formação, Sandra ?? quem sabe  
 andre jovial e brincalhao em formação  
 comp. Adaugiza. Se eu faltar alega que  
 fui feliz. Noutro plano ajudarei a voceis todos  
 pois já acho realizado  
 (Sempre Unidos) Graças a Deus

Tenha alegria não fique triste

FIGURA - 22 - Reprodução do doc. priv. “Deixo hoje” (COIMBRA SOBRINHO, 1984/a)<sup>178</sup>

O ano dessa carta era 1984; o mês, setembro. Antes, porém, entre 6 e 22 de abril de 1984, a Delegacia Regional da Cultura de Ribeirão Preto, com o apoio da Secretaria do Estado da Cultura realizava a “1.<sup>a</sup> Expoarte no Ribeirãoshopping”. O Sr. Waldomiro Sant’anna<sup>179</sup>, conforme eu leio no rascunho que ele mesmo redigiu utilizando o *folder* da exposição, indicou algumas telas de Zé Coimbra. Na lista manuscrita lê-se: “Emigrante no Braz”, “A espera do trem”, “Engenho”, “Ao pé do fogo”, “Bóia fria”, “Retirantes” e “Violeiro”. Possivelmente – e essa é uma circunstância comum, em se tratando de exposições – cinco das sete telas foram vendidas, pois, com exclusão de “Bóia fria” (1983, O.S.T., 60x99) e “Retirantes” (1983, O.S.T., 85x94) eu

<sup>178</sup> Optei por manter o formato original daquela carta. Por outro lado, não mantive a caligrafia, a qual me pareceu especialmente “nervosa”, pois no escaneamento perde-se muito na escala cromática (e algo como um texto escrito com caneta esferográfica quase se desvanece).

<sup>179</sup> Hoje, um artista plástico de renome.

desconheço a existência das outras obras. Claro! Com a venda delas, advêm o conforto material.

Em maio, Zé Coimbra, talvez tendo em mente o acontecimento que se dará no mês seguinte, pinta a tela “Revolução” (FIGURA – 23). Nada mais que um mês, foi o tempo necessário para concluir o trabalho – e sobre esse prazo é possível termos certeza, pois, no mês de junho, conforme a data anotada na própria tela, ele pintaria: “Esfolando o veado” (1984, O.S.T., 70x42). Aquele ano foi de intenso trabalho: ainda encontram-se, em posse dos herdeiros, *cinco* telas de 84; um número inferior apenas a 83: do qual existem *sete*.

---

**FIGURA – 23 – “Revolução” (1984, O.S.T., 86x56)**



---

Já no dia 15 de junho de 1984, temos o “acontecimento”, ou seja, a visita do “Cavaleiro da Esperança”: L. C. Prestes esteve em Mococa – concedendo

então uma longa entrevista<sup>180</sup>. Antes de Mococa, estivera com Zé Coimbra, entre outros, na cidade de Ribeirão Preto<sup>181</sup>. O tom com o qual nosso protagonista descreveu Prestes, num artigo de jornal concomitante àquela visita, demonstra, além da sua profunda e óbvia admiração, alguns estereótipos:

Este sim pode, em verdade, ser chamado de o Homem do Século. Esta chama de esperança, de luz e inteligência entre nosso povo sofrendo de injustiças.

Quer queiram ou não, Prestes será o maior marco deste século, junto aos Operários, aos Camponeses, aos Sindicatos e junto aos companheiros que já passaram ou, aos que estão no entardecer da vida, como eu. Ou ainda junto ao moço revolucionário que desponta dando sua contribuição espontânea à causa do Povo, cheio de calor e coragem.

Homens como Prestes são meteoros que nascem um a cada século, para iluminar a humanidade [...]. (COIMBRA SOBRINHO, 1984/b, p. 01)

No caso, o líder comunista é o sol que ilumina a humanidade (o “meteoro”, a “chama de esperança”, a “luz”), ao lado do qual se encontra o “velho

---

<sup>180</sup> Em suma, tendo L. C. Prestes falado sobre o Sandinismo, sobre o contexto político “atual” (1984) e sobre a esquerda no Brasil, que está cada vez mais dividida (em 1984), perguntou-se também a ele:

*O sr. acredita que os grandes líderes da massa no Brasil, vão surgir de onde?* L. C. P. – Sou da opinião de que nenhum povo se deixa matar de fome sem lutar. [...]. No Brasil o custo de vida está cada vez maior e a miséria também cada vez maior. E se essa política de recessão imposta pelo F.M.I. prossegue, a falta de trabalho também prossegue. De maneira que o povo brasileiro vai à luta.

*O P.T. e o Lula não poderiam vir a ser esse partido e seu líder?* L. C. P. – Poderiam ser, mas até agora não são. Eu acho que o Lula é um operário de talento, mas é um líder sindical. Não é ainda um líder político.

*Por que, em 82, os partidos de oposição não deram legenda ao sr. para uma eventual candidatura?* L. C. P. – Eles podem informar melhor do que eu. Eu sou um cidadão brasileiro no gozo dos meus direitos políticos, sou obrigado a votar, senão pago multa, Mas não tenho uma legenda, pois não tenho partido. [...]. O Brizola usou um argumento e foi mais franco, disse logo a verdade. Ele disse: “O barco já está muito pesado, se o Prestes entrar aqui nós vamos ao fundo”.

*O sr. acredita que a propaganda anticomunista no Brasil ainda é muito presente?* L. C. P. - É muito presente. [...] O que se ensina nos quartéis aos soldados, o que eles querem fazer do soldado é um anti-comunista combativo. [...] E em toda a imprensa brasileira esse anti-sovietismo no fundo é anti-comunismo. (PRESTES, 1984, p. 2-4)

<sup>181</sup> “Silas Nogueira, que participou desta viagem, narra a admiração de Zé Coimbra por Prestes que dormia no banco traseiro do automóvel: – Imagina esse homem dormindo! Olha que gracinha!” (CARDOZO, 1992)

companheiro” (“no entardecer da vida”) e o “moço revolucionário” (“que desponta”, ou melhor, que amanhece, “cheio de calor e coragem”). Notemos, por outro lado, a insistência de Zé Coimbra no termo “século”. Assim, numa interpretação possível, podemos dizer que: 1) sempre haverá um líder, uma luz para guiar a humanidade no caminho certo; 2) esse “astro” (o líder), como o meteoro (cometa) passa pelo céu de tempos em tempos, logo *ciclicamente*.

De qualquer forma, somados todos os acontecimentos às margens de setembro – quando nosso protagonista escreveu aquela carta – o balanço parece ser positivo. Por que então, escrever uma “carta de despedida” e, como se não bastasse isso, deixar, também, nas últimas linhas, a instrução: “alega que fui feliz”? Pareceria realmente estranho – admitamos –, se ele não houvesse antes criado a Gamela. Mas, nesse caso (a carta) – e diferentemente do que ocorreu com aquela autobiografia: a Gamela – as palavras equivalem às coisas? Na verdade são modos diferentes de expressão: a Gamela era narrativa, enquanto que a carta (“Deixo hoje”) é injuntiva. Um texto, então, se referia ao que já aconteceu e o outro se refere ao que ainda acontecerá (“alega que fui feliz”, “tenha alegria”, “ajudarei a vocês”), conseqüentemente, as funções dos textos são distintas – o que responde àquela questão em aberto, sobre o “descolamento entre a vida e a biografia do sujeito”.

Não se trata de saber qual dos dois registros é mais verdadeiro – ou o que “realmente aconteceu”, para utilizarmos a expressão de Ranke –, mas antes de compreendermos as maneiras pelas quais o sujeito esboça uma história (enquanto “operação intelectual”). Maneiras, aliás, constitutivas da própria diferença entre ser ou não um “ninguém”. Mas, não maneiras de arquivar uma vida – embora eu tenha utilizado a metáfora *Arquivo de Madeira* – e sim de viver; de (tentar) incorporar o imaginário ao cotidiano.

Além do trabalho árduo – cotidiano, repetitivo e remunerado – e dos papéis de pai e de “camarada”, na família e no Partido, respectivamente, havia a obra – e, portanto, não apenas a repetição “naturalista” da realidade – que constitui, (obra) em si mesma, o chamado “desvio”. Ou, dito de outro modo, aquilo que fazia de Zé Coimbra não somente um Zé Ninguém. Desvio,

entretanto, inescrutável naquilo que exista nele de mais essencial e, mesmo assim, que se manifesta tal qual em Delfos o antigo oráculo manifestava-se na pitonisa.

Bem. Noutro momento, buscávamos desenvolver uma argumentação acerca do idealismo, na qual ressaltamos que, não obstante algumas mesquinhas, de um modo geral o juízo que pesava sobre Zé Coimbra – segundo o qual “ele era um idealista” etc. – parece muito acertado. Mas, assim como ocorre com o problema do “Princípio da Realidade”<sup>182</sup>, o idealismo não é uma origem, um *terminus a quo*. Antes disso, ele seria o resultado de algo que lhe é anterior e, evitando aqui gravar um rótulo, um título simplificador que colocaria fim ao nosso raciocínio, prefiro atribuir um “rosto” a essa origem. Enfim, o gesto de dar ao fenômeno um “rosto”, é a simulação<sup>183</sup>, no plano discursivo (o plano onde estamos: da tese), daquele processo de afastamento, do nosso protagonista, de seu anonimato – anonimato, aliás, herdado. Termos sido eficazes procurando demonstrar *como, porque, quando* (etc.) esse afastamento se deu, não nos cabe julgar. O caso é que, na trajetória de vida de Zé Coimbra, as forças pulverizadas das estruturas sociais não obtiveram o mesmo sucesso, moldando-o – com o perdão da palavra –, quanto obtiveram com seu irmão Miguel, por exemplo.

Da mesma forma, a obra em questão (que constitui o próprio desvio) é uma consequência do processo de afastamento de Zé Coimbra da “regularidade” – pressupondo, aqui, que existam trajetórias de vida que podemos denominar de regulares. Nesse sentido, o irmão Miguel, outra vez, emerge como um dado. Mas, não somente Miguel, João também viveu uma vida regular: conheceu algumas namoradas, trabalhou, casou-se, auferiu bens, vieram os filhos etc. – assim como Zé Coimbra – mas, nenhum traço de anormalidade “coloriu” sua vida. Claro – e apontamos isso no “Segundo

---

<sup>182</sup> Um apriorismo freudiano criticado por Deleuze – no texto de 1972, “Anti-Édipo” –, posto que a Realidade não é um “princípio”, mas uma construção cultural.

<sup>183</sup> Digo simular para não dizer que *falo por ele* (ao invés dele falar por si mesmo): “Um historiador não faz falarem os romanos, os tibetanos ou os nhambiquaras: ele fala em seu lugar, fala-nos deles, e conta-nos quais foram as realidades e as ideologias desses povos”. (VEYNE, 1983, p. 23)

Capítulo” – houve experiências na trajetória de Zé Coimbra que certamente não devem ter existido nas vidas dos irmãos. O Comunismo etc. Mas, não estamos aqui cindindo as experiências do sujeito, de uma (possível) consciência do sujeito acerca das mesmas.

Aquela foi uma obra narrativa eminentemente estética. Porém, não apenas estética – e, talvez, menos estética ao sujeito do que nossa leitura “esteticizante” pode fazer acreditar. Uma narrativa também política, filosófica mas, intensamente pessoal; e na qual – quer me parecer – a palavra tem um peso maior do que os outros vetores.

Aqui, aliás, descobrimos o contraponto daquela ressalva acerca dos limites da Difusão do ideário comunista. Pois, se é possível pensarmos que o cerceamento imposto aos próprios filhos, impediu com que o comunismo de Zé Coimbra viesse a ser o comunismo dos seus descendentes – e é claro que uma ideia tão maldita quanto essa necessitaria muitíssimo esforço para reproduzir-se – é igualmente válido o pensamento segundo o qual aquele ideário era excessivamente desviante; constituindo-se tanto na “diferença significativa” (DE CERTEAU, 1982) quanto num problema de ordem prática. Por outro lado, embutida na arte do nosso protagonista, a mesma ideia maldita encontrou-se a salvo do esvanecimento; mesmo que à revelia dos parentes de Zé Coimbra – tal como a esposa que preferia esquecer essa peculiaridade do marido: “Você sabe que é proibido! Só não me põe no rolo. E ele tinha o cuidado de tirar a gente de casa.” (A. M. COIMBRA, 2012)

Que a indissociabilidade do político, do filosófico e do artístico marquem esse “algo” que na obra de Zé Coimbra podemos denominar de estilo, a retomada daquela noção de “Comunismo Fantástico” nos pouparia maiores considerações neste ponto. Restando ainda, o papel desempenhado pela palavra. Desse modo: “[...] um dia todos iam poder saber o que aconteceu, porque a gamela não estraga”, é, de fato, uma referência ao suporte – numa comparação entre a madeira e o papel. Mas, é também (aliás, principalmente) uma referência ao código linguístico privilegiado, na concepção do nosso



protagonista, qual seja: a escrita. Até mesmo porque, a resiliência das telas não é nada inferior à do objeto de madeira.

Assim ele escreveu a carta aos filhos. Mas, houve uma outra carta de Zé Coimbra, no dia 04 de junho (23 dias antes de falecer). Tratava-se de uma carta àquele irmão, o Miguel. Na ocasião Zé Coimbra ainda não estava hospitalizado (aliás, o infarto que o mataria não fora “fulminante”):

Rib. Preto – 4 – junho de 1985

Querido irmão Miguel

Desejo que esta vai encontrar feliz, soube de que aconteceu com sua mão, mais Miguel<sup>184</sup> não a de ser nada, encontro nos tiver pensamento firme, estamos vivendo, quantas genti sego sem perna sem braço e vivi ate feliz. Deus a de dar coragem. Demorei a ti escrever, pois não sabia, so agora Joaquim teve com nenê e mi falou.

Vou mudar para Mococa outra vez, meus filhos tão todos lá e quer que vou, mi escreva sí si receber esta, si você tiver muito amolado por isso que ti aconteceu vem para cá ou aqui em Franca pois ainda tenho a chácara aqui, é lote de terra. Mococa tenho caza até boa, quero que você mi comunica como você si acha, com esse frio que esta fazendo com a perca de sangue, tem mi preocupado bastante. Mais espero que tudo sai bem, eu e aos meus tudo bem, nossos irmãos todos com saúde, que hum forte abraço meu de coração ti faça feliz. Querido irmão espero logo carta sua. (COIMBRA SOBRINHO, 1985)

Em 1985 José Coimbra possuía uma casa de sobrado (em Mococa), na Rua Coronel Diogo (aliás, financiada) e uma chácara em Ribeirão Preto; embora morasse num terceiro local: um imóvel (alugado) na Rua Capitão Salomão, em Ribeirão Preto também. Quanto ao acidente com o irmão, Joaquim (outro irmão de Zé Coimbra) havia informado sobre o ocorrido e Zé Coimbra, que era muito apegado a Miguel, queria mais do que nunca manter-se próximo a ele. Infelizmente a carta jamais foi remetida.

Miguel era extremamente trabalhador e, como seu pai, lançou mão da tática de Auto-exploração camponesa para amealhar uma quantia razoável de recursos financeiros. Além disso, foi o filho de Alcebíades que mais viveu

---

<sup>184</sup> Miguel de Souza, o irmão mais velho de José Coimbra Sobrinho, perdeu sua mão direita trabalhando com uma picadeira elétrica, em sua propriedade rural próxima a Campo Mourão, no Paraná.

(pouco mais de noventa anos). Como dissemos noutra ocasião, ele foi ao (estado do) Paraná em busca de uma propriedade de terras: seu sonho. Assim, como José ele saiu – deixando o velho pai –, mas não deixou a *lida com a terra*; ao contrário do irmão (comunista).

Há mais! Campo Mourão/PR, Franca/SP, Mococa e Ribeirão Preto e José oferece a sua chácara para o irmão (acidentado) morar. Ele pensava, talvez, que o irmão (Miguel) estaria desesperado, mas esse irmão não desistiu, nem desistiria de trabalhar até o final da vida, pela falta de uma de suas mãos – embora sentisse vergonha, como teria dito Lurdes Maria (sua filha), quando lhe estendiam a mão para cumprimentá-lo. Zé Coimbra pretendia “realmente” ajudar; e no final ainda ressaltou sua intenção: “mi comunica como você si acha”, ou seja, aquela foi uma carta que pedia uma resposta e não apenas uma “carta de condolências” (em que se escreve “sinto muito” e “vou rezar” entre outras formalidades polidas).

Além disso, essa última foi também uma carta pragmática. Sua finalidade era marcadamente a comunicação: “Querido irmão espero logo carta sua”; sem a grandiloquência da “Gamela” ou da “Deixo Hoje” – talvez sem aquela preocupação de que “todos iam poder saber o que aconteceu”. Mas, ela “comunicaria” também duas pontas de uma linha do tempo; de um laço que foi rompido. Um membro (a mão) separado do corpo é a nossa “metáfora-chave”. Por outro lado, essa carta demonstra – considerando então essa sua função instrumental – que aquilo que Zé Coimbra “deixou hoje” (10-09-84) escrito aos filhos não era simplesmente uma carta, mas e assim como a Gamela, aquele escrito era um testamento.

Algum tempo antes, agora entre 1980 e 1983<sup>185</sup>, encontramos este outro “testamento”:

---

<sup>185</sup> A dedução, que me permitiu estabelecer essa data, decorre da presença do mesmo desenho tanto na folha de papel na qual estava escrito o poema que apresento em seguida, quanto no verso da tela de 1983 (“Migrantes”). Se o esboço foi da folha de papel para a tela, mas foi abandonado (enquanto ideia para uma possível pintura), significa que a pintura realizada depois (a tela “Migrantes”) e que, por ter sido emoldurada, só pode ter sido feita posteriormente ao esboço. Portanto, é simples definir que 1983 é a data final, mas 1980 é uma data apoiada meramente na vaga lembrança de uma testemunha.

## PASCUA

Silencio sol manso  
 paz mi invade este coração  
 solto nos pençares remoto  
 morre mais uma ilusão

depois de tanta luta na vida  
 sinto sozinho por mim só  
 não acho alento na vida  
 sim, é até bem melhor...

Penso até vai [?] meus pensamentos  
 mais remoto, parecemi que  
 lembro de outra vida, tenho  
 uma remota lembrança de  
 passado, Januária [MG?] foi  
 a cidade que vivi.  
 (COIMBRA SOBRINHO, [ca. 1980])

Classificável como um poema (lírico, aliás), o texto demonstra um evidente pessimismo: “depois de tanta luta sinto[me] sozinho”; “é até bem melhor [morrer]”. Porém, o mais importante é o fato de que – sendo lírico e intimista – é, mais do que um testamento, sobretudo uma confissão. Tendo sido acrescentado ao inventário, esse poema certamente estava guardado entre outros objetos pessoais do nosso protagonista e, aliás, é muito provável que ele não tivesse qualquer intenção de tornar o tal poema público.

O poema reserva, ainda, duas nuances: o título e o desenho ao lado do qual fora redigido. Ora, o desenho, realizado por Zé Coimbra, conserva no canto inferior direito a anotação: “vovó Rita” (FIGURA – 24), mas, suas avós chamavam-se Ana e Joaquina! Uma solução possível para essa questão é descobrirmos se o autor da anotação foi mesmo ele e, nesse caso, a caligrafia me parece responder positivamente. Todavia, essa questão é muito menor do que lembrarmos que Dona Rita morreu antes de se tornar avó. Temos então, num poema onde o autor fala de si, da morte e de reencarnação, o título *Páscoa* e a ressurreição de sua mãe – aparentemente mais velha do que seria realmente. Claro que esse raciocínio é válido somente se o desenho e o poema

possuem, realmente, alguma ligação. Talvez eles *apenas* estejam na mesma folha, tendo sido elaborados por razões e em momentos diferentes.

**FIGURA – 24 – Esboço da avó Rita, feito por Zé Coimbra.**



Essa é a consciência da perda: o membro amputado. Como a terra, a família e a juventude, a mãe do nosso protagonista também foi perdida. Mas – e, lembremos que a Páscoa é o “dia da ressurreição” – a perda é sempre *reversível* – pensava Zé Coimbra, para quem o cometa (a luz, a esperança etc.) atravessava o céu ciclicamente. Restando, assim, como Ricardo dos Santos<sup>186</sup>, continuar em pé, lutando, pois não é outro o destino de um militante. E nesse caso, a luta do nosso protagonista era ainda uma “luta no campo da narrativa”.

Uma última coisa. Destacávamos, anteriormente, o fato de que a arte dele foi tornando-se engajada; sendo que, a princípio, não era. Zé Coimbra foi

<sup>186</sup> Adiante, no subcapítulo “Usos do futuro”, falaremos sobre esse militante comunista e sobre a sua postura.

se apropriando dum ideário de engajamento e, assim, depois de um certo tempo ele pode até mesmo lançar mão daquele juízo, segundo o qual “a arte tem uma função social”<sup>187</sup>. Antes disso ele talvez não fizesse a mesma afirmação, pois, antes ele *pintava* e *militava* – cada verbo em seu lugar. Claro que ele retratava o sofrimento do trabalhador – como também destacamos. Mas, com o tempo, a sua obra foi ficando mais *metafórica* e mais *alegórica*, direcionando-se “melhor” à política. Nesse *depois*, enfim, é que surge a atribuição da utopia aos jovens, posto que ele imaginava, a princípio, ser (a utopia) algo que a sua própria geração erigiria; e com as suas mãos.

O acidente do Miguel e a entrega da carta foram obscurecidos pelo falecimento de Zé Coimbra; e, evidentemente, a “comunicação entre as duas pontas” (passado e presente), a síntese que o sujeito esperava realizar, ficou impossibilitada. O poder público (na cidade de Ribeirão Preto) teria manifestado seu pesar: “[...] Seu passamento deixa uma lacuna irreparável no seio de sua família e da sociedade artística do País, onde contava com um largo círculo de amizades.” (RIBEIRÃO PRETO, 1985)

#### 4.2. O ARTISTA QUE CUTUCAVA ESTRELAS

Depois da morte de José Coimbra Sobrinho o qual, já o dissemos, era meu avô, me tornei seu herdeiro – em substituição à filha que ele perdeu, em 1978. Da herança, existiu uma quantia, em dinheiro, resultante da venda dum imóvel (a citada chácara). Quantia aquela que, tendo sido depositada “em juízo”, pois eu era menor de idade então, fora dissolvida por sucessivos planos econômicos infelizes e somados à inépcia de um advogado. O mais importante, entretanto, são as telas que herdei; precisamente 11.

---

<sup>187</sup> Apesar de já termos tratado disso, creio que é útil recordarmos aquela fala: “A arte tem função social. O sujeito mostra na arte a expressão do sofrimento, da alegria, da saúde, da tristeza” (COIMBRA SOBRINHO, 1976).

Fui adotado pela irmã de Eleonora, Zelinda (a filha mais velha) e, assim, somadas as nossas telas, carregávamos 22 no total<sup>188</sup>. Nos mudamos em 1981 para Ilha Solteira (SP) e em 1992 para Presidente Epitácio (SP); sempre carregando esse nosso acervo. Para aquela filha, ele representava o seu próprio pai e mesmo que a obra de Zé Coimbra nunca tivesse obtido qualquer menção – pela crítica especializada – é muito provável que continuaria figurando nas paredes das casas onde Zelinda viveu<sup>189</sup>. Aliás, talvez justamente porque recebeu tal menção, aquela obra se tornou um pouco menos familiar e a filha viria a emitir o mesmo (e “tradicional”) juízo formulado pela crítica sempre que perquirida: “é uma arte primitiva” etc<sup>190</sup>.

Para mim, o significado daqueles *quadros*<sup>191</sup> foi sendo modificado ao longo do tempo. Evidentemente, me deparo com esses “objetos” desde que posso me lembrar de alguma coisa e, a princípio, chamava a minha atenção os problemas de proporção, ou melhor, as insuficiências técnicas do desenho, daquele avô. Sim! Falarmos em técnica de desenho é pressupor um Estado da Arte que, por sua vez, pressupõe um tempo e um espaço – não sealaria de “insuficiência técnica” em Katsushika Hokusai, por exemplo, considerando que ele viveu no Japão e entre 1760/1849. Além do mais, a presença do desenho, na pintura do século XX – quando muito se falou em anacronismo das artes figurativas –, nos remete aos mais variados debates, cujos resultados, essencialmente, desembocam na necessidade (ou pertinência) da separação entre pintura e desenho.

---

<sup>188</sup> Num total de quase 200 telas, 110 foram divididas entre 10 herdeiros e o restante ficou com a viúva (Aaugiza).

<sup>189</sup> A propósito, ela foi o filho mais relutante em relação às entrevistas. Sempre afirmando que não se lembrava de nada e que tinha “saído cedo de casa”, terminou por conceder pistas importantes. É ainda hoje, entre seus irmãos, o mais cioso no que toca às telas; demonstrando um apego profundo àquele pai do qual afirma não se lembrar mais.

<sup>190</sup> Os juízos acerca da arte de Zé Coimbra orbitam a análise deferida pelo crítico, Roberto Rugiero. Análise essa que, ele mesmo e conforme a entrevista realizada, mantém coesa, ainda hoje: “Zé Coimbra, pintava as pessoas simples, do campo e (marginalizados) da cidade, pintava cenas do trabalho, festas tradicionais e era um comunista-romântico, além de espiritualizado”. (RUGIERO, 2012)

<sup>191</sup> Hoje me dou conta de que substituí o termo “quadro” (que aprendi com os meus parentes) pelo outro, mais técnico, ou seja, “tela”. De qualquer forma, os filhos de Zé Coimbra nunca chegaram a utilizar o segundo termo (tela).

O caso é que eu pouco sabia dessa separação e, portanto os “problemas técnicos” de desenho, que eu enxergava naquelas telas, ocupavam o primeiro plano. Depois, em algum momento, os juízos críticos, repetidos pelos meus parentes e que asseveravam que Zé Coimbra figurava entre os melhores pintores brasileiros do seu tempo, começaram a se incorporar à minha própria opinião e desse modo, os (chamados) problemas perderam o sentido. Assim, as telas também se tornaram aquele avô; ou pelo menos um certo avô: algo compartilhado, uma memória tanto mais emblemática quanto mais *impessoal* é o olhar lançado sobre ela. Por outro lado, um outro avô – por exemplo, o militante comunista – não emergia, paralelamente àquilo.

Eu digo *impessoal*, agora, pois já me é acessível compreender aquele juízo da crítica. Já me é possível enxergar, na desproporção do desenho de Zé Coimbra, a caligrafia que o distingue de todos os outros pintores e, mais importante: me é possível decodificar o conteúdo daquelas telas e perceber a distinção que existe entre ele e todos os outros pintores primitivos: “Seus personagens impressionam. São pessoas de carne e osso, carregadas de sentimentos, absolutamente diferentes daqueles bonecos articulados que povoam os quadros *naïfs* existentes por aí”. (RUGIERO, 1992)

Ademais, *impessoal* porque foram extraídos (ou abstraídos), das telas, tanto o Zé Bia, quanto o Zé do Grupo e, *last but not least*, também o Zé Ninguém. A propósito, talvez alguma coisa de Zé do Grupo – o homem de trabalho e de militância – permanecesse, muito embora fosse uma permanência contornada por traços mais suaves: “O que o fascinava era a mensagem de igualdade e respeito exaltada pelo próprio Cristo. Por isso digo que ele era um ‘comunista romântico’, ou melhor, um humanista militante” (RUGIERO, 2012).

Em todo caso, a construção do “J. Coimbra” – tal era a assinatura presente nas telas – deu-se em detrimento dos demais papéis daquele sujeito, ou melhor, não se deu em consubstanciação, mas por suplantação dos outros josés. Desse modo, a “personagem-artista” foi *construída* – para evitar dizer: inventada. Sim, é inegável que J. Coimbra pôde experimentar uma relativa

ascensão social em função do prestígio da Pintura Primitivista – naquele contexto histórico e, portanto, em função do preço de algumas das telas – mas esse papel de artista está longe de prevalecer sobre os demais.

Por outro lado, aquela foi uma construção tardia. Zé Coimbra, que pintava desde a década de 1950 – sem mencionar os primeiros e prováveis esboços feitos anteriormente –, obteve relativo sucesso a partir do final da década de 1970. As exposições que realizou<sup>192</sup> concentram-se nos vinte últimos anos, do século XX; e a maioria *post mortem*:

### Fontes impressas referentes às exposições das telas de Zé Coimbra

Ano de publicação	Locais das exposições
1978	Mococa-SP
1980	Cidade do México-MEX, Ribeirão Preto-SP
1981	Mococa-SP, São Paulo-SP
1982	Mococa-SP, Piracicaba-SP, Ribeirão Preto-SP, Rio de Janeiro-RJ
1983	Ribeirão Preto-SP, São Paulo-SP
1984	Ribeirão Preto-SP
1985	São Sebastião do Paraíso-MG
1986	Mococa-SP, Ribeirão Preto-SP
1988	São Lourenço-MG
1991	Mococa-SP, Piracicaba-SP, São José do Rio Pardo-SP
1992	Mococa-SP

<sup>192</sup> Não foi possível determinar, com precisão, o número exato de exposições e os impressos, apresentados nessa tabela, não correspondem à totalidade dos impressos existentes. Aliás, houve ainda algumas exposições no séc. XXI, sem que eu conseguisse algum documento acerca delas. Me atenho, assim, ao direito de omiti-las.



1993	Mococa-SP
1998	Mococa-SP, São Paulo
1999	Mococa-SP

Nesse sentido a criação sobreviveu ao criador. Uma sobrevivência que atesta a vitalidade daquela obra; e, talvez, a extensão da rede social do sujeito. Porém, essas datas nos fornecem também uma outra informação. Conforme aquele crítico havia explicado outrora, ocorreu uma revalorização da chamada Arte Popular nas décadas de 1960 / 1970. Roberto Rugiero, que buscava descobrir novos “talentos”<sup>193</sup> – aproveitando-se inclusive daquele humor do mercado de artes – conheceu Zé Coimbra justamente nos primeiros anos de 1970 e, assim, em pouco mais de cinco anos, as exposições foram se multiplicando – impulsionadas, justamente, pela maré da tal revalorização.

A Arte Popular perdeu, depois, o valor que as circunstâncias lhe imputaram – o que, em termos quantitativos, se refletiria, por exemplo, no preço das telas de Zé Coimbra. Mas, não somente essa modalidade de arte, também o Comunismo seguiu nessa senda: com a redemocratização política, a esquerda, que já saiu da clandestinidade dividida, se diluiu (PRESTES, 1984) nos diversos seguimentos que testemunhamos hoje; e o capítulo seguinte foi assistir (até mesmo pela TV) a derrocada da *Cortina de Ferro*.

Entretanto – e a recepção ao *Cavaleiro da Esperança* é testemunha desse fato –, Zé Coimbra, em 1984, ainda pintava telas (aliás, melhor do que nunca) e ainda advogava a sua crença na “verdade e na justiça”. Assim, a força de Zé Coimbra – como logicamente soer qualquer sujeito histórico – não repousava nos modismos do mercado das artes – mesmo porque ele já pintava

---

<sup>193</sup> “No início dos anos 1970 participei de uma pesquisa no eixo Rio/SP/BH que tinha como propósito identificar e apontar valores importantes das artes plásticas, que, por alguma razão, não faziam parte do circuito. No decorrer dessa pesquisa percebi que havia um número considerável de artistas populares praticamente desconhecidos. Havia alguns já com posição no mercado, como José Antonio da Silva, Heitor dos Prazeres, Chico da Silva, Agostinho Batista de Freitas. Mas vi que havia muitos outros. Visitando uma vez o crítico e artista plástico Quirino da Silva, cuja obra eu queria conhecer melhor, sua esposa Cilda, que era de Mococa, me falou de Coimbra e me mostrou a foto de um de seus quadros, maravilhoso.” (RUGIERO, 2012)

muito antes de se tornar reconhecido e jamais demonstrou algum interesse estritamente comercial nessa atividade –, nem muito menos repousa numa expectativa (difusa) de vitória na Guerra Fria. Aliás, vitória essa que, sem que nosso protagonista soubesse, era lentamente inviabilizada desde o final da década de 1970<sup>194</sup>. Sua força residia, sobretudo, na leitura original que ele propôs: na sua leitura de mundo; tanto das bases (a política) quanto das superestruturas (a arte). E – claro – essa força reside no fato de ter ele, combinado política e arte.

Além disso, em sua arte, a expressão das ideias nunca se afastou da expressão das emoções – de fato, essa relação é absolutamente comum na maioria dos artistas. Sob o verniz duma pintura engajada – engajamento esse impulsionado pela consciência de classe – repousavam pesados sentimentos; alguns dos quais inconscientes. Sentimentos esses que, agravados pela passagem do tempo, iam se avolumando nas extremidades dos desenhos do pintor e causando as desproporções que, na minha infância, me chamavam tanto a atenção:

Outra marca interessante na pintura de Zé Coimbra é a oscilação entre o rural e o urbano, o que leva a duas visões de mundo distintas: o artista ora desgarrado e ora integrado no mundo. Quando o pintor documenta a paisagem urbana, seus personagens ganham contornos expressionistas, o que podemos observar na deformação dos pés. Pés enormes, expressando a tentativa desesperada do artista de contato com a terra, que se diluiu na cidade grande. (CARDOZO, 2006, p. 14)

Os “pés grandes”, que, na verdade, são uma característica tardia da pintura dele – embora o fato de seus personagens estarem descalços parece

---

<sup>194</sup> Wilson Cano está entre os autores que apontam nessa década citada, o início da crise. Evidentemente, sendo economista, suas razões são de ordem econômica: por exemplo, uma desaceleração seguida da estagnação do PIB soviético (CANO, 2000, p. 205-206). Já Adriano Guerra (do PC italiano) defende que os dados econômicos não explicam o problema, apenas o expõe: “[...] Mesmo se se limita este discurso apenas ao quadro econômico, esta análise é insuficiente – ocorreu um processo mais amplo e mais difícil. Entre 1975 e 1979 (o ano mais duro da crise), vislumbrou-se o risco de crescimento zero, com a queda de todos os índices da agricultura e da indústria da URSS [...]. Tornou-se evidente, então, que o padrão de desenvolvimento alcançado não era mais governável com os métodos e as políticas que haviam servido para atingi-lo; a crise não ‘estourou’ repentinamente, mas amadureceu no bojo de uma progressiva ampliação do contraste entre desenvolvimento e exigências do desenvolvimento, de uma lado, e métodos e políticas da direção central, de outro” (GUERRA, 1988, p. 51).

ser uma constante em toda a trajetória de Zé Coimbra. Some-se a isso uma outra característica do seu desenho: as pessoas e mesmos os animais são um pouco retilíneos – penso aqui, inclusive, nos “personagens redondos” de Fernando Botero –; além do que, nos membros desses seres vivos, muitas vezes, está ausente a naturalidade do animal. Corpos, então, que mais se parecem com galhos de árvores (FIGURA – 25).

Somando-se, assim, aos pés descalços (e/ou grandes), essas deformidades nas personagens de Zé Coimbra, o que se parece indicar é que, mais do que animais (racionais ou não) elas (personagens) são árvores – talvez por isso tenha me impressionado aquela fala: “El alma del hombre es de pan” (indicada, aqui, na epígrafe do *Primeiro Capítulo*). Como tais, essas encontram-se desenraizadas como o próprio pintor – e, porque não dizer, como a esposa Aduugiza, que frequentemente cita algum acontecimento da infância que viveu no Ceará.

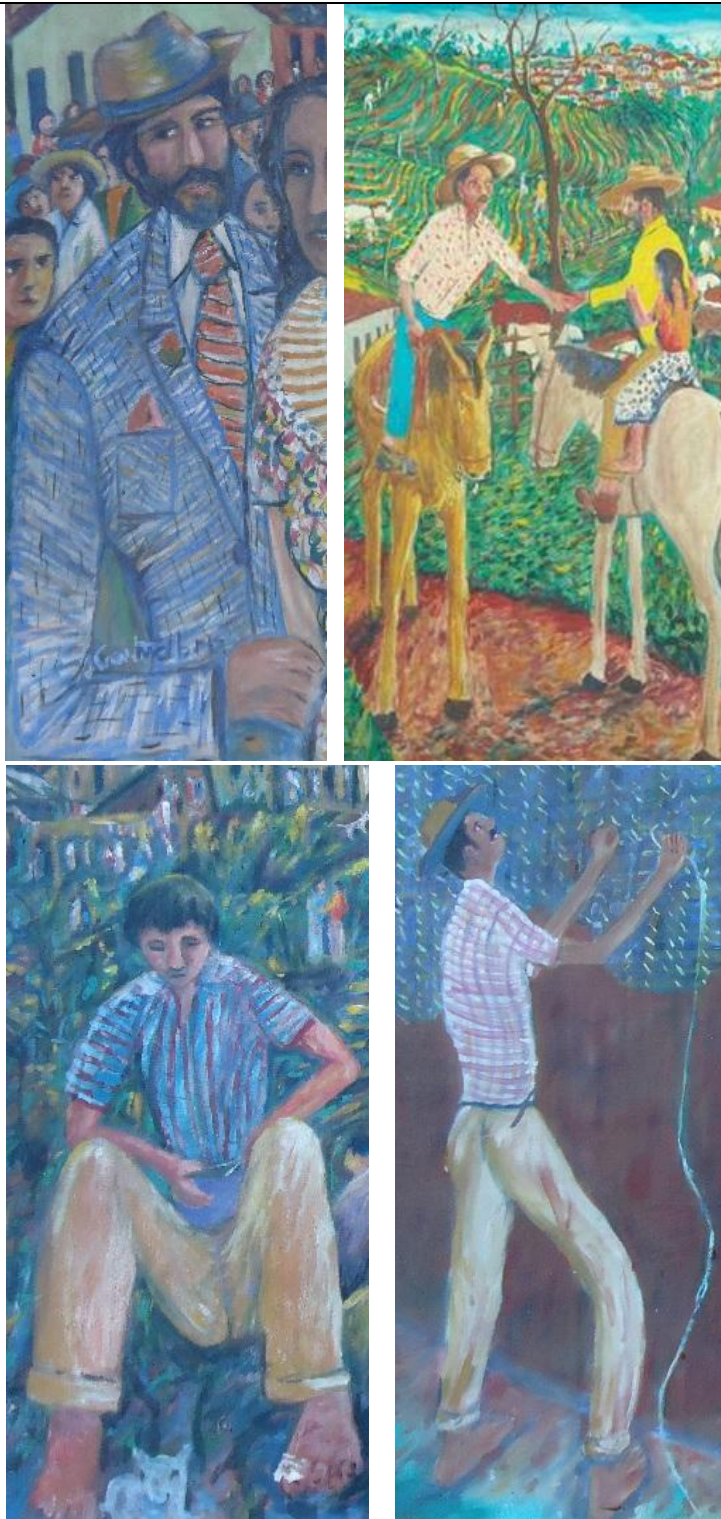
Em Zé Coimbra, a alma e o corpo são de pão, porque ambos são de terra. Ou melhor, não existe essa distinção cartesiana (*res extensa / res cogitans*):

R.P: Esse envolvimento é uma forma de dizer que a Arte é uma maneira de se relacionar com o sobrenatural?

José Coimbra: Mas o que é sobrenatural? Tudo é natural.  
(COIMBRA SOBRINHO, 1983)

Muito embora – não descuremos do fato de que – essa é *uma afirmação*: “tudo é natural”; e sendo assim, é sobretudo um compromisso do sujeito com um certo ideal. Talvez, enfim, esse compromisso seja um reflexo do desenraizamento do sujeito. Como o membro amputado; sem o qual é preciso seguir vivendo.

FIGURA – 25 – Fragmentos demonstrando as deformações nos membros.



### 4.3. USOS DO FUTURO

No livro de Carone (1979), na pág. 28, o autor está nos descrevendo as circunstâncias da vida de um militante. O nome dele era Ricardo dos Santos. Foi preso inúmeras vezes, eventualmente torturado etc. Aquela era menos uma vida do que um “Trabalho de Sísifo” e, porém, no final lemos: “Caiu como um homem de trabalho, sem fortuna e sem dívidas – mas limpo, ereto, forte.” (CARONE, 1979, p. 28)

Aqui mesmo, nesta tese, destacávamos essa circunstância que acompanhou, de muito perto e por muito tempo – quando não: a vida inteira –, aos militantes desses partidos políticos de cunho operário. Acabei de citar, no final do *Terceiro Capítulo*, o velho líder do PCB. Em 1971, alguns agentes (do terror) estiveram na casa dele interrogando sua esposa – ele era Gráfico, por profissão e havia produzido algum material considerado subversivo, pelo Regime. Depois ele foi levado e eles fizeram uso de eletrochoque – não quero entrar em detalhes. Meses depois de solto, os agentes do terror o levaram mais uma vez para o covil e, dentro de um avião, o velho líder político viu dois camaradas serem atirados do alto. “Eu não sei por que eles não me jogaram” – foi a frase que ele me disse naquele momento.

Diante disso tudo, emerge a questão: em que esses militantes se apoiavam? Qual era a base para a permanência de sua insistente luta? Que o sistema econômico é burguês, não resta a menor dúvida: ele se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção, pela exploração do trabalho assalariado etc. Mas, eventualmente, ele também apresenta certos traços de *antioperário* – como se a classe dominante não pudesse existir sem tornar a existência da classe dominada um martírio. Pouco importa que as divisões de classe se complexifiquem – descaracterizando a clássica dicotomia<sup>195</sup> –, diante do fato de que um Gráfico (entre outros trabalhadores) *deve ser* explorado e *deve aceitar* resignadamente essa circunstância. Talvez mesmo devêssemos

---

<sup>195</sup> Burguesia e Proletariado.

substituir o termo “Luta de Classes” por “Massacre de Classe”, pois uma luta pressupõe condições minimamente equiparadas.

Essa é a percepção resultante do desfecho, ou melhor, a lição da história – *magistra vitae est* –, porém e evidentemente, na escala desses sujeitos havia ainda aquela saída da caverna de Polifemo – o filho de Poseidon. Então, de volta ao caso, perguntaria-se: porque Ricardo dos Santos, o pai de Antônio Figueiredo, não desistiu de lutar (quando era mais fácil desistir)? Porque ele insistia numa luta (ora vista em perspectiva) inútil? Posto de lado agora, o idealismo, creio que é possível afirmarmos que aquela era uma questão de sobrevivência – ao menos nas ocasiões nas quais a violência de classe era mais intensa. Sobrevivência individual, sim: pois a exploração não se impõe limites a si mesma, mas, principalmente, sobrevivência enquanto coletividade:

O Bloco Operario e Camponez é o unico partido entre nós, organizado em torno de princípios definidos, baseado num programa de classe, defendendo interesses collectivos e não interesses individuaes. Sua política é uma política collectiva, de responsabilidade collectiva, e não uma política individual, de ambições pessoasas.

De tal sorte, não é por calculo ou demagogia, mas sim por sua mesma natureza intrínseca, que o Bloco Operario Camponez colloca a batalha eleitoral num terreno de classe.

Toda sua campanha visa traçar uma linha de demarcação bem clara entre as classes laboriosas, a cuja frente se acha o proletariado propriamente dito, e as classes parasitarias e exploradoras, a cuja frente se acha a burguezia propriamente dita. (BATALHA, 1928, p. 01)

Ressalto. Mesmo que a dicotomia (burguesia/proletariado) não continue sendo hoje o que ela foi na época do Bloco Operário e Camponês.

Em todo caso, falarmos em luta pela sobrevivência nos impele a pensarmos que os sujeitos não tinham escolha! Na verdade, o problema vai muito além da ideia de escolha; uma vez que ela (a ideia) pressupõe que existam *alternativas*. Nesse caso, *lutar* poderia resultar na destruição individual do sujeito – ainda que coletivamente garantisse a sobrevivência da classe. Pois, como acabamos de citar, os militantes comunistas eram, eventualmente, lançados do céu para morrerem. Enfim, a morte ou a prisão: “Amargando nos cárceres o crime de ser consciente”. (AMARGANDO, 1928, p. 01)

Portanto, devemos admitir que não estava “evidente”, para os sujeitos, os resultados do embate; e, por outro lado, o preço a ser pago – fossem os resultados o que se esperava deles ou não –, esse sim, era bem conhecido. Um preço que era muito alto e que pagava-se quer com suor e lágrimas, quer com sangue.

Pensemos em Zé Coimbra. O que foi feito dos seus esforços? Suas telas, onde inscreveu engajamento e vivência, estão em mau estado de conservação – é difícil precisar, mas entre um terço e a metade delas, precisa ser restaurada; sua memória não deve atravessar a próxima geração; e o Comunismo, enquanto alternativa de sociedade perdeu seu vigor. A propósito, mesmo, a inserção do nosso protagonista na política partidária, por exemplo no frustrante apoio a Adhemar de Barros ou com os sucessivos apoios ao MDB – numa versão mais pragmática de si mesmo – termina na década de 1970<sup>196</sup>. Tudo isso foram tentativas, das quais, incólumes, restam apenas os motivos – e nada mais. No mesmo sentido, é possível imaginarmos que alguns trabalhadores lutassem para mudar o mundo mesmo quando o perigo de tal luta indicava que desistir seria a melhor opção. Isso serve como uma “medida de vontade” que nos revela a visão que esses trabalhadores tinham sobre o papel deles no mundo, portanto, um mundo “feito de vontades”.

Em Ribeirão Preto-SP – não obstante, o nosso protagonista ter se manifestado favorável ao ex-ministro da agricultura Wagner Rossi (numa eleição para deputado estadual em 1982, pelo PMDB) – a militância restringiu-se ao simbolismo pictórico. Foi também o período em que ele teria presenteado, com uma tela, o embaixador da União Soviética (em São Paulo) e período no qual a sua aproximação com a esquerda democrática resultou

---

<sup>196</sup> De fato, tendo em mãos o título de eleitor de José Coimbra Sobrinho, noto que, tendo sido esse título (seu último) emitido em 1970, em Mococa (município no qual ele residia desde 1961), as eleições em que constam as participações do titular, foram aquelas de 70, 72, 74, 76 e 78. A partir daí, todas as lacunas (para a assinatura do presidente da seção eleitoral) estão em branco. Logicamente, em 1978, tendo José Coimbra se mudado para Ribeirão Preto, ele precisaria se deslocar até Mococa, na ocasião das eleições; circunstância que nunca se deu. Também já não havia quase nenhuma manifestação do sujeito, em termos político-partidários. É talvez útil apontar que, foi durante a eleição de 1978 que ele perdeu sua filha (perda, aliás, seguida imediatamente da citada saída de Mococa, rumo a Ribeirão Preto).

numa tentativa de “doutrinação” do filho mais novo: o “jovial André”<sup>197</sup>. Aliás, essa doutrinação contraria aquela nossa avaliação, segundo a qual Zé Coimbra não permitiu que o comunismo participasse de sua família. Mas, o fato é que nosso protagonista – talvez tendo por base uma leitura otimista do contexto histórico – foi aos poucos transmitindo aquele ideário: ao menos o filho mais novo pode compartilhar daquela “etapa” vivida pelo pai.

É esse também o período em que ele não imaginava mais que a utopia seria construída por sua própria geração. Agora era necessário deixar “moço revolucionário que desponta” a árdua missão de uma “derrubada violenta de toda a ordem social existente” (MARX; ENGELS, 1998, p. 69). Esse reposicionamento se deve – muito provavelmente – ao fato de que Zé Coimbra já enxergava as coisas (pensadas e vividas) numa perspectiva passada. Quando diz “[...] meus filhos vão desfrutar da minha arte” (A. M. COIMBRA 2012); “[...] a vida pertence aos moços” (MORREU, 1985); está também “escrevendo” outros testamentos, tal qual aquela carta: “Deixo hoje” (COIMBRA SOBRINHO, 1984/a).

Portanto, é correto dizer que ocorreu um certo recuo do sujeito, em relação ao seu comunismo inicial – de fato, o próprio Comunismo, naquele momento, recuou em relação às posições originais. A propósito, o lugar social de Zé Coimbra mudou, sobretudo, na relação dele com os pares. Pois, se de um lado ele continuou na oposição contra o poder constituído, por outro lado, a “operação intelectual” encontrou um novo e poderoso canal: a *arte*. Ele buscou uma outra forma de recepção para suas ideias e isso, *a fortiori*, resulta da circunstancia de ter deixado a prática propriamente dita, para militar no campo das ideias. Ou, para ser mais preciso, ele *foi levado* a deixar a prática em razão do contexto histórico e, possivelmente, também em razão do próprio desgaste, que ele começava a sentir.

---

<sup>197</sup> Como dissemos outrora (no subcapítulo “Dificuldades Enfrentadas”), na “União Cultural Brasil-União Soviética” – associação criada pela chamada Esquerda Democrática – havia cursos diversos, os quais, como não poderia deixar de ser, mostravam-se permeados por apologias àquele país socialista. André teria tido aulas de russo (o idioma).



Assim, de uma certa maneira, ele já estava admitindo a sua derrota pessoal. Não obstante, é possível afirmarmos que Zé Coimbra não duvidava da vitória final do “bem” (o trabalhador) contra o “mal” (o capitalismo), nem colocasse em dúvida o sentido da existência humana: “[...] você deve sempre que puder, caminhar pelos mato, olhar para o céu e pensar, pensar no que estamos fazendo aqui, de onde viemos e para onde vamos” (MORREU, 1985). Que o destino do homem resultava nessa epifania – um destino que atava os nós e um “nós” e, desse modo, um destino coletivo – era algo que Zé Coimbra preferia pensar, era o seu “ser para si”, o autorretrato que ele acabou pintando. Mas, esse autorretrato, por sua vez, se nos mostra tanto mais utópico quanto mais o “*fin de siècle*” se aproximava. O que não significa que fosse plausível, naquele período, apregoar o caráter utópico da empreitada moral de Zé Coimbra: apenas com a visão em perspectiva é possível que o façamos.

De todo modo, nos resta ainda considerarmos a pergunta: qual a extensão dessa ideia? Sim. Porque a vitória do bem contra o mal (nos moldes indicados no parágrafo anterior) não é nada além de uma ideia. Ela também aponta para uma aparente contradição no pensamento do nosso protagonista. Pois, se o mundo era, a princípio, feito de vontades – e essa é uma *conditio sine qua non* de qualquer “ativismo” – como justificar essa teleologia (a vitória do bem contra o mal)?

Primeiro, quanto a essa pergunta: qual a extensão da ideia, ou seja, a teleologia. Creio que não podemos falar de mensuração, nesse caso. Como o verso “*there are no boundaries in the light*”<sup>198</sup>, a ideia de Zé Coimbra não tem forma, mesmo porque não se refere a um plano de ação. Tal qual as deformações nas extremidades dos seus desenhos – que interpretei como uma tentativa de (re)enraizamento do homem que o sujeito acabou se tornando – essa sua “explicação” da história (a teleologia) repousa muito além do real e do simbólico; embora se manifeste “através” desse último elemento. Essa explicação nutre-se daquela convicção que permite dizer que Ricardo dos Santos “caiu como um homem [...], sem fortuna e sem dívidas – mas limpo,

---

<sup>198</sup> “Não existe fronteiras na luz” – do poema “Quarry” do norte-americano Paul Auster.

ereto, forte” – e convicção essa que não se fundamenta, simplesmente, na experiência (com suas dores e perdas), tampouco se desliga dela, por completo – posto que um movimento de pescoço, do militante, permite que ele veja, em torno de si, os camaradas que, perdendo a luta junto dele, não se perdem uns aos outros.

Assim, o conceito que mais se aproxima dessa ideia é, provavelmente, aquele de “Ucronia”, apontado por Alessandro Portelli (1993). Pois, da mesma forma que indicamos antes, com a relação a Zé Coimbra, uma intensificação do pensamento fantasioso (sob a nossa perspectiva) na proporção direta do desfecho do século XX – com todas as (in)certezas que isso trouxe, acerca do comunismo – o exercício ucrônico funciona como uma espécie de mecanismo de defesa:

Como o desejo e a esperança por uma revolução e pelo socialismo foram removidos da agenda do partido e eliminados de discussões abertas, os militantes se enterraram cada vez mais profundamente na imaginação e nas memórias dos ativistas e reemergiram em fantasia, sonho e folclore. (Ibidem, p. 44)

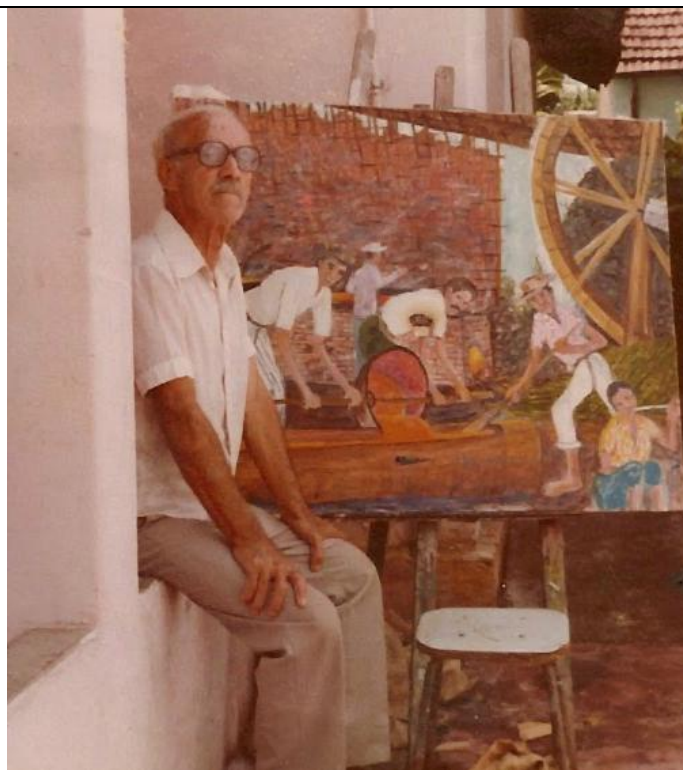
Portanto, assim como ocorre, ao problematizar-se as “múltiplas possibilidades de entendimento e atribuição de sentidos” a um acontecimento, ao longo do tempo (GONTIJO, 2014, p. 47), costuma-se falar – nos estudos de História do Tempo Presente – em “usos do passado” ou “novo passado”; (SARLO, 2005, p. 19), pensamos ser possível falar, aqui, em “usos do futuro”.

É nesse sentido que, tal como se ansiava outrora pelo chamado Paraíso Terrestre – e as Grandes Navegações demonstraram que essa ideia era absurda –, podemos compreender essa “ilusão” – ou, porque não dizer: esse filtro – segundo a qual haveria um “tempo melhor”, um mundo futuro onde os sofrimentos e as injustiças teriam fim. Ora. Isso que estou chamando de ilusão alimentou a alma de milhares, talvez milhões de pessoas desde pelo menos o advento do socialismo (*stricto sensu*) no século XIX, independentemente do “conflito entre uma racionalidade do mundo concreto e o sonho” (PORTELLI, 1993, p. 46). E é claro, Zé Coimbra (FIGURA – 26) também comeu desse pão.

---

**FIGURA – 26 – Zé Coimbra em 1983.**

---



Enfim, seria errôneo afirmar que, na perspectiva do nosso protagonista, a crença na transformação do mundo se propagando a partir da experiência soviética, não era certa, incorreta, ou inadequada. Esse é um juízo que, em função do distanciamento, temos a privilégio de realizar. O caso é que daquilo viveu, Zé Coimbra assistiu um sem número de reviravoltas e, se nunca veio a negar a importância do viés institucional (o Partido), é razoável dizermos também que seu interesse por esse viés arrefeceu naqueles últimos anos de sua vida. Houve aquele encontro com Luís Carlos Prestes (em 1984), mas ele não resultou num reencontro com o Partidão – do qual, aliás, o próprio Prestes estava afastado.

Por outro lado, a esperança nunca diminuiu e com ela, a convicção de *ser um comunista*, certamente manteve-se firme até o final. Mesmo porque, como temos asseverado, essa esperança não se apoiava integralmente nos fatos, mas sim, também em juízos de valor e sentimentos, mesclados com

ideias – das quais, hoje, temos o poder de falar que foram ingênuas – acerca do futuro do mundo. Esperança que é a solução de continuidade entre Zé Bia, Zé do Grupo, Zé Coimbra e da qual os *outros* ainda se lembram.

“Você sabe que seu avô morreu intoxicando das tintas” (A. M. COIMBRA, 2012). Sentenciou Aduagiza, a esposa de Zé Coimbra. Um juízo equivocado, pois ele se medicava em razão duma alta taxa de colesterol, tendo, depois, sofrido um infarto. Portinari, segundo dizem, morreu por contaminação e, de um modo geral, as tintas óleo são nocivas à saúde. Mas, não é possível menosprezar o detalhe: o artista morrendo em consequência de uma “vocação”.

Por outro lado, no fundo desse equívoco, descobrimos o cuidado daquela pessoa tão próxima que, mesmo sem ter conseguido compreender o marido sonhador, dividiu sua vida com ele. Eventualmente, sob o malabarismo dele, essa esposa encontrava ali, como a rede de segurança aparando-lhe os saltos. Quando caiu, Zé Coimbra caiu com todos os filhos a sua volta. E ele morreu do coração.

## CONCLUSÃO

Chegamos aqui ao final. Nesse ponto, além de tudo o que foi feito, nos inclinamos a recordar aquilo que ficou por fazer. Assim, me vejo impelido a reconhecer que muitos caminhos “ensaiados” foram postos de lado, quer em razão da fragilidade deles – ou melhor: “temeridade”, pois, o sentido é o mesmo – quer em razão dos limites intrínsecos da nossa pesquisa. Aliás, ela deveria chegar até esta conclusão em algum momento. Mas, o essencial foi mantido, desde o projeto até o último capítulo da tese.

De qualquer forma, se é útil a referência às perguntas que permaneceram como um *coup de dés*, lançadas à sorte, eu creio que a ideia do Intelectual Orgânico – o mesmo que em Gramsci – se utilizada colocaria o debate sobre os *inspirés*, e que fora apenas mencionado, em outro patamar. Talvez sob a sua aparente insignificância, a forma como viveu e morreu etc., não tenha ficado evidente a provável tensão, imposta por Zé Coimbra, no modelo de Intelectual. Aliás, a sobreposição do referencial comunista, ao referencial espiritualista e – óbvio – ao referencial primitivista, obumbraram significativamente a nossa avaliação.

Da mesma forma, uma outra questão congruente foi posta de lado posto que resultaria num afastamento do núcleo de nossa análise. Originalmente Carlo Ginzburg teria proposto um esquema simplificado (MELLO; SILVA JR., 2006, p, 144) composto pela dicotomia: *cultura oral* e *cultura escrita* (dominante); sendo que a “Circularidade” operava através desses dois polos. Entretanto, (aqui) em nosso estudo, se pudéssemos falar em Circularidade, o mesmo não seria possível com relação aos polos daquela dicotomia, do historiador italiano. Se existe uma “cultura dominante”, representada, por exemplo, pelos caciques da economia e política locais – e que toleravam Zé Coimbra –, existia também uma “cultura popular” (não necessariamente oral), assim como uma “cultura comunista”; e o meu avô estava entre os três pontos da tríade.

Evidentemente, o esforço de Zé Coimbra – e, nesse ponto, receio ter sido até mesmo repetitivo – consistia em popularizar, ou melhor, “deselitizar” a cultura dominante para, como que por “contágio”, dissolver a dominação *de dentro para fora* – ou apenas: desarticular a hierarquia social retirando-lhe a máscara de legitimidade. Ainda assim, a existência do erudito-dominante, ao lado do popular-dominado é fato, como também é inegável que o Comunismo, mesmo destinando-se ao polo do dominado, não é parte dessa cultura popular.

O Comunismo é o “elemento exótico” nesse esquema: popular/erudito, pois esse mesmo esquema está fundamentado numa determinada “forma social”, forma essa que nada mais é senão a conhecida pirâmide. Desde as greves da plebe romana, conhecemos esse modelo social. Aliás, é justamente a ele que se referiam Marx e Engels, quando afirmaram que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 40). Nesse sentido, o Comunismo é o elemento exótico justamente por não existir de fato – embora exista como ideia. Ele é um “projeto de sociedade”, projeto no qual a pirâmide seria abolida e, assim, já não se falaria em popular/erudito.

Ao lado dessas dúvidas – e dúvidas para com Gramsci e Ginzburg – penso que houve uma proposição não completamente acabada, qual seja aquela do Comunismo Fantástico. Nesse sentido, devo retomar seus pressupostos e estruturá-la melhor, pois a existência desses fenômenos híbridos, numa sociedade de origem colonial – como a nossa – são há muito conhecidos e discutidos nas ciências humanas (vide: o Antropofagismo, os Índios Misturados, o Terecô etc). Evidentemente, o caráter idiográfico da Pesquisa em História, e *a fortiori* da Micro-história, dificilmente é redutível a tais “construções teóricas” – sejam elas híbridas ou lídimas. Mas, por outro lado, não existe uma regra de caráter absoluto e que proíba as generalizações na História. O próprio conceito de Classe Social é uma generalização – até certo ponto grosseira – mas, muito bem vista entre nós.

Bem. Há também aquilo que efetivamente alcançamos. A nossa maior preocupação, a qual até mesmo orientou nossa lida com as fontes, ou seja, a

referência do sujeito ao Comunismo, nos parece agora solucionada. Mas, assim como pressupunhamos inicialmente, o vínculo direto entre Zé Coimbra e o PC – se ocorreu – não legou documentação. Lembrando sempre que o Partido existiu na clandestinidade durante quase toda a sua trajetória (pelo menos até a legalização definitiva, em 1985). Assim, em ter considerado a veracidade das fontes orais, Zé Coimbra ora “participou” de ações ilegais (aquelas praticadas por comunistas ou em nome deles), ora “simpatizou” com o Partido. Segundo nossa maneira de pensar, *isso faz dele um comunista*: o conjunto de aspectos, ou melhor, a vida que ele viveu intimamente relacionada (ideias, sentimentos etc.) ao Comunismo. O leitor poderá, naturalmente, discordar dessa proposição, e mesmo assim, o nosso texto permanece íntegro, na sua lida com as experiências e pensamentos do sujeito acerca desse mesmo comunismo.

Um dos desdobramentos dessa prerrogativa nos permite romper com a ideia implícita de que o movimento comunista se confunde com os partidos comunistas (mundo afora). Ideia, aliás, que nos conduziria, em última análise, a correlacionar os próprios partidos comunistas – e com eles os camaradas – ao “Kommunistícheskaya Pártiya Sovétskogo Soyúza” (a matriz; na URSS). Trata-se de uma perspectiva institucionalizante do movimento. Nada mais absurdo do que isso, posto que, seguindo a predição marxista, os partidos políticos – etapa necessária do desenvolvimento social e político – seriam suprimidos da (vindoura) Nação do Proletariado.

Outro desdobramento da prerrogativa<sup>199</sup> – esse menos óbvio, porém mais importante – nos remete à própria natureza do Comunismo. Assim perguntas como: o que enfim é o Comunismo (?); de que maneira os comunistas são o que são se o Comunismo não existe de fato, mas apenas enquanto utopia (?); como uma utopia dessas, sem fundamentos milenaristas, pôde ser levada tão “a ferro e a fogo” pelos seus sectários (?); todas elas desabrocham diante dos nossos olhos, quando assistimos alguns exemplos de vida. O sujeito ao qual nos reputamos: esse Zé Ninguém, aparentemente

---

<sup>199</sup> Aquela segunda a qual o nosso protagonista, por ter vivido como viveu, deve ser abarcado pelo halo do Comunismo.

pensava/sentia o Comunismo como seu lugar no mundo, uma identidade tal qual aquela brilhante heresia era a identidade de Domenico Scandella (no texto de Ginzburg).

Por outro lado, Zé Coimbra foi um comunista, mas sua família não foi; sobretudo sua esposa<sup>200</sup>. Aqui a analogia com aquele militante do *P.C.Brasileiro* é inevitável. Aquele homem, que poderia ter sido lançado do avião em pleno voo e, deste modo, ser “enterrado no ar”, contava com a solidariedade da esposa e, sobretudo com a solidariedade da filha (a qual, me parece, foi também detida no final da década de 1970). Por conseguinte, mesmo que esse grupo tão próximo (a família) não tenha muita importância na execução do “projeto de mundo” dos comunistas – fato do qual eu busquei sempre demonstrar discordância, trazendo à baila uma argumentação Difusionista – nossa proposta foi tensionar o pensado e o vivido, a partir das relações deslindadas dentro desse grupo.

Repousa nessa tensão o caráter Micro-histórico de nossa abordagem. Posto que, ao lado de J. Revel, entendemos que trata-se, a mesma Micro-história, de uma *outra maneira*<sup>201</sup> de olharmos para os *mesmos problemas* e não de uma nova área de pesquisa etc. Sei que não houve sequer um subcapítulo explicitando tal questão e se isso foi um erro, então nós erramos. Em todo caso, essa pausa para tratar de nossa abordagem revestiria-se, inevitavelmente, do aspecto de uma “nota de rodapé” – único local em que, segundo penso, seria adequado apresentá-la.

---

<sup>200</sup> Nesse caso, eu diria: “muito pelo contrário”. Dona Adaugiza, talvez movida por ideias e preconceitos de sua família linear (os quais ela levou consigo por dote), nunca aceitou o posicionamento do marido, por mais que esse posicionamento, fundado numa leitura adequada do mundo (a leitura marxista) fosse “convicente”. Além disso, era um posicionamento do próprio marido e ela, como afirmamos no presente texto, pouco contato estabeleceu com a “sociedade envolvente” (uma referência antropológica à dicotomia que se estabelece entre uma sociedade indígena e a alteridade não-indígena). Em suma, a (mera) *opinião* dela divergia da reflexão mais aprofundada de seu marido, por motivos que aqui não nos ficaram claros.

<sup>201</sup> “A micro-história nasceu a partir de uma série de propostas enunciadas há dez anos ou quinze anos [1975-1980] por um grupo de historiadores italianos dedicados a empreitadas comuns. Não constitui absolutamente uma técnica, menos ainda uma disciplina, ao contrário do que por vezes tentou-se fazer dela [...]. Deve na verdade ser compreendida como um sintoma: como uma reação a um momento específico da história social, da qual propõe reformular certas exigências e procedimentos”. (REVEL, 2000, p. 08)



Ao final, no último capítulo, sugerimos uma interpretação mais generalizante para um determinado aspecto da *Weltanschauung*<sup>202</sup> do sujeito. Propomos que ele, tendo pertencido a uma geração anterior à Queda do Muro de Berlim, desfrutava do privilégio da incerteza (com relação ao desfecho da Guerra Fria). Minha geração, ao contrário, não possui esse “álibi” para sonhar. No que pareceria uma excentricidade propor, hoje, uma nova “Coluna” ou tentar reproduzir, em nosso país, a “Revolução Cultural”. Assim, minha geração herdou a ressaca: uma batalha universal entre dois tipos de sociedade foi travada (no século XX) e a vitória – mesmo que não absoluta – do Capitalismo, precisou ser digerida por nós – mas, há quem o vomite, sem contar as frequentes indigestões. Somos a geração de uma vitória que não é nossa, a vitória de um adversário que nem sempre se mostra enquanto tal.

A geração de Zé Coimbra, por seu turno, contemplou a vitória do Socialismo. Claro que o modelo soviético, ou o cubano (etc.) têm seus limites, mas, aqueles povos venceram e, por um momento – um momento que durou décadas – a força de seus exemplos contagiou militantes de todas as partes do ecúmeno. De todo modo, no Brasil, eles foram vencidos. Essa geração privilegiada, a geração dois “Dois Mundos” (Oeste e Leste), não obteve o resultado esperado em nosso país, porém, vencidos – que eles foram – experimentaram o gosto da vitória; e essa taça – o que vou dizer agora é nada mais do que uma opinião – ficou quase seca.

Não estou afirmando, como o fez aquele ideólogo conservador: o Francis Fukuyama, que chegamos ao “Fim da História”<sup>203</sup>, nem penso que as utopias são coisa de um outro tempo – mais romântico, digamos. O caso é que a balança pendeu drasticamente para o outro lado: aquele do capitalismo; depois que a União Soviética foi desmontada. O primeiro passo – suponho – para reverter a desvantagem, é compreender o que deu errado na implantação do Socialismo e buscar novas estratégias de ação.

---

<sup>202</sup> Traduzido como “Visão de Mundo”, trata-se daquele conceito arqui-conhecido da Sociologia do Conhecimento. É preferível, nesse caso, lançarmos mão do termo estrangeiro, para que sua recepção seja inequívoca.

<sup>203</sup> “The End of History and the Last Man”, o livro de 1992, no qual Fukuyama “analisava” precipitadamente a derrota do Comunismo frente ao Capitalismo.

De qualquer forma – isso é óbvio – o objetivo deste texto, que encerramos aqui, não depende dos rumos da União Soviética. Uma nação que certamente povoou os sonhos de vários militantes fora de suas fronteiras: sonhos de que ela se alargaria para abraça-los; também durante a vigília. Portanto, uma nação presente no imaginário de Zé Coimbra e, só à medida que aí esteve, ela também nos interessa. Posto que procuramos pela pessoa cuja vida não se esgota num “ser comunista”; ao mesmo tempo que não se afasta nunca desse ponto de apoio.

Portanto, a extinção das nações socialistas, não implica na extinção do Comunismo e muito menos dos comunistas. Do que decorre a conclusão óbvia: o resultado é positivo. Nosso trabalho – representado neste texto – e a trajetória de vida do sujeito “deram certo”. Uma certeza (aquela trajetória de vida) que sinaliza, na linha de frente, incitando os camaradas a avançarem contra as barricadas do adversário? Talvez. O fato é que outros balanços precisam ser feitos pelo historiador dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais.

Enfim, creio este texto respondeu às nossas expectativas – e não me refiro, agora, ao seu objetivo acadêmico. Claro, veremos – futuramente, quando a perspectiva temporal se nos oferecer – o quanto tais expectativas se legitimam; pois sempre é possível que mudemos de opinião (no que se refere a este mundo). Não é impossível, por outro lado, que mudanças radicais (no próprio mundo) aniquilem com velhas expectativas, mesmo que num lapso muito curto de tempo.

O que temos hoje e que há muito se mantêm de pé é a injustiça social: fundamentada na apropriação (ou expropriação) privada da riqueza produzida socialmente. Àqueles para os quais essa realidade, a realidade da injustiça, não é auto-evidente, resta ainda um termo para diagnosticar tal cegueira: Ideologia. Um velho conceito que, no entanto, segue sendo útil.

Em função dessa injustiça, coisas (“velhas” também) como o Comunismo também se mantiveram. Traço característico da dialética, nada permanece existindo sem desencadear sua própria oposição; nem pode se

elevar tanto que não se arrisque sempre mais a cair. Da mesma forma, a Antropologia já nos ensinou que o rigor (e insistência) das punições nunca consegue mascarar o vigor dos delitos. Como nas palavras – sempre espirituosas – do jornalista Eduardo Galeano:

Na parede de um botequim de Madri, um cartaz avisa: Proibido cantar. Na parede do aeroporto do Rio de Janeiro, um aviso informa: É proibido brincar com os carrinhos porta-bagagem. Ou seja: Ainda existe gente que canta, ainda existe gente que brinca.

Um ensinamento que converge perfeitamente com o debate entre Thompson e Althusser<sup>204</sup>. Contra a argumentação metafísica do francês, segundo a qual as estruturas sociais geram a ação, Thompson afirmou a precedência lógica do sujeito. Assim como não se proibiria o canto nem a brincadeira se não houvesse aqueles que decidiram cantar ou brincar.

Eu, então, acrescentaria ao raciocínio de Galeano, tendo analisado minuciosamente a vida do Zé Ninguém que deu o título ao presente texto, que: *ainda existe alguém que sonha*.

---

<sup>204</sup> No texto “Miséria da Teoria”.

## FONTES

ALVES, Maicon. O frágil alicerce do sobrado. *Margem Plural*, Mococa-SP, 2011. Disponível em: <<http://www.got-blogger.com/margemplural/?form=show>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

AMARGANDO nos cárceres o crime de ser consciente. *A classe operária*, Rio de Janeiro, p. 1, 01 maio 1928.

ANANIAS, Sebastião V., 62 anos, ex-genro de José Coimbra. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 06 de agosto de 2012.

ARTE popular pelo olhar treinado de um especialista do gênero. *Revista Arte! Brasileiros*, São Paulo, n. 5, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/2010/08/03/a-arte-popular-pelo-olhar-treinado-de-um-especialista-do-genero/>> Acesso em: 13 maio 2013.

AS NOSSAS praias e o seu embelezamento: legenda e fotografia. *A tribuna*, Santos, 1934. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos202a.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

ASPECTO parcial de Santos: legenda e fotografia. *A tribuna*, Santos, 1934. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos202a.htm>>, Acesso em: 17 abr. 2012.

BATALHA de classe. *A classe operária*, Rio de Janeiro, p. 1, 25 ago. 1928.

BIZELLE, Edmilson A. *O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de caso – a cidade de Fernandópolis*. 1993. 235 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CARDOZO, Getulio, 62 anos, advogado e amigo de José Coimbra. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 20 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. A arte poética dos “primitivos” e “ingênuos”. *A Cigarra*, Mococa-SP, p. 5, jun. 1996.

\_\_\_\_\_. O mundo segundo Zé Coimbra. *A Mococa*, Mococa-SP, p. 14, 29 jul. 2006.

\_\_\_\_\_. O ocultista e o comunista. In: MOCOCA (Município). Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Mococa. *Exposição Vida e Obra de Zé Coimbra* – livreto. Mococa-SP: Museu de artes plásticas “Quirino do Silva”, 1992. p. 9.

CASQUELL, Laís R. Associação feminina: as memórias e as histórias comunista em Fernandópolis (1949). In: Simpósio Nacional de História, 26. 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-12.

CAZAL, Manuel. *A. Corografia Brazílica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

CELESTE, Marcos. *Cabeceiras do Rio Pardo: ocupação e formação da região de Caconde-SP (1765-1820)*. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca.

COIMBRA, Aduigiza M., 87 anos, esposa de José Coimbra. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 20 de abril de 2012.

COIMBRA, Edmundo F., 66 anos, filho de José Coimbra. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 31 de dezembro de 2013.

COIMBRA, Euclides A., 53 anos, filho de José Coimbra. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 8 de julho de 2014.

COIMBRA, Zelinda A., 67 anos, filha de José Coimbra. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 29 de setembro de 2012.

COIMBRA expõe em São Paulo. *Jornal da Cidade*, Mococa-SP, p. 3, 24 maio 1981.

COIMBRA SOBRINHO, José. A arte é uma luz em tudo isso: depoimento. [abril, 1983]. Mococa-SP: *O Repórter do Povo*. Entrevista concedida a Silas Nogueira.

\_\_\_\_\_. *Deixo hoje: carta aos filhos e à esposa*. Ribeirão Preto-SP, 10 set. 1984/a.

\_\_\_\_\_. O “*arquivo de madeira*”: anotações de José Coimbra no fundo de uma gamela de madeira. Mococa-SP, ago. 1971. Acervo de Mariza Coimbra de Pauli.

\_\_\_\_\_. O homem do século. *Jornal da UMU*, Mococa-SP, p, 1-4, jul. 1984/b. Suplemento: Luís Carlos Prestes em Mococa.

\_\_\_\_\_. “Pascua” – poema que acompanha o esboço da avó Rita. Ribeirão Preto-SP, [ca. 1980].

\_\_\_\_\_. *Querido irmão Miguel*: carta ao Miguel Coimbra. Ribeirão Preto-SP, 4 jun.1985.

\_\_\_\_\_. Uma arte cheirando terra e gente: depoimento. [fevereiro, 1976]. Mococa-SP: *Formigão*. Entrevista concedida a Getúlio Cardozo e Silas Nogueira.

DE PAULI, Mariza C.; OLIVEIRA, Cristina C., 56 anos e 58 anos (respectivamente), filhas de José Coimbra. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 15 de junho de 2014.

DÍAS, Marco. J Coimbra. In: INSTITUTO NACIONAL DE BELLAS ARTES. *Pintores populares y 3 grabadores de Brasil* – livreto. Ciudad de México, jun. 1980.

DICIONÁRIO dos nomes das ruas, praças e avenidas de Passos. *Caminhos de Passos*, Passos-MG. [ ca. 2010]. Disponível em: <<http://www.dicionariodasruas.com.br>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

EM MOCOCA. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, 04 out. 1930.

FALLEIROS, Alcides. Mirandópolis: Cronologia das datas históricas. *Diário de Fato*, Mirandópolis-SP, 28 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.diariodefato.com.br/display.php?codigo=14960>>. Acesso em: 28 nov. 2009.

FERNANDÓPOLIS (Município). *Caracterização geral do município*. [ca. 2000]. Disponível em: <<http://www.fernandopolis.sp.gov.br/portal/principal.asp?id=86>>. Acesso em: 05 out. 2012.

FERREIRA, Luiz F. *São Sebastião do Paraíso: história e tradições*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1973.

FORMIGÃO X Prefeito: entrevista. *Formigão*, Mococa-SP, ano 1, n. 5, maio 1976.

FRIDERICHS, Edvino. A. *Panorama da parapsicologia ao alcance de todos*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)>, Acesso em: 12 outubro 2013.

\_\_\_\_\_. *Contagem da população 2007*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>, Acesso em: 20 setembro 2013.

\_\_\_\_\_. *São Sebastião do Paraíso: senso agropecuário de 2006*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)>, Acesso em: 12 outubro 2013.

FURLANI, Rita. I., 61 anos, filha de José Coimbra. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 12 de outubro de 2012.

HISTÓRIA de nossa gente – Passos 150 anos. *Folha da Manhã*, Passos-MG, 2000. Edição especial.

MARCHAND da resistência: Roberto Rugiero. *Revista Raiz*, São Paulo, n. 2, Jan. 2006. Disponível em: <[http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=81&Itemid=95](http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=95)>. Acesso em: 05 maio. 2013.

MARIGHELLA, Carlos. Nossa política. *Problemas: Revista Mensal de Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 12, jul.1948.

MELO, Dafne. A face civil da Ditadura Militar. *Duetto*, 23 out. 2009. [S.l.]. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/a\\_face\\_civil\\_da\\_ditadura\\_militar\\_impprimir.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/a_face_civil_da_ditadura_militar_impprimir.html)>. Acesso em: 06 dez. 2014.

MINAS GERAIS (Estado). Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. CPRM: Serviço Geológico do Brasil. *Mapa Geológico do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2003.

MORAES, Washington J., 64 anos, amigo de José Coimbra. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 23 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Seu Zé Coimbra. In: MOCOCA (Município). Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Mococa. *Exposição Vida e Obra de Zé Coimbra* – livreto. Mococa-SP: Museu de artes plásticas “Quirino do Silva”, 1992. p. 9.

\_\_\_\_\_. José Coimbra Sobrinho (Tire o chapéu!). *Nonada*, Mococa-SP, p. 1-4, jul. 1997.

MORREU José Coimbra de enfarte, 5a feira dia 27 de junho, na Santa Casa de Ribeirão Preto. *A Mococa*, Mococa-SP, p.3, 30 jun. 1985.

NOGUEIRA, Silas. Coimbra: um universo de cores na alma. [1980]. In: MOCOCA (Município). Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Mococa. *Exposição Vida e Obra de Zé Coimbra* – livreto. Mococa-SP: Museu de artes plásticas “Quirino do Silva”, 1992. p. 9.

OLIVEIRA, Cristina C., 58 anos, filha de José Coimbra. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 17 de dezembro de 2014.

ORFEI, Maurizia. *Prentice Mulford e sua obra*. [S.l.: ca. 2000]. Disponível em: <<http://rosacruzdobrasil.org.br/prenticemulfordsuaobra>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

PASCHOINI, Guerino. J. Entrevista concedida a Renato J. Paschoini. In: PASCHOINI, Renato. J. *Presos políticos de São Sebastião do Paraíso em 1964*. 2009. 39 f. Monografia (Especialização em História) – Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto-SP.

PRESTES, Luís C. Falta um partido revolucionário!: depoimento. [junho, 1984]. Mococa-SP: *Jornal da U.M.U.* Entrevista concedida a Milton Gagliard, Paulo C. Pucciarelli, Jefferson F. Siqueira, Getúlio Cardozo e Silas Nogueira.



\_\_\_\_\_. Manifesto de Maio. *Diário da Noite*, São Paulo, ed. 2, 29 maio 1930. In: BASTOS, Abgvar. Prestes e a Revolução Social. Rio de Janeiro: Calvino, 1946. p. 225-229.

POMAR, Pedro E. R. *Dutra, Adhemar e a repressão ao PCB: o incidente de Ribeirão Preto (1949)*. 2000. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca.

REGO, Otávio Brandão. *Otávio Brandão (Depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 139 f. (texto datilografado).

RIBEIRÃO PRETO (Município). Câmara Municipal de Ribeirão Preto. *Requerimento nº 5150*. Ribeirão Preto-SP, 11 jul. 1985.

RUGIERO, Roberto. 70 anos, crítico de arte: depoimento. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 18 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. Um artista da América Latina. In: MOCOCA (Município). Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Mococa. *Exposição Vida e Obra de Zé Coimbra – livreto*. Mococa-SP: Museu de artes plásticas “Quirino do Silva”, 1992. p. 9.

SANTOS, Lurdes Maria S., 66 anos, sobrinha de José Coimbra. Entrevista concedida a Elias Coimbra, em 30 de setembro de 2012.

SEADE. *Memória das estatísticas demográficas*. [ca. 2000]. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/consulta.php>>, Acesso em: 09 jan. 2013.

SILVA, Plínio. Soneto. In: MOCOCA (Município). Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Mococa. *Exposição Vida e Obra de Zé Coimbra – livreto*. Mococa-SP: Museu de artes plásticas “Quirino do Silva”, 1992. p. 9.

SILVA, Rodrigo M. S. *Informo que em nossos arquivos encontramos os seguintes dados referente ao Sr. José Coimbra Sobrinho* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[elias\\_coimbra@yahoo.com.br](mailto:elias_coimbra@yahoo.com.br)> em 30 jul. 2013.

SOUZA NETO, João, 82 anos, irmão de José Coimbra: depoimento. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 23 de setembro de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA et al. *Mapa de solos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2010.

USINA HIDRELÉTRICA DE FURNAS. *Furnas Centrais Elétricas*. [ca. 2010]. Disponível em: <[www.furnas.com.br](http://www.furnas.com.br)>. Acesso em: 01 out. 2012.

VERVLOET, Roberto J. H. M. *Condicionantes morfológicas e estruturais na dinâmica fluvial da bacia hidrográfica do Rio Benevente/ES*. 2009. 478 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIEIRA, Tatiana G. C.; ALVES, Helena M. R.; LACERDA, Marilusa P. C.; VOLPATO, Margarete M. L.; SOUZA, Vanessa C. O. Estudo espaço-temporal da cafeicultura na região de São Sebastião do Paraíso-MG, utilizando geotecnologias. In: Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água, 18. 2010, Teresina. *Anais...* Teresina, 2010. P. 1-4.

VILA Santa Rosa: suor cachaça e miséria. *Formigão*, Mococa-SP, ano 1, n. 2, p. 3-4, mar. 1976.

WAITE, Arthur E. *A biographical and critical essay os Eliphas Levi*. Whitefish-MT: Kessing Publishing, 2005.

YAMADA, Gabriela. Quadros de Leopoldo Lima estão “esquecidos”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jun. 2012. Especial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

AB'SABER, Aziz N. O relevo do Brasil: O domínio dos “mares de morros” no Brasil. *Geomorfologia*, São Paulo, n. 2, p. 01-09, 1966.

AGOSTI, Aldo. Balanço dos comunismos europeus. In: MAZZEO, Antônio C.; LAGOA, Maria I. (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

ALIGHIERI, Dante. Inferno. In:\_\_\_\_\_. *A Divina Comédia*. Tradução de Pedro Xavier Pinheiro. São Paulo: Atena, 1955.

ANDRADE, Rogério G. R. *A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do estado à liberalização do mercado*. 1994. 173 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ARANHA, Maria L. A. *Filosofia da educação*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.  
\_\_\_\_\_. *História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos: Arquivos pessoais – Fundação Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 09-34, 1998.

AYOADE, Johnson O. *Introdução à climatologia para os trópicos*. Tradução de Maria Juraci Zani dos Santos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BARROS, Gilberto L. *A cidade e o planalto: processo de dominância da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, 1967. Tomo II.

BARROS, José C. A. A Crítica à retrodição e à noção mecanicista de progresso: Nietzsche, Benjamin e Guha. *Hist. R.*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 341-372, jul./dez. 2010.

BATALHA, Luís. Breve análise sobre o parentesco como forma de organização social. In: UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. *Estudos de homenagem ao professor Adriano Moreira*. Lisboa: 1995. v. 2. p. 749-762.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Apresentação de Anita Leocádia Prestes. São Paulo: Boitempo, 2011.

BORGES, Jorge L. La rosa profunda. In:\_\_\_\_\_. *Obras completas: 1975/1985*. Buenos Aires: Emecé, 1989. Vol. 2.

BOSI, Alfredo. Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária. In:\_\_\_\_\_. *Literatura e resistência*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Tradução de Jacó Guinsburg e Teresa C. S. da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CAMAYD-FREIXAS, Erik. *Realismo mágico y primitivismo*. New York: University Press of America, 1998.

CANO, Wilson. Notas sobre a crise da URSS. *Economia e Sociedade*, Campinas, 14, p. 203-210, jun. 2000.

CARONE, Edgard. *A república nova (1930-1937)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.

CARVALHO, José M. As metamorfoses do coronel. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 06 maio 2001.

- CATALDO NETO, Alfredo; GAUER, Gabriel J. C.; FURTADO, Nina R. (Orgs.). *Psiquiatria para estudantes de medicina*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- CHALUS, Paul. A Ferdinand Lot: apresentação. In: BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Tradução Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1979.
- CODATO, Adriano N.; OLIVEIRA, Marcus R. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 24, n.47, p. 271-302, 2004.
- CONY, Carlos H. Crônicas políticas. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 27-32, jan./abr. 2014.
- COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- COSTA, Marcos R. N. O problema da moral no sistema cosmológico/soteriológico necessitarista maniqueísta. IN: Seminario de Historia de la Filosofia, 2011, Madrid. *Anales...* Madrid: UCM, 2004. p. 25-42.
- DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DOIN, José E. M. et al. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852- 1930) – a proposta do CEMUMC. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 563, p. 91-122, 2007.
- DUARTE, Ana Rita F. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 75-92, jan./abr. 2014.
- ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo>>. Acesso em: 11 jan.2014.

FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 09-58, dez. 1987.

\_\_\_\_\_. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EdUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-97, 1998.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da Classe Média, 1815-1914*. Tradução de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford. "Do ponto de vista dos nativos": a natureza do entendimento antropológico. In: \_\_\_\_\_. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOETTERT, Jones. Gentes, migração e transitividade migratória. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, ano 10, n. 20, p. 53-62, jan./jun. 2009.

GONÇALVES, Alcindo; NUNES, Luiz A. P. *O Grande Porto: a modernização no porto de Santos*. Santos-SP: Realejo, 2008.

GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. *Almanack*, Guarulhos, n.8, p. 44-53, jul./dez. 2014.

GRANDI, Guilherme. *Café e expansão ferroviária: a Companhia E. F. Rio claro (1880-1903)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

GUERRA, Adriano. URSS 70 anos depois da revolução. *Lua Nova*, São Paulo, n. 14, p. 49-57, jun. 1988.

HALL, Suart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOGGART, Richard. *Utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Tradução de Maria C. Cary. Lisboa: Presença, 1973. Vol. 2.

HOLANDA, Sérgio. B. Técnicas rurais. In:\_\_\_\_\_. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. W. Conceito de Iluminismo. In:\_\_\_\_\_. *Textos escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. Tradução de José Lino Grünnewald et al. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KHOURY, Yara M. A. *Edgard Leuenroth; uma voz libertária: imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas*. 1988. 321 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LACOSTE, Yves. *Contra os anti terceiro mundistas e contra certos terceiro mundistas*. São Paulo: Ática, 1991.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 14, p. 173-194, jun. 2000.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou: aldeia occitana*, de 1294 a 1324. Versión castellana de Mauro Armíño. Taurus Ediciones, Madrid, 1981.

LEAL, Victor. N. O Coronelismo e o coronelismo de cada um. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 1, p. 11-14, 1980.

LEFÈBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Primeira reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LE MOS, Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

LÊNIN, Vladimir I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Olinto Beckerman. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1982.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII*. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINTON, Ralph. *Cultura e personalidade*. Tradução de Oscar Mendes. São Paulo: Mestre Jou, 1967.

LOUREIRO, Heitor A. C. *O comunismo dos imigrantes armênios de São Paulo (1935-1969)*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S.; SUMMERHILL, William R. A agricultura paulista em 1905. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 44, n. 1, p. 153-184, jan./mar. 2014.

MACHADO, Fábio Braz et al. Geologia e aspectos petrológicos das rochas intrusivas e efusivas mesozóicas de parte da borda leste da bacia do Paraná no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Geociências*, Brasília, v. 37, n. 01, mar. 2007.

MALCOLM, Janet. *Lendo Tchekov: uma viagem à vida do escritor*. Tradução de Tatiana Belinky. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.



MAO, Tsé-tung. *Sobre a prática e a contradição*. Tradução de José Maurício Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Capital, Livro I, capítulo VI (inédito): Resultados do processo imediato de produção*. Tradução de Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: www.e.BooksBrasil.org, 1999. Disponível em: <www.jahr.org>. Acesso em: 22 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história – interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MAZZEO, Antônio C.; LAGOA, Maria I. (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. Tradução de Rosa Krausz. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MELLO Adílson S.; SILVA JR. Otávio C. Uma leitura da Circularidade entre culturas em Carlo Ginzburg. *Janus*, Lorena, ano 3, n. 4, p. 141-150, jul./dez. 2006.

MELLO, João M. C. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREIRA, Vagner J. *Memórias e Histórias de Trabalhadores em Luta pela Terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964*. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MOTTA, Rodrigo P. S. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

MURA, Fábio. *À procura do “bom viver”*: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa. 2006. 504 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

NOGUEIRA, Cláudio M. M.; NOGUEIRA, Maria A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 23, n. 78, p. 15-36, abr. 2002.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PEIXOTO, João. *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal*: fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional. 1998. 310 f. Tese (Doutoramento em Sociologia), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

PERISSINOTTO, Renato M. Classe dominante e política econômica na economia cafeeira (1906-1930). *Perspectivas*, São Paulo, v. 16, p. 165-189, 1993.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

\_\_\_\_\_. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 41-59, dez. 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: MAZZEO, Antônio C.; LAGOVA, Maria I. (Orgs.).

*Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX.* São Paulo: Cortez, 2003.

QUEIRÓZ, Maria I. P. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História geral da Civilização Brasileira.* 2. ed. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III.

RANCIÈRE, Jacques. *Los nombres de la historia: una poética del saber.* Traducción Viviana Claudia Ackerman. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993.

REGO, Otávio B. *Agrarismo e industrialismo.* 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da arquitetura no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 1997.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação,* Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. A história ao rés-do-chão: prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII.* Tradução de Cynthia M. Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 07-36.

RIBEIRO, Darcy. Moinhos de gastar gente. In: \_\_\_\_\_. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura: 1964-74. In: REIS, Daniel A.; ROLLAND, Denis. (orgs.). *Modernidades alternativas.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SAES, Flávio A. M. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José R. A. (Orgs.). *História econômica da Independência e do Império.* 2. ed. São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / EdUSP, 2002.

SAID, Edward. W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1933.* Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ, José Luis. *El eje Irún-Aveiro: Geografía de un eje de desarrollo*. Caja Duero: Salamanca, 1998.

SANT'ANNA, Romildo. *Silva: quadros e livros: um artista caipira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

SBICCA, Adriana. Seis histórias do pensamento econômico: abordagens dadas à Revolução Marginalista e ao pensamento de Nassau Senior. *Economia*, Curitiba, v. 31, n.1(29), p. 41-61, jan./jun. 2005.

SCHMIDT, Benito B. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SICSÚ, João; PORTARI, Douglas. (Orgs.). *Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

SILVA, Elias C. De Maury até Coimbra com uma escala. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 121-137, jan./jun. 2014.

SILVA, Fernando T. Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. Resenha de: PETERSEN, S. R. F. *História*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 243-250. 2003.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

SILVEIRA, Éder S. Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, jul. 2013.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de Porcos e Diamantes: A economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, set./dez. 1988.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à Literatura Fantástica*. 3. ed. Tradução de Maria C. Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2007.

TOLEDO, Maria C. M.; OLIVEIRA, Sonia M. B.; MELFI, Adolpho J. Intemperismo e formação do solo. In: TEIXEIRA, Wilson; TOLEDO, Maria C. M. de; FAIRCHILD, Thomas R.; TAIOLI, Fábio. (Orgs.). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. Tradução de Sônia Saizstein. São Paulo: Brasiliense: 1983.

VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o séc. XX*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *El campo y la ciudad*. Traducción de Alcira Bixio. Barcelona: Paidós, 2001.

\_\_\_\_\_. *Marxismo y literatura*. Traducción de Pablo di Masso. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península, 2000.

\_\_\_\_\_. *Palabras clave: un vocabulario de la cultura y la sociedad*. Traducción Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.